

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

BRUNO MAGNO

**REVOLUÇÃO NACIONAL E GUERRA PROLONGADA NA CHINA:
ANÁLISE ESTRATÉGICA E OPERACIONAL
DA SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA (1937-1945)**

Porto Alegre

2018

BRUNO MAGNO

**REVOLUÇÃO NACIONAL E GUERRA PROLONGADA NA CHINA:
ANÁLISE ESTRATÉGICA E OPERACIONAL
DA SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA (1937-1945)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Área de concentração: Segurança, Integração e Desenvolvimento

Linha de Pesquisa: Segurança Internacional

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Magno, Bruno

Revolução nacional e guerra prolongada na China:
análise estratégica e operacional da Segunda Guerra
Sino-Japonesa (1937-1945) / Bruno Magno. -- 2018.

164 f.

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. China : Japão. 2. Segunda Guerra Sino-Japonesa.
3. Revolução nacional. 4. Estratégia de guerra. 5.
Operações de guerra. I. Cepik, Marco Aurélio Chaves,
orient. II. Título.

BRUNO MAGNO

**REVOLUÇÃO NACIONAL E GUERRA PROLONGADA NA CHINA:
ANÁLISE ESTRATÉGICA E OPERACIONAL
DA SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA (1937-1945)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 5 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik - Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso

CMPA

Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

UFSM

À minha família, Liliane Magno, Lucas Hirsch e Neuza Magno, por fornecerem a base que me permitiu dedicar integralmente às atividades de pesquisa, ensino e extensão da
Universidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a União Federal que, por intermédio da UFRGS e seu corpo docente e de funcionários, proporcionou-me uma formação voltada à cidadania e à defesa do interesse nacional.

Agradeço ao meu orientador, Professor Marco Aurélio Chaves Cepik, pela compreensão, paciência e todo o aprendizado fornecido neste curto período.

Ao Professor José Miguel Quedi Martins por ter me ensinado o sentido da vida pública, prezar pela autonomia intelectual, valorizar o pensamento crítico e engajar em trabalho coletivo.

Aos amigos e colegas Athos Munhoz Moreira da Silva e Laís Helena Andreis Trizotto pelo apoio imprescindível na reta final da redação e revisão deste trabalho.

Aos amigos e colegas do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), Betina Sauter, Gustavo Feddersen, João Rodrigues Chiarelli, Lucas Kerr de Oliveira e Rômulo Barizon Pitt, à parceria no debate, pesquisa e trabalho.

Também agradeço aos participantes da atividade de extensão da Oficina de Estudos sobre China e Leste Asiático (OfChiLA), especialmente à equipe de organização Gabriela Penna, Giuseppe Morrone, Lucas Colombo e Vitória Abreu. À participação e trabalho de todos que colaboram para manter este espaço de debate que foi crucial na confecção deste trabalho.

Aos Professores, Diego Pautasso, Érico Esteves Duarte e Igor Castellano da Silva, por cederem o seu tempo e gentilmente se disporem a compor a banca e avaliar meu trabalho.

E, por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Quaisquer erros, falhas ou incongruências são de inteira responsabilidade do autor.

“[...] Os problemas de política econômica não devem ser discutidos em função de modelos abstratos preestabelecidos. **Política econômica é política, antes de ser economia.**”

(FURTADO, 1962, p. 68–69)

RESUMO

Esta dissertação trata da Segunda Guerra Sino-Japonesa e sua relação com a agenda de Revolução Nacional na China e Japão. Por meio de uma análise estratégica e operacional das principais campanhas da guerra busca-se responder porque a China possuía como objetivo um impasse estratégico e planejou suas operações de modo a prolongar a conflagração ao mesmo tempo em que evitava batalhas decisivas. Para responder este questionamento adotou-se a seguinte hipótese: a concepção estratégica operacional chinesa foi formulada tendo em mente a defesa de uma agenda de Revolução Nacional no contexto de uma conflagração contra um inimigo superior economicamente e tecnologicamente. Desse modo realiza-se inicialmente uma avaliação do processo de Revolução Nacional em China e Japão no período anterior à guerra, uma análise do pensamento estratégico e da construção da concepção estratégico operacional utilizada na guerra por China e Japão e, por fim, uma breve análise dos legados da guerra e da concepção estratégico operacional chinesa na Ásia ao longo do século XX até os dias de hoje.

Palavras-chave: China. Japão. Segunda Guerra Sino-Japonesa. Segunda Guerra Mundial. Revolução Nacional. Estratégia. Operações. Guerra prolongada.

ABSTRACT

This dissertation deals with the Second Sino-Japanese War and its relationship with the National Revolution agenda in China and Japan. Through a strategic and operational analysis of the main campaigns of the war, the aim is to answer why China had as objective a strategic impasse and planned its operations in order to prolong the conflagration while avoiding decisive battles. To answer this question, it adopted the following hypothesis: the Chinese strategic and operational concept was formulated keeping in mind the defense of an agenda of National Revolution in the context of a conflagration against a superior enemy economically and technologically. In this way, an initial evaluation of the process of National Revolution in pre-war China and Japan, an analysis of the strategic thinking and the construction of the strategic operational concept used in the war by China and Japan is carried out, and, finally, a brief analysis the legacies of war and the strategic Chinese operational concept in Asia throughout the twentieth century to the present day.

Keywords: China. Japan. Second Sino-Japanese War. World War II. National Revolution. Strategy. Operations. Protracted War.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Político da China e a extensão máxima da ocupação japonesa	11
Figura 2 - Principais ofensivas japonesas na China e ferrovias	62
Figura 3 - Comparativo Divisão Nacionalista e Divisão Japonesa	68
Figura 4 - Queda de Beijing	77
Figura 5 - Batalha de Shanghai.....	82
Figura 6 - Batalha de Xuzhou.....	89
Figura 7 - Batalha de Wuhan.....	97
Figura 8 - Ofensiva Ichigo.....	111
Figura 9 - Sobreposição entre a Terceira Linha de Defesa e as Principais Batalhas da Segunda Guerra Sino-Japonesa	144
Figura 10 - Túnel sob o rio Yangtze.....	145

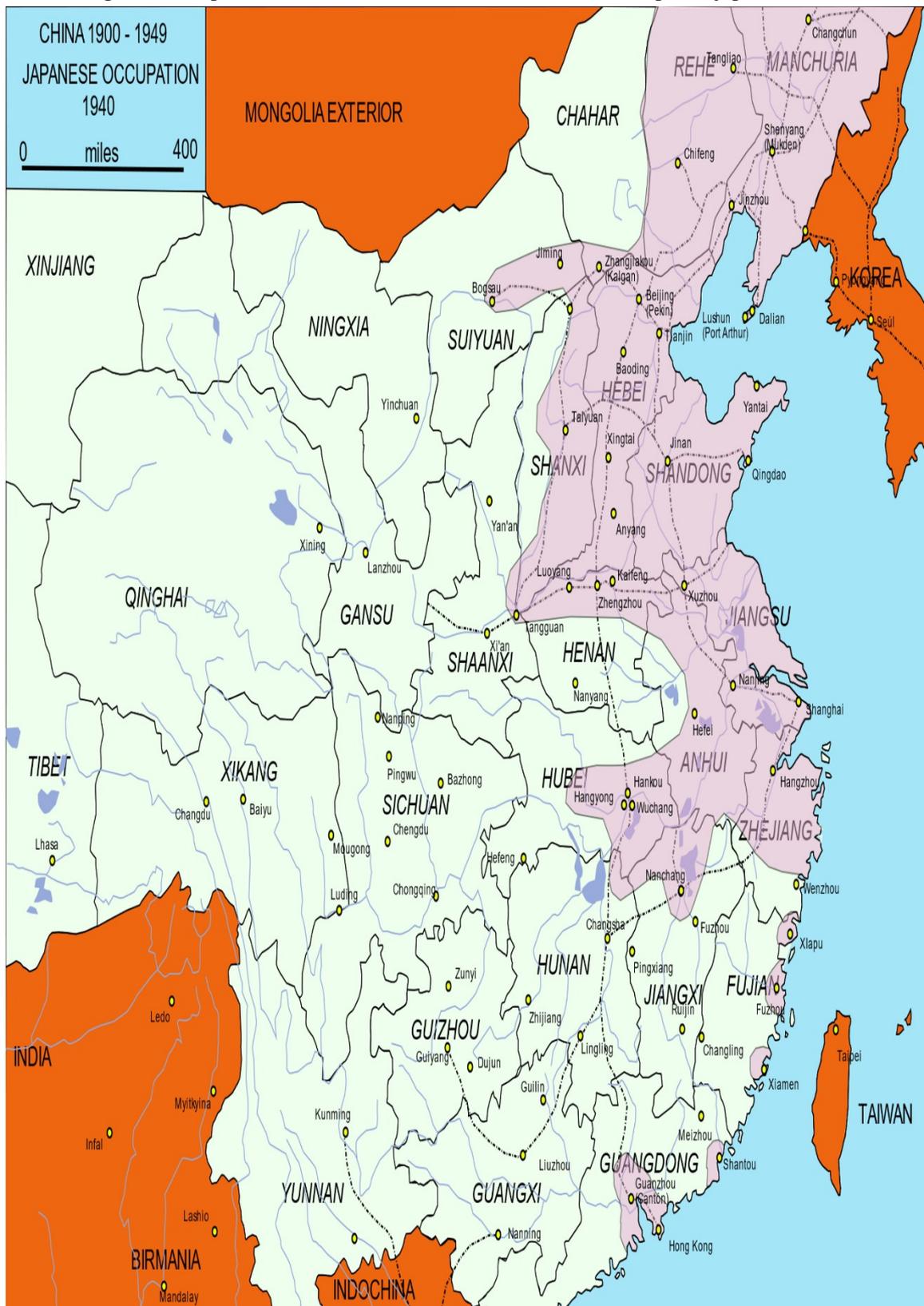
SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	DESENHO DA PESQUISA.....	14
1.2	A REVOLUÇÃO NACIONAL, O FENÔMENO DA GUERRA E A SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA	16
1.3	O NÍVEL OPERACIONAL DA GUERRA	23
2	CONTEXTO HISTÓRICO E ANTECEDENTES DA SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA: O NÍVEL ESTRATÉGICO.....	25
2.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O INGRESSO DE CHINA E JAPÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	28
2.1.1	Colapso do Império Qing	30
2.1.2	Restauração Meiji, modelo da Revolução Nacional.....	35
2.2	CONTEXTO DO SISTEMA INTERNACIONAL: O PERÍODO ENTRE GUERRAS	41
2.3	CONTEXTO ESTRATÉGICO CHINÊS: REUNIFICAÇÃO CHINESA E A EXPEDIÇÃO AO NORTE.....	47
2.4	CONTEXTO ESTRATÉGICO DO JAPÃO: O FIM DA DEMOCRACIA TAISHO E O GOLPE DE 1936	53
2.5	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	58
3	A SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA E SUAS CAMPANHAS: O NÍVEL OPERACIONAL	60
3.1	PREPARAÇÃO PARA A GUERRA.....	60
3.1.1	Pensamento estratégico, conceito operacional e estado das forças chinesas	61
3.1.2	Pensamento estratégico, conceito operacional e estado das forças japonesas.....	69
3.2	OPERAÇÕES NO NORTE E LITORAL CHINÊS: A “BLITZKRIEG” JAPONESA E A CAMPANHA DE SHANGHAI	74
3.2.1	A Campanha do Norte da China (Julho – Setembro de 1937)	76
3.2.2	A Campanha de Shanghai (Agosto – Novembro de 1937).....	80
3.3	AS OPERAÇÕES NA CHINA CENTRAL: CAMPANHA DE WUHAN E O CONCEITO DA GUERRA PROLONGADA (CHIJIUZHAN).....	88
3.3.1	A Batalha de Xuzhou (Março – Maio de 1938).....	91

3.3.2	A Campanha de Wuhan (Junho – Dezembro de 1938)	95
3.3.3	Demais operações até 1941: impasse estratégico	100
3.4	A OPERAÇÃO ICHI-GO: VITÓRIA PÍRRICA JAPONESA	103
3.4.1	Contexto estratégico pós-1941	104
3.4.2	A operação Ichi-Go: Ofensiva Kogo (Abril – Maio de 1944) e ofensiva Togo (maio – dezembro de 1944)	110
3.4.3	O desfecho da Guerra	115
3.5	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	116
4	CONSEQUÊNCIAS E LEGADOS DA SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA	119
4.1	VENCEDORES E PERDEDORES	119
4.2	INTERPRETAÇÕES DO LEGADO DA GUERRA	122
4.3	TRANSBORDAMENTO DO LEGADO DA GUERRA E AS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA NA ÁSIA	127
4.3.1	Japão	128
4.3.2	Vietnã	129
4.3.3	Indonésia e Malásia	133
4.3.4	Considerações parciais	135
4.4	A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E A ATUALIDADE DA SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA	136
4.4.1	Pensamento militar do Partido Comunista Chinês e a experiência da Segunda Guerra Sino-Japonesa	137
4.4.2	A China e a Guerra da Coreia	140
4.4.3	A Terceira Linha de Defesa	142
4.4.4	As Quatro Grandes Modernizações e a Guerra Local	145
4.4.5	O A2/AD e a Defesa Ativa	146
4.4.6	O Cenário Estratégico Atual: A Batalha Aeronaval e a Defesa Ativa	148
4.5	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	149
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 - Mapa Político da China e a extensão máxima da ocupação japonesa



Fonte: Second (2019).

Esta dissertação trata da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), também conhecida na China como a Guerra de Resistência contra o Japão, parte da II Guerra Mundial e uma das maiores conflagrações da história. Espera-se verificar, a partir da análise Estratégica e Operacional da guerra no território chinês, se houve e quais foram os diferenciais da conduta da guerra nesta conflagração em específico. A experiência desta conflagração pode ter dado origem a um modo específico de travar a guerra que se tornou comum aos países da região. Este modo específico foi determinado, por um lado, à limitação de recursos tecnológicos e produtivos característicos à países semiperiféricos e intimamente relacionado, por outro, a uma agenda de modernização e construção do Estado.

Apesar da escala, a Segunda Guerra Sino-Japonesa foi relegada ao rodapé da história da história mundial ao longo de todo século XX. A historiografia mais convencional desse período tende a dividir a história da 2ª guerra mundial entre o teatro europeu e o teatro do Pacífico. O teatro do Pacífico, por sua vez, é analisado, principalmente, a partir do marco temporal de 1941, ou seja, após os ataques de Pearl Harbor e a consequente entrada dos EUA e do Reino Unido na conflagração asiática, tendo como principal enfoque analítico as operações no sudeste asiático e nas ilhas do Pacífico (PAINE, 2012, p. 3). Esta perspectiva não nos permite explicar as reais origens e resultados desta guerra, pois negligencia o principal teatro e o principal beligerante que se interpôs aos japoneses: a China.

Na Segunda Guerra Sino-Japonesa os chineses lutaram, segundo seus próprios registros, em 23 campanhas, 1.117 grandes batalhas e 38.931 engajamentos menores com um Exército composto, no início das hostilidades, de 191 divisões e 52 brigadas independentes de infantaria (VAN DE VEN, 2003, p. 210). Em uma de suas maiores campanhas, a Batalha de Shanghai, engajaram-se ao longo de três meses 750 mil chineses e 250 mil japoneses (YANG, T., 2011, p. 143), perfazendo ao final cerca de 200 mil baixas do lado chinês e 40 mil do lado japonês (HARMSEN, 2013, cap. 9; YANG, T., 2011, p. 154): a campanha mais sangrenta da Ásia desde a guerra russo-japonesa; e um engajamento urbano comparável apenas, no contexto da Segunda Guerra Mundial, à Batalha de Stalingrado (HARMSEN, 2013, cap. Prologue).

Negligenciar o papel da China na Segunda Guerra Mundial e, por consequência, o papel da Segunda Guerra Sino-Japonesa na conflagração como um todo, oculta a motivação das decisões estratégicas japonesas: o Japão tinha como principal objetivo a China; o ataque aos Aliados constituía-se como uma estratégia periférica para definir uma guerra que já se estendia a pelo menos 4 anos (PAINE, 2012, p. 4). Omitir o papel da China na conflagração obscurece a própria história e o impacto da Revolução Chinesa para a região e o Sistema Internacional, os quais são intrinsecamente ligados à 2ª Guerra Sino-Japonesa (PAINE, 2012, p. 4–5). Oculta,

mais do que isso, uma formulação estratégica-operacional original chinesa que definiu a guerra e teve uma grande influência nos processos de independência e construção do Estado de toda a região ao longo do século XX, e que se pretende que seja um dos objetos da análise aqui realizada.

As diferentes perspectivas, enfoques, ênfases e negligências nas análises da Segunda Guerra Mundial na Ásia, não são oriundas de má fé ou falta de rigor acadêmico, estão mais relacionadas ao momento histórico em que foram feitas ou aos interesses nacionais de seus países de origem (PAINE, 2012, p. 9). Da mesma forma, a análise aqui proposta busca explicar a guerra com ênfase no aspecto da Construção de Estado e da Inserção Internacional, sob uma perspectiva brasileira ou semiperiférica. Pois, como já delimitado por Robert Cox (1981, p. 128) “toda teoria é feita para alguém com algum propósito e toda teoria possui uma perspectiva”. Ainda segundo Cox:

Claro que uma teoria sofisticada nunca é apenas a expressão da perspectiva. Quanto mais sofisticada a teoria é mais reflete sobre e transcende a sua própria perspectiva; mas a perspectiva inicial está sempre contida em uma teoria e é relevante para a sua explicação. Não existe algo como teoria em si mesmo, divorciada de um ponto de vista no tempo e no espaço (COX, 1981, p. 128 tradução nossa).

Dada a extensão e grandiosidade desta guerra e a sobreposição entre seus teatros e beligerantes, procurou-se delimitar a sua análise geograficamente, analiticamente e cronologicamente. Geograficamente, o estudo é delimitado ao território chinês, excluindo-se desta análise os teatros periféricos do sudeste asiático e do Pacífico. Analiticamente, o projeto é delimitado pelas principais operações terrestres, aquelas que se considera que possuíram maior impacto no plano geral da guerra e que melhor se relacionam com os objetivos da pesquisa, seu planejamento logístico enquadrados nos objetivos políticos da guerra, ou seja, nos objetivos dados pela Estratégia de China e Japão no período analisado. Aqui também se exclui demais beligerantes que engajaram em teatros periféricos e suas operações. Cronologicamente, o projeto se delimita à década de 1930, especificamente para a análise dos antecedentes da guerra, no período da conflagração em si e, em um período posterior apenas no que toca à análise de eventos e processos que possuam uma relação direta com a conflagração¹.

¹ Ainda hoje existe grande debate sobre uma delimitação temporal da 2ª guerra sino-japonesa. Isto também é uma questão de perspectiva. Argumenta-se que a guerra teria se estendido de 1931 à 1945 para enfatizar que a tomada da Manchúria por parte do Japão já consistia em uma agressão à China, e que de fato houveram confrontações militares entre chineses e japoneses entre 1931 e 1937 (PAINE, 2012; VAN DE VEN, 2003). Entretanto, adere-se a perspectiva de que a guerra teria começado em julho de 1937 com o incidente da ponte de Marco Polo por reconhecer que esta é a primeira resposta unificada chinesa como Estado contra a agressão japonesa e, pelo lado

1.1 DESENHO DA PESQUISA

O objetivo principal da pesquisa exposta neste trabalho é investigar a concepção estratégico-operacional chinesa na Segunda Guerra Sino-Japonesa. Espera-se demonstrar o diferencial desta concepção com a conduta da guerra vigente até então e sua relação com o momento específico pelo qual a China se encontrava sob a perspectiva interna e externa.

Tem-se como objetivos específicos:

- a) apresentar uma visão geral da Segunda Guerra Sino-Japonesa a partir da relação entre aspectos estratégicos e operacionais da guerra e os objetivos da Política Externa e de Segurança dos beligerantes, bem como os condicionantes do Sistema Internacional à época;
- b) analisar a agenda de construção de Estado e inserção internacional chinesa - inspirada pelas experiências precedentes japonesas da Restauração Meiji, ou seja, baseada na centralização política, modernização das Forças Armadas e industrialização - e sua relação com os objetivos da guerra;
- c) analisar as operações da Segunda Guerra Sino-Japonesa e procurar identificar suas diferenças e semelhanças com o planejamento estratégico, operacional e a doutrina vigente até então;
- d) potencialmente, identificar o legado desta conflagração para os demais países da região e sua relação com suas agendas de construção do Estado e inserção internacional ao longo do século XX. E
- e) propor uma agenda de pesquisa para a construção de uma abordagem para a análise da relação entre construção do Estado e o fenômeno da guerra sob uma perspectiva semiperiférica.

Para perseguir os objetivos acima propostos, propõe-se a seguinte pergunta de pesquisa como a principal:

(P1) Porque a concepção estratégica-operacional da China ao longo da Segunda Guerra Sino-Japonesa se diferenciou das experiências de guerras modernas travadas até então? Pois, a China colocou o impasse como seu principal objetivo estratégico e planejou suas operações de modo a prolongar a conflagração ao mesmo tempo em que evitava batalhas decisivas.

japonês, é a partir deste momento que se mobiliza todo o Estado para a guerra e às decisões, à princípio, passam a ser tomadas pelo Quartel General Imperial. Importa também a perspectiva proposta por este estudo, a análise de grandes operações convencionais, que só tomaram lugar no período a partir de 1937.

Para fazer frente a este questionamento adotou-se a seguinte resposta provisória que constitui a hipótese principal desta pesquisa:

(H1) A concepção estratégica-operacional chinesa se diferenciou de experiências pregressas de conflagrações devido à necessidade de se defender de um inimigo tecnologicamente e economicamente superior e simultaneamente disputar uma agenda de construção do Estado baseada em:

- a) centralização política;
- b) industrialização da economia;
- c) modernização das Forças Armadas.

Para analisar esta agenda construiu-se o conceito de Revolução Nacional a partir da operacionalização da teoria do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento de Celso Furtado, abordada na próxima subseção. A conduta chinesa ao longo da Segunda Guerra Sino-Japonesa se diferenciaria devido à construção de uma concepção estratégica-operacional híbrida, que lidasse com as contradições entre os desafios impostos pelo novo momento da guerra convencional (baseada na gestão da economia industrial e mobilização total do Estado) em um país de economia agrária em busca da modernização econômica, militar e institucional e da quebra de seus laços de dependência.

Este projeto se justifica academicamente e socialmente. Academicamente por dois motivos. O primeiro motivo é a originalidade, visto que o levantamento bibliográfico inicial não foi capaz de identificar nenhuma obra em português² que se atenha a análise da Segunda Guerra Sino-Japonesa, a maior guerra da Ásia e uma das maiores conflagrações da história. E mesmo quando a literatura de língua inglesa analisa a Segunda Guerra Mundial na Ásia, tende a focar na Guerra do Pacífico e/ou no teatro de operações do sudeste asiático, onde EUA e Reino Unido, respectivamente, foram protagonistas, deixando em segundo plano o principal objetivo estratégico da conflagração, o território chinês.

O segundo diz respeito à influência que este evento ainda exerce hodiernamente na região. A Segunda Guerra Sino-Japonesa deixou uma herança que impacta diretamente o relacionamento dos países da região e sua inserção internacional, representando os principais desafios na agenda de segurança da região hoje. Essas questões incluem as disputas territoriais

² Exceção importante que se deve registrar é o relato do adido militar brasileiro no Japão que esteve presente no primeiro ano da guerra, o Ten. Cel. Lima Figueiredo. Mesmo em seu relato percebe-se que o interesse brasileiro no evento e a perspectiva adotada para a sua análise é o da busca de modelos para a industrialização tardia e alternativas para as relações de dependência com o centro do Sistema Internacional (LIMA FIGUEIREDO, 1941).

no mar do leste e do sul da China, a base estadunidense em Okinawa e a divisão política entre a China continental e a insular.

Socialmente, esta pesquisa justifica-se dado ao potencial que pode haver no estudo de Estratégia, Operações e Doutrina (EOD) chinesas ao longo da guerra para a formulação de políticas públicas na área da defesa. A experiência operacional desta guerra diz respeito à criação de um dispositivo dissuasório válido para países com limitações econômicas e tecnológicas em relação a grandes potências, mas que possuem recursos geográficos, demográficos e naturais consideráveis e que aspiram a uma inserção autônoma no SI, condições que se aplicam ao Brasil atual.

As causas e consequências dos desafios estratégicos e operacionais impostos ao defensor nesta guerra, percebe-se, ainda são pouco exploradas pela literatura de Relações Internacionais (RI) e Estudos Estratégicos sob uma perspectiva semiperiférica. A estruturação das dinâmicas regionais, a agenda de Revolução Nacional que elevou a China a um papel mais proeminente no SI e a transição para uma economia mundial centrada no Pacífico são legados desses episódios. Entretanto, estes legados poucas vezes são analisados através do prisma do fenômeno da guerra e, quando os são, a análise usualmente se dá exclusivamente a partir de perspectivas, teorias e conceitos provenientes das experiências de países centrais do Sistema Internacional.

Assim, considera-se que o estudo da Segunda Guerra Sino-Japonesa pode contribuir para uma agenda de pesquisa que proponha uma nova abordagem para análise da construção do Estado e da guerra a partir de uma visão semiperiférica e brasileira.

1.2 A REVOLUÇÃO NACIONAL, O FENÔMENO DA GUERRA E A SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA

Celso Furtado define o desenvolvimento industrial do centro do sistema de produção capitalista como um fenômeno histórico autônomo circunscrito à Europa e América do Norte e relacionado ao processo da Revolução Industrial (FURTADO, 2013, seç. O Modelo Clássico do Desenvolvimento Industrial). Este fenômeno teria sido resultante de uma série de ações e decisões conscientes de agentes em estruturas políticas e econômicas, pois segundo Furtado:

Quem decide atua em função de objetivos e exerce alguma forma de poder. Ver os processos econômicos como cadeias de decisões, e estas como estruturas de poder, é afastar-se dos conceitos de mecanismo e equilíbrio, que são a essência de todo o enfoque neoclássico. Antes de estudar economia, eu já sabia que não existe organização sem coordenação e controle, e que para que se efetivem a coordenação e

o controle é indispensável que existam centros diretores capazes de definir objetivos. Ora, por uma simples economia de esforço, todo centro de decisão tende a aprofundar o seu horizonte temporal, isto é, a planejar a sua ação. Dessa forma, quando se observa a economia como uma organização, a ideia de planejamento como técnica destinada a elevar a eficiência dos centros de decisão surge naturalmente. Por último, quem diz planejamento diz objetivos explícitos ou implícitos. Assim, cai por terra o mito do *laissez-faire*, o qual nas economias subdesenvolvidas tem servido para sancionar e consolidar a dependência. (FURTADO, 2013).

É a partir destes elementos (relações de poder, tomada de decisão e planejamento) que Furtado elabora o conceito de Centro de Decisão e a sua teoria do subdesenvolvimento. O Centro de Decisão diz respeito à capacidade de articulação de um sistema produtivo em torno de interesses e valores de uma coletividade (SARAIVA, 2015, p. 6), ou seja, a capacidade de promover decisões em estruturas de poder de forma a atingir um objetivo de forma autônoma. Já o subdesenvolvimento seria uma economia caracterizada por uma estrutura híbrida, parte moderna, capitalista e industrial, parte baseada em relações arcaicas ou pré-capitalistas de produção. Nesse sentido, o subdesenvolvimento não seria uma etapa da evolução natural do Estado ou da economia, mas também fenômeno histórico autônomo, coetâneo ao fenômeno do desenvolvimento e, por isso, a experiência europeia do desenvolvimento não poderia se repetir, até mesmo por que o subdesenvolvimento está relacionado à relação de dependência com estes países. A superação do subdesenvolvimento passaria pela capacidade de uma sociedade construir sua própria história (FURTADO, 1968, p. 4).

A superação do subdesenvolvimento estaria ligada a internalização do Centro de Decisão e sua instrumentalização para a formulação de políticas econômicas de desenvolvimento. No exemplo brasileiro internalizou-se um centro dinâmico de produção industrial, voltado para o mercado interno, resultante da massa salarial criada pelo ciclo cafeeiro, da escassez gerada pela I Guerra Mundial e o subsequente período protecionista da depressão (FURTADO, 1962, p. 109–110). Desse modo, internalizou-se um Centro de Decisão, nossa produção não dependia mais das flutuações do mercado externo, estava voltada para o consumo interno. Entretanto, para a superação do subdesenvolvimento, seria necessária a instrumentalização de forma consciente desse Centro de Decisão para a formulação de políticas públicas que eliminassem as estruturas econômicas e políticas pré-capitalistas e promovessem uma política de desenvolvimento, reduzindo as contradições sociais. Poder decidir não significa tudo, capacidade de decisão é causa necessária, mas não eficiente de uma política de desenvolvimento (FURTADO, 1962, p. 112).

Assim, para a formulação de uma política de desenvolvimento seria necessário a tomada de consciência do problema do subdesenvolvimento, visando criar um sistema de instituições

políticas capazes de superintender as mudanças sociais, sem as quais o desenvolvimento não seria viável (FURTADO, 1968, p. 40). Desse modo, é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social (FURTADO, 1962, p. 17). Entretanto, para isto um Estado forte e soberano é essencial, na medida em que possa reverter parte do excedente econômico na formação e modernização de uma tecnoburocracia (FURTADO, 2008, p. 202–206). Segundo Furtado:

Uma coletividade que se autogoverna e em que coexiste uma forte aspiração de melhoria de condições de vida com a ausência de um processo espontâneo de crescimento econômico, tenderá naturalmente a buscar um caminho político para o seu problema de desenvolvimento e o Estado é o instrumento de que dispõe a coletividade para atuar politicamente. Surgem, assim, os vários enfoques do problema do desenvolvimento de um ângulo político, os quais têm a sua expressão mais avançada nas técnicas de planejamento (FURTADO, 1968, p. 113).

É nesse sentido que se compreende Revolução Nacional, como um esforço direcionado para a superação do subdesenvolvimento que objetiva o desenvolvimento industrial e tecnológico autossustentado e que permita a melhoria sistemática do padrão de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 55).

Para a academia, parte de sua responsabilidade nesta tomada de consciência e no auxílio de formulação de políticas públicas de desenvolvimento diz respeito ao estímulo do trabalho teórico de natureza crítica ou criadora, perseguindo formulações independentes e autóctones que contribuam para a internalização de centros de decisão e a sua instrumentalização para o interesse nacional (FURTADO, 1962, p. 69–71, 91, 99). Considerando a primazia que a ‘política’ tem sobre a política econômica é essencial a colaboração transdisciplinar na formulação de políticas de desenvolvimento, incluindo a ciência política, a sociologia, entre outras disciplinas das humanidades e sociais aplicadas (FURTADO, 1962, p. 91,99). É nesse sentido, de colaboração transdisciplinar para a operacionalização de conceitos de Celso Furtado para a análise da realidade e da formulação política, que se propõe neste trabalho a inclusão da esfera da defesa/guerra para a compreensão da Revolução Nacional. Pois, a noção de desenvolvimento aglutina disciplinas e não as compartimentaliza (FURTADO, 2013, p. 197).

Para a consecução da Revolução Nacional é necessária uma combinação de ação consciente de um Estado centralizado e capaz com uma base industrial assentada no mercado interno - o que garante a autonomia deste Estado em um Sistema Internacional anárquico e instrumentos para o seu desenvolvimento tecnológico. A preparação para a guerra e, em casos extremos, a própria guerra, pode subsumir estes critérios, como se pretende abordar a seguir.

Segundo o próprio Furtado a apropriação do excedente econômico acarretou historicamente o uso da violência (real ou virtual) levando à constituição de sistemas políticos ou estruturas de poder (FURTADO, 2008, p. 42). Nesse sentido, o perfil das Forças Armadas de um país, seu recrutamento, composição social, correlação entre as forças e o grau de tecnologia empregado, possui influência considerável sobre os processos de mudança social e de transformação do Estado (REIS, 2015, p. 13). Com o advento da Revolução Industrial esta relação se tornou ainda mais estratégica. Por um lado, a preparação militar foi utilizada como um dos instrumentos para políticas de pleno emprego e de desenvolvimento tecnológico a partir do planejamento centralizado na burocracia estatal, como no célebre caso da Marinha Real Britânica de fins do século XIX e princípio do XX. A partir de fins do século XIX, o Reino Unido iniciou um ambicioso processo de modernização de sua Marinha. O programa foi utilizado tanto como forma de promover a indústria naval local e criar empregos, quanto como política anticíclica em períodos de depressão econômica, no que McNeill (1982, p. 209) denominou keynesianismo antes de Keynes. Apesar de oficialmente o Reino Unido ter mantido sua política de livre comércio, este programa foi responsável por proteger a indústria naval britânica e vencer a competição francesa e, principalmente, alemã (MCNEILL, 1982, p. 209). Além disso, investimentos e requisições planejadas e executadas por uma burocracia profissional resultaram em grande avanço tecnológico que culminou no comissionamento do primeiro navio da classe *Dreadnought* em 1906³ (MCNEILL, 1982, p. 209–210).

Desse modo, a preparação militar se tornaria uma forma de entronizar o Centro de Decisão de determinada tecnologia de produção, possibilitando a formulação de um projeto nacional próprio e, por conseguinte, uma inserção internacional autônoma (MARTINS, 2008, p. 8–9, 251). Por outro lado, a Revolução Industrial gerou o fenômeno da industrialização da guerra: agora para travar um engajamento era necessário um gerenciamento pleno da economia industrial que permitisse a produção em massa das tecnologias que permitissem o domínio do ar, do mar e a superioridade de poder de fogo. Este uso da tecnologia industrial na guerra também foi responsável por aumentar sua letalidade, o que requeria por parte do Estado uma grande capacidade de mobilização nacional para recrutamento e organização logística. Da mesma forma que a industrialização modificou o perfil da preparação militar e a conduta da guerra em países industrializados, também apresentou suas características específicas em países subdesenvolvidos.

³ O *Dreadnought* foi o primeiro couraçado completamente armado com armas grosso calibre, possível graças à sua propulsão por turbinas à vapor. Este couraçado representou o ápice da tecnologia naval no período, naquilo que se tornou a arma estratégica da época e deu início a uma nova corrida armamentista.

Segundo Clausewitz, a guerra é a continuidade do relacionamento político entre Estados por outros meios (CLAUSEWITZ, 2016, p. 11764). Nesse sentido, a guerra consiste em um dos meios para se atingir os objetivos políticos dos beligerantes, disso decorrendo a noção de que sua conduta deve condizer com suas finalidades (CLAUSEWITZ, 2016; CORBETT, 2005; ECHEVARRIA II, 2007). Assim, apesar do combate ser o centro da teoria clausewitziana (ECHEVARRIA II, 2007, p. 196) e nesse sentido a derrota do inimigo ser o objetivo único, há de se diferenciar a guerra como abstração filosófica e a guerra como fenômeno que ocorre na realidade (CLAUSEWITZ, 2016). Tanto para Clausewitz quanto para Corbett existe uma diferenciação entre a guerra abstrata, onde se maximizariam os meios para se atingir a derrota do adversário de forma absoluta, e a guerra real, onde os meios utilizados devem condizer com as necessidades, limitações e objetivos políticos do Estado.

Entretanto, na análise factual, a diferenciação desses conceitos torna-se menos clara. Se tomarmos como exemplo a Guerra do Vietnã, na perspectiva estadunidense essa é claramente uma guerra limitada. Da perspectiva do defensor, por sua vez, estão sendo empregados todos meios e recursos disponíveis e em jogo está a sua própria existência como entidade política, isto é, uma guerra ilimitada; mas como explicarmos dentro desse quadro teórico a busca do impasse para a definição da guerra?

Echevarrya II (2007, p. 194) observa que Clausewitz concluiu que cada era possuiria sua própria teoria da guerra no que diz respeito aos meios empregados para alcançar objetivos que também variariam. Na análise que Corbett (2005, p. 13) faz de Clausewitz, percebe-se que a teoria da guerra é vulnerável às circunstâncias se considerada em sua forma abstrata, mas ela é universal se aplicada conforme as circunstâncias dos eventos analisados. O próprio Clausewitz, em seu livro VIII, se pergunta ao analisar guerras de séculos diferentes, “circunstâncias diferentes não devem dar espaço a considerações diferentes?” (CLAUSEWITZ, 2016, p. 11269). Nesse sentido, a teoria da guerra incentiva a sua constante revisão a partir de estudos de caso, ainda segundo Duarte:

O desenvolvimento e utilidade da teoria estão atrelados à condução de estudos de caso. Sem esses, a teoria torna-se um texto sacrossanto e hermético, portanto pseudocientífico e sem consequências práticas positivas. Isso marca que a teoria da guerra limitada de Clausewitz, para estar ‘viva’, precisa estar constantemente em desenvolvimento e revisão por meio de estudos de casos (DUARTE, 2016, p. 122).

Desse modo, propõe-se uma análise da guerra, da preparação militar e da construção do Estado a partir da realidade do subdesenvolvimento e da Revolução Nacional. Esta perspectiva

é pouco analisada no *mainstream* dos Estudos Estratégicos, onde se prioriza a capacidade ofensiva e de travar a guerra a partir de uma conduta moderna e industrial.

Além disto, espera-se demonstrar também a relação entre subdesenvolvimento, conforme a teoria de Furtado, e a guerra. Se em uma economia subdesenvolvida o comportamento do Estado se caracteriza pela sua relação com o centro, e os enclaves industriais pela sua produção para o mercado externo, a defesa e a guerra também possuem peculiaridades em países subdesenvolvidos, necessitando de uma abordagem específica para a sua compreensão. Se a formulação de políticas econômicas não pode se resumir a aplicação de modelos mecânicos, a política de defesa e a preparação militar também não, necessitando de uma abordagem autóctone e independente para o seu alinhamento com os objetivos políticos da nação. Assim, a pesquisa procura colaborar para uma visão da guerra e das Relações Internacionais menos eurocêntrica e mais adequada as perspectivas de países semiperiféricos.

Desse modo, sustenta-se que a Revolução Nacional é composta pelo trinômio: centralização política, industrialização econômica e modernização das Forças Armadas. A centralização política diz respeito a capacidade de internalizar os Centros de Decisão. A industrialização econômica relaciona-se à capacidade de utilizar os Centros de Decisão para a formulação de políticas econômicas capazes de eliminar estruturas arcaicas pré-capitalistas e eliminar relações de dependência com o centro. Enquanto a modernização das Forças Armadas diz respeito simultaneamente à criação de um motor de desenvolvimento tecnológico e industrial e à capacidade de proteger a autonomia conquistada.

Assim, como na esfera política e econômica o fenômeno da Revolução Industrial produziu no Sistema Internacional a relação de dependência entre centro e periferia e a dicotomia entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, na esfera militar temos o advento da guerra industrial por um lado e, por outro, de uma guerra dita popular. Apesar dessa relação ser amplamente estudada na esfera política e econômica, na esfera militar não o é. Nesse sentido, os Estudos Estratégicos e o estudo da guerra em geral, possuem uma grande lacuna: estuda-se a guerra e tem-se como referência mormente as experiências de países desenvolvidos do centro do Sistema, ou seja, privilegia-se apenas a perspectiva da guerra industrial. Como resultado acaba-se por gerar distorções no estudo de conflagrações que não envolvem países desenvolvidos, ou em que eles constituam a força predominantemente ofensiva. Como é o caso da Segunda Guerra Sino-Japonesa, se não é relegada a um segundo plano dentro do contexto geral da segunda guerra mundial na Ásia, é, em suas campanhas, categorizada como apenas uma guerra de guerrilha, como no livro de referência sobre guerra terrestre “On Infantry” de

John English e Bruce Gudmunsson (1994)⁴. Dadas as proporções da Segunda Guerra Sino-Japonesa⁵, como pode-se caracterizá-la como guerrilha?

Apesar de possuir um relevante componente de guerrilha, a Segunda Guerra Sino-Japonesa foi uma confrontação travada principalmente entre forças convencionais. Entretanto, a conflagração foi marcada pela enorme disparidade tecnológica e econômica entre os adversários, o que permitiu o Japão travar a guerra industrial, enquanto a China necessitou elaborar uma nova concepção operacional com o objetivo de não só defender sua Revolução Nacional, mas também garantir a continuidade de sua própria existência como uma entidade política autônoma.

A solução encontrada foi baseada no conceito da guerra prolongada ou *chijuzhan*. Discussões sobre a sua aplicação em uma guerra contra o Japão datam ainda da década de 1910: Jiang Baili, intelectual militar já propunha em suas obras que a China deveria sustentar a sua linha de defesa a oeste de Wuhan e se utilizar do vasto território e população como forma de minar a força japonesa com o tempo e evitar o desejo japonês de uma vitória rápida e decisiva (CHANG, J., 2011, p. 85). E este foi o conceito operacional utilizado por Jiang Jieshi, na ausência de superioridade aérea e naval para se contrapor as forças mecanizadas e a mobilidade japonesa, que buscavam um confronto decisivo. Através de uma guerra defensiva e de atrito, a China se utilizou de grandes contingentes para fustigar as forças japonesas em grandes batalhas, mas evitando o confronto decisivo, cedendo terreno, estendendo as linhas de comunicação japonesas e mantendo a indefinição da guerra até a exaustão do inimigo e, simultaneamente, buscando vitórias políticas fora do campo de batalha. Esse padrão irá se repetir ao longo do século XX nas guerras de libertação nacional, especialmente na Ásia (MACKINNON, 2011, p. 184).

A historiografia ocidental e os Estudos Estratégicos, tradicionalmente, têm relegado esta confrontação a uma nota de rodapé da história, interpretando a estratégia e as operações chinesas como um sinal de fraqueza e atraso, por sua falha em reproduzir a conduta moderna industrial e ofensiva da guerra (VAN DE VEN, 2011). Entretanto, esta foi uma estratégia consciente e planejada a partir das condições chinesas do período, onde estruturas arcaicas pré-

⁴ Em seu capítulo 8, que trata sobre infantaria e guerra terrestre no século XX na Ásia, a obra *On Infantry* categoriza o confronto entre japoneses e chineses como uma grande guerra de guerrilha e, por este motivo, se abstém de analisar a infantaria chinesa na segunda guerra mundial e apenas realiza a análise de estadunidenses, britânicos e japoneses nas campanhas da Birmânia e Pacífico (ENGLISH; GUDMUNSSON, 1994, cap. 8)

⁵ Conforme descrito anteriormente, segundo seus próprios registros, os chineses lutaram em 23 campanhas, 1.117 grandes batalhas e 38.931 engajamentos menores com um Exército composto por 191 divisões e 52 brigadas independentes de infantaria (VAN DE VEN, 2003, p. 210). A título de exemplo, apenas na Batalha de Shanghai engajaram-se 750 mil chineses e 250 mil japoneses (YANG, T., 2011, p. 143), perfazendo ao final cerca de 200 mil baixas do lado chinês e 40 mil do lado japonês (HARMSSEN, 2013, cap. 9; YANG, T., 2011, p. 154).

capitalistas conviviam com um Estado que buscava a centralização e modernização. Esta contradição, apesar de permitir a mobilização de um grande contingente e conduzir o Estado para uma guerra total, não garantiu os meios modernos de travar uma guerra ofensiva ou buscar o contra-ataque e uma batalha decisiva, pois estes meios dependiam de uma base industrial. Desse modo, empregou-se um modelo híbrido de conduta da guerra, que reflete o hibridismo estrutural e econômico de um país subdesenvolvido.

1.3 O NÍVEL OPERACIONAL DA GUERRA

A abordagem proposta neste trabalho envolve uma operacionalização dos conceitos do “Modo Americano de Fazer a Guerra” e do “Novo Modo Americano de Fazer a Guerra”. O primeiro diz respeito à obra seminal de Russel Weigley (1973) que, através da história do pensamento estratégico estadunidense e da análise de suas operações, reuniu elementos suficientes para conceituar o modo americano de fazer a guerra. Semelhantemente, Max Boot (BOOT, 2003, p. 29–45) utilizou esta tese para defender a gênese de um novo modo americano de fazer a guerra, devido ao impacto da digitalização e da transição tecnológica corrente sobre o pensamento estratégico e as operações recentes estadunidenses. Importa também, para esta operacionalização, o uso que José Miguel Martins (2008) deu para o nível operacional da guerra como instrumento de análise capaz de avaliar o equilíbrio internacional no processo de transição do século XX para o XXI. Espera-se que a partir desta operacionalização seja possível levantar os elementos necessários para a identificação de uma conduta operacional específica chinesa, durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa, que potencialmente tenha perdurado ao longo do século XX e influenciado outros países na região.

Inicialmente, é possível afirmar que campanhas da Segunda Guerra Sino-Japonesa possuem características distintivas suficientes para se caracterizar um modo específico de fazer a guerra. Essas características se apresentam principalmente por duas formas, a primeira no pensamento político-estratégico e a segunda pela análise operacional. O pensamento político-estratégico, geralmente está mais evidente nas grandes decisões e grandes líderes. Entretanto, o que está no nível intermediário, ou de aplicação destas políticas, muitas vezes é desconsiderado (KENNEDY, P., 2014, cap. Introdução). As análises no campo das Relações Internacionais tendem a aceitar a execução e aplicações destas decisões como algo automático. No entanto, esta é uma relevante área de pesquisa, que permanece negligenciada (KENNEDY, P., 2014, seq. Introdução). Pois, é na esfera das operações que decisões se transformam em planejamento, políticas públicas e requisições de sistemas, entre outras demandas que serão

aplicadas para alterar a realidade de uma sociedade ou em campo de batalha. Isto diz respeito sobre as capacidades de um Estado de aplicar suas formulações políticas e atingir os seus objetivos. Negligenciar esta esfera relega qualquer esforço de análise a ficar restrito ao campo das abstrações.

Nesse sentido, faz-se uso dos conceitos de Estratégia, Operações e Tática conforme descrito nos manuais de campo do Exército dos EUA, por considerar-se as definições mais acessíveis e difundidas no campo dos Estudos Estratégicos e por darem especial destaque à esfera das operações. Para o Exército dos EUA os níveis do planejamento de guerra constituem-se nos grandes segmentos que envolvem a preparação e condução de uma guerra. Conquanto possa haver elementos aplicáveis às realidades da guerra em geral, importa delimitar a esfera de cada missão particular para que se possa fazer o emprego adequado dos recursos administrativos.

Deste modo, pode-se dizer que o nível Estratégico diz respeito ao emprego das Forças Armadas para os objetivos da política nacional. Está relacionado ao emprego das capacidades estatais no nível nacional ou de teatro. A Estratégia militar deriva da política nacional e provê os meios para atingir os seus fins, sua aplicação é informada pela Doutrina e fornece as diretrizes para a condução das Operações (UNITED STATES OF AMERICA, 2014, seq. 4–8).

O nível Operacional é o que liga o emprego da força aos objetivos estratégicos através do planejamento das grandes campanhas e engajamentos. Este nível determina como, quando, onde e com que propósito se empregam as forças e recursos para se atingir os objetivos definidos pela Estratégia (UNITED STATES OF AMERICA, 2014, seq. 4–10). Por fim, o nível tático diz respeito ao emprego da capacidade de combate para definir as batalhas (UNITED STATES OF AMERICA, 2014, seq. 4–10).

Assim, para a consecução aos objetivos propostos nesta pesquisa, a dissertação se estrutura em três capítulos. O primeiro trata dos antecedentes históricos da Revolução Nacional na Ásia e a execução desta agenda na China e no Japão até a década de 1930. Subsequentemente expõe-se o contexto estratégico em que a Segunda Guerra Sino-Japonesa se desenrolaria. O segundo capítulo trata da Segunda Guerra Sino-Japonesa em si. Parte-se do pensamento estratégico e da formulação dos conceitos operacionais que seriam utilizados por China e Japão na guerra e, subsequentemente, se faz uma análise da aplicação destes conceitos nas principais campanhas da conflagração. Por fim, no último capítulo, se faz um breve balanço da guerra e uma análise introdutória sobre os legados da guerra e dos conceitos operacionais adotados na conflagração na China e no Leste Asiático ao longo do século XX até os dias de hoje.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E ANTECEDENTES DA SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA: O NÍVEL ESTRATÉGICO

Os elementos políticos, econômicos e militares que permitiram a eclosão da Segunda Guerra Sino-Japonesa e da Segunda Guerra Mundial na Ásia podem ser encontrados principalmente nas décadas de 20 e 30 do século passado. Porém, pode-se traçar seus antecedentes ainda no século XIX. Neste sentido, o principal fenômeno antecedente foi a disputa imperialista entre as potências polos do Sistema Internacional por novas áreas de domínio econômico exclusivo. O modo de atuação de tais potências pressionou as nações e povos da Ásia a buscar soluções autóctones para o seu desenvolvimento socioeconômico e para a sua inserção no sistema capitalista.

O fenômeno que impulsionou o processo de inclusão da Ásia no sistema capitalista foi a consolidação do Reino Unido como potência hegemônica do Sistema Internacional. Essa consolidação se deu através de três iniciativas:

- a) a garantia do Centro de Decisão Energético (CDE);
- b) criação de um sistema de manufaturas industrial;
- c) uso da violência de forma organizada através de um exército nacional.

O Centro de Decisão Energético, conceito criado por Lucas Kerr de Oliveira (2012), foi formulado a partir de outra instrumentalização do conceito de Centro de Decisão Econômico¹ de Celso Furtado, que diz respeito à:

[...] capacidade de planejar, operar, modificar e implementar uma Estratégia para o desenvolvimento completo e integrado de diferentes setores da economia e da sociedade que dependem ou estão relacionados diretamente à Energia [...] necessária para o desenvolvimento de todas as demais atividades produtivas e logísticas de um país ou bloco de países (OLIVEIRA, 2012, p. 31).

Nesse sentido, o Reino Unido garantiu a capacidade de consolidar o seu CDE através de suas amplas reservas carboníferas, distribuídas por boa parte de seu território e de fácil extração. Estas reservas permitiram alimentar as inovações tecnológicas implementadas pela Revolução Industrial.

¹ O conceito de Centro de Decisão Econômica foi formulado por Celso Furtado para destacar o papel da tecnologia e da técnica no processo de endogeneização. Isto é, a capacidade de uma sociedade em promover o desenvolvimento (que inclui o aspecto humano) e não apenas o crescimento dos índices de produção, produtividade ou exportações (FURTADO, 1962, p. 109-112, 1975, p. 52-55, 79-85). O caráter endógeno desse processo de desenvolvimento corresponde à faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas (FURTADO, 1984, p. 106-107).

O segundo ponto diz respeito à consolidação de uma economia industrial, não somente no que diz respeito nas melhorias produtivas, no caso as inovações trazidas pelo motor à vapor e posteriormente pelo processo Bessemer de produção de aço, mas também à constituição de uma burguesia industrial que atuasse em consonância com os objetivos nacionais. No caso das indústrias têxtil e naval, a primeira necessitava da expansão territorial para sua inserção nos novos mercados da Ásia e a segunda, das encomendas do governo que buscava assegurar o domínio sobre as rotas marítimas. Desse modo, instala-se um processo de retroalimentação entre a burguesia nacional e o governo.

O terceiro ponto se relaciona à constituição de forças armadas modernas, que respondam diretamente a um governo central e sejam capazes de garantir os interesses da nação no Sistema Internacional. No caso britânico, foi através da utilização de suas capacidades militares que foi garantida a abertura dos mercados asiáticos e sua manutenção foi obtida através da absorção pela Coroa das responsabilidades de administração e coerção dos territórios coloniais e zonas de influência, que anteriormente eram realizadas por Companhias de Comércio e Navegação privadas.

Nos EUA ocorreu processo semelhante, à diferença que a conquista de novos mercados se deu, em um primeiro momento, devido à sua expansão interna. Nesse sentido, a descoberta de ouro na Califórnia foi essencial não só para o financiamento da indústria estadunidense, mas também para a sua expansão para o Pacífico, posicionando os seus interesses contra uma futura Aliança Anglo-Japonesa e deslocando o núcleo do sistema capitalista para o Pacífico. Marx (1850) prediz este processo:

Vamos agora ocupar-nos da América, onde sucedeu algo mais importante do que a revolução de fevereiro [1848]: a descoberta das minas de ouro californianas. Dezoito meses após o acontecimento já é possível prever que terá efeitos mais consideráveis do que a própria descoberta da América. [...] O centro de gravidade do mercado mundial era a Itália, na Idade Média, a Inglaterra na era moderna, e é hoje a parte meridional da península norte-americana. A indústria e o comércio da velha Europa terão que fazer esforços terríveis para não caírem na decadência, como aconteceu com a indústria e o comércio da Itália no século XVI, isto se a Inglaterra e a França não quiserem tornar-se o que são hoje Veneza, Gênova e a Holanda. [...] Graças ao ouro californiano e à energia inesgotável dos yankees [sic], os dois lados do Pacífico serão em breve tão povoados e tão ativos no comércio e na indústria como o é atualmente a costa de Boston a Nova Orleans. O Oceano Pacífico desempenhará no futuro o mesmo papel que foi do Atlântico na nossa era e do Mediterrâneo na Antiguidade: o de grande via marítima do comércio mundial, e o oceano Atlântico descerá ao nível de um mar interior, como é hoje o caso do Mediterrâneo. [...] A única probabilidade que têm os países civilizados da Europa de não caírem na mesma dependência industrial, comercial e política da Itália, da Espanha e do Portugal modernos é iniciarem uma revolução social que, enquanto ainda é tempo, adapte a economia à distribuição segundo as exigências da produção e das capacidades produtivas modernas, e permita o desenvolvimento de novas forças de produção que assegurem a superioridade da

indústria européia [sic], compensando assim os inconvenientes da sua localização geográfica (MARX, 1850).

Tanto China quanto Japão acabaram por ser inseridos na lógica da disputa por hegemonia no Sistema Internacional resultante da Revolução Industrial. Ambos foram forçados a construir meios para superar o domínio colonial imposto pelos tratados iníquos firmados com as potências ocidentais e o fizeram por meio da construção estatal firmada na perspectiva da Revolução Nacional. O Japão foi bem-sucedido nessa tarefa, sendo reconhecido pelo Reino Unido como seu par ainda em 1901 e entrando para o rol das grandes potências após sua vitória na guerra russo-japonesa de 1905.

O início do século XX foi um período de redefinição do Sistema Internacional. O declínio do Reino Unido como principal potência e a gradativa tomada desta posição pelos Estados Unidos se refletiram na participação de ambos — além de China, Japão e demais potências — na busca por uma solução de governança para o leste asiático. Principalmente por causa do definhamento da hegemonia britânica, uma série de acordos foram firmados entre o fim da Rebelião Boxer (1901) até a Convenção de Londres de 1930. Estes acordos configuravam a criação de um regime internacional² rudimentar no leste asiático em que o pluralismo de atores envolvidos oferecia uma alternativa ao conflito sistêmico. O fracasso deste projeto de regime está interligado com a trajetória da China e, principalmente, do Japão imperial. Os marcos de tal processo foram o incidente na Manchúria de 1931, a saída do Japão da Liga das Nações em 1933 e a denúncia japonesa dos tratados navais em 1934.

Para os japoneses estava em jogo defender as conquistas de sua própria Revolução Nacional e sua manutenção como grande potência. Sua dependência do livre comércio para garantir os insumos de sua indústria e sua política econômica em um período marcado pelo protecionismo e deterioração da economia mundial acabaram por provocar a implosão de suas instituições políticas. Enquanto os chineses e sua Revolução Nacional em curso são eleitos pelos japoneses seus principais competidores econômicos na Ásia e a principal ameaça para garantir sua política de contenção da ameaça soviética.

Este capítulo busca analisar os antecedentes da Segunda Guerra Sino-Japonesa e estabelecer o contexto estratégico em que ela ocorre. Primeiramente, procura-se identificar as raízes do conflito ainda no século XIX, como a abertura da região para a economia mundial e as tentativas de ocidentalização e modernização na China e no Japão. Este processo deve ser

² Regime internacional é entendido neste trabalho de acordo com a definição de Robert Keohane (1984, p. 8). Resumidamente, regimes internacionais são arranjos com conteúdo sobre determinado tema que compreendem regras, normas, princípios e processos de tomada de decisão.

entendido no contexto de transformação sistêmica que ocorria no começo do século XX. A principal característica foi o enfraquecimento da hegemonia britânica e das antigas potências coloniais e a ascensão dos Estados Unidos como potência global. Em segundo lugar, busca-se analisar os processos que foram engendrados a partir deste momento e que culminaram nos eventos das décadas de 1920 e 1930, os quais resultaram em uma guerra total entre os dois países.

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O INGRESSO DE CHINA E JAPÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL

A entrada do leste asiático no Sistema Internacional westfaliano consistiu em um processo traumático para a China e o Japão. Para ambos, isto levou ao colapso das antigas instituições administrativas e a uma enorme perda humana, na casa das dezenas de milhões de mortos. A consolidação da China como Estado moderno se deu de forma especialmente traumática, com cerca de cem anos de guerras³ quase ininterruptas. Pode-se considerar como o evento marco deste processo a primeira guerra do Ópio.

A primeira Guerra do Ópio (1839–1842), ocorrida entre o Reino Unido e a China Qing, teve como principal motivação o comércio de ópio na China. O império chinês havia proibido a comercialização desse produto em seu território, que para o Reino Unido e suas companhias de comércio, representava boa parte dos lucros que extraíam da região. O resultado foi uma guerra que durou quase três anos e meio e que envolveu, do lado chinês, 200 mil homens, enquanto do lado britânico, cerca de 19 mil homens. Enquanto as baixas do lado britânico foram de cerca de 500 homens, do lado chinês chegaram a 20 mil (MARTIN, 1847, p. 81). O império mais rico e país mais populoso do mundo havia sido derrotado (THOMPSON, 2012; ZHU, 2012).

Esse evento representou o fim do modelo do Estado tributário asiático⁴ e a entrada da região na divisão internacional do trabalho capitalista. O resultado prático foi a assinatura do

³ Dentre as principais conflagrações se pode citar a Primeira Guerra do Ópio (1839–1842); Rebelião de Taiping (1850–1864); a Segunda Guerra do Ópio (1856–1860); a Guerra Franco-Chinesa (1884–1885); a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894–1895); a Rebelião dos Boxers (1899–1901); a Revolução Xinhai (1911); Expedição do Norte (1927–1929); Guerra da Planície Central (1930); 1ª etapa da Guerra Civil Chinesa (1927–1936); Guerra Civil Manchu (1931–1932); 2ª Guerra Sino-japonesa (1937–1945); 2ª etapa da Civil Chinesa (1946–1949).

⁴ Modelo de relações interestatais baseados no tianxia, ou tudo abaixo do céu. Consistia em círculos concêntricos de relações em que o Império chinês estava em seu centro, seguido por Estados tributários e, no círculo externo, os povos bárbaros. As relações eram baseadas em conceitos confucianos de hierarquia e harmonia: reconhecia-se a autoridade e superioridade chinesa enquanto se concedia autonomia aos círculos externos. O funcionamento

Tratado de Nanjing. O primeiro de uma série de tratados desiguais (ou iníquos)⁵, ele garantia: o direito de extraterritorialidade a cidadãos britânicos, a concessão de direito exclusivo de comércio em uma série de portos e o estabelecimento de áreas para moradia de cidadãos britânicos nesses portos, além da cessão do território de Hong Kong a Londres por tempo indeterminado. A partir desse momento, esse seria o padrão dos métodos das potências ocidentais tanto para com a China quanto para com o Japão: lançar mão de coerção e de tratados desiguais para conquistar direitos exclusivos de comércio.

É de suma importância, neste momento, lembrar-se das grandes transformações que ocorriam no contexto internacional do período. O núcleo do sistema capitalista passava por um período de transição tecnológica provocada pela maturação da Primeira Revolução Industrial. O Reino Unido consolidava sua posição como líder do Sistema Internacional após a vitória decisiva sobre o desafio napoleônico e precisava então assegurar o monopólio de novos mercados e de fontes de matéria-prima para a sua crescente indústria.

O leste asiático, em grande parte devido ao poderio da China, manteve-se à margem do sistema europeu até aquele momento. Tanto na China quanto no Japão vigoravam políticas econômicas e externas isolacionistas. O comércio com mercadores estrangeiros só se dava em portos previamente autorizados e em alguns períodos do ano, prática iniciada no tempo do comércio de especiarias e corrente até aquele momento, o que não era mais suficiente para alimentar a crescente indústria ocidental. Os países europeus agora não buscavam nessa região somente artigos de luxo e temperos para comerciar, mas principalmente a extração de matérias-primas de forma extensiva e a consolidação de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados.

O processo de abertura que se deu no Japão foi semelhante ao que aconteceu na China. Entretanto, ao invés da abertura ser perpetrada por potências europeias, deu-se por uma potência emergente da época, os Estados Unidos da América. Em 1853, o Comodoro da Marinha estadunidense, Matthew Perry, desembarcou próximo a Tóquio com a missão de firmar um Tratado de Amizade e Comércio com as autoridades japonesas. Em uma atitude típica do período, o que hoje denominamos de “diplomacia das canhoneiras”, Perry ameaçou a utilização do poder de fogo de seus navios contra as cidades e portos japoneses caso as autoridades do

destas relações ainda é amplamente debatido pela teoria de Relações Internacionais. Para um debate mais amplo sobre o tema ver David Kang (2010), Zhang Yongjin e Barry Buzan (2012) e Li Zhaojie (2002).

⁵ Os tratados desiguais ou iníquos possuíam quatro características principais: a) abertura dos portos; b) extraterritorialidade; c) tarifas externas fixadas por tratado e d) cláusula de nação mais favorecida, que garantia que todas as vantagens garantidas as potências signatárias dos tratados deveriam ser automaticamente concedidas às demais potências que viessem a assinar novos tratados (ROBERTS, 2011, p. 196).

Xogum se recusassem a negociar. Nesse momento ficou patente a fragilidade japonesa e a sua inferioridade tecnológica frente às forças armadas ocidentais. O resultado foi semelhante ao que ocorrera na China, com a desagregação do sistema político, econômico e social vigente. Assim foi assinado o primeiro tratado iníquo do Japão com uma grande potência, o Tratado de Kanagawa. A resposta japonesa se materializou na Restauração Meiji, que marcou o início do processo que representaria a superação de sua relação de dependência com o centro do sistema, cerca de 50 anos após o Tratado de Kanagawa. Assim, o Japão obteve êxito, a partir de uma política de desenvolvimento consciente e coordenada por um novo Estado centralizado, em conquistar a sua Revolução Nacional.

Na China, a erosão dos sistemas vigentes trouxe a ideia de que era necessário modernizar o Estado chinês, passando por um certo grau de ocidentalização de seus costumes e instituições. A ideia começou a se tornar lugar comum entre diferentes elites intelectuais chinesas e, por fim, para a própria dinastia Manchu. É importante notar que a China da primeira metade do século XIX passou por uma série de desafios, incluindo uma transição demográfica e uma série de desastres naturais (ROBERTS, 2011, p. 201-202). Apesar dos esforços da corte Manchu para superar estes desafios, o assédio ocidental acabou por inviabilizar as instituições tradicionais e influenciou diretamente no fim do “mandato do céu” concedido à casa de Aisin Gioro⁶.

2.1.1 Colapso do Império Qing

Entre 1850 e 1873 uma série de revoltas assolou a China, quase todas questionando as instituições e a autoridade da corte de Beijing. A principal delas foi a Revolução Taiping (1850–1864). Este movimento de cunho cristão e milenarista, propunha uma série de reformas às instituições do período, incluindo reforma agrária, exército baseado no sistema de conscrição, reformas econômicas, mudanças no sistema de concursos públicos, entre outras. Hong Xiuquan, líder da revolta, estabeleceu sua capital em Nanjing e contestou frontalmente a autoridade imperial se proclamando Rei Celeste. A Revolução Taiping só foi debelada com a criação de um sistema de exércitos locais (provinciais) e com o apoio britânico. Embora derrotados, os Taiping colocaram em evidência uma agenda que viria a pautar as iniciativas de reforma do Estado chinês até a queda do Império em 1911, mais especificamente em três momentos: a

⁶ O clã Aisin Gioro, conhecido como a dinastia Qing ou Manchu, é a família que ascendeu ao trono da China em 1644 e permaneceu no poder até 1911, quando foram destituídos por Sun Yat-sen e Yuan Shikai, pondo fim ao regime monárquico no país.

Campanha do Autofortalecimento (1860), a Reforma dos Cem Dias (1898) e as Reformas Tardias (1901) (MAGNO, 2015, p. 22). Contudo, a força necessária para debelar esta rebelião, foi conquistada ao custo de fragilizar a autoridade política central, devido à constituição de exércitos locais, descentralização da tributação e cessão de parte da soberania a potências estrangeiras (SPENCE, 1991, cap. 8).

A Campanha do Autofortalecimento foi a resposta de Beijing à Revolução Taiping. Esse movimento foi encabeçado pelo principal estadista da corte Manchu, Li Hongzhang⁷. O Autofortalecimento incluía uma série de iniciativas para a modernização do Estado chinês que incluía a aquisição de tecnologias estrangeiras, fábricas, construção de infraestrutura (telégrafos, ferrovias), aquisição e fabricação de armamento ocidental moderno e o ensino de disciplinas ocidentais. Entretanto, o Autofortalecimento não previa reformas institucionais e não conseguiu criar uma burguesia nacional desligada da economia de enclave que vigorava nas concessões ocidentais.

O fracasso do Autofortalecimento tornou-se patente com a derrota chinesa na Primeira Guerra Sino-Japonesa, oriunda da tentativa falha de estabelecer um coprotetorado na Coreia⁸. Os esforços de modernização das forças armadas chinesas provaram-se insuficientes e, a partir desse momento, ficou clara também a necessidade de reformas institucionais. Dessa forma, o modelo de monarquia constitucional e o exemplo da Restauração Meiji (discutido a seguir) se tornaram o norte do esforço de reformas chinês.

A Restauração Meiji serviu de inspiração para a Reforma dos Cem Dias (1898) que incluía, em seus éditos iniciais, a criação de um Ministério da Agricultura, a reforma do sistema de admissão para o serviço público e a criação de um exército nacional de conscritos, além de permitir o acesso de outras camadas da sociedade ao Imperador (até o momento apenas altos funcionários poderiam submeter memoriais ao Imperador). No entanto, após o centésimo dia de reforma, o Imperador Guangxu (1871-1908) sofreu um golpe de Estado perpetrado pela Imperatriz viúva Cixi que abortou o processo de reformas.

A pauta das reformas só retornaria após o fracasso completo da Rebelião Boxer (1901)⁹. O principal resultado deste evento foi a oficialização do sistema de zonas de influência sobre a

⁷ Li Hongzhang foi comandante das forças Qing que combateram a Revolução Taiping, sendo promovido a principal mandarim encarregado da política externa e das reformas modernizadoras. Colocava-se como mediador entre os interesses das potências estrangeiras e a posição irredutível da corte manchu, que teve de se adaptar às novas condições impostas pelo sistema internacional (KISSINGER, 2011, p. 84).

⁸ Como será abordado a seguir, Japão e China estabeleceram o coprotetorado sobre a Coreia em 1884 que veio a fracassar no mesmo ano.

⁹ A Sociedade dos Boxers surgiu na província de Shandong, como uma reação ao período de crise econômica e política. Sua formação se deu no contexto da derrota da China na primeira Guerra Sino-Japonesa e do aumento

China a partir do Tratado das Oito Potências¹⁰ com a China (1901), também conhecido como Protocolo Boxer: o país foi forçado a pagar uma pesada indenização que comprometeu seriamente as finanças do Estado. Além da indenização, a China recebeu outras demandas humilhantes como a execução de funcionários e missões diplomáticas de contrição para Japão e Alemanha. Outra implicação relevante foi a ocupação permanente da Manchúria pela Rússia, fato que se tornaria estopim da Guerra Russo-Japonesa. De fato, a China, por meio do Protocolo Boxer, havia oficializado sua relação de dependência com o centro do Sistema Internacional e de produção capitalista.

Se, por um lado, o Protocolo Boxer representou a partilha da China, por outro, consistiu em uma prefiguração remota do que hoje denominamos regimes internacionais¹¹ (MAGNO, 2015, p. 23). Ao estipular zonas de influências, o Tratado criava condições para a governança multilateral com relação à atuação das potências estrangeiras sobre a China (MARTINS, 2013, p. 185).

No contexto interno chinês, a derrota da rebelião dos Boxers levou à retomada da agenda modernizadora. Devido ao impacto dos eventos ocorridos e temendo pela manutenção de sua dinastia no poder, a Imperatriz Cixi solicitou aos altos funcionários, em 1901, propostas para a reforma do Estado chinês (ROBERTS, 2011, p. 230–231). O resultado foi a retomada da agenda da Reforma dos Cem Dias. Após a vitória de Tóquio na Guerra Russo-Japonesa (1905), confirmou-se o intento da adoção do modelo de reforma japonês. Dessa forma em 1908 o governo Manchu comprometeu-se com a eleição de assembleias provinciais e a promulgação de uma constituição até 1916, além de convocar o parlamento no ano seguinte.

Somente em princípios do século XX a China se empenhou de fato em um programa amplo de reformas, mais de cinquenta anos após o Tratado de Nanjing. As tentativas anteriores de reformas pontuais, do período do Autofortalecimento, mostraram-se insuficientes e a

da pobreza relacionado à crise econômica. Os Boxers tinham como lema “reviver os Qing, destruir os estrangeiros”. Inicialmente reprimidos pelo governo central, receberam o apoio da Imperatriz Cixi e da elite manchu quando se aproximaram de Beijing. Desse modo, o Exército Imperial passou a lutar ao lado dos revoltosos. Esta mudança de posição ocorreu porque a rebelião passou a ser vista como uma oportunidade de derrotar as potências externas. Ao derramamento de sangue da população estrangeira, seguiu-se a chegada de tropas que esmagaram a união dos revoltosos com o Exército Imperial (BODIN, 1979, p. 79). Esta força era formada por cerca de 20 mil soldados, compostos por 10 mil japoneses, 4 mil russos, 3 mil britânicos, 2 mil americanos, 800 franceses, 200 alemães, 58 austríacos e 53 italianos (BODIN, 1979, p. 79). Nota-se que mesmo com metade dos soldados, o Japão atuou em cooperação com as demais potências — incluindo os Estados Unidos.

¹⁰ Reino Unido, Japão, Rússia, Estados Unidos, França, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália

¹¹ No sentido de que representou uma concertação excludente entre as potências, o paralelo da partilha da China do Protocolo Boxer é a partilha da África como resultado da Conferência de Berlim (1884-85). Os dois eventos foram as principais iniciativas de concertação multilateral entre as grandes potências desde o Congresso de Viena de 1815.

resistência dentro da família imperial, principalmente dos partidários da Imperatriz Cixi, fez com que as reformas fossem adiadas mais ainda. A institucionalização da relação de dependência entre a China e as potências ocidentais, oriundas do protocolo Boxer, resultou no acirramento das contradições sociais chinesas. Ao fim, as reformas tardias da dinastia Qing tornaram-se o estopim da queda do Império. Três classes proeminentes consolidaram-se no decorrer do século XIX e tornaram-se as principais forças sociais na derrocada da Dinastia Qing e no período Republicano: os senhores da guerra (originários da repressão às rebeliões de meados do século XIX), a nova elite intelectual (resultante do novo sistema de ensino ocidental) e a “burguesia compradora”¹², composta por mercadores e banqueiros ligados ao comércio com as potências ocidentais. A correlação de forças entre essas três classes definiu a dinâmica política chinesa em seu primeiro período republicano. Elas convergiam na sua oposição à dinastia vigente: a instituição de um moderno exército nacional desagradou às milícias regionais, os intelectuais identificavam nos manchus uma das forças estrangeiras que ocupavam a China e a “burguesia compradora” não se interessava por reformas que fortalecessem o Estado chinês (MAGNO, 2015, p. 24).

Dessa forma, mesmo com a tentativa de antecipar a promulgação da Constituição para 1912, o Império Qing é derrubado e a República é proclamada em 1911, no evento conhecido como a Revolução Xinhai. A Revolução foi liderada por uma sociedade secreta formada em Tóquio, a “Tongmenghui” ou Aliança Revolucionária Chinesa, liderada por Sun Yat-sen. Esse grupo daria origem tanto ao Guomindang (GMD), quanto ao Partido Comunista Chinês (PCCh) (ROBERTS, 2011, p. 238–241). Entretanto, a vitória só foi possível devido à aliança com Yuan Shikai, comandante do Exército Beiyang (o núcleo moderno do exército imperial chinês), que se tornaria Presidente da República.

A queda da Dinastia Qing também significou a queda de todas as instituições imperiais. O resultado foi a criação de um grande vácuo de poder e a incapacidade de Beijing de impor o governo sobre as províncias chinesas, que passaram a ser governadas pelos potentados criados ainda à época da Revolução Taiping. Dessa forma, o governo de Yuan Shikai elegeu como prioridade a restauração de um governo central na China. Devido às fragilidades do Estado chinês e à falta de instituições, este novo governo central foi estabelecido com base em uma cadeia de lealdades pessoais envolvendo os mais de 1.300 Senhores da Guerra (CH’EN, 1968,

¹² O termo comprador na China Qing era ligado aos comerciantes e bancos que negociavam com as potências ocidentais. Mao Zedong utilizaria amplamente o termo burguesia compradora para designar a grande burguesia chinesa, avessa aos interesses nacionais e agentes aliados das forças imperialistas na China, em oposição à burguesia nacional.

p. 563), tendo como figura central Yuan Shikai. Somente com o reconhecimento de um governo central por parte dessas forças regionais acreditava-se que se poderia empreender o esforço de modernização e construção de novas instituições.

Entretanto, o desgaste necessário para fazer frente a rebeliões, guerrear Senhores da Guerra antagonistas ao governo de Yuan e cooptar os demais¹³, impedia que a China fosse capaz de fazer frente às pressões das potências ocidentais por mais concessões e à tentativa do Japão de consolidar sua zona de influência exclusiva no norte da China e Manchúria. Essa incapacidade ficou patente no episódio das 21 exigências japonesas (1915)¹⁴, em que Yuan Shikai foi forçado a aquiescer a parte das exigências japonesas.

A tentativa de manter boas relações com o Japão, enquanto se dava prioridade a um inimigo interno (neste caso os Senhores da Guerra que ainda se recusavam a reconhecer a autoridade de Beijing), acabou por progressivamente minar as bases de apoio de Yuan Shikai, principalmente nas áreas urbanas, onde o sentimento antijaponês era maior. Jiang Jieshi passou por processo semelhante ao reestabelecer um governo central sobre a China após o sucesso da expedição ao norte. Como será abordado adiante neste capítulo, Jiang estabelecerá seu governo com base na cooptação de Senhores da Guerra devido a falta de instituições capazes de garantir o governo sobre todo o território chinês (PAINÉ, 2012, p. 19, 64-65, 68-69). Assim, Jiang também optaria pela ênfase no combate a um inimigo interno (agora o Partido Comunista Chinês) enquanto tentava se conciliar com os japoneses, durante a década que antecedeu a Segunda Guerra Sino-Japonesa e a 2ª Frente Unida Nacional.

Em 1916, Yuan ainda tentou se autoproclamar Imperador em uma última tentativa de manter seu governo. Entretanto, como resultado, as províncias declararam progressivamente independência do governo central, que perdeu sua capacidade de governar. Após a morte de Yuan Shikai, em junho do mesmo ano, a fragmentação da China tornou-se inevitável. Assim, a China entrou em um período de descentralização, em que o governo de Beijing, apesar de reconhecido internacionalmente, não era mais capaz de governar para além dos limites de sua cidade. Esse período ficou conhecido como a Era dos Senhores da Guerra e só foi encerrado com a constituição de um novo governo central em 1928 por Jiang Jieshi.

¹³ No período entre 1912 e 1928 foram disputadas mais de 140 guerras intra e inter provinciais na China (CH'EN, 1968, p. 563)

¹⁴ As 21 exigências podem ser resumidas em um ultimato que solicitava maiores direitos de extraterritorialidade e mais exclusividades econômicas na Manchúria e Mongólia Interior, Administração conjunta de minas de carvão e minério na China central, não cessão de nenhum novo porto ou território para demais potências estrangeiras, presença de uma polícia japonesa e conselheiros econômicos no norte da China e novos direitos comerciais na província de Fujian. A aceitação dos termos provocaram grandes manifestações contra os japoneses e o primeiro grande boicote contra seus produtos (SPENCE, 1991, p. 285-286)

Divergências no equilíbrio entre modernização e ocidentalização iriam diferenciar os movimentos ou iniciativas de recuperação chinesa. Porém todas possuíam um objetivo comum: criar os meios para que a China pudesse se desfazer dos tratados injustos e permitir o desenvolvimento econômico e inserção internacional de forma autônoma (MAGNO, 2015, p. 25–26).

2.1.2 Restauração Meiji, modelo da Revolução Nacional

No Japão, ocorreu um processo de desagregação semelhante ao da China, porém sua superação foi bem-sucedida. Um exército organizado sob a bandeira do Imperador e liderado por uma pequena oligarquia, oriunda de quatro feudos do sul — Satsuma, Choshu, Hizen e Tosa¹⁵ — levantou-se contra as forças do xogunato Tokugawa. O resultado foi a deflagração de uma guerra civil, conhecida como guerra Boshin, e a derrubada do xogunato, dando início ao processo conhecido como Restauração Meiji em 1868. Sob o slogan “reverenciar o Imperador e expulsar os bárbaros”, os restauradores perseguiram a reversão dos tratados iníquos assinados com as potências ocidentais e a devolução ao Imperador dos poderes concedidos ao Xogum (HALL, 1985, p. 243). Este compromisso com a soberania é que torna atípica a nova oligarquia japonesa (MAGNO, 2015, p. 26). Foi com este propósito que derrotaram as forças do xogum Tokugawa e restauraram o poder do Imperador (ele próprio como símbolo da soberania). Verifica-se também por este slogan, e pela plataforma vitoriosa dos revoltosos, um esforço político consciente para a eliminação de estruturas econômicas e políticas pré-capitalistas, objetiva-se um Estado centralizado em uma monarquia constitucional, uma economia industrializada e um exército forte como forma de encerrar a relação de dependência com o ocidente e recuperar a autonomia nacional.

Os “restauradores” eram liderados e compostos por cerca de 20 samurais de média patente (administradores ou burocratas), que após a Restauração ficariam conhecidos como

¹⁵ Estes quatro feudos representavam os principais derrotados na batalha de Sekigahara (1600), em que ocorreu a vitória decisiva de Tokugawa Ieyasu e se deu início ao seu xogunato que governaria o Japão até 1868.

*Genro*¹⁶, de feudos historicamente adversários do Xogum¹⁷ (HALL, 1985, p. 245–246, 253). Apesar da ideologia antiocidental dos samurais revoltosos, sua vitória só foi possível através do intercâmbio que seus clãs tiveram com países do ocidente (HALL, 1985, p. 240). Dessa forma, nesses feudos, técnicas capitalistas de produção já haviam começado a ser implantadas. Além disto, foi criado um exército profissional formado por camponeses. Neste ponto pode-se observar como o Japão se enquadra na caracterização de subdesenvolvimento de Furtado, com o hibridismo ou sobreposição estrutural entre formas de produção capitalistas e pré-capitalistas, ou arcaicas (FURTADO, 2013, p. 128–129).

Como afirma Nakamura Kichisaburo:

Como foi possível, então, para esses quatro clãs forçarem o Xogunato a abandonar o poder político, o qual detinham a três séculos? A resposta pode ser encontrada na influência do capitalismo ocidental. Como um remédio para a pobreza de seus distritos, os líderes desses quatro clãs reformaram a administração e as finanças de seus territórios introduzindo ideias ocidentais de produção e indústria. O sucesso político foi o mais importante fruto dessa reforma (NAKAMURA, 1962, p. 29 tradução nossa).

É justamente essa contradição que permitiu a internalização de um centro dinâmico econômico com o seu próprio centro de decisão, capaz, através de uma política econômica consciente de desenvolvimento, tornar o Japão um país industrial desenvolvido. Assim, após a tomada do poder, os *Genro* iniciaram o seu próprio programa de reformas, inspirados pelo slogan “enriquecer a nação e fortalecer as Forças Armadas” (Fukoku Kyouhei) baseado em três princípios:

- a) centralização política e administrativa;
- b) constituição de uma economia industrial;
- c) formação de forças armadas modernas baseadas no sistema de conscrição.

Dessa forma, os líderes do governo Meiji esperavam cumprir a promessa da Restauração, elevar o Japão à condição de par das demais potências ocidentais revendo todos os tratados

¹⁶ “Genro” é designação usada no Japão para os samurais que promoveram a restauração Meiji. A literatura anglo-saxônica traduz a expressão como “oligarcas”. Contudo, entre nós, o termo oligarca é utilizado usualmente para designar a classe dos latifundiários, cujo poder depende do controle de recursos naturais e mão de obra. No Japão o que mais se aproxima disto são os *Daimios*, justamente contra os quais se levantaram os *genro*, portanto, “oligarca” induz a erro de interpretação. Além disto “caudilho” em nosso meio é utilizado para designar líderes cujo poder emana do carisma, ou prestígio, e da interferência na política através de bandos armados. A designação “caudilho” aproxima-se mais dos “Genro”, samurais intermediários, dotados de liderança e carisma, hábeis no uso de armas e na conduta de tropas (HALL, 1985, p. 246–247 *apud*; MOREIRA DA SILVA *et al.*, 2011).

¹⁷ O Xogunato ou *bakufu*, consistia em um regime militar ditatorial, comandado pela elite guerreira-administrativa, os samurais. A última dinastia que comandou este sistema feudal foi a Tokugawa, que perdurou de 1603 a 1868 garantindo a paz, coesão social e a união do Estado japonês por meio de um sistema de suserania e vassalagem entre o Xogum e os *daimios* (senhores feudais ou de terras) (MOREIRA DA SILVA *et al.*, 2011).

iníquos (NAKAMURA, 1962, p. 78–79). Eliminaram-se as estruturas arcaicas com a abolição das castas e dos privilégios dos samurais e a instituição de uma monarquia constitucional. Em suma, o objetivo dos *Genro* foi o de transformar o Japão em uma nação moderna e soberana, como confirmado pelo Imperador em sua Carta de Juramento¹⁸: aliar a ocidentalização com a criação de um Estado poderoso (HALL, 1985, p. 263).

Desse modo, a centralização política e administrativa se deu com a eliminação de todos os feudos e a constituição de províncias administradas por governadores nomeados por Tóquio. Além disso, implementou-se um amplo projeto de reforma agrária, eliminando todos os privilégios dos antigos *daimios* e modernizando a produção agrícola. Em troca de parte de suas terras, privilégios e prerrogativas, os antigos senhores foram agraciados com títulos na recém fundada nobliarquia imperial japonesa, o *kazoku*, aos moldes da nobreza europeia, o que lhes garantia cadeiras vitalícias na câmara alta da Dieta japonesa, a Casa dos Pares (NAKAMURA, 1962, p. 46). Além disso, os antigos *daimios* receberam, a título de compensação, uma enorme soma em títulos do governo (NAKAMURA, 1962, p. 46). Simultaneamente o novo governo Meiji implantou um ambicioso programa de industrialização, constituindo uma série de empresas estatais voltadas à manufatura de produtos industrializados para a exportação. Posteriormente, os títulos concedidos aos senhores de terra foram utilizados para comprar estas indústrias do Estado japonês (NAKAMURA, 1962, p. 46). Os antigos *daimios*, dessa forma, tornaram-se capitães da indústria, constituindo uma burguesia nacional e originando os grandes conglomerados industriais familiares que ficariam conhecidos como *zaibatsu*.

Em 1873 surgiu o primeiro grande desafio à nova ordem estabelecida pelo governo Meiji. Pressionados pela explosão demográfica e pela necessidade de insumos e matérias primas, o Japão passou a discutir o estabelecimento de uma zona de influência sobre a Coreia. À época o reino coreano era um Estado tributário e zona de influência do decadente Império Qing. Os *Genro*, no que veio a ser conhecido como o Debate Seikanron ou a Mudança Política de 1873, traçaram sua política para a Coreia. Havia duas posições: (1) estabelecer sua influência sobre o país a partir da diplomacia e a assinatura de tratados iníquos e (2) ocupar militarmente o país (NAKAMURA, 1962, p. 49). A primeira alternativa foi a adotada, pois esperava-se que o Japão, estabelecendo os seus tratados iníquos com a Coreia, facilitaria a negociação para a revisão de seus próprios com as potências ocidentais e também porque uma expedição militar nesse momento drenaria os recursos necessários para dar continuidade às reformas do governo

¹⁸ A Carta de Juramento foi um documento promulgado no ato de entronização do Imperador Meiji, evento marco da Restauração. O seu propósito era traçar as diretrizes do novo governo imperial, mais tarde os seus artigos constituirão o preâmbulo da Constituição Meiji de 1890, vigente até 1947.

Meiji e, principalmente, para modernizar as forças armadas do país (HALL, 1985, p. 261; NAKAMURA, 1962, p. 49–50, 78–79). Como resultado, em 1876, o Japão firmou o Tratado Nipo-Coreano de Amizade e em 1884 estabeleceu-se conjuntamente com o Império chinês um coprotetorado sobre a Coreia (NAKAMURA, 1962, p. 78; ROBERTS, 2011, p. 219–220).

Os resultados do debate Seikanron impuseram dois grandes desafios que influenciaram significativamente a consolidação das novas Forças Armadas Japonesas e do zaibatsu: a primeira é a Rebelião de Satsuma (1877) e a segunda, a 1ª Guerra Sino-Japonesa (1894–1895). A Rebelião de Satsuma foi liderada por Saigo Takamori, o principal *genro* derrotado no debate. Saigo via em uma expedição militar à Coreia uma solução para o descontentamento e o elevado índice de desemprego dos extratos médios e baixos da antiga classe samurai. Após sua posição ser derrotada, ele retornou a Satsuma, onde abriu uma série de escolas militares privadas reunindo uma força de mais de 30 mil homens que se sublevaram contra Tóquio (MOUNSEY, 1879, p. 232). O resultado foi uma guerra de seis meses, o primeiro desafio ao novo exército japonês, que reuniu uma força de aproximadamente 60 mil conscritos (MOUNSEY, 1879, p. 231–232). A vitória do exército imperial consolidou definitivamente o novo sistema de conscrição e a continuidade de seu programa de modernização, além de vencer a última resistência da antiga classe samurai¹⁹ (HALL, 1985, p. 261).

Já a 1ª Guerra Sino-Japonesa foi primeiro teste da nova marinha e demonstrou a superioridade do zaibatsu japonês ante a indústria chinesa criada pela campanha do autofortalecimento (ROBERTS, 2011, p. 216). A guerra foi travada devido ao fracasso do sistema de coprotetorado da Coreia. No segundo dos oito meses da guerra, em setembro de 1894, a Japão destruiu a frota chinesa e nos meses subsequentes os japoneses tomaram posições estratégicas nas penínsulas coreana e de Liaodong. Como resultado o Japão anexou Taiwan e recebeu uma concessão em Liaodong, mais tarde revogada devido à pressão russa, além de tornar a Coreia sua zona de influência exclusiva. A mobilização da indústria para suprir o esforço de guerra japonês e sua consequente vitória, não só provou o sucesso do modelo do *zaibatsu*, como promoveu sua expansão, a consciência de classe na burguesia japonesa e sua articulação estreita com o governo e objetivos nacionais (NAKAMURA, 1962, p. 104). A vitória na guerra também serviu para abrir caminho para as negociações da primeira revogação

¹⁹ Apesar da vitória do governo imperial sobre a Rebelião de Satsuma representar a derrota final sobre os samurais, o Imperador dispensou perdão póstumo à Saigo Takamori. Posteriormente esse evento foi celebrado no Japão, Saigo elevado a herói Nacional e a Rebelião símbolo da superioridade samuraica e do *bushido*, elementos que serão incorporados às forças armadas japonesas, apesar de sua natureza agora de conscritos. Na década de 1930 a ideologia do *bushido*, agora extremamente romantizada, seria utilizada para justificar o discurso da superioridade da raça e dos militares japoneses.

de um tratado iníquo japonês. Ainda em 1894, o Reino Unido renunciou ao seu direito de extraterritorialidade para alíquotas de importação japonesa, no que foi seguido por outras potências ocidentais nos anos subsequentes (MIYAZAKI, 2009, p. 27).

O resultado vitorioso da 1ª Guerra Sino-Japonesa e a necessidade de prover os recursos necessários para a expansão de sua indústria direcionaram os interesses japoneses para a Manchúria e suas reservas de carvão, colocando os seus interesses em rota de colisão com a Rússia. O Japão já havia manifestado o seu interesse pela Manchúria através de sua malfadada tentativa de garantir uma concessão na Península de Liaodong, em Port Arthur, porta de entrada para a Manchúria. A partir desse momento o Japão investiu pesadamente em empreendimentos ligados à infraestrutura ferroviária e à exploração de carvão na região. A Rússia, por sua vez, disputava esta região com os Qing desde o século XVII, já havia garantido os seus interesses na região com a vitória sobre o Reino Unido no cerco à Petropavlovski em 1854 (durante a guerra da Crimeia) e em 1860, através do tratado iníquo da Convenção de Beijing, anexou a Manchúria exterior (até hoje território russo). O resultado foi a escalada da competição e das tensões entre Japão e Rússia e a eclosão da Guerra Russo-Japonesa em 1905. A consequente vitória japonesa teve dois principais resultados:

- a) a garantia dos recursos necessários para a expansão e consolidação de sua economia industrial, através do estabelecimento de sua zona de influência exclusiva sobre a Manchúria;
- b) elevou o Japão ao status de grande potência, entrando para a história como a primeira nação asiática a vencer uma potência europeia.

Outro evento de extrema importância para a consolidação do Japão como uma potência de primeira linha foi a Rebelião Boxer (1899–1901). O Japão foi o principal participante na Aliança das 8 Nações, responsável pela derrota dos insurgentes. A sua capacidade militar impressionou as potências ocidentais, especialmente o Reino Unido, que viu no Japão um potencial aliado para a contenção do Império Russo no extremo oriente. Dessa forma, os ingleses firmaram a Aliança Anglo-Japonesa em 1902, garantindo o ingresso do Japão na arquitetura do Sistema Internacional vigente com o apoio da potência hegemônica à época. Isso, além de ter viabilizado e legitimado a campanha japonesa contra a Rússia, garantiu a manutenção dos interesses japoneses na Manchúria após a sua vitória. A aceitação da potência hegemônica, da entrada do Japão no rol das grandes potências do período, permitiu que Tóquio renegociasse os tratados iníquos firmados com as demais potências, progressivamente abolindo-os.

Dessa forma, os *genro* haviam cumprido o compromisso firmado na Restauração Meiji: industrializaram o país, elevaram o Japão à condição de par perante as demais grandes potências e haviam constituído forças armadas capazes de garantir os seus interesses na região e perante o Sistema Internacional. O Japão, ao contrário da China Qing, havia conquistado sua Revolução Nacional: havia internalizado os seus Centros de Decisão através de uma economia industrial consolidada por um sistema de manufaturas próprio e original, o zaibatsu, da centralização administrativa e de forças armadas fortes o suficiente para proteger as conquistas anteriores e garantirem os seus interesses no meio internacional. Com isso, Tóquio obteve o reconhecimento das demais potências, garantido pela Aliança com a potência hegemônica do período, o Reino Unido.

Por estes motivos, Celso Furtado tem a Restauração Meiji como referência de política de desenvolvimento bem-sucedida (FURTADO, 1962, p. 9, 2013, p. 220–221). Apesar de em sua teoria a esfera militar do fenômeno estar pouco desenvolvida, percebe-se que a própria implantação de políticas de desenvolvimento, no caso do Japão, levou em conta a modernização militar e a preparação para a guerra.

Interessante notar que, no período descrito acima, mesmo após a 1ª Guerra Sino-Japonesa, uma rota de colisão entre China e Japão ainda não era certa. Principalmente após a vitória japonesa na Guerra Russo-Japonesa, o Japão e o seu processo de modernização bem-sucedido tornou-se exemplo para os demais países da Ásia²⁰ (MAGNO, 2015, p. 30–31). O Japão procurou utilizar-se dessa imagem para a formulação de sua política externa. Boa parte da elite intelectual chinesa era formada no Japão. Nomes como Sun Yat-sen, Jiang Jieshi e Zhou Enlai estudaram em Tóquio (LIMA FIGUEIREDO, 1941, p. 45, 47). A elite japonesa promovia centros de cultura pan-asiáticos, tendo como um dos principais fomentadores desta política o pai do primeiro-ministro Konoe Fumimaro (primeiro-ministro de 1937 à 1941), Konoe Atsumaro (HOTTA, 2007). A política que o Japão tentaria buscar era a da integração econômica com a China. Entretanto, especialmente para a China, a imagem japonesa deteriorou-se após o episódio das 21 demandas. Posteriormente, os desenvolvimentos na esfera internacional e a implosão do sistema político construído na Restauração Meiji, colocariam os dois países na rota de uma guerra total, como será discutido a seguir.

²⁰ O modelo japonês teve impacto mesmo fora da Ásia. A influência da Restauração Meiji sobre a constituição etíope de 1931 no contexto da “Restauração Haile Selassie” é um notável exemplo.

2.2 CONTEXTO DO SISTEMA INTERNACIONAL: O PERÍODO ENTRE GUERRAS

Da mesma forma que o avanço das potências europeias e a assinatura dos tratados desiguais redefiniram os objetivos nacionais e o padrão de inserção internacional de China e Japão, o resultado da Primeira Guerra Mundial implicou novos desafios para ambos neste processo. A Paz de Paris deixou ambas delegações asiáticas descontentes. Na China, o resultado das negociações de Paris seria o estopim para Movimento Quatro de Maio (1919). O Movimento consistiu em uma série de protestos promovidos por estudantes e intelectuais que tinham como principal reivindicação o não reconhecimento do Tratado de Paris no que dizia respeito à concessão da península de Shandong (antiga possessão alemã) ao Japão. O principal legado desse movimento foi o surgimento do Partido Comunista Chinês (PCCh) e a criação da 1ª Frente Unida entre o Guomindang (GMD) e o PCCh (VISENTINI *et al.*, 2013, p. 101), dentro do espírito de reunificação e da construção de um Estado forte chinês a partir dos Três Princípios do Povo de Sun Yat-sen²¹: *mínzú* 民族 Governo do Povo; *mínquán* 民權 Governo pelo povo e *mínshēng* 民生 Governo para o povo, também usualmente traduzido como, nacionalismo, democracia e bem-estar, respectivamente.

Para o Japão, apesar de reconhecido o seu mandato nas ilhas do Pacífico e em Shandong, os principais resultados esperados não foram obtidos em Paris. Primeiramente, as potências ocidentais recusaram-se a reconhecer a igualdade racial entre os povos²², mantendo a justificativa ideológica para a dominação colonial. Em segundo lugar, o tratado mantinha o *status quo ante* no Sistema Internacional, na medida em que mantinha a Ásia dividida em zonas de influência sob a lógica do monopólio comercial colonial²³. Para o sucesso do desenvolvimento japonês fora de uma lógica imperialista, era de vital importância o livre fluxo de bens e pessoas. Os desafios impostos por um novo momento de transição tecnológica e de expansão econômica e demográfica no Japão pressionavam o país no sentido de garantir mais e novos recursos (MAGNO, 2015, p. 32).

²¹O Dr. Sun Yat-sen foi um dos principais intelectuais deste movimento que tinha como definição as seguintes metas: 1.) a libertação do país do jugo imperialista; 2.) um governo voltado ao povo e às necessidades da nação em detrimento das elites aristocráticas que governavam o país e levaram o mesmo a este estado catatônico e; 3) a criação de uma Assembleia Nacional e de uma democracia baseada nos moldes ocidentais e no fortalecimento da administração pública (ROBERTS, 2011, p. 237).

²²Devido às leis de restrição de “pessoas de cor”, os japoneses eram impossibilitados de abrir negócios e de adquirir móveis ou propriedades nos países que adotavam regras raciais.

²³ Isso significa, na nomenclatura de Robert Gilpin (GILPIN, 1981), que Paris não trouxe uma “mudança de sistema” apesar das intenções para tanto. O que houve foi uma “mudança sistêmica”: mudaram os administradores do sistema e algumas de suas características, mas não a sua natureza e a de seus atores.

Essa impressão pode ser sumarizada em três trabalhos de Kono Fumimaro, futuro primeiro-ministro à época da eclosão da Segunda Guerra Sino-Japonesa e integrante da comitiva japonesa à Paris juntamente com o último *Genro* e seu mentor político Saionji Kimonchi: “Rejeitando a Paz Anglo-Americana” de 1918 (OKA, 1992, p. 10–13), “Melhorando o Nosso Mundo” de 1933 (OKA, 1992, p. 31–32) e o discurso “A Questão Básica para a Paz Internacional” de 1935 (OKA, 1992, p. 41–44).

A guerra eclode pelas condições desiguais existentes entre as nações. Uma distribuição de terras dificilmente pode ser descrita como razoável quando relega um território restrito a algumas nações com populações crescentes e capacidade de expansão, enquanto outras nações escassamente povoadas gozam de vastos territórios e recursos abundantes. [...] A Primeira Guerra Mundial pouco tem a ver com a justiça versus força bruta. Foi um conflito entre nações avançadas que se beneficiariam da manutenção do status quo e as nações menos desenvolvidas que buscavam destruí-lo. Assim, não é apenas fútil como também não razoável e injusto tentar eliminar a guerra enquanto a real causa do conflito, as condições desiguais do mundo, permanecem intactas. O que podemos fazer para remover estas condições e alcançar a paz verdadeira? Pelo menos a liberdade de transações econômicas deve ser garantida e a liberdade de migração deve ser reconhecida. [...] Entretanto, europeus e americanos condenam as ações japonesas na Manchúria e na Mongólia em nome da paz mundial. Eles nos criticam em nome da Liga das Nações e do Pacto Kellogg-Briand e alguns, inclusive, chamam a nós, japoneses, inimigos públicos da paz e da humanidade. Isto quando os Europeus e Americanos são, de fato, a barreira intransponível para a paz mundial (KONOE apud OKA, 1992, p. 31–32 tradução nossa).

Mesmo tendo sido elevado ao rol das grandes potências e aumentado sua liberdade em termos de política externa, o Japão deparava-se com um dilema. Por um lado, defender a nova ordem do pós-grande-guerra, fundamentada em negociações *ad-hoc* em detrimento da construção de regimes por intermédio da Liga das Nações, no anti-comunismo e no congelamento da hegemonia econômica britânica e estadunidense²⁴. Por outro, os interesses japoneses residiam em expandir sua influência econômica pela Ásia, como forma de garantir a própria sobrevivência de sua economia, extremamente dependente da importação de insumos, especialmente da China. Era vital para o Japão garantir a estabilidade na China (PAINE, 2012, p. 21–22). Para isto o Japão pretendia consolidar sua liderança sobre a Ásia, seja por defender parcerias em termos iguais com os países da região, seja por uma política expansionista (TOGO, K., 2005, p. 9–10).

²⁴A categoria Internacionalismo Conservador foi utilizada por Robert Schulzinger para analisar o conteúdo da diplomacia do entre-guerras. Pode-se afirmar que as iniciativas diplomáticas deste período se caracterizaram pela predominância de acordos e tratados negociados caso a caso entre as grandes potências sobre as organizações internacionais. O anticomunismo se apresentava como o elemento de consenso do Internacionalismo Conservador. A entrada da URSS e a saída do Japão da Liga das Nações demonstraram o esgotamento desse modelo. (SCHULZINGER, 2002 apud MARTINS, 2013, p. 185).

A partir da Paz de Paris, o Japão comprometeu-se com a política de Portas Abertas dos Estados Unidos e com a governança de áreas de influência sobre a China e o restante da Ásia. Esse compromisso estava expresso no Acordo Lansing-Ishii (1917), firmado entre EUA e Japão. Os termos do Acordo foram posteriormente confirmados pelo tratado das Nove Potências²⁵ de 1922. Além disso, na mesma ocasião, o Japão havia se comprometido com uma limitação de sua esquadra na Conferência Naval de Washington.²⁶ Por fim, em 1928, o Japão e demais potências assinaram o Pacto Kellogg-Briand²⁷, renunciando ao direito à guerra para a resolução de disputas, que deveriam ser dirimidas por meio de arbitragem. Paradoxalmente, o ingresso do Japão na arquitetura institucional do Internacionalismo Conservador²⁸ acabou por limitar as suas opções diplomáticas. Isso porque o crescente perfil protecionista da economia internacional ao final da década de 1920 — somado à falta de mecanismos de arbitragem para questões comerciais — criava tensões no sistema internacional que as normas propostas por estes acordos não lograram resolver. Do ponto de vista dos países em processo de modernização, como era o caso do Japão, a dificuldade em acessar recursos e mercados constituía-se em obstáculo para a consolidação do seu sistema industrial de manufaturas (MAGNO, 2015, p. 33).

Togo Shigenori²⁹ pondera que as causas da guerra no contexto do sistema internacional da primeira metade do século XX estão relacionadas com o princípio da soberania e o desenvolvimento capitalista. A principal contradição seria entre o sistema de soberanias nacionais do período e o imperativo do desenvolvimento econômico. A existência de colônias

²⁵ Japão, EUA, Bélgica, Reino Unido, China, França, Itália, Holanda e Portugal.

²⁶ A Conferência Naval de Washington produziu três tratados principais: o Tratado das Cinco Potências (também conhecido como Tratado Naval de Washington), o Tratado das Quatro Potências (entre Japão, Reino Unido, Estados Unidos e França) e o Tratado das Nove Potências (referenciado acima). O Tratado Naval de Washington de 1922 definia a limitação de tonelagem das frotas navais das nações vencedoras da Primeira Guerra, a fins de evitar uma nova corrida armamentista na região. Os Couraçados eram na época as armas decisivas de batalha pela doutrina naval da época, devido sua capacidade de poder de fogo, armadura e projeção de força e por esta razão, estes tipos de navios receberam restrições pela convenção por definir a capacidade de força de uma frota. Assim, o Tratado de Washington buscava cumprir de forma multilateral o que os tratados SALT e START objetivavam no contexto da Guerra Fria (MARTINS, 2013b, p. 186). A tonelagem máxima estabelecida por país foi de 580 mil t. (Reino Unido); 500 mil t. (Estados Unidos); 300 mil t. (Japão); 220 mil t. (França) e 180 mil t. (Itália).

²⁷ O Pacto Kellogg-Briand de 1928 foi um acordo internacional no qual os signatários abdicavam da guerra como instrumento de política nacional, ou seja, como meio de solução de conflitos ou disputas internacionais. O conceito da criminalização da guerra foi reforçado na Carta das Nações Unidas.

²⁸ Uma série de tratados e acordos foram assinados neste período. Os principais são: 1) o Acordo Lansing-Ishii (1917), 2) a Paz de Paris (1918), 3) o Tratado Naval de Washington (1922), 4) o Pacto Kellogg-Briand (1928) e 5) o Tratado Naval de Londres (1930). Tomados em conjunto, estes acordos prefiguram a existência de um regime internacional para o leste asiático.

²⁹ Togo Shigenori, ministro das Relações Exteriores (1941–1942 e 1945), era contra uma ação belicosa ante as potências ocidentais e advogava que o Japão deveria consolidar sua liderança regional através da premissa de construir uma comunidade de nações regionais através da promoção do comércio, desenvolvimento tecnológico e segurança contra excursões estrangeiras. O argumento se baseia no fato de que o país prosperou, após 1868, mais com ações de cooperação do que com os engajamentos militares (TOGO, S., 1956).

e o protecionismo vigente entrava em conflito com a necessidade dos países em encontrar matérias-primas e mercados para assegurar o processo de industrialização. O segundo elemento seria a ineficácia dos regimes internacionais vigentes. Os tratados não só falhavam em solucionar as tensões existentes como eles próprios as geravam, por serem discriminatórios e por não possuírem mecanismos adequados às necessidades do sistema internacional (TOGO, S., 1956, p. 111–112).

O dilema diplomático do Japão se tornou evidente durante os cinco anos e meio em que Shidehara Kijuro³⁰ ocupou o posto de ministro das Relações Exteriores do Japão. Nesse período, o Japão procurou aplicar uma política baseada simultaneamente no compromisso com Reino Unido e Estados Unidos, além de uma aproximação com a China baseada no livre comércio e na não intervenção em assuntos internos (TOGO, K., 2005, p. 17–18). Entretanto, a severa depressão econômica a partir de fins da década de 1920 fortaleceu a posição de militares e da iniciativa privada japonesa em torno da ampliação de gastos militares e da garantia de uma esfera de influência não apenas na Manchúria ou Mongólia, mas em toda a China. A posição de Shidehara também se tornou cada vez mais insustentável devido às tensões provocadas pela falta de normatização na economia global. A arquitetura internacional promovida pela Liga das Nações e as potências ocidentais, apesar de procurarem evitar conflitos, era deficiente na criação e imposição de regimes internacionais nas áreas comercial, econômica e financeira, o que restringia as opções das potências emergentes em um cenário de depressão, crise econômica internacional e crescente protecionismo.

A aliança com o Reino Unido passou a perder a sua *raison d'être* com a inflexão do Sistema Internacional do século XIX para o XX. Além da mudança do sistema baseado em alianças bilaterais em direção à concertação multilateral, os principais motivadores da aliança não estavam mais presentes. O Japão já tinha se recuperado dos tratados desiguais e podia garantir seus interesses no leste asiático. A Alemanha e a Rússia, que consistiam nas maiores antagonistas do Reino Unido e do Japão respectivamente, estavam enfraquecidas na década de 1920. Isso, somado à entrada dos EUA no cálculo de governança mundial, acarretou um tratado quadrilateral entre Reino Unido, Japão, EUA e França durante a Conferência Naval de Washington, que substituiu as antigas alianças bilaterais (TOGO, K., 2005, p. 17).

Segundo Togo Shigenori (1956), as relações com os EUA começaram a se deteriorar a partir deste momento:

³⁰ Shidehara foi ministro das Relações Exteriores duas vezes, de 1924 até 1927 e novamente de 1929 até 1931.

[N]a Conferência pós-guerra de Washington, os Estados Unidos, no esforço de perpetuar a política de Portas abertas na China, obteve êxito em causar a ab-rogação da Aliança Anglo-Japonesa e sua supressão pelo Tratado das Nove Potências, ao mesmo tempo em que restringia o poderio do Japão no Pacífico através do Tratado de Limitação Naval. As relações nipo-americanas deterioraram-se progressivamente em diante (TOGO, S., 1956, p. 106 tradução nossa).

Pode-se dizer com segurança que o propósito que orientou o Japão nos anos entre as guerras foi o de libertar-se das obrigações dos tratados celebrados na Conferência de Washington. O Tratado das Nove Potências, em particular, exerceu uma grande influência sobre as relações nipo-americanas a partir de então. [...] O Japão, especialmente o Ministério das Relações Exteriores, nunca compreendeu o quão resoluto era o compromisso dos Estados Unidos com o Tratado das Nove Potências, e ao princípio das Portas Abertas no qual ele foi baseado, o quão obstinada era a intenção americana de mantê-lo até o fim, mesmo correndo o risco de ir à guerra por ele; esse estado de coisas certamente existia desde antes da eclosão do Incidente da Manchúria, assim como nos dias de Matsuoka e, daí em diante (TOGO, S., 1956, p. 106–107 tradução nossa).

Ao passo que o Japão veio a agir e a ser considerado como a força de estabilização no Extremo Oriente, surgiram atritos, e o país também passou a estar em conflito frequente com os Estados Unidos e outros países. [...] Essas condições tinham seu reflexo natural dentro do Japão. À medida que o Japão, no curso normal de seu desenvolvimento capitalista em expansão para o continente, encontrou-se em oposição naquele estágio pela Grã-Bretanha e pela América, os militaristas e outros, aproveitando a crescente onda do expansionismo, começaram a aceitar a ideia de que a nação deveria se preparar para uma guerra, que seria o fim inevitável do confronto com as potências ocidentais. (TOGO, S., 1956, p. 107, 109 tradução nossa).

Apesar da posição de Togo, o Reino Unido apresentou um comportamento mais ambíguo em relação à deterioração das relações nipo-estadunidenses. A Aliança Anglo-Japonesa de 1902 foi o que garantiu, durante a Primeira Guerra Mundial, a escolta de tropas da ANZAC³¹ e a defesa de suas possessões na Ásia e no Pacífico, liberando a armada inglesa para defender o seu território (BUCHANAN, 2010, p. 153–154). Ela só foi substituída pelo Tratado das Quatro Potências após pressão estadunidense e amplo debate no parlamento britânico. Ao mesmo tempo, o Reino Unido abdicou de sua superioridade marítima em favor do Tratado das Cinco Potências da Conferência Naval de Washington. Conjuntamente com os EUA, Londres comprometeu-se a não criar novas fortificações em suas posições ao norte de Malaca e no Pacífico para garantir que o Japão anísse a estes tratados (BUCHANAN, 2010, p. 163)³². Os partidários de uma aliança anglo-estadunidense venceram o debate, mas ficava em aberto a defesa do Império britânico na Ásia, principalmente após os grandes cortes nos investimentos da Marinha Real promovidos por Churchill em seu mandato como Ministro das Finanças. A

³¹ Australia and New Zealand Army Corps.

³² Aqui é possível fazer uma analogia com o conceito de *buck-passing* como apresentado por John Mearsheimer (2001, p. 157–158). O Reino Unido, ao apoiar a ascensão do Japão, procurava proteger suas colônias e rotas marítimas no extremo oriente do assédio de outras potências e assim repassava os custos da hegemonia.

justificativa que se utilizou foi a de não acreditar em uma possível guerra com o Japão³³ (BUCHANAN, 2010, p. 166). Essa era uma posição deveras ingênua para quem defendia uma aliança anglo-estadunidense em detrimento de seus territórios no Pacífico. Ainda mais levando em conta que era clara a noção, para o Parlamento do Reino Unido, de que o fim da aliança anglo-japonesa colocava os antigos parceiros asiáticos em rota de colisão com o domínio britânico na região³⁴.

Esse debate retornou à pauta no Reino Unido e dividiu o seu parlamento no Incidente da Manchúria. Os EUA pressionavam Londres a impor sanções contra o Japão, seguindo os preceitos da Doutrina Stimson³⁵, adotada pelo novo governo Roosevelt. Parte do parlamento britânico e principalmente o Ministério das Relações Exteriores argumentavam que o Reino Unido não possuía nenhum compromisso com a integridade territorial e soberania chinesas (BUCHANAN, 2010, p. 172; O'BRIEN, 2004, p. 267). Os britânicos temiam pelo futuro de seu império na Ásia no caso de uma guerra na Europa, como observou Neville Chamberlain, então Chanceler do Exchequer³⁶, em defesa de uma reaproximação com o Japão em memorando em 1934:

[...] se tivéssemos de considerar a divisão de nossas forças a fim de proteger nossos interesses no Extremo Oriente e, ao mesmo tempo lutar numa guerra na Europa, não apenas a Índia, Hong Kong e Austrália ficariam em terrível perigo, como nós mesmos estaríamos diante de enorme tribulação causada por uma Alemanha completamente armada e organizada (CHAMBERLAIN apud BUCHANAN, 2010, p. 172).

Da mesma forma a Doutrina Stimson foi vista como o primeiro passo para a guerra pelos japoneses, como afirmou Togo Shigenori (1956):

Depois de assumir a Presidência em 1933, Roosevelt apoiou a Doutrina Stimson sem reservas e esforçou-se para conter o crescimento da influência política do Japão no continente, que ele considerava uma ameaçadora violação à valorizada Política Estadunidense de Portas Abertas. Sugeriu-se até mesmo que a principal finalidade do reconhecimento estadunidense do governo soviético em novembro de 1933, depois de muitos anos de não reconhecimento, era romper a amizade russo-japonesa; esse foi,

³³ Apesar do debate estratégico, a principal razão por trás dos cortes de gastos promovidos por Churchill estava mais relacionada a uma abordagem liberal para solucionar os problemas econômicos ingleses resultantes da Primeira Guerra Mundial (FONTE).

³⁴ Buchanan (2010, p. 155–156, 162) detalha os debates sobre esse tema desde a Conferência de Paris. Figuras políticas como Lloyd George, Bill Huges e David Beatty alertaram sobre a questão da aliança e da redução da frota.

³⁵ O Secretário de Estado dos Estados Unidos de Hoover, Henry Stimson, anunciou em 7 de janeiro de 1932 que o país não reconheceria as mudanças internacionais oriundas do uso da força. Entretanto, a Doutrina Stimson aplicava-se exclusivamente à política externa japonesa e não a outro país, o que enfraqueceu a ala civil do gabinete do Primeiro-Ministro Inukai Tsuyoshi assim como os segmentos que buscavam uma maior cooperação com as Potências Ocidentais.

³⁶ Análogo ao cargo de Ministro das Finanças.

de qualquer modo, o primeiro passo no longo caminho para Yalta (TOGO, S., 1956, p. 109 tradução nossa).

Outro fator que não pode ser negligenciado é a resposta encontrada pelas grandes potências para responder ao desafio imposto pela transição tecnológica da primeira para a segunda fase da Revolução Industrial: o capitalismo de estado (MARTINS, 2013, p. 184). A partir desse momento, só teriam condições de se manter como polos no Sistema Internacional aquelas potências que dispusessem de vastos territórios e recursos naturais, como EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Aquelas que não possuíssem, como Reino Unido e Japão, necessitavam compensar através da manutenção de esferas de influência, monopólios e custosos aparatos coloniais. O Japão via a resposta para esse desafio na sua relação com a China. Para manter suas pretensões de liderança no leste asiático, ou o Japão encontraria um novo mecanismo de integração com o continente, ou se utilizaria da expansão militar. Como será exposto adiante, o Japão acabou optando pelo caminho da força devido a uma série de fatores conjunturais políticos, econômicos e sociais.

2.3 CONTEXTO ESTRATÉGICO CHINÊS: REUNIFICAÇÃO CHINESA E A EXPEDIÇÃO AO NORTE

Após a morte de Yuan Shikai em 1916, a China sofreu com um vácuo de poder. Assim, teve início a Era dos Senhores da Guerra que só se encerrou em 1928 com a conclusão da expedição ao norte de Jiang Jieshi (Chiang Kai-shek). Esse período foi de elevada descentralização política e de, praticamente, ausência de um governo central, apesar das grandes potências continuarem a reconhecer o governo de Beijing como o único representante da totalidade do território e da população chinesa. É a partir desse vácuo de poder que o Guomindang, que havia sido proibido ainda durante o governo de Yuan Shikai, encontrou espaço para reestruturar-se e liderar a reunificação do território chinês a partir das negociações e campanhas militares de Jiang Jieshi. Foi nesse momento também que o Partido Comunista Chinês se estruturou e criou sua primeira base no sul da China.

Apesar do período dos senhores da guerra ser considerado uma etapa sombria da história chinesa, Roberts (2011, p. 246) argumenta que existem alguns pontos positivos a serem destacados. As exportações e o número de indústrias modernas aumentaram durante a Primeira Guerra Mundial e a produção industrial aumentou 300% entre os anos de 1916 e 1918 (ROBERTS, 2011, p. 246). Entretanto, esse resultado econômico positivo ainda estava ligado aos interesses das economias de enclave existentes nas concessões e zonas de influência das

grandes potências estabelecidas na China. O Estado chinês ainda carecia de seu próprio centro de decisão e de uma indústria ou burguesia ligada aos interesses nacionais. Carecia também de um exército nacional, que só seria reestabelecido através de nova cooptação dos Senhores da Guerra.

Nesse sentido, um dos principais marcos para a retomada do poder pelo Guomindang foi a criação da Academia Militar de Huangpu em 1924. A Academia foi responsável pela formação de um novo oficialato e lideranças chinesas, tanto comunistas, como Zhou Enlai, quanto nacionalistas, como Chen Cheng, e o seu primeiro comandante foi Jiang Jieshi.

A Academia foi uma concepção de Sun Yat-sen, como forma de organizar um novo exército e uma campanha para a retomada do controle do país pelo Guomindang (GMD). O empreendimento tornou-se um sucesso após o apoio financeiro e militar da União Soviética para a formação do exército nacionalista e o lançamento da campanha da Expedição do Norte em 1926 (PAINE, 2012, p. 51, 53). A Expedição do Norte, apesar da terminologia³⁷, consistiu em uma campanha militar de grandes proporções, reunindo oito exércitos do lado dos Nacionalistas, totalizando 2,2 milhões de homens, ao custo de 78 por cento de seu produto nacional e estendendo-se pela maior parte do território chinês, causando um número desconhecido de baixas civis e militares (PAINE, 2012, p. 51). O seu objetivo declarado era a reconquista do governo do país por parte do GMD e o objetivo não declarado era a definição pela liderança do partido e a base de alianças do futuro governo (PAINE, 2012, p. 51; ROBERTS, 2011, p. 252–255).

Após a morte de Sun Yat-sen em 1925 a liderança do GMD passou a ser disputada entre Jiang Jieshi, comandante do novo exército nacionalista e Wang Jingwei, considerado sucessor de Sun. O primeiro defendia o fim da frente unida com os comunistas, substituir o apoio soviético pelo japonês e consolidar uma base de governo semelhante à de Yuan Shikai, a partir da cooptação dos Senhores da Guerra (PAINE, 2012, p. 53). Já Wang, devido à sua proximidade a Sun, defendia a manutenção da aliança com o PCCh como a melhor forma para reunificar o país e se opunha à cooptação dos Senhores da Guerra, apesar de também acreditar necessária uma acomodação com os japoneses para possibilitar a reconstrução do Estado chinês (PAINE, 2012, p. 60).

³⁷ A nomenclatura das conflagrações na China entre a primeira guerra do Ópio e a fundação da República Popular da China pode ser enganosa. Como uma forma de minimizar a gravidade política destes eventos usualmente eram denominados de “expedições”, “incidentes” ou “rebeliões”, a depender do período. Somente as rebeliões Taiping, Nian e Donggan foram responsáveis por 50 milhões de mortes, para se ter uma perspectiva da escala, estima-se que a II Guerra Mundial foi responsável por ceifar 57 milhões de vidas (PAINE, 2012, p. 109)

A disputa entre Jiang e Wang resultou na divisão do GMD em dois governos: um sediado em Nanjing, liderado pelo primeiro, e outro em Wuhan, chefiado pelo segundo. Entretanto, durante o avanço da Expedição ao Norte, Jiang Jieshi instituiu a política de Terror Branco, com a perseguição e o expurgo dos comunistas do GMD, cujo marco foi o Massacre de Shanghai em abril de 1927. Esse processo minou o apoio ao governo de Wang Jingwei, que no mesmo ano se desintegrou, de modo que Wang veio a reconhecer a liderança de Jiang, agora o líder supremo do GMD e posteriormente da República da China. Apenas um ano a partir do Massacre de Shanghai, mais de 300 mil comunistas haviam sido mortos (BARNOUIN; YU, 2006, p. 38), colocando fim à 1ª Frente Unida Nacional entre nacionalistas e comunistas. Como resultado sucederam-se cinco campanhas de cerco e aniquilamento (1930–1934), culminando com a retirada comunista de suas bases no sul e no litoral na campanha que ficou conhecida como a Longa Marcha (1934–1936). A perseguição e expurgo dos comunistas também representou a interrupção do apoio soviético; Jiang pretendia substituir este apoio pela aquiescência e possível suporte de Tóquio, visto que agora possuíam um inimigo comum, o comunismo (PAINE, 2012, p. 53–54).

A aquiescência japonesa também era necessária, não só para empreender campanhas militares contra o que acreditava ser o seu principal rival, o PCCh, mas também para que pudesse sufocar as rebeliões de seus novos aliados, como ocorreu em 1929, logo após o fim da Expedição ao Norte. Em 1929 essas rebeliões evoluíram para uma guerra civil aberta, que ficou conhecida a Grande Guerra das Planícies Centrais e que durou oito meses, envolvendo um milhão de combatentes e 300 mil baixas (PAINE, 2012, p. 70). Dessa forma, Jiang priorizou externamente o entendimento com os japoneses, utilizando-se de seu principal rival, Wang Jingwei, agora integrado ao seu governo, como testa de ferro para esta política impopular (PAINE, 2012, p. 61), até 1932. Wang desertaria em 1938, após a Campanha de Wuhan, e, em 1940, se tornaria presidente do governo fantoche japonês na China, o Governo Nacional Reorganizado da República da China.

As negociações de Jiang com o governo japonês tiveram início após o Massacre de Shanghai e antes da conclusão da Expedição do Norte, em novembro de 1927 (PAINE, 2012, p. 54). Ainda em maio de 1927, o Primeiro Ministro Tanaka Giichi demonstrou publicamente seu apoio à política de Terror Branco de Jiang, afirmando que o Japão apoiaria os seus objetivos políticos enquanto Jiang se comprometesse com o combate ao comunismo e a unificação do país (PAINE, 2012, p. 54–55). Nesse momento o principal desafio para o sucesso de Jiang era o senhor da guerra da Manchúria, Zhang Zuolin, que detinha o controle sobre todo o norte da China, incluindo Beijing, além de, segundo o Primeiro Ministro Tanaka, “ser o homem do Japão

na China” (PAINE, 2012, p. 55). Jiang esperava conseguir, ele próprio, o apoio do Japão. Para isso, necessitava cooptar ou vencer Zhang Zuolin (PAINE, 2012, p. 54). Apesar dessa política inicialmente ter garantido o apoio do gabinete em Tóquio, como será abordado a seguir, os eventos ocorridos na Manchúria irão precipitar a guerra entre os dois países³⁸.

Em 1928, Jiang encerrou de forma vitoriosa a Expedição do Norte, derrotando Zhang e marchando sobre Beijing e Shandong, uma das principais sedes da presença japonesa na região (ROBERTS, 2011, p. 254). Jiang logrou acabar com a Era dos Senhores da Guerra, seja pela vitória militar, seja integrando lideranças regionais como generais de seu exército. Assim, a República da China foi reunificada e a capital foi transferida para Nanjing, base do poder do GMD, iniciando o período histórico que é conhecido como a Década de Nanjing.

Não há consenso sobre o resultado econômico da Década de Nanjing. Há quem defenda que houve estagnação completa da economia no período e há quem defenda que o produto da economia cresceu ao mesmo ritmo que o Japão na época. Entretanto, há unanimidade em alguns pontos. Nesse período houve grande aumento de gastos com as forças armadas, perfazendo 78% da renda nacional chinesa (PAINE, 2012, p. 51–52) — a China voltou a possuir um exército nacional e as campanhas contra japoneses e comunistas precisavam ser custeadas —, e grande ampliação da infraestrutura do país. Durante essa década foram construídos 8 mil quilômetros de linhas férreas, 51 mil quilômetros de rodovias e, ao eclodir da guerra, mais 10 mil quilômetros ainda estavam em construção (ROBERTS, 2011, p. 258). Grande parte da infraestrutura construída nesse período, especialmente as linhas férreas, se concentravam no norte da China e Manchúria e representavam uma séria competição às concessões japonesas. O objetivo era recuperar a capacidade logística do país para fomentar um processo de industrialização autóctone, a ser lançado no plano quadrienal de produção em 1934 (PAINE, 2012, p. 61). Em 1931, Jiang Jieshi incluiu nessa política a pretensão de nacionalizar as linhas férreas japonesas (PAINE, 2012, p. 20).

Além disto, a partir de 1930 iniciou-se um processo de reforma agrária e de reforma da tributação do campo. Em 1931 empreendeu-se uma reforma para modernizar em padrões ocidentais o sistema de concurso público e a burocracia (PAINE, 2012, p. 58). Aqui se denota

³⁸ Jiang Jieshi tentaria alcançar um acordo com os japoneses ao menos mais duas vezes, em 1939 e 1940. Em outubro de 1939, Jiang tentaria estabelecer a paz com os japoneses através de mediação alemã. Jiang estava disposto a reconhecer a soberania de Manchukuo e reconhecer os interesses especiais japoneses no norte da China. Além disso, Jiang oferecera aos alemães, em troca dos bons ofícios, fornecer matérias-primas aos alemães ao invés dos ingleses (PAINE, 2012, p. 164). Enfim, em 1940, Jiang tentaria mais uma vez alcançar a paz, através dos alemães, com os japoneses, acrescentando à oferta anterior direitos de bases navais em Shanghai, Qingdao, Fuzhou, Hong Kong e Shantou (PAINE, 2012, p. 164–165).

o esforço na tentativa de eliminar ou reformar as estruturas arcaicas e/ou pré-capitalistas da sociedade chinesa.

Os chineses passaram a ser os principais competidores dos japoneses, pois com a centralização política e territorial em torno do GMD passou-se a empreender uma política de tarifação aduaneira unificada e nacional. Na sequência da grande depressão de 1929 as exportações japonesas caíram pela metade, enquanto a receita aduaneira chinesa pulou de 46 milhões de yuan em 1927 para 385 milhões de yuan em 1931. Além disso, o governo de Nanjing passou a deixar de reconhecer acordos não assinados por seus representantes, ou seja, assinados por Senhores da Guerra ou pelo antigo governo de Beijing (PAINE, 2012, p. 20). Este cenário seria um dos estopins para o incidente da Manchúria em 1931.

No entanto, havia contradições nesse desenvolvimento. O abismo econômico entre os camponeses e a população urbana aumentou durante o período, em parte devido ao comprometimento de Jiang com os antigos senhores da guerra (o que crescentemente aumentava a popularidade do PCCh no campo, em detrimento do apoio a Jiang). Além disso, mais da metade do investimento em linhas férreas foi promovido por japoneses na Manchúria, que ao fim da década de Nanjing foi ocupada pelo Japão (ROBERTS, 2011, p. 259). Ao mesmo tempo, o governo do GMD tentou assentar as bases para a construção do Estado chinês a partir de um exército nacional, entretanto o custeio de suas campanhas e posteriormente a guerra contra o Japão impediram a consolidação de uma indústria e burguesia nacionais e um centro de decisão econômico autônomo (MAGNO, 2015, p. 41; PAINE, 2012, p. 64).

O sucesso da Expedição ao Norte e a vitória de Jiang Jieshi provocou a queda do ministro das Relações Exteriores do Japão Shidehara Kijuro e uma reorientação da política externa japonesa para a China, mesmo após as negociações do gabinete de Tóquio com Jiang Jieshi. Isso se deve ao fato de que o exército Kwantung³⁹ começou a adquirir maior influência, conduzindo ações à revelia do governo central de Tóquio. Prova disso fora que o comandante do Exército Kwantung, general Honjo Shigeru, declarou que a política externa do governo japonês divergia da política externa de seu exército (PAINE, 2012, p. 22). Este exército foi responsável pelo assassinato de Zhang Zuolin em 1928, pois seus membros temiam que sua derrota para Jiang Jieshi poderia ter sido proposital ou facilitada como forma de barganhar sua aliança com o Japão ou a defecção para o exército nacionalista. A autonomia das Forças Armadas, em especial das forças estacionadas na China, frente ao governo civil, precipitou a

³⁹ O Exército de Kwantung (ou Guandong) era o mais prestigiado segmento do Exército Imperial do Japão e tinha direto controle sobre o território da Manchúria, tendo uma administração independente, atuava como um corpo político autônomo do governo civil de Tóquio.

queda do gabinete em Tóquio e abriu espaço para as Forças Armadas japonesas perpetrarem o golpe de estado em 1936. Também em 1936, os governos de Hebei e da Mongólia Interior tornaram-se fantoches do Estado japonês.

Esse quadro provocou mudanças políticas na China. Zhang Xueliang, que havia substituído o pai, Zhang Zuolin, aderiu ao governo de Nanjing, incentivando a ação do exército nacionalista contra as posições japonesas na Manchúria, o que agravou a situação japonesa. Zhang ficou célebre por ser o suposto artífice da segunda frente unida entre o GMD e PCCh, por meio do sequestro de Jiang Jieshi em dezembro de 1936, evento conhecido como o incidente de Xi'an. Jiang foi libertado somente após se comprometer a cessar as ofensivas contra os comunistas e tornar a defesa contra os japoneses a maior prioridade do governo nacionalista (ROBERTS, 2011, p. 266).

A perseguição de Jiang Jieshi aos Comunistas era o principal empecilho para a adoção de uma política prioritária de defesa contra os japoneses. A prioridade de Jiang era concluir a consolidação da centralização chinesa sob a égide do GMD e nisso os comunistas representavam os seus principais adversários. Ambas as forças possuíam ideologia e objetivos semelhantes e se estruturaram a partir do modelo bolchevique (PAINE, 2012, p. 51). O GMD fez parte da Internacional Comunista até o início da campanha de Terror Branco na China (SCHULZINGER, 2002, p. 136). Foi no período em que o GMD compunha a Internacional que Moscou incentivou o estabelecimento do PCCh, inicialmente como uma ala dentro do GMD (SCHULZINGER, 2002, p. 136). O objetivo russo era manter a liderança chinesa dividida para exercer sua influência mais facilmente e impedir a consolidação de um Estado chinês unificado em sua fronteira com a Sibéria e minasse seus interesses na Mongólia e Manchúria (PAINE, 2012, p. 88). O PCCh foi a última força a reconhecer a liderança de Jiang Jieshi, que via neles a principal ameaça para sua consolidação, mormente por também perseguirem os mesmos objetivos, porém sob uma ideologia radicalmente oposta (PEATTIE, M. R., 2011, p. 64, 77). Assim como os Nacionalistas, os Comunistas eram os únicos que possuíam uma ideologia e um programa legitimamente nacionais, enquanto o GMD possuía como principal bandeira os três princípios do povo de Sun Yat-sen, o PCCh enfatizava a vanguarda revolucionária e a guerra de classes (PAINE, 2012, p. 114).

Nesse sentido, o incidente de Xi'an não foi apenas uma tentativa desesperada de forçar Jiang Jieshi a cessar sua campanha de perseguição aos comunistas e preparar a defesa contra os japoneses, mas sim a conclusão de uma disputa para decidir quem iria liderar uma China unificada na luta contra os japoneses. Ambas forças buscavam o apoio soviético para uma confrontação com os japoneses, que se tornava cada vez mais iminente após o golpe de fevereiro

de 1936 no Japão. Os líderes do PCCh Mao Zedong e Zhou Enlai e generais amotinados do GMD liderados por Zhang Xueliang planejaram o sequestro de Jiang Jieshi com o objetivo de julgá-lo e executá-lo e, assim, assumirem o comando de uma nova Frente Unida com o apoio soviético. Com a consumação do sequestro em dezembro de 1936, o GMD informou aos russos que se Jiang Jieshi fosse executado, cederia aos japoneses e se juntaria ao pacto Anticomintern. Na iminência de uma possível guerra em dois fronts contra a Alemanha e o Japão e com uma China dividida, parte em apoio dos japoneses, os soviéticos optaram por fechar um acordo entre comunistas e nacionalistas tendo Jiang Jieshi como líder de uma segunda frente unida e prestando apoio financeiro e militar à China. Os soviéticos acabaram por cumprir os seus objetivos, a segunda frente unida reorientou a atenção japonesa para a China, que poderia se tornar mais um país comunista em sua fronteira, rompendo sua linha vital com o continente, precipitando uma guerra que se estenderia até 1945 e garantindo que os soviéticos não sofressem com uma guerra em dois fronts (PAINE, 2012, p. 101–104).

Em suma, a China se movia em uma direção semelhante a que o Japão percorreu ainda no século XIX, no sentido de se desfazer dos tratados injustos e permitir o desenvolvimento econômico e inserção internacional de forma autônoma (MAGNO, 2015, p. 25–26). Apesar das peculiaridades da situação chinesa, todos os esforços do Guomindang diziam respeito a uma agenda de centralização política, industrialização e modernização militar, ou seja, superar o subdesenvolvimento e relações de dependência e alcançar a sua Revolução Nacional. Apesar de frequentemente o governo de Nanjing ser taxado de corrupto, incompetente e priorizar o combate ao comunismo, em realidade estava comprometido em implementar uma agenda de Revolução Nacional. Entretanto, boa parte de seus programas e reformas estavam em curso e foram interrompidos com a escalada das tensões com os japoneses, até o seu abandono completo em decorrência da guerra total empreendida a partir de 1937 (PAINE, 2012, p. 64).

2.4 CONTEXTO ESTRATÉGICO DO JAPÃO: O FIM DA DEMOCRACIA TAISHO E O GOLPE DE 1936

Durante a década de 1920, o Japão vivera um período de grande prosperidade econômica. Em grande parte, da mesma forma como ocorreu com a China, isso se deu no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial. Com as economias europeias devotadas ao esforço de guerra, a economia japonesa cresceu de forma acelerada, ocupando os mercados abandonados pelos europeus (MIYAZAKI, 2009, p. 29; SHIGEMITSU, 1958, p. 26). Essa prosperidade foi acompanhada por um momento de efervescência cultural, de maior participação política da

população com movimentos sociais e ampliação de direitos (como a instituição do sufrágio universal masculino). Houve um esforço da política externa para a manutenção da arquitetura regional do Internacionalismo Conservador e a implementação de uma política de não intervenção para a China. Esse período ficou conhecido como Democracia Taisho e, *grosso modo*, estendeu-se de 1918 até 1927.

Entretanto, os impactos consecutivos do Grande Terremoto de Tóquio⁴⁰ (1923), da Crise Financeira Showa (1927) e da Grande Depressão (1929) minaram os fundamentos políticos e econômicos da Democracia Taisho (SHIGEMITSU, 1958, p. 27). O Japão tornou-se cada vez mais dependente do comércio e dos investimentos em suas zonas de influência, especialmente da Manchúria, que já em 1910 respondia por 40% do comércio com a China (MIYAZAKI, 2009, p. 29–30). No período 1917–1929, 16,7% dos ativos externos japoneses encontravam-se no leste asiático, e no período de 1930–1939 este valor saltou para 35,2%. A relação entre Investimento Externo japonês e o PNB subiu de 0,91% em 1922 para 3,61% em 1937 (MIYAZAKI, 2009, p. 40, 44). A participação do comércio exterior no PNB japonês saiu de 27% no período 1917–1926 para 33,7% no período 1927–1936, sendo que a participação do leste asiático nesse comércio girava em torno de 47,6% nas exportações e 37,4% das importações (MIYAZAKI, 2009, p. 40, 43, 46, 50–51). Em 1945, ao fim da guerra, 37,5% dos ativos externos japoneses estavam concentrados na Manchúria e norte da China (MIYAZAKI, 2009, p. 41).

Mesmo nesse cenário de dependência com relação à Manchúria, combinado com uma forte crise internacional, o Japão se voltou para uma política econômica contracíclica de expansão fiscal e congelamento dos gastos militares, especialmente em custeio. Esta política foi levada a cabo por Takahashi Korekiyo um dos principais formuladores da política econômica japonesa do período Taisho, 11º Primeiro Ministro do Japão (1921-22) e Ministro das Finanças (1931-36) incumbido de tirar o Japão da Grande Depressão. Takahashi conseguiu reverter a recessão japonesa e devolver a economia urbana ao pleno emprego ainda em 1935, uma década antes dos EUA⁴¹ (PAINE, 2012, p. 41). Sua política era baseada na saída do padrão-ouro, desvalorização da moeda para o estímulo de exportações, incentivo do consumo, investimento em obras públicas, controle civil sobre os gastos militares, cooperação com o

⁴⁰ O Grande Terremoto de Tóquio foi responsável pela morte de mais de 100 mil pessoas e mais de 50 mil famílias perderam suas casas. A destruição provocada pelos terremotos foi potencializada por uma série de incêndios. As perdas giraram entre 5,5 e 10 bilhões de ienes, e houve queda nas exportações, que tornaram a balança de pagamentos negativa.

⁴¹ Este feito o levou, posteriormente, a ser reconhecido como o John Maynard Keynes do Japão (PAINE, 2012, p. 41)

ocidente e apoio à unificação chinesa e seu desenvolvimento econômico (PAINE, 2012, p. 41–42). Takahashi representava uma política de liderança pelo poder econômico e era privilegiada pelas autoridades civis de Tóquio, mas provocava grande ressentimento nos militares por congelar o seu orçamento e por não apoiar intervenções diretas no território chinês.

Especificamente, a política econômica japonesa e sua política para a China estavam intrinsecamente ligadas, os gabinetes civis buscavam a cooperação com o Ocidente e uma política de progressiva estabilização da China. No campo econômico, recomendavam o gasto doméstico em detrimento do gasto em custeio militar, para consolidar indústria e infraestrutura e assim investir em um programa de modernização militar (PAINE, 2012, p. 15). O conceito era semelhante ao da Restauração Meiji: ter uma economia forte para possuir um exército forte.

Entretanto, a política de Takahashi aos poucos seria desconstruída, encerrando o período da Democracia Taisho. Entre os fatores críticos que provocaram o seu desmantelamento, destacaram-se o apoio de grande parcela dos conglomerados que compunham o sistema *zaibatsu* ao golpe de Estado, o vácuo institucional deixado após o fim do governo dos *genro* e a desobediência militar frente aos gabinetes civis, que visavam aumento de gastos militares e uma solução militar para a China, culminando em uma rebelião militar em fevereiro de 1936 (MAGNO, 2015, p. 42).

Como descrito anteriormente, o ambiente internacional no período entre guerras foi marcado pela tentativa de estabelecer regimes internacionais no que concernia segurança, defesa e governança. Entretanto, falhou em regulamentar relações econômicas e dirimir disputas comerciais. Devido ao processo de reconstrução europeu e a crise econômica e financeira do final da década de 1920, propagou-se um ambiente marcado pelo protecionismo econômico, entre 1929 e 1931 as exportações japonesas caíram pela metade, enquanto os chineses aumentavam as tarifas para entrada de produtos japoneses e promoviam boicotes (PAINE, 2012, p. 20–21). É sintomática também a quebra do sistema bancário japonês na crise 1927, sendo possível que este fator tenha colaborado pela ascensão do *zaibatsu* como grupo político predominante no apoio a uma solução militar e a sua postura agressiva no sentido de buscar o controle direto de seus investimentos em território chinês.

Este perfil alçaria o *zaibatsu* ao papel de principal apoiador da aventura expansionista do Exército Kwantung. Entre 1914 e 1931 o Japão saltaria da condição de quarto maior investidor externo na China para o segundo lugar, próximo à Inglaterra. O Japão correspondia a 35,1% do total do estoque de investimento estrangeiro na China, enquanto a Inglaterra possuía 36,7% (MIYAZAKI, 2009, p. 60). O resultado foi o aumento da dependência dos *zaibatsu* em seus negócios na Manchúria, entre 1926 e 1931 a Manchúria absorveu 70% do investimento

externo direto japonês e o aumento da competição com empresas chinesas (PAINE, 2012, p. 23). Com o aumento da competição entre empresas japonesas e chinesas, os grupos de pressão ligados ao *zaibatsu* passaram a defender a adoção de políticas agressivas contra a China e viam na expansão dos gastos militares um meio de amenizar os efeitos do período de crise. Assim, progressivamente, o *zaibatsu* passou a apoiar políticas belicistas promovidas pelas forças armadas japonesas.

Os militares, especialmente o exército, encontravam-se divididos em duas grandes facções desde princípios da década de 1920, a Kodoha e a Toseiha. Ambas se identificavam com visões fascistas e militaristas de sociedade, acreditavam que o Japão deveria ser liderado pelo Imperador através das Forças Armadas, se opondo ao modelo democrático parlamentarista então vigente. Entretanto, a Kodoha possuía um ideário mais ligado a um passado ideal japonês ligado à terra e ao código moral samurai, o Bushido, enquanto a Toseiha defendia a ampla modernização das Forças Armadas e uma ênfase no progresso e industrialização. Assim, a segunda facção, dominante principalmente no Exército Kwantung, encontraria apoio no *zaibatsu* (PAINE, 2012, p. 40).

Deficiências institucionais também tiveram o seu papel na ascensão dos militares no governo japonês. A Constituição Meiji era contraditória quanto às responsabilidades das forças constituídas no Estado japonês, indicando o Imperador como responsável último pelo processo decisório. Era através desse espaço que os *genro* governavam, por meio de sua indicação direta pelo Imperador. Após a morte da maior parte dos *genro* o país passou gradualmente a refletir o resultado das eleições, tornando-se de fato democrático. Entretanto, apesar dos gabinetes agora representarem a vontade popular, as Forças Armadas constitucionalmente respondiam apenas ao Imperador. O resultado foi a progressiva independência das Forças Armadas, especialmente do exército estacionado na Manchúria, com relação às decisões tomadas em Tóquio. Os principais exemplos deste fenômeno foram o atentado a Zhang Zuolin, em 1928, e o incidente da Manchúria em 1931, que interromperam as tentativas do gabinete em Tóquio de negociar com Jiang Jieshi.

Os militares consideravam a Manchúria uma grande base militar, a principal frente para a inevitável guerra contra a União Soviética. Independentemente da invasão japonesa da Manchúria ou da guerra contra a China, o objetivo último do Exército Imperial Japonês era a guerra contra a URSS (PAINE, 2012, p. 47). O exército via uma política externa agressiva contra a China como uma forma de superar a recessão e como um meio de conter a expansão territorial e ideológica da URSS. Desse modo, o Exército Kwantung, estacionado na Manchúria,

progressivamente implementou uma política externa própria, à revelia do gabinete de Tóquio e com a aquiescência do Quartel General Imperial.

Após a invasão da Manchúria em 1931 e o estabelecimento do Estado fantoche do Manchukuo em 1933, os militares entregaram ao governo civil uma situação sem retorno que resultou no isolamento internacional japonês e a consequente saída da Liga das Nações. Os Exércitos Kwantung e o da Guarnição do Norte da China progressivamente empreendiam campanhas militares independentes, firmando tratados com senhores da guerra locais, expropriando propriedades chinesas e as transferindo para *zaibatsu* e anexando novos territórios ao Manchukuo ou criando governos fantoche. O governo civil não tinha meios para retroceder das iniciativas empreendidas pelo exército no continente, limitando suas políticas externa e econômica.

Soma-se às atividades militares na China a série de tentativas de golpe e assassinatos por parte do exército, configurando um período de transição no Japão conhecido como governo por assassinato (COOX, 1976, p. 23). Entre 1930 e 1935 ocorreram cinco tentativas de golpe perpetradas por oficiais do exército acompanhadas por tentativas e assassinatos de ministros e políticos. A percepção era de que a tomada do controle do governo pelos militares era iminente. O ápice desta disputa foi a tentativa de golpe conhecida como o Incidente de 26 de Fevereiro de 1936. Nesta data, cerca de 1500 militares em Tóquio ocuparam a sede do governo e tentaram ocupar o Palácio Imperial, além de atentarem contra a cúpula do gabinete e do conselho privado do Imperador, sucedendo no assassinio de dois ex-premiês. A rebelião militar só foi debelada após três dias e resultou no desmantelamento da Kodoha, identificada como responsável pela iniciativa.

Apesar da rebelião não ter atingido o seu objetivo principal, de sequestrar o Imperador e instaurar um regime militar, abriu caminho para a unificação do exército em torno da Toseiha e acabou com qualquer perspectiva de manter o domínio de um governo civil sobre os militares. Com isto, o último *genro* ainda vivo (e que também era um dos alvos dos militares revoltosos), Saionji Kimochi, aconselhou o Imperador a nomear o príncipe Konoe Fumimaro ao posto de Primeiro-Ministro. Segundo o *genro*, ele seria o único nome capaz de criar um governo de consenso e impedir que os militares assumissem completamente o governo (OKA, 1992, p. 45).

A combinação da política externa e econômica de *fait accompli* do Exército na China, com a instabilidade política provocada pelas tentativas de golpe, assassinato e perseguição às autoridades civis que se opunham a uma política agressiva contra a China, tornaram impossível restaurar a autoridade civil no governo japonês. Talvez o símbolo deste evento tenha sido o próprio assassinato do Ministro Takahashi Korekiyo no golpe de 1936, pois era a principal

liderança civil na defesa de uma política fundamentada nos princípios estabelecidos ainda na Restauração Meiji, de manutenção da autonomia através do desenvolvimento econômico e modernização militar.

Konoe assumiu o gabinete em junho de 1937, com a promessa de reconciliar civis e militares e promover uma política externa em prol de uma integração pan-asiática. Entretanto, um mês após o início de seu governo, o Exército Kwantung provocou o incidente da Ponte de Marco Polo, marco inicial da 2ª Guerra Sino-Japonesa. Dessa forma, o gabinete de Konoe ficou à mercê das decisões do Exército, virando refém da política de fato consumado e tornando o caminho da guerra sem retorno. O poder decisório havia passado de fato aos militares da facção Toseiha, que assumiria o gabinete em 1941 com o general Tojo Hideki. A prioridade passaria a ser o controle total do Norte da China em preparação para uma guerra contra a URSS.

2.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo procurou demonstrar como se deu o processo de inserção de China e Japão no Sistema Internacional, ainda no século XIX, e a evolução da construção do Estado nestes países. A imposição de tratados iníquos por potências ocidentais inseriu os dois países na divisão do trabalho do sistema capitalista, porém também engendrou o impulso para reformas e para a busca e consolidação de uma Revolução Nacional. Ambos os países possuíam em sua agenda a centralização política, a industrialização da economia e a modernização das forças armadas como forma de se inserir autonomamente no Sistema Internacional. O Japão obteve sucesso em concluir esse processo em um primeiro momento, tornando-se referência para os demais países da região com a Restauração Meiji. Enquanto isso, a China ainda sofria para unificar o país após a queda do regime Qing e a sua agenda de Revolução Nacional só seria retomada pelo Guomindang após o sucesso de sua Expedição ao Norte, que reunificou o país territorialmente.

No início do século XX, o Japão garantiu o seu ingresso no rol das grandes potências e se desfez de tratados iníquos impostos no século anterior. Dessa forma, integrou e participou da construção da arquitetura do Sistema Internacional erigida pela coalizão de potências vencedoras da I Guerra Mundial. Entretanto, apesar desse novo sistema ser marcado pela tentativa de comprometer as potências em regimes de governança que procuravam evitar novas conflagrações, ele falhou em atacar as suas causas. Ou seja, não foram instaurados mecanismos de regulamentação financeira, econômica e comercial, mantendo profundas desigualdades entre

as potências estabelecidas e as emergentes, tornando a manutenção de zonas exclusivas de influência o único meio de superar barreiras protecionistas em situações de crise do sistema.

O contexto internacional descrito, combinado à instabilidade política interna na China e a dependência japonesa de sua zona de influência neste país, posicionou ambos, progressivamente, em rota de colisão. Para o Japão, impôs-se a opção por dois caminhos, o primeiro seria de uma liderança primordialmente econômica na região para a manutenção de sua Revolução Nacional e o segundo seria a manutenção de zonas de influência pela força e a preparação para uma guerra contra a URSS. A crise econômica, as deficiências institucionais e a colisão entre os interesses japoneses e ocidentais permitiram que ascendesse ao governo japonês, através da usurpação do poder civil, uma coalizão de forças do Exército e de segmentos do zaibatsu que optou pelo segundo caminho.

Enquanto a China, a partir do fim da década de 1920, retomou sua agenda de Revolução Nacional sob a liderança do GMD, que enfrentou um cenário de disputa interna com o PCCh e com os Senhores da Guerra pela supremacia. Essa instabilidade foi vista pelo exército japonês como a oportunidade ideal para consolidar sua zona de influência exclusiva sobre a China e se preparar para uma confrontação com a URSS.

Assim, em 7 de julho de 1937, teve início a Segunda Guerra Sino-Japonesa, também conhecida como Guerra de Resistência na China, parte da Segunda Guerra Mundial na Ásia. Para a China, estava em jogo a defesa de sua agenda de unificação nacional, de sua modernização militar e industrialização, de quebra de seus laços de dependência e de inserção autônoma no Sistema Internacional. A execução dessa agenda só poderia ser levada a cabo caso resistisse ao domínio e à agressão imperialista japonesa. Por esta perspectiva, pode-se considerar esta a primeira guerra de libertação nacional do século XX, uma mobilização total dos recursos materiais, políticos e humanos em prol da autodeterminação e da extinção de uma relação de dependência colonial imposta à força.

3 A SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA E SUAS CAMPANHAS: O NÍVEL OPERACIONAL

Este capítulo pretende analisar o pensamento estratégico e o conceito operacional formulado por chineses e japoneses e a sua aplicação ao longo da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Os chineses possuíam o objetivo estratégico claro de defender a sua Revolução Nacional, por meio de um conceito operacional que fizesse o melhor uso de suas capacidades, ainda não completamente modernizadas. Enquanto os japoneses buscariam uma definição a qualquer custo, muito em motivo da falta de um objetivo estratégico claro que permitisse o uso de iniciativas políticas em conjunto com as operações militares. Os chineses tentariam negar a superioridade econômica, tecnológica e de poder de fogo de seus adversários, através de ampla superioridade numérica, a extensão das linhas de comunicação inimigas e a busca de um impasse estratégico que inviabilizasse o prosseguimento de operações ofensivas por parte dos japoneses. O resultado seria o desgaste das forças japonesas, de sua capacidade logística e de sua capacidade produtiva, conduzindo-os a operações que não resultariam em definição.

A Segunda Guerra Sino-Japonesa usualmente é dividida em três etapas: A ofensiva no litoral e norte da China; as campanhas da China central e, por fim, a última ofensiva japonesa da guerra, a operação Ichi-Go. Buscou-se realizar a análise do desempenho dos beligerantes e da aplicação de seus conceitos operacionais selecionando as principais campanhas, do ponto de vista estratégico, destas etapas. Deste modo, após a análise do pensamento estratégico e dos conceitos operacionais, foi feita a análise da Campanha de Shanghai, da Campanha de Wuhan/Xuzhou e, por fim, da Operação Ichi-Go. Com isto espera-se demonstrar que, apesar do grande desgaste e custos sofridos pela guerra, os chineses foram bem-sucedidos em construir e aplicar um conceito operacional que permitisse um Estado semi-periférico subdesenvolvido enfrentar uma grande potência e, neste caso, sagrar-se vitorioso, defendendo o seu processo de Revolução Nacional.

3.1 PREPARAÇÃO PARA A GUERRA

À véspera da guerra, a China, como procurou-se tratar no capítulo anterior, passava por um amplo processo de modernização econômica e de disputa política. Apesar de Jiang Jieshi (Chiang Kai-Shek) ter reunificado o território chinês sob seu comando após a Expedição do Norte e a Guerra das Planícies Centrais, essa liderança se dava por meio de uma cadeia de

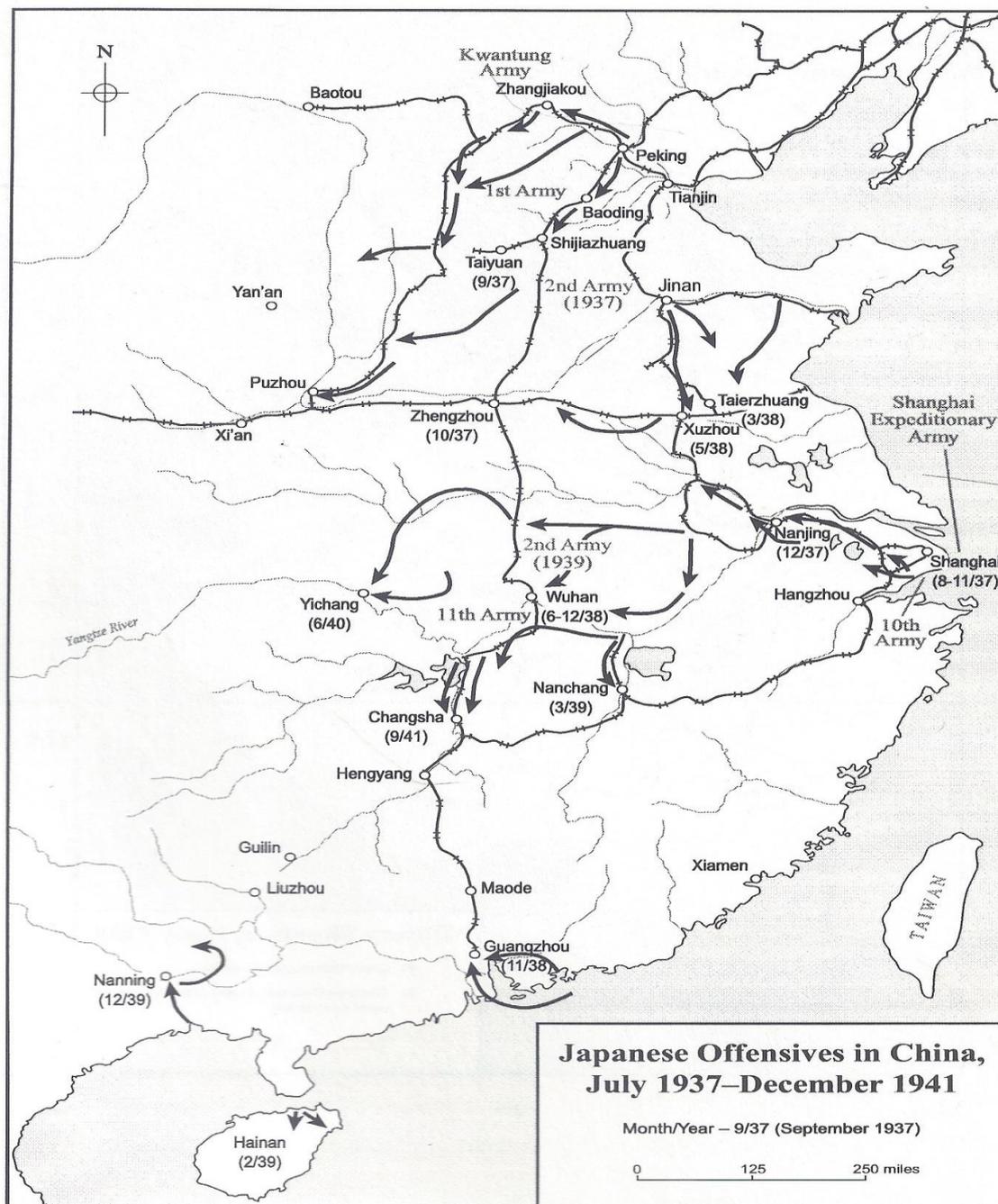
frágeis alianças entre o Guomindang (GMD) e uma série de Senhores da Guerra. Ao longo de toda a década de 1930, Jiang instrumentalizou esta liderança para a derrota de seu último adversário, o Partido Comunista. Entretanto, a contínua pressão japonesa acabou por conduzir a China a uma união, que à primeira vista parecia improvável, entre GMD, latifundiários, Senhores da Guerra e o Partido Comunista Chinês (PCCh). É neste contexto que se daria a preparação para a guerra e o início de sua condução, pela primeira vez o Japão iria enfrentar uma China unida em torno de um objetivo estratégico. Entretanto, o pensamento estratégico que resultaria no conceito operacional utilizado pelos chineses na guerra, o *chijiuzhan*, ou seja a guerra defensiva prolongada, começou a ser gestado e um período ainda anterior.

3.1.1 Pensamento estratégico, conceito operacional e estado das forças chinesas

Desde a década de 1910, debatia-se na China a estratégia de defesa contra uma agressão estrangeira, prioritariamente contra o Japão. Ainda em 1917, Jiang Baili, um dos principais intelectuais militares do período republicano e do GMD¹ (MACKINNON, 2011, p. 189; SETZEKORN, 2015, p. 143), advogava que uma eventual guerra contra o Japão deveria ser travada no interior, a oeste das principais ferrovias que levavam a Wuhan (Beijing-Wuhan, Guangzhou-Wuhan) e que a China não deveria se concentrar nos centros econômicos e urbanos das cidades costeiras. Jiang advogava pela guerra prolongada, ou *chijiuzhan* 持久战, como meio para derrotar os japoneses. O objetivo era utilizar a população e o território chinês para gradualmente erodir as capacidades japonesas. O *chijiuzhan* seria caracterizado pela guerra defensiva, prolongada e de atrito, travada no interior do continente, como forma de simultaneamente melhor utilizar o terreno e estender as linhas de comunicação inimigas - negando ao Japão a vantagem tecnológica que lhe permitiria a ênfase na mobilidade e poder de fogo para definir rapidamente a guerra em batalhas decisivas (CHANG, J., 2011, p. 85).

¹ Jiang Baili (1882-1938), grande intelectual e pensador militar do período republicano chinês. Fez parte do Estado-Maior de Yuan Shikai, foi conselheiro do Presidente Li Yuanhong, participou da comitiva chinesa na Conferência de Paz de Paris e foi por duas vezes comandante da Academia Militar de Baoding, a principal academia militar da China do final do período Qing e início da República (KILLIGREW, 1972; VAN DE VEN, 2003).

Figura 2 - Principais ofensivas japonesas na China e ferrovias



Map 10

Fonte: Peattie, Drea e Van De Ven (2011)

Importa-se ater de forma um pouco mais profunda no pensamento de Jiang Baili, pois a sua visão, não apenas prevaleceria no desenho da estratégia chinesa na Segunda Guerra Sino-Japonesa, como também influenciaria o pensamento do PCCh e transbordaria para o restante da região ao longo do século XX, a partir da experiência Chinesa. Este pensamento diz respeito ao conceito de Revolução Nacional aqui utilizado no sentido de unir o desenvolvimento

socioeconômico à estratégia militar e instrumentalizar o Centro de Decisão nacional para este fim.

Jiang Baili foi fortemente influenciado em seus primeiros trabalhos por suas viagens ao Japão e à Alemanha nas primeiras décadas do século XX, principais modelos de modernização e instituição militar. Sua primeira abordagem à questão da modernização militar da China foi a partir de uma análise das experiências japonesa e ocidental a partir do prisma da Arte da Guerra de Sun Tzu, em 1914. Sua conclusão foi a de que assuntos militares não deveriam ser compartimentalizados, pois eram intrínsecos à formulação política em um sentido amplo (KILLIGREW, 1972, p. 6). Jiang Baili argumentava que não é o combate a essência dos assuntos militares, mas sim a manutenção de uma entidade militar que coincida com as realidades de suas contrapartes política, social e econômica (KILLIGREW, 1972, p. 6). Como Clausewitz, Jiang Baili relacionava a guerra à política, mas não apenas como um meio ou objetivo, mas sim como princípio ou base fundante do Estado ou da Nação. Por conceber a guerra como a base da fundação nacional, Jiang Baili advogava por uma política de desenvolvimento militar e uma estratégia adequada aos objetivos nacionais chineses, suas características sociais e sua geografia, a pura emulação seria um exercício inócuo.

Se a guerra e os assuntos militares eram a base fundante da Nação, a Nação seria composta por três elementos: terra, povo e soberania, sendo o último a forma com que o Estado estruturava o seu poder político para mobilizar terra e povo para o uso militar conforme a necessidade e objetivos de um governo (KILLIGREW, 1972, p. 7). Assim, o objetivo de uma política de modernização seria a conquista desta soberania para garantir a autonomia chinesa perante demais potências e atingir e proteger os seus objetivos nacionais. Deste modo, a construção desta estrutura estaria relacionada a formação de um exército nacional único formado por conscritos, que estaria integrado a realidade econômica e social chinesa e sua geografia.

Por estes motivos, Jiang Baili considerava que as organizações e políticas militares copiadas do Ocidente eram totalmente inadequadas para a China. As políticas e organizações militares ocidentais eram completamente devotadas à ofensiva e ao expansionismo e, por isso, dependentes da superioridade da mobilidade e poder de fogo (KILLIGREW, 1972, p. 7). Os objetivos nacionais chineses não se dirigiam à expansão, portanto sua modernização e suas organizações militares não seriam úteis se emulassem este modelo. A maior parte da economia chinesa era agrária e a maior parte de sua população camponesa nucleada no interior do país. As políticas militares chinesas e suas organizações deveriam estar focadas em incluir estes cidadãos em suas fileiras, integrar esta economia camponesa (de forma a tornar o exército

autossuficiente) e organizar uma estratégia baseada na vantagem defensiva decorrente da própria geografia chinesa, a partir das regiões montanhosas no entorno dos vales do interior (KILLIGREW, 1972, p. 7). Pois, o objetivo chinês não era a expansão e sim construir uma estrutura autônoma que defendesse da agressão externa os seus objetivos nacionais, de modernização e desenvolvimento no próprio território chinês.

Ainda na década de 1920, Jiang Baili prosseguiria com esta abordagem, apesar da tendência de formulação de conceitos de guerra total no ocidente resultantes da experiência da I Guerra Mundial (KILLIGREW, 1972, p. 8). A estrutura militar baseada no interior, formada por milícias autossuficientes, combinada à mobilização das massas, seria o melhor meio de adaptar a forma convencional moderna de travar a guerra às condições chinesas, possibilitando que o Estado chinês se mobilizasse para uma guerra total, mesmo em grande desvantagem econômica e tecnológica. A integração do povo nas estruturas militares seria essencial para manter a moral alta e para a compreensão dos objetivos da guerra, pois estruturas militares baseadas no comando aristocrático e em objetivos agressivos estariam fadadas ao erro de cálculo político e à desintegração no longo prazo (SETZEKORN, 2015, p. 149). A estrutura militar, apesar de autossuficiente, necessitava de um propósito consciente, de modo que era necessário unir teoria e prática, ou seja, instrumentalizar as estruturas construídas para o objetivo nacional.

Nesse sentido, podemos traçar alguns paralelos entre a teoria militar de Jiang Baili e os conceitos aqui utilizados. Para Jiang, assim como na Revolução Nacional, o objetivo da modernização militar era relacionado à ideia de obter e manter autonomia e esta tarefa estaria intrinsecamente ligada à economia. O meio para atingir este objetivo consistiria na modificação ou adaptação das estruturas políticas nacionais de forma soberana, ou seja, a conquista de um Centro de Decisão, que deveria ser instrumentalizado para a conquista destes objetivos. Nesse sentido, pode-se dizer que Jiang Baili advogava pela construção de um Centro de Decisão militar.

Entretanto, a influência do legado de Jiang Baili sobre o pensamento militar chinês não é unanimidade. Eric Setzekorn (2015), por exemplo, argumenta que apesar de uma perceptível reverência ao legado de Jiang Baili até os dias de hoje, ele teria fracassado em traduzir suas teorias para aplicações práticas na construção de organizações militares na China, sendo suas considerações muito amplas. Esse tipo de conclusão parece estar ligado à uma compreensão ocidental anacrônica da teoria da guerra, de valorizar formulações ofensivas e a capacidade de definir batalhas. Contudo, a contribuição de Jiang Baili está ligada à compreensão política do fenômeno da guerra, da constituição de um exército cidadão e de massas e do papel das forças

armadas na defesa e construção do Estado. As concepções de Jiang Baili são reconhecidas até os dias de hoje como uma das principais influências sobre o pensamento militar tanto de Jiang Jieshi, quanto de Mao Zedong (VAN DE VEN, 2003, p. 14). Para além disso, a teoria de Jiang Baili, como se retomará a seguir, teve uma relevante aplicação prática, fundamentou um conceito estratégico e operacional original para manter a Revolução Nacional da China em curso e se defender da agressão japonesa.

Jiang Baili, em trabalhos sobre o exército japonês, argumentava que, em uma guerra de agressão, os principais alvos japoneses seriam as grandes cidades litorâneas, principalmente Shanghai e Nanjing e suas principais linhas e comunicação, especialmente os grandes troncos ferroviários que ligam a China de norte a sul (CHANG, J., 2011, p. 85; VAN DE VEN, 2003, p. 159). Jiang considerava que, em um país ocidental, a perda de suas grandes cidades seria intolerável, mas a China era um país essencialmente rural e a perda de Shanghai e Nanjing provavelmente não teria grande impacto em sua capacidade de resistência. Devido a superioridade do exército japonês, a China deveria travar uma guerra de atrito, que provavelmente duraria de oito a dez anos (VAN DE VEN, 2003, p. 160-161).

Nesse sentido, uma estratégia defensiva visava sobreviver a uma *blitzkrieg* japonesa e que permitisse facilitar a mobilização dos recursos disponíveis aos chineses, sua geografia e amplo território e sua população. Segundo a análise do historiador militar Hans Van de Ven:

A escolha por uma estratégia defensiva não era irracional. Estratégias ofensivas requeriam superioridade de poder de fogo, alta mobilidade, eficiência logística, bem como um corpo de oficiais altamente treinado, a habilidade de combinar infantaria, poder aéreo e naval, e o apoio de uma forte base industrial e uma eficiente burocracia. Os Nacionalistas não possuíam nada disso, nem mesmo acesso ao petróleo que era básico para um exército moderno. Mesmo se possuíssem, talvez seja útil lembrar que Japão e Alemanha, que adotaram estratégias ofensivas, foram derrotados, enquanto a URSS, que também iniciou a guerra com uma grande retirada, emergiu vitoriosa (VAN DE VEN, 2003, p. 161).

Mais especificamente, segundo descrito por Jiang Baili ainda na década de 1920, a estratégia militar da China deveria ser formulada da seguinte forma:

Sua vantagem [do Japão] reside na guerra rápida, portanto devemos nos basear na guerra prolongada (*chijiuzhan*). Fazendo isto o inimigo ficará fraco e desgastado. Se o centro de gravidade [dos japoneses] está na linha de frente, [a China] deve por o seu centro de gravidade na resistência da segunda linha (KILLIGREW, 1972, p. 8 tradução nossa).

Esta segunda linha estaria no interior da China, atrás das grandes ferrovias, que consistiriam nas principais linhas de comunicação japonesas, e tendo o seu centro em Wuhan

(CHANG, J., 2011, p. 85). No nível operacional, Jiang Baili defendia um “espírito de auto-defesa ativo e agressivo dentro de um ambiente geográfico geral passivo” (KILLIGREW, 1972, p. 8).

Dentro do governo nacionalista este conceito estratégico, da guerra prolongada ou *chijiuzhan*, foi incorporado oficialmente em seu Plano de Defesa Nacional de 1935 (CHANG, J., 2011, p. 85). Entretanto, apesar de se acreditar que uma guerra contra o Japão era praticamente inevitável, principalmente após o golpe de fevereiro de 1936 no Japão, a política chinesa naquele momento era de manter a paz enquanto se preparava para a guerra. Nesse sentido, o incidente da ponte de Marco Polo, que deu início a guerra em 1937, acometeu a China não só em meio ao seu processo de modernização, mas também em meio a organização de seus preparativos para a defesa contra o Japão.

Entre 1935 e 1937, uma série de depósitos de comida, combustíveis, munição e grãos e hospitais para baixas foram construídos; estoques de suprimento médicos começaram a ser reunidos; e infraestrutura para defesa aérea passou a ser instalada nos grandes centros urbanos. No entanto, toda essa preparação ainda estava em curso em julho de 1937 (CHANG, J., 2011, p. 87).

Apesar de haver consenso na preparação para uma guerra prolongada, detalhes da estratégia e planejamento operacional ainda estavam em debate. Os chineses esperavam que os japoneses atacassem a partir de três abordagens: a primeira do norte de Hebei em direção à Zhengzhou; a segunda a partir da península de Shandong em direção à Xuzhou e; a terceira, que seria a principal força, atravessando o rio Yangtze até a capital Nanjing e posteriormente em direção ao centro da China até Wuhan (CHANG, J., 2011, p. 86). Zhengzhou e Xuzhou eram dois grandes entroncamentos ferroviários que conectavam as duas principais ferrovias da China que ligavam o norte ao centro do país. Já o rio Yangtze conectava os centros urbanos do litoral, principalmente Shanghai e a capital Nanjing também até a região central do país e a cidade de Wuhan. Essas previsões se confirmaram de fato, consistindo nas principais linhas de abordagem japonesas, que possuíam como objetivo final a cidade de Wuhan.

Para fazer frente ao ataque japonês, a última atualização do plano de guerra chinês de janeiro de 1937 apresentava duas propostas:

A) executar um plano de guerra prolongada, forçando os japoneses a estender suas linhas de comunicação e ter o foco na defesa ao longo da linha da ferrovia Beijing-Wuhan;

B) Impedir o desembarque inimigo ao longo da linha que se estendia da península de Shandong até a foz do Yangtzé e simultaneamente empreender uma ofensiva contra a

Manchúria com as forças principais para evitar que o inimigo avançasse ao sul da Grande Muralha (CHANG, J., 2011, p. 86–87).

Os planos não eram mutuamente excludentes e dependiam da conjuntura em que a guerra ocorreria. Em qualquer caso, havendo um fracasso da defesa chinesa ao longo das linhas pré-determinadas, estava previsto a retirada para Chongqing, uma das maiores cidades chinesas, e vizinha a Sichuan, a província mais populosa e de maior produção da China, para reorganizar e recuperar as forças e buscar a oportunidade para uma ofensiva (CHANG, J., 2011, p. 86).

Jiang Jieshi, em discurso em 1934, declarou que a opção preferida para uma guerra com o Japão era usar a defesa de forma ofensiva, baseada na guerra convencional e de posição e lançando mão, de forma complementar, da guerra móvel e de guerrilha. Ao longo da guerra estes planos foram ajustados às contingências da conjuntura, mas, *grosso modo*, é o que foi executado pelo menos até 1941.

Este planejamento também era reflexo da situação logística, de pessoal e de armamento. Às vésperas da guerra o exército nacionalista passava por um processo de modernização de equipamento e de treinamento. Oficialmente, o exército chinês possuía 176 divisões. Dessas, porém, apenas 20 possuíam as forças prescritas para tempos de paz (10 mil homens divididos em duas brigadas de dois regimentos cada). As divisões restantes possuíam apenas a metade dos homens na média. Contudo, Jiang Jieshi possuía o comando direto sobre apenas 31 divisões, sendo as demais leais a senhores da guerra aliados aos Nacionalistas (HARMSSEN, 2013, p. 26). Estas 31 divisões sob o comando direto de Jiang Jieshi constituíam a coluna vertebral da defesa chinesa e pretendia-se, a partir de assessoria alemã, construir um núcleo de divisões modernizadas a partir destas forças, denominadas “divisões reformadas”. O objetivo era possuir 60 divisões dentro deste novo padrão até 1938; no início da guerra, entretanto, apenas 30 haviam passado pelo processo (CHANG, J., 2011, p. 103; HARMSSEN, 2013, p. 26). E mesmo estas divisões ainda estavam em um nível de equipamento e pessoal muito abaixo do exército japonês, conforme demonstra a tabela abaixo.

Figura 3 - Comparativo Divisão Nacionalista e Divisão Japonesa

The organization and equipment of a Nationalist and a Japanese division

Organization	Japanese division	Chinese division
Infantry	2 brigades (4 regiments)	2 brigades (4 regiments)
Artillery	1 regiment	1 battalion
Cavalry	1 regiment	1 battalion
Engineering unit	1 regiment	1 battalion
Transport unit	1 regiment	1 battalion
Other	Special troops	Special troops

Equipment	Japanese division	Chinese division
Personnel	24,400–28,200	10,923
Rifles	9,586	3,821
Light machine guns	292	274
Heavy machine guns	96	54
Grenade launchers	304	243
Mountain/field artillery	48	16
Regiment/battalion artillery	56	30

Fonte: Chang, J. (2011, p. 89)

Conforme a tabela demonstra, uma das principais fraquezas dos nacionalistas era a falta de artilharia e poder de fogo em comparação com as forças japonesas. No restante das forças nacionalistas a situação era ainda pior e difícil de avaliar, pois não havia padronização no armamento e os equipamentos eram distribuídos entre os diferentes comandantes de acordo com o seu posicionamento político em relação a Jiang Jieshi e ao GMD (CHANG, J., 2011, p. 90). Contudo, se pode afirmar que em todas as categorias de armamento os chineses eram inferiores quantitativamente e qualitativamente² aos japoneses (HARMSSEN, 2013, p. 26). O treinamento dos soldados e oficiais também era precário e estima-se que apenas metade dos soldados empregados na guerra foram treinados adequadamente, enquanto a maior parte dos oficiais recebia treinamento inadequado, baseado em táticas da I Guerra Mundial (CHANG, J., 2011, p. 97–98). Estima-se que apenas 15 mil oficiais receberam treinamento moderno, parte das “divisões reformadas”. Sem padronização de treinamento e equipamento, o resultado foi um pesadelo logístico, que levou à falta de efetividade no combate.

² Era notável a falta de qualidade das peças de artilharia produzidas nacionalmente devido à tecnologia siderúrgica inferior utilizada pelos chineses, que potencialmente poderiam reduzir o alcance ou levar ao superaquecimento, resultando em falhas e explosões. Quanto aos rifles, fora as divisões reformadas, não existia nenhum padrão no fornecimento das peças e munições, podendo ser americanas, europeias, japonesas e até mesmo itens do período da I Guerra Mundial ou da época do Império (HARMSSEN, 2013, p. 26). Estas deficiências não apenas reduziam a capacidade de combate, mas também dificultavam o treinamento e a logística de reposição devido à falta de padronização nos armamentos.

As outras armas não estavam em situação melhor. A aviação do exército nacionalista também passava por um amplo processo de modernização, assessorado por italianos. Apesar da força aérea nacionalista possuir no papel, em julho de 1937, mais de 600 aeronaves, apenas 91 estavam em condições de voo (HARMSSEN, 2013, p. 27). O resultado foi a substituição dos italianos pelos estadunidenses, na pessoa do comandante Claire Chennault. A Marinha chinesa também não tinha condições de fazer frente ao poderio naval japonês, a terceira maior marinha do mundo àquele período. A totalidade da Marinha chinesa consistia de apenas 8 cruzadores pequenos, 40 canhoneiras e 4 barcos torpedeiros (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 160).

Apesar deste quadro de gigantescas dificuldades, a China conseguiu levar a cabo os seus planos de guerra. A consecução dos planos chineses, entretanto, se deu ao custo de pesadas baixas que, em parte, poderiam ser evitadas. Desse modo, se pretende demonstrar nas seções a seguir que é falaciosa a argumentação de que a retirada chinesa do litoral para o continente foi feita às pressas e que o que impediu o Japão de conquistar a China foi uma guerra de guerrilha. Sobre isso, cabe mencionar que, apesar de relevante, a guerra de guerrilha não constituiu nas principais operações desta guerra.

3.1.2 Pensamento estratégico, conceito operacional e estado das forças japonesas

Concomitantemente, o Japão vinha se preparando para uma guerra, mas não contra a China, e sim contra a URSS. O objetivo japonês era a proteção da Manchúria, considerada sua linha vital com o continente e com o mundo e via na URSS e no comunismo a principal ameaça a essa linha vital. Novas operações militares no norte da China tinham como objetivo garantir uma retaguarda estratégica para Manchúria em uma eventual conflagração contra os soviéticos e impedir o seu apoio ao GMD ou PCCh, que eventualmente poderia levar o Japão a uma guerra em duas frentes. Em nenhum momento o Japão se preparou ou intencionou começar uma guerra total contra a China.

A missão original das forças japonesas estacionadas no norte da China e em outros territórios naquele país era a de proteger investimentos, propriedades e a vida de cidadãos japoneses nestas localidades. Entretanto, a partir de meados da década de 1930, aumentou a percepção de ameaça com relação a URSS sobre o Manchukuo, enquanto simultaneamente aumentava a hostilidade chinesa contra os japoneses. As hostilidades chinesas, além de representarem um grande risco para a economia japonesa, também representavam uma ameaça ao programa de modernização do exército japonês. Soma-se a isto a possibilidade de se ter uma guerra em duas frentes, contra a URSS ao norte e contra a China no flanco oeste, um risco

considerável levando-se em conta a falta de profundidade estratégica da posição japonesa. A partir destas contingências, o exército imperial refez os seus planos operacionais, adicionando a região norte da China, entre a península de Shandong e a Grande Muralha, como a área de retaguarda estratégica para a confrontação com a URSS (DREA, E. J., 2011, p. 107).

Desse modo, o exército japonês pretendia eliminar a ameaça do GMD e garantir a delimitação desta retaguarda estratégica no norte da China a partir de uma guerra preemptiva contra a China. Entretanto, este não era o planejamento original do governo civil, este cenário foi gradualmente se formando por meio de operações encobertas dos chamados “exércitos de campo” na China, sendo o principal deles o Exército Kwantung (Guandong) comandado pelo General Tojo Hideki. Em março de 1937 os comandantes dos Exércitos da China foram convocados à Tóquio, na ocasião exigiram que não fosse dada mais nenhuma concessão à China e que se fazia necessário “esmagar o governo de Nanjing” para que se desse continuidade aos preparativos de uma guerra contra a URSS (DREA, E. J., 2011, p. 106–107).

Desde a década de 1910 existiam planos de contingência para uma guerra contra a China para defender os interesses japoneses na Manchúria. Estes planos requeriam o uso de 13 divisões para ocupar a Manchúria, parte do norte da China e Beijing, com o uso de mais duas divisões para garantir as linhas de comunicação entre Beijing e o mar (DREA, E. J., 2011, p. 108). A partir do incidente da Manchúria em 1931 e sua subsequente ocupação, estes planos passaram a ser detalhados para uma eventualidade de uma aliança sino-soviética que colocasse em risco a posição japonesa no norte da China e sua ocupação no Manchukuo. Os planos descreviam uma campanha de dois meses que exigiriam 16 divisões, das quais 14 seriam destinadas a enfrentar o exército vermelho e 2 engajariam contra os nacionalistas. Os objetivos eram praticamente os mesmos, proteger a Manchúria, ocupar pontos estratégicos do Norte da China, incluindo Beijing, e garantir sua comunicação com o mar (DREA, E. J., 2011, p. 108). Somente em caso de uma escalada e uma guerra total e aberta contra a China, tratada como improvável, estava previsto o reforço de mais dez divisões, mas para atuação ainda no norte da China. Operações na China central seriam limitadas à ocupação e ao bloqueio das grandes cidades no litoral e apenas duas divisões seriam destinadas para este fim (DREA, E. J., 2011, p. 108).

Apesar da existência destes planos, entre 1932 e 1936, a prioridade do Exército Kwantung era a preparação para a guerra contra a URSS. Conquanto o GMD permanecesse fraco e dividido, operações contra a China deveriam ser limitadas, evitando uma possível escalada. Esta percepção se alterou progressivamente ao longo da década de 1930. Contudo, a evolução destes planos demonstrava que, até as vésperas da guerra, todos os planos japoneses

priorizavam uma ocupação apenas do norte da China, mesmo em uma guerra em duas frentes, não havia previsão para uma derrubada do governo do GMD ou para a conquista de todo o território. Mesmo a possibilidade de ocupação de Wuhan, no interior da China central, que foi considerada em planos de 1935, foi descartada em sua revisão de 1936 por falta de tropas e recursos (DREA, E. J., 2011, p. 108–109).

A versão final dos planos de guerra na China manteve estes objetivos, quais fossem, a ocupação do norte da China e das principais cidades do litoral da China central (Nanjing, Shanghai e Hangzhou). Dois cenários eram previstos nos planos: o primeiro se refere a operações gerais no norte da China e estabelecia o avanço das operações ao longo das principais ferrovias saídas de Beijing até o rio Amarelo, prevendo a ocupação das 5 províncias do norte da China; o segundo dizia respeito a operações contra uma aliança sino-soviética, cuja principal diferença era a redução da área de ocupação no norte da China, devido ao redirecionamento das forças para o engajamento contra os soviéticos. Apesar destes planos advogarem por uma ocupação prolongada, nenhum deles considerava a hipótese de uma guerra prolongada e de atrito. Todo o foco era dado a batalhas iniciais, possíveis respostas à reação chinesa deveriam ser consideradas “contingentes às circunstâncias” (DREA, E. J., 2011, p. 111).

Contudo, toda a política japonesa para a China, a partir de 1936, considerava apenas soluções de força, apesar do seu objetivo maior ser conservar forças para investir em um programa de modernização militar para a confrontação com a URSS e garantir uma retaguarda estratégica no norte da China. Esse planejamento contraditório diz respeito a três fatores. O primeiro já referenciado, foi a completa exclusão das lideranças civis, tanto eleitas quanto burocráticas, do processo de formulação e tomada de decisão política e estratégica após fevereiro de 1936. O segundo fator se refere à divisão entre o QG de Tóquio, que era favorável a ações limitadas contra os chineses e os “comandantes de campo” na China, que advogavam por uma guerra preemptiva contra a China. O terceiro fator diz respeito à inteligência japonesa sobre a situação chinesa.

Não obstante o Japão possuir uma eficiente inteligência de sinais na China, ter capacidade de decodificar a maior parte das comunicações chinesas e ter consciência de situação da maior parte das forças chinesas, sua inteligência política foi incapaz de compreender a situação do país após a unificação promovida pelo GMD (PEATTIE, M. R., 2011, p. 56–57). Os japoneses se utilizavam de suas experiências pregressas negociando com senhores da guerra na China e de preconceitos que descreviam os líderes chineses como corruptos e ineptos e reafirmavam a superioridade racial e do Estado japonês como líder da Ásia. A ascensão do GMD era vista como uma nova disputa entre senhores da guerra e o sentimento anti-japonês

que promoviam seria resultado da influência da URSS, do PCCh e de interesses paroquiais. Os japoneses não conseguiram compreender o novo momento da realidade política e social chinesa, a promoção de uma agenda de modernização e a união das diferentes forças políticas em uma frente antijaponesa, resultante justamente das iniciativas de agressão contra a China. Dentro desses cenários estabelecidos, os japoneses acreditavam que os chineses não seriam capazes de organizar uma resistência prolongada em nível nacional e que, como em eventos anteriores, aquiesceria após uma rápida e decisiva vitória militar.

Esta rápida e decisiva vitória era a base da doutrina do exército imperial japonês. Seus principais manuais de comando, o Princípios do Comando (*totsui koriyo*) e o “Princípios das Operações” (*seno koriyo*), consideravam que a vitória era tributária do *élan* e moral superiores e da capacidade ofensiva³. O conceito operacional japonês consistia em operações rápidas de alta mobilidade buscando a batalha decisiva no início da campanha. O único meio de atingir os objetivos era a ofensiva, a infantaria seria a principal arma da manobra e a artilharia tinha a função de apoiar o seu avanço. Preconizava-se fazer ataques surpresa, operações noturnas e ter a capacidade de cercar o oponente mesmo em menor número. Se suas forças se encontravam na defensiva, o comandante deveria buscar oportunidades para desferir um contra-ataque esmagador e reconquistar a iniciativa. Este conceito operacional que buscava a batalha decisiva a qualquer custo foi denominado de o princípio do “combate rápido e decisão rápida”, ou *sokkusen sokketsu* (DREA, E. J., 2011, p. 112–113; SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 159), e fundamentou todo o planejamento operacional japonês na China, ao menos até a Batalha de Wuhan em 1938, quando chegou ao seu limite.

Apesar da forte ênfase na infantaria e na superioridade da moral do soldado japonês, este conceito operacional só era factível devido à uma força altamente treinada, à proficiência na guerra de armas combinadas, à grande superioridade de poder de fogo, à mobilidade e ao apoio aéreo e naval, não consistia em uma cega carga de baionetas como o senso comum pode eventualmente tentar reproduzir (DREA, E. J., 2011, p. 115). Este tipo de conceito operacional, era tributário das doutrinas de *attaque à l’outrance* e do culto à ofensiva que nasceu na I Guerra Mundial e inspirou fortemente a doutrina japonesa, especialmente o pensamento militar alemão. O culto à ofensiva era o resultado de uma releitura de Clausewitz baseada no nacionalismo chauvinista e no darwinismo “científico”. Era Uma uma tentativa de justificar a guerra ofensiva de agressão por meio de um verniz científico de uma suposta sobrevivência do mais forte, no caso, a nação da raça e da moral superior (SONDHAUS, 2013, p. 42–43). Essa formulação

³ Estes preceitos eram tão absolutos que na revisão do Princípios do Comando de 1928 foram retirados os termos *rendição*, *retirada* e *defesa* do manual (DREA, E. J., 2011, p. 112).

sobreviveu no período entre guerras e serviu como base para as formulações, na Europa, da guerra de aniquilação e guerra total, que também tiveram forte influência na formulação doutrinária japonesa (DREA, E. J., 2011, p. 112). Pode-se atribuir a este pensamento também a grande falha na inteligência humana japonesa, visto que seus relatórios se utilizavam de estereótipos e preconceitos para justificar sua superioridade racial e uma inevitabilidade de uma vitória militar baseada no *sokkusen sokketsu*, atribuindo aos chineses características como mesquinhos, gananciosos, corruptos e traiçoeiros (DREA, E. J., 2011, p. 131–133).

Para executar este plano operacional o Exército Imperial Japonês contava, às vésperas da guerra, com uma força de 247 mil homens na ativa, distribuídos em 17 divisões de infantaria⁴, 4 regimentos de tanques e 54 esquadrões aéreos compostos por 549 aeronaves. Parte desta ordem de batalha já se encontrava estacionada na China: o Exército de Guarnição da China, com sede na concessão japonesa de Tianjin, que contava com 2 regimentos e uma brigada mista independente e o Exército Kwantung, estacionado em Manchukuo, que contava com 4 divisões. Outras duas divisões encontravam-se estacionadas na Coreia e mais dois regimentos de infantaria em Taiwan. Além disso, o Japão contava com uma reserva de conscritos, prontos para o emprego, de cerca de 742 mil homens em 1937 (DREA, E. J., 2011, p. 115–116).

Quanto à logística e equipamentos, os japoneses eram extremamente dependentes de ferrovias. Sua doutrina logística considerava que unidades de manobra japonesa deveriam atuar em um raio entre 190 e 290 km de uma ferrovia para que pudesse ser abastecida de forma apropriada (DREA, E. J., 2011, p. 122–123). Para motorizar completamente o exército, estimava-se serem necessários 250 mil caminhões, a indústria japonesa na década de 1930 era capaz de produzir somente 1000 caminhões por ano (DREA, E. J., 2011, p. 119). Devido a essa deficiência e a condições de terreno na China, fora das linhas férreas toda a logística era feita a pé ou com animais. Um regimento de transporte, em tempo de guerra, possuía 3500 homens⁵, 300 cavalos e mais 2600 animais (DREA, E. J., 2011, p. 123). Também havia deficiências na indústria de produção de munição para a artilharia e de tanques e blindados. Problemas logísticos e de produção sobrecarregariam as capacidades japonesas ao longo da guerra, minando a superioridade material e tecnológica que possuíam em relação aos chineses no início

⁴ Cada divisão de infantaria japonesa, em tempo de paz, era composta por 12 mil homens, divididos em 2 brigadas de 4 mil homens, e regimentos de artilharia de campo, engenharia e um batalhão de transporte. Em tempo de guerra cada divisão podia chegar a 25 mil homens (DREA, E. J., 2011, p. 118).

⁵ As forças de transporte eram preenchidas por oficiais de segunda classe e soldados da reserva com pouca ou sem experiência. Pela logística não estar envolvida diretamente nas ações ofensivas acabava por receber um tratamento desigual e era relegada a segundo plano (DREA, E. J., 2011, p. 123).

da guerra. Já contra os adversários de mesmo nível tecnológico estas deficiências resultariam em consequências catastróficas (DREA, E. J., 2011, p. 121).

Em suma, os japoneses, apesar da superioridade material e tecnológica em relação aos chineses, possuíam uma série de deficiências que, ao longo da guerra, iriam se demonstrar críticas. Entre elas: processo decisório falho, com a sobreposição entre os comandantes de campo e o QG de Tóquio; planos operacionais vagos que não condiziam com a realidade enfrentada na guerra; dificuldades produtivas e logísticas; e um conceito operacional inadequado ao tipo de guerra que os japoneses estavam prestes a enfrentar.

3.2 OPERAÇÕES NO NORTE E LITORAL CHINÊS: A “BLITZKRIEG” JAPONESA E A CAMPANHA DE SHANGHAI

Em 7 de julho de 1937 ocorria uma escaramuça na Ponte Marco Polo (Lugouqiao), nos arredores de Beijing, resultado de um exercício noturno de tropas japonesas. Naquela década uma série de escaramuças e batalhas haviam se dado no norte da China – e em Shanghai em 1932 – os chamados incidentes⁶. Contudo, o assim denominado Incidente da Ponte Marco Polo se tornou o estopim para uma guerra aberta entre China e Japão, que duraria cerca de 8 anos.

Ao longo de julho se seguiram várias pequenas escaramuças nos arredores de Beijing. Os chineses, já no dia 8 de julho, despacharam o seu 29º Exército para Beijing, que contava com 5 divisões e duas brigadas, totalizando 75 mil homens. Os japoneses, que já contavam com uma brigada do Exército de Guarnição da China (cerca de 5 mil e 600 homens), enviariam reforços ao longo de julho: duas brigadas do Exército Kwantung, uma divisão do Exército da Coreia e mais 6 divisões do Japão. Ao final de julho os japoneses já contavam com 210 mil combatentes no norte da China (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 161).

Apesar de os chineses estarem ainda no meio de seu processo de modernização e reestruturação do seu exército e defesas, que estavam previstas para concluir-se apenas em 1938, estavam resolutos em torno da 2ª Frente Unida entre Nacionalistas e Comunistas, resultante do acordo estabelecido após o sequestro de Jiang Jieshi (incidente de Xi’an) e na decisão de não aquiescer mais às investidas japonesas. Entretanto, havia bastante cautela, pois ainda não estavam claras as intenções nipônicas após o incidente da Ponte Marco Polo e parte das

⁶ Inclusive, nenhum dos dois beligerantes reconheceu um Estado de guerra entre as duas partes até 1941 e a entrada dos EUA na guerra. Os japoneses, para todos os efeitos denominavam os acontecimentos que tiveram início em 1937 como o Incidente da China (*Shina Jihen*).

lideranças do GMD resistia a entrar em uma guerra aberta antes da conclusão dos preparativos para a defesa contra o Japão.

Em 12 de julho, Jiang Jieshi ordenou que o 29º Exército se posicionasse para a resistência ao longo do rio Yongding (entre as duas principais ferrovias que partem de Beijing, para Wuhan e para Tianjin/Shanghai) na altura entre Baoding e Cangzhou e partiu para Lushan (Monte Lu) com outras 150 lideranças chinesas para tomar uma decisão sobre a guerra. No dia 18 de julho, Jiang Jieshi emitiu uma declaração pública, a Declaração de Guling, resultante do encontro em Lushan, afirmando que a China defenderia sua integridade territorial e os seus direitos soberanos como nação (WILSON, 1983, p. 16). A China não moveria o 29º Exército e estava pronta para lutar; toda a nação seria mobilizada e haveria resistência, mas esperava-se que fosse possível resolver o incidente da Ponte de Marco Polo de forma pacífica, de forma a evitar uma guerra (WILSON, 1983, p. 16; YANG, T., 2011, p. 145).

Apesar desta ser a primeira vez que os chineses declaravam publicamente a intenção de ir à guerra caso a agressão japonesa persistisse, Tóquio ainda duvidava da possibilidade de uma escalada do conflito para uma guerra aberta e prolongada. Os militares japoneses possuíam dois motivos para descartar esta possibilidade. O primeiro era político: os japoneses consideravam que uma grande demonstração de força faria com que os chineses aquiescessem e cedessem às exigências japonesas, seguindo o padrão dos incidentes anteriores. O segundo era de natureza militar: os japoneses acreditavam que no caso de uma escalada resolveriam a guerra em algumas semanas de operações. A doutrina do *sokkusen sokketsu* eliminaria rapidamente as forças do governo de Nanjing por meio de manobras rápidas de envolvimento e aniquilação em batalhas decisivas, eliminando a resistência chinesa, os levando a rendição e submetendo o governo de Nanjing antes da necessidade de ocupar territórios (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 159, 162).

Os japoneses chegaram a esta conclusão não apenas baseados em sua crença de superioridade da moral e da raça nipônica, mas também devido a sua superioridade tecnológica. Para além da grande superioridade qualitativa de sua infantaria, os japoneses também contavam com a vasta superioridade de sua Força Aérea (do exército e naval) e da Marinha. O Exército Imperial do Japão tinha a sua disposição 54 esquadrões aéreos e apoio da Marinha Imperial que contava com 390 aeronaves baseadas em terra e mais 200 embarcadas, as aeronaves de ambas as forças eram de uma nova geração produzida domesticamente e recém comissionada. O Exército contava ainda, apesar de números reduzidos, com duas brigadas e um batalhão de tanques, compostas por 89 tanques médios e outros veículos blindados e tanques leves. Enquanto a Marinha designou para a China a 3ª Frota, que contava com 4 cruzadores leves, 13 fragatas e 12 canhoneiras, além do apoio da Frota Combinada (1ª e 2ª Frota da Marinha Imperial

do Japão), que contava com 5 couraçados e 3 porta-aviões. Desse modo, a Marinha prestava o suporte de fogo com sua artilharia naval e o suporte de fogo e bombardeio de interdição com suas aeronaves embarcadas, além de garantir o controle de toda a costa chinesa (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 160).

Entretanto, apesar dos chineses estarem cientes de sua grande desvantagem econômica e tecnológica, decidiram em 7 de agosto, mesmo dia em que o Exército japonês fazia sua entrada oficial em Beijing com uma parada sobre a Avenida da Paz Eterna (Chang'an), por implementar uma política de resistência nacional (WILSON, 1983, p. 26; YANG, T., 2011, p. 145). A queda de Beijing em 28 de julho e de Tianjin em 30 de julho, a progressiva chegada de reforços japoneses e a negativa dos japoneses em negociar, levou Jiang Jieshi a reunir o Conselho de Defesa Nacional que decidiu pela mobilização completa do Estado e a preparação de 1 milhão de combatentes para a resistência (YANG, T., 2011, p. 145).

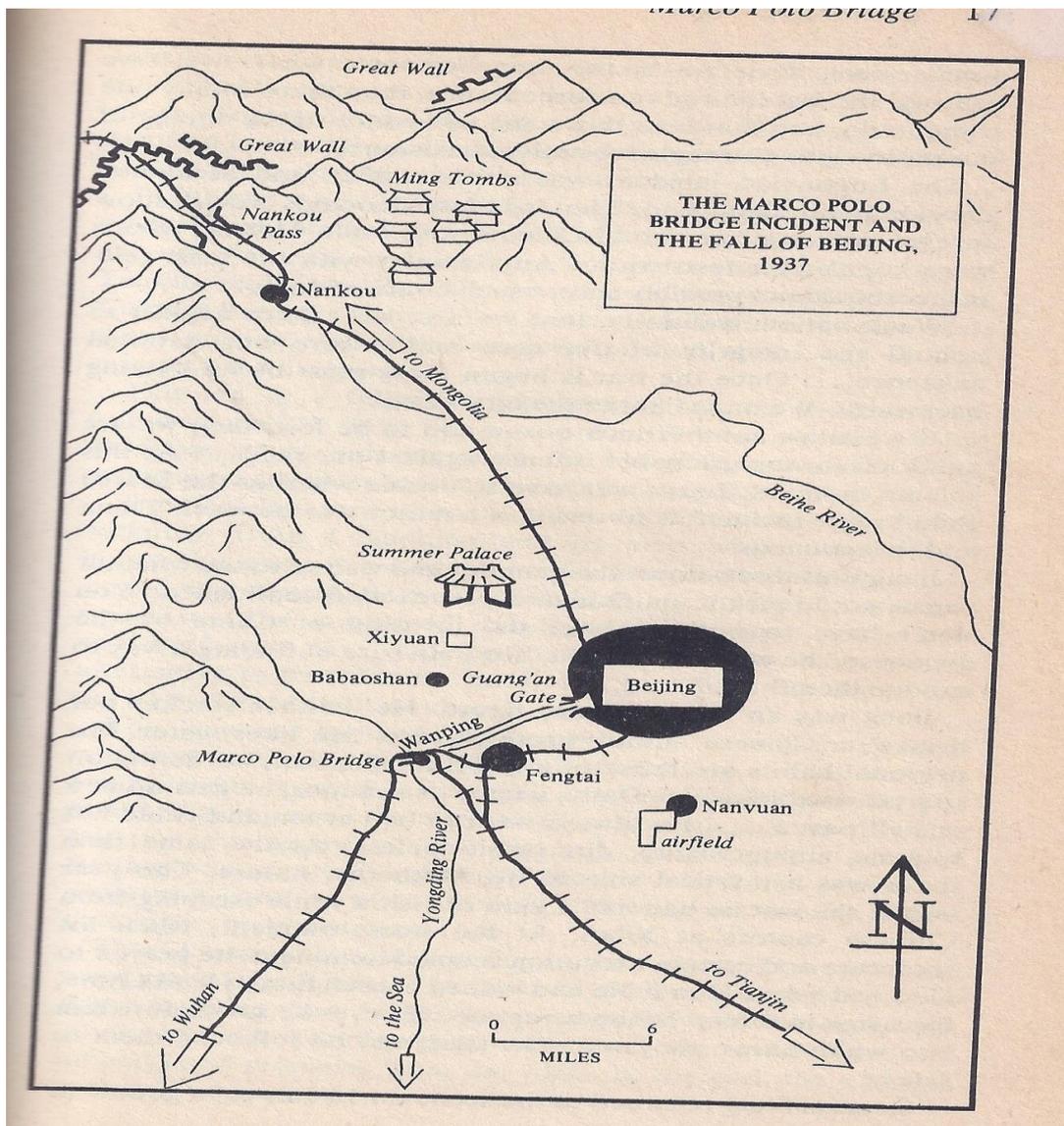
3.2.1 A Campanha do Norte da China (julho – setembro de 1937)

Em fins de julho de 1937 os japoneses proclamaram um ultimato, exigindo a retirada das tropas chinesas dos arredores de Beijing e o livre trânsito das forças japonesas no norte da China. Conforme a declaração de Guilin, estes termos eram inaceitáveis para os chineses, e assim, o 29º Exército, comandado pelo general Song Zheyuan, manteve sua posição (WILSON, 1983, p. 18–20). Para a defesa de Beijing permaneceram 10 mil homens. Em 28 de julho o Exército de Guarnição da China, comandado pelo general Katsuki Kiyoshi, cercou Beijing partindo de Fengtian. A batalha durou apenas um dia, 5000 chineses morreram e o restante se retirou para a linha do rio Yongding em direção à Baoding. Após a queda de Beijing, com a recusa de Jiang Jieshi de cumprir os termos japoneses, o general Katsuki declarou que, caso as tropas chinesas permanecessem ao norte do rio Amarelo o Japão prosseguiria com as operações até “esmagar o governo de Nanjing” (WILSON, 1983, p. 25).

No dia 29 de julho, os japoneses avançaram sobre Tianjin com a 5ª Divisão do Exército de Guarnição da China, comandada pelo general Itagaki Seichiro, e apoiados pela 2ª frota da Marinha. A 18ª divisão do 19º Exército chinês foi responsável pela defesa de Tianjin, mas também resistiu apenas um dia; em 30 de julho de 1937 Tianjin havia caído (WILSON, 1983, p. 25). Os remanescentes da 18ª Divisão iriam recuar ao longo da ferrovia Tianjin-Pukou, onde permaneceriam até a Batalha de Taierzhuang, durante a Campanha de Xuzhou, em março de 1938.

O objetivo inicial dos japoneses havia se concluído em menos de um mês, o controle do eixo Beijing – Tianjin. Esse controle permitia a conexão do território ocupado japonês na Manchúria com o norte da China a partir de Beijing e, a partir de Beijing, o controle da ferrovia Beijing – Hankou em direção à Wuhan. Com o controle de Tianjin os japoneses garantiram o principal porto do norte da China, o à época denominado porto de Tanggu, estabelecendo uma linha de comunicação marítima com o Japão e o acesso à ferrovia Tianjin-Pukou em direção à Nanjing e Shanghai. A progressão japonesa em direção ao centro da China se daria a partir destes pontos, tornando estas duas ferrovias e suas conexões com cidades portuárias as principais linhas de comunicação do exército japonês na China, conforme já esperado pelo comando Nacionalista.

Figura 4 - Queda de Beijing



Fonte: Wilson (1983, p. 17)

Em 31 de agosto, após a negativa chinesa de retirar suas forças do norte da China, mesmo após a queda das suas duas principais cidades, o Estado-Maior japonês reorganizou suas forças para dar continuidade com as operações na região. O Exército de Guarnição da China e as divisões enviadas à China para o seu reforço foram incorporadas e constituíram o novo Exército Regional do Norte da China, sob o comando do general Terauchi Hisaichi. Este exército foi organizado em 1º Exército, comandado pelo general Katsuki Kiyoshi, e o 2º Exército, comandado pelo general Nishio Toshizo (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 161).

Este novo exército, o Exército Regional do Norte da China, possuía um objetivo operacional claro, estabelecido pelo QG em Tóquio: cercar e aniquilar as forças chinesas em campo no norte da China (o 29º Exército) para forçar o governo chinês a aceitar as demandas japonesas; neste momento não fazia parte dos objetivos ampliar o escopo das operações e ocupar territórios (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 162). Para cumprir este objetivo o 1º Exército japonês avançaria pela ferrovia Beijing-Hankou, para forçar uma batalha decisiva em Baoding, enquanto o 2º Exército seguiria pela ferrovia Tianjin-Pukou, em paralelo ao 1º Exército, para fazer um movimento em direção a oeste e cortar a linha de retirada chinesa (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 162).

Bombardeiros do exército buscaram atacar importantes áreas da retaguarda chinesa em Baoding para impedir uma retirada e em 19 de setembro Jiang Jieshi ordenou a defesa da cidade. As forças japonesas iniciaram uma barragem de artilharia contra as muralhas da cidade em 24 de setembro. Contudo, assim que a artilharia cessou fogo, os comandantes chineses ordenaram a retirada para negar batalha aos japoneses e evitar sua destruição. Com isso, cerca de 90 mil homens do 1º e 2º Exército japonês ocuparam Baoding, na ferrovia Beijing-Hankou e Dexian, na ferrovia Tianjin-Pukou, respectivamente, após sofrerem baixas da ordem de 1500 mortos e 4000 feridos (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 163).

Concomitantemente à constituição do Exército Regional do Norte da China, o Exército Kwantung, sediado no Manchukuo sob o comando de Tojo Hideki, criou o seu próprio exército expedicionário, oficializado em 14 de agosto. O objetivo desta nova força, segundo o QG de Tóquio, era garantir o flanco estratégico do Manchukuo na Mongólia Interior. O objetivo de Tojo divergia do de Tóquio, consistia em ocupar a província de Chahar na Mongólia Interior e constituir um novo Estado fantoche, que formaria o Mengjiang em 1939 (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 164). Se utilizando de reforços do Exército Regional do Norte da China, mais especificamente sua 5ª Divisão do general Itagaki Seichiro, Tojo capturou a capital Datong em 13 de setembro. No dia 18 de setembro, o general Katsuki ordenou que Itagaki se dirigisse a sudoeste para Baoding com o objetivo de cercar as forças chinesas e impedir sua retirada.

Itagaki não chegaria a tempo devido ao encontro com forças chinesas em Pingxingguan (Passo de Pingxing), impedindo os japoneses de eliminar as principais forças nacionalistas no norte da China, seu objetivo principal.

Em Pinxingguan ocorreu a primeira operação conjunta entre Nacionalistas e Comunistas: a 115ª Divisão, comandada por Lin Biao, do 8º Exército de Marcha do PCCh (18º Grupo de Exército na designação do GMD) com 6 mil homens operou em conjunção com a 71ª Divisão do Exército Nacionalista. A batalha transcorreu entre 24 e 29 de setembro, quando a 21ª Brigada, comandada pelo general Miura Keiji da 5ª Divisão japonesa, cruzava a única estrada da região. Os chineses cortaram a linha entre os combatentes e sua base de suprimentos, cercando as forças de Miura. A brigada japonesa sofreu grandes baixas e foi necessário atrasar a progressão da 5ª Divisão (o que a impediu de cercar os chineses em Baoding) e pedir reforços para o Exército Expedicionário de Chahar. Após cinco dias de combate e a chegada dos reforços japoneses, os chineses se retiraram. O resultado foi um total de 3 mil baixas do lado japonês, enquanto as forças chinesas sofreram cerca de 30 mil baixas (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 165–167). Esta foi considerada tanto pelo GMD, quanto pelo PCCh, a primeira vitória chinesa da guerra.

A batalha de Pingxingguan e as operações ao longo das ferrovias Beijing-Hankou e Tianjin-Pukou deram uma amostra da lógica que seria recorrente na guerra: batalhas com pesadas baixas de ambos os lados, nas quais os chineses acabariam cedendo território, mas impediriam os japoneses de desabilitar as principais forças operacionais da China. Este seria o padrão tático-operacional do *chijiuzhan* que seria aperfeiçoado ao longo da guerra.

Quanto ao Japão, apesar de ter atingido os seus objetivos em termos territoriais (o controle do eixo Beijing – Tianjin e Chahar), falhou completamente em seu principal objetivo, o de destruir as forças chinesas, para que o governo de Nanjing se curvasse (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 167). Esta falha levaria, progressivamente, os comandantes japoneses a ampliarem suas operações ao sul, perseguindo as forças chinesas, mesmo com a orientação de Tóquio de suspender operações na altura de Baoding. O QG de Tóquio demarcava um limite territorial para cumprir os objetivos operacionais, mas os seus comandantes em campo, gozando de autonomia e pautados pela doutrina do *sokkusen sokketsu*, ampliavam o escopo das operações, estendendo as suas linhas de comunicação para cumprir os objetivos operacionais (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 168). Esta lógica de engajamento impedia Tóquio de reavaliar as operações e traçar novos objetivos ou engajar em negociações. A falha japonesa em cumprir seus objetivos operacionais e estratégicos no norte da China levaria os japoneses a escalar as operações em Shanghai.

3.2.2 A Campanha de Shanghai (agosto – novembro de 1937)

O combate em Shanghai teve início de forma independente da campanha no norte da China. O assassinato de um oficial japonês em 9 de agosto constituiu o pretexto que daria início à campanha. Como resultado do acordo de cessar-fogo do incidente de Shanghai de 1932 a cidade se tornou uma zona desmilitarizada e, portanto, os chineses estavam proibidos de estacionar suas tropas em Shanghai, mantendo apenas uma força policial na cidade – denominada Força de Preservação de Paz. Enquanto isso, os japoneses garantiram o direito de manter uma força permanente para proteger seus cidadãos (25 mil residentes civis à época da guerra) e negócios na cidade. Esta força em agosto de 1937 consistia em 2500 fuzileiros navais da 3ª Frota da Marinha Imperial (WILSON, 1983, p. 33).

Shanghai era conhecida como a “Paris do Oriente” ou “Rainha do Oriente”, era a maior cidade da China, a segunda maior da Ásia (depois de Tóquio) e a quinta maior cidade do mundo à época com 3,5 milhões de moradores em 1937 (HARMSSEN, 2013, p. 15). Situada na foz do Yangtze, era o principal porto comercial da China e escoava a produção da China Central, além de ser o principal ponto de contato com o resto do mundo, principalmente com as potências ocidentais. Residiam em Shanghai mais de 70 mil civis estrangeiros de 48 nacionalidades diferentes; para além dos japoneses, principalmente russos, britânicos e estadunidenses (HARMSSEN, 2013, p. 15).

Atrair os japoneses para o combate em Shanghai já fazia parte do planejamento de guerra chinês. Desde 1934 o governo nacionalista já construía obras de defesa secretamente na cidade. Após o incidente da Ponte de Marco Polo, Jiang Jieshi ordenou o comandante da região de Nanjing e Shanghai, Zhang Zhizhong, a infiltrar combatentes entre as Forças de Preservação de Paz (YANG, T., 2011, p. 146). Os chineses decidiram por atrair os japoneses para o combate em Shanghai com os seguintes propósitos:

- a) reduzir a intensidade das operações japonesas no norte da China, abrindo uma segunda frente em Shanghai e mantendo a linha de comunicação do Norte da China com a URSS pelo maior tempo possível;
- b) estender as linhas de comunicação japonesa ao máximo para desgastar as suas forças;
- c) atrair a atenção das grandes potências com uma batalha de grandes proporções na cidade de maior interesse internacional (VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983; YANG, T., 2011).

Esta linha de ação já estava prevista nos planos de guerra de 1935, de modo que a confrontação em Shanghai daria início à guerra prolongada de resistência. Em documento,

contendo instruções sobre a estratégia política e militar para a guerra, Jiang Jieshi afirma que o objetivo da campanha de Shanghai era “derrotar o plano inimigo de uma decisão rápida em uma guerra rápida conduzindo uma guerra de atrito e desgastando o inimigo” (VAN DE VEN, 2003). O diário de Jiang Jieshi registra, ao longo de setembro, a confirmação desta decisão, em 2 de setembro de 1937:

A fraqueza do inimigo é que eles estão convertendo uma frente menor em sua frente principal [Shanghai]. Suas táticas são reativas; eles estão sendo forçados à ação. Nossa estratégia deve focar em tornar difícil para o nosso inimigo continuar avançando. Eles então se defrontarão com o dilema de avançar ou recuar. Nós podemos usar nossas capacidades de resistência para atingir o nosso objetivo em uma guerra prolongada (*chijiuzhan*) (YANG, T., 2011, p. 150 tradução nossa)

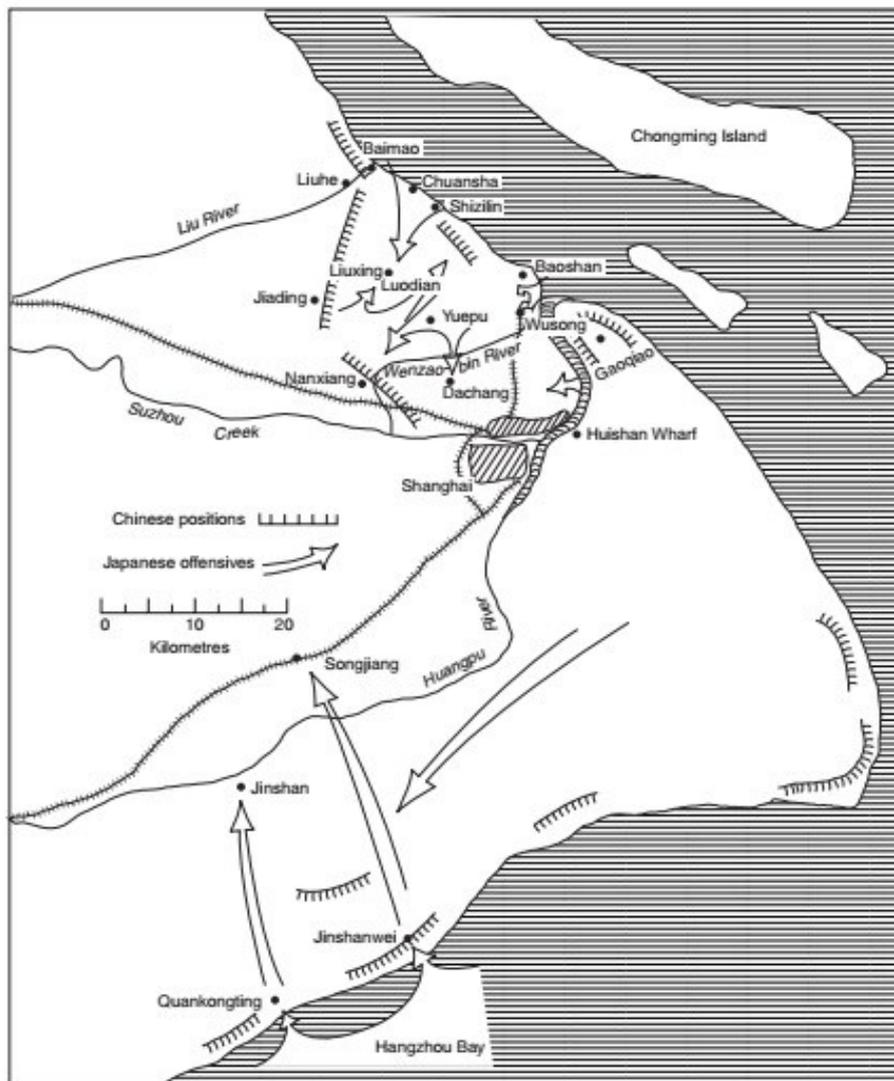
Desse modo, em 14 de agosto, o general Zhang Zhizhong recebe ordens diretas de Jiang Jieshi para dar início a uma ofensiva geral, enquanto a Força Aérea Nacionalista iniciou um bombardeio contra a 3ª Frota japonesa, já estacionada em Shanghai (YANG, T., 2011, p. 147). Tinha se dado início à maior batalha da história da Ásia e a segunda maior da II Guerra Mundial. Nesta primeira etapa travou-se uma batalha de rua em rua com o objetivo de empurrar as forças japonesas em direção ao rio Huangpu. Contudo, nesse período inicial, apesar dos chineses terem cercado as forças da marinha japonesa com sucesso, as operações no norte da China continuavam a ser expandidas; tornava-se necessária a escalada do combate.

O exército nacionalista, sob o comando de Zhang Zhizhong, iniciou o combate (entre Forças de Preservação de Paz e tropas da Guarnição de Nanjing/Shanghai) com 50 mil homens. A dificuldade de demover japoneses de posições fortificadas por falta de armamento pesado, que levou ao progressivo aumento de baixas, fez com que Jiang Jieshi escalasse as operações. Em 20 de agosto, Jiang Jieshi, que assumiria pessoalmente o comando desta zona de guerra, reorganizou e reforçou o efetivo em combate. Estava em campo o 9º Grupo de Exército, sob o comando de Zhang Zhizhong, nos arredores da cidade; o 8º Grupo de Exército, sob o comando de Zhang Fakui, na região norte da baía de Hangzhou; e o 15º Grupo de Exército, sob o comando do general Chen Cheng, na margem sul do Yangtze guardando o flanco direito da cidade (YANG, T., 2011, p. 147–148). Ao todo os chineses concentrariam 750 mil homens em Shanghai em 50 divisões (WILSON, 1983, p. 36; YANG, T., 2011, p. 143).

A intenção inicial do Estado-Maior japonês não era escalar a luta em Shanghai, visto que a prioridade era cumprir os seus objetivos dentro de um território delimitado no norte da China. Desse modo, a primeira reação nipônica foi tentar resolver a batalha com a primeira operação de bombardeio estratégico da guerra e com o envio de mais 4000 fuzileiros navais

(SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 168–169). Com a manutenção do cerco, a progressiva mobilização chinesa e a pressão do comando da 3ª Frota pelo envio de reforços, o Estado-Maior do Exército Imperial reavaliou a situação (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 169). Em 17 de agosto o exército japonês criou o Exército Expedicionário de Shanghai, sob o comando do general Iwane Matsui, com a mobilização de mais 3 divisões, sendo a 3ª e a 11ª divisões as primeiras enviadas. O Estado-Maior japonês esperava que estas duas divisões fossem suficientes para travar uma batalha rápida e decisiva em Shanghai, o que não ocorreria. Mais 7 divisões, totalizando 300 mil homens, ainda seriam mobilizadas ao longo da batalha, que se arrastaria até novembro de 1937 (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 171; WILSON, 1983, p. 36).

Figura 5 - Batalha de Shanghai



Fonte: Van de Ven (2003, p. 213)

Assim, uma segunda etapa da batalha teve início com o desembarque do Exército Expedicionário de Shanghai em 23 de agosto de 1937. O objetivo desta operação era destruir as forças inimigas com o apoio da marinha e ocupar Shanghai e a região imediatamente ao norte (ligando-se a região ocupada no norte da China). Para isto, a partir dos pontos de desembarque seria realizada uma manobra de flanco para cercar e destruir as forças inimigas (VAN DE VEN, 2003). O desembarque em Shanghai foi uma das maiores operações anfíbias da II Guerra Mundial, comparável ao desembarque da Normandia no DIA D⁷: em apenas um dia desembarcaram em duas praias de Shanghai cerca de 40 mil homens; até meados de setembro seriam 100 mil homens e até a captura da cidade seriam 300 mil homens, soma-se a isso mais 200 tanques, equipamentos e suprimentos (HARMSSEN, 2013; VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983).

A 3ª Divisão desembarcou na praia de Wusong, com a missão de eliminar as defesas costeiras, permitindo acesso completo da Frota à foz do Yangtze, cortar a ferrovia Shanghai-Wusong e se dirigir ao norte cercando as forças chinesas e encontrando-se com a 11ª Divisão. A 11ª Divisão desembarcou ao norte na praia de Chuansha e deveria capturar Luodian, se encontrar com a 3ª Divisão e marchar rumo a oeste para cercar a zona urbana de Shanghai (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 169).

Apesar da ampla cobertura aérea e naval das forças japonesas – a artilharia naval japonesa podia acertar alvos até 13 quilômetros terra adentro – avançaram com grande dificuldade (VAN DE VEN, 2003). O combate travado era eminentemente urbano, lutado de casa em casa. Os chineses usavam táticas que visavam negar a vantagem da superioridade da artilharia japonesa: lutando a partir de posições defensivas fortificadas, com armas leves, granadas e combate corpo a corpo; devido à proximidade, a artilharia japonesa tinha o uso limitado (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 170–171). A 11ª Divisão capturou Luodian em 28 de Agosto e a 3ª Divisão eliminou as defesas costeiras de Wusong em 31 de agosto. Embora os japoneses tenham cumprido os seus objetivos iniciais, só o fizeram ao custo de pesadas baixas de ambos os lados. A partir de setembro, o exército japonês lançou uma grande ofensiva com apoio aéreo e naval, mas o combate se tornou estanque (posicional) ainda em ambiente urbano nos arredores de Shanghai; os japoneses avançavam lentamente. Em 9 de setembro a 3ª Divisão já havia sofrido 2100 baixas, enquanto a 11ª tinha perdido 1600 homens (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 170–171). As baixas chinesas foram ainda mais pesadas, em Luodian perderam

⁷ No dia D, parte da Operação Overlord, desembarcaram nas praias da Normandia no dia 6 de junho de 1944 cerca de 156 mil Aliados em cinco praias (DAVIES, 2009, p. 140).

metade do efetivo; em Wusong foi perdido mais cerca de 5000 homens, além de mais 9 mil baixas na primeira semana de setembro (YANG, T., 2011, p. 149).

Este cenário demonstrou a determinação chinesa em defender a cidade e a insuficiência das forças japonesas para definir a batalha rapidamente com apenas duas divisões. Desse modo, Tóquio reviu seus objetivos de guerra, já admitindo uma expansão das operações na tentativa de definir a guerra o mais rápido possível. Agora as operações de Shanghai e do Norte da China eram consideradas apenas o início da ofensiva (VAN DE VEN, 2003). O resultado foi o início de uma terceira fase da Batalha de Shanghai, com a queda das defesas no litoral norte e a liberação da foz do Yangtze; os japoneses possuiriam livre acesso para o envio de novos reforços para a zona de combate.

Assim, entre 13 de setembro e 18 de outubro, os japoneses lançariam uma nova ofensiva. Até este momento os japoneses já haviam desembarcado nas praias de Shanghai mais 100 mil homens, 300 tanques e 300 peças de artilharia pesada, com o apoio de mais 200 aeronaves. Na semana final deste período suas forças chegariam a 200 mil homens, um contingente maior do que o empregado no norte da China (YANG, T., 2011, p. 151). O combate nesse período seguiu de forma posicional, semelhante à I Guerra Mundial, lutas intensas com trocas de territórios quase diárias e lentos avanços (VAN DE VEN, 2003). Em 7 de outubro, as linhas chinesas começaram a ceder e os japoneses fizeram um grande avanço e atravessaram o rio Yunzaobin (Wenzao-bin).

Ao longo de setembro, os chineses trariam reforços de toda a China para a defesa de Shanghai, principalmente o 21º Grupo de Exército de Guangxi, comandado pelo general Liao Lei (YANG, T., 2011, p. 151). Em 19 de outubro, os chineses deram início a uma contraofensiva ao longo do Yunzaobin e um grande embate ocorreu no vilarejo de Dachang. Os japoneses contavam com o apoio de 700 peças de artilharia e 150 bombardeiros. A contraofensiva fracassaria e no dia 24 de outubro os chineses dariam início à uma retirada à oeste para o riacho de Suzhou (VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983; YANG, T., 2011).

Apesar do sucesso da ofensiva japonesa, ele não foi alcançado sem um grande custo, 25 mil baixas, sendo, destas, 8 mil mortos (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 175). Os japoneses necessitariam de mais uma rodada de reforços em um novo desembarque para tentar cortar a linha de retirada chinesa, inaugurando a fase final da Batalha de Shanghai.

A etapa final da Batalha de Shanghai se iniciaria em 29 de outubro e se estenderia até o dia 9 de novembro de 1937 e teria início com um ataque japonês, que reunia 120 mil homens, contra 47 divisões chinesas (entre 220 e 500 mil homens), em posições no riacho de Suzhou. Apesar do nome, não se tratava de um riacho, pois possuía 40 a 50 metros de distância de uma

margem a outra e 2,5 metros de profundidade (VAN DE VEN, 2003). Após 3 dias de combate, os japoneses conseguiram quebrar a defesa chinesa e construir três pontes para a travessia; ainda se sucederiam mais 6 dias de batalha de casa em casa (SATOSHI; DREA, E. J., 2011; VAN DE VEN, 2003). Em 5 de novembro, os japoneses realizariam mais um desembarque de 30 mil homens, agora ao sul de Shanghai, na baía de Hangzhou (WILSON, 1983, p. 42). Evitar este desembarque era fundamental para evitar o cerco das forças chinesas. Os reforços chineses não foram suficientes para sustentar a defesa da baía e em 8 de novembro suas forças colapsaram. Concomitantemente ocorreu o colapso da linha defensiva chinesa do riacho de Suzhou ao norte. Para evitar o total aniquilamento de suas forças foi ordenado no mesmo dia a retirada, que se sucedeu às pressas e de forma desorganizada, quebrando a cadeia de comando (SATOSHI; DREA, E. J., 2011; VAN DE VEN, 2003; YANG, T., 2011). No dia 11 de novembro, o prefeito de Shanghai anunciaria a capitulação da cidade.

Apesar da campanha de Shanghai não ter sido capaz de interromper completamente as operações japonesas no norte da China, conseguiu cumprir objetivos importantes para o esforço de resistência chinês. Jiang Jieshi havia inaugurado de forma bem-sucedida uma nova frente para a guerra e atraído o principal esforço japonês para a China Central, mantendo a guerra indefinida. Os nacionalistas haviam inaugurado a sua resistência baseada na guerra prolongada e o próximo passo seria atrair os japoneses para o interior do continente.

Apesar disso, houve alguns graves reveses na conduta da campanha, para além das já esperadas pesadíssimas baixas, 187 mil segundo registro oficial da época. Além disso, as Divisões Reorganizadas, núcleo das forças modernizadas do Exército Nacionalista e leais a Jiang Jieshi, consistiram na principal força de resistência em Shanghai e foram dizimadas. Calcula-se que 60% deste efetivo se perdeu, incluindo 10 mil dos melhores oficiais chineses e boa parte do equipamento, devido à retirada desorganizada (WILSON, 1983, p. 46; YANG, T., 2011, p. 154). Além disso, a Força Aérea chinesa virtualmente deixou de existir.

Este resultado se deveu a dois fatores: a) estratégia diplomática e b) as limitações do terreno. Um dos objetivos políticos da campanha da Shanghai era atrair a atenção internacional para a agressão japonesa e angariar o apoio das potências ocidentais. Para isto, Jiang Jieshi contava com a reunião extraordinária da Liga das Nações que ocorreria no mês de outubro para tratar do assunto. Devido à saída do Japão da Liga das Nações em consequência de sua ocupação da Manchúria, a Liga propôs uma reunião dos signatários do tratado das Nove Potências (negociado na Conferência de Washington de 1922 o qual tanto China quanto Japão eram signatários), a ocorrer em Bruxelas. Com a intenção de alavancar a sua capacidade de negociação, Jiang Jieshi ordenou a resistência e a manutenção das posições a qualquer custo,

independente das baixas: “devemos fazer um esforço extra... para demonstrar nossa moral e força, melhorar nossa situação internacional e ganhar a solidariedade e apoio das nações amigas”, registrou Jiang para as tropas em 22 de outubro (YANG, T., 2011, p. 151). Por outro lado, os japoneses também intensificaram as ofensivas e o envio de tropas neste período na tentativa de chegar à reunião em uma situação superior e forçar os chineses a negociar pelo fim da guerra (YANG, T., 2011, p. 151).

A reunião só ocorreu no dia 30 de outubro e os chineses já estavam na última linha defensiva da cidade em Suzhou, tendo sofrido pesadíssimas baixas e comprometido as condições de manter a linha de comando e fazer uma retirada organizada. Este último ponto era essencial não só para manter o núcleo das forças modernizadas chinesas, mas também por ser um objetivo fundamental da estratégia e do conceito operacional utilizado. A preservação de forças negava aos japoneses a obtenção de seu principal objetivo (destruir as forças chinesas por meio da batalha rápida e decisiva), além de ser fundamental para aumentar o desgaste do inimigo e forçá-lo a perseguição estendendo suas linhas de comunicação. Jiang Jieshi mais tarde registaria em seu diário sobre o erro de não ter ordenado a retirada antes do encontro de Bruxelas: “Ao invés disso, enquanto estávamos exaustos, eu reforcei Shanghai e me preendi à resistência. Nós fomos totalmente derrotados. Foi minha culpa” (YANG, T., 2011, p. 153).

Já o segundo fator, diz respeito ao terreno, que também dificultou a preservação das forças. Apesar da tática de guerra urbana negar parte da superioridade de poder de fogo japonesa, Shanghai era uma cidade litorânea, o que permitia o amplo uso da artilharia e da aviação navais japonesas. Além disso, após a queda das defesas litorâneas, os japoneses puderam fazer o uso máximo de suas linhas de comunicação marítimas sem nenhuma oposição chinesa. O *chijiuzhan* se baseava principalmente em negar a superioridade de poder de fogo japonês com o uso do terreno montanhoso no interior, que também estendiam as linhas de comunicação japonesas deixando-as abertas a ataques e desgastes continuados.

Por estes fatores, o resultado chinês em Shanghai foi desigual. Entretanto, os chineses ainda possuíam preservadas grande parte de suas forças e o seu centro produtivo. Jiang Jieshi não mantinha ilusões sobre uma possibilidade de repelir a invasão japonesa em Shanghai e a transferência da capital já estava prevista para Wuhan e Chongqing (VAN DE VEN, 2003).

Por sua vez, para os japoneses, os resultados da campanha de Shanghai foram extremamente negativos. Apesar de terem vencido quase todas as batalhas, ocupado o território no norte da China e três de suas maiores cidades, cumprindo o objetivo estratégico delineado na década de 1930 de garantir uma retaguarda estratégica no norte da China, os objetivos agora eram outros: eliminar as forças chinesas, depor o governo de Jiang Jieshi e garantir o

reconhecimento dos interesses japoneses na China (incluindo Manchukuo) por um novo governo. Os japoneses estavam muito longe destes objetivos. O resultado real de Shanghai para os japoneses foi um número pesado de baixas, cerca de 40 mil - comparável somente à maior guerra que o Japão já havia travado até aquele momento, a Guerra Russo-Japonesa, com 49 mil baixas em toda a guerra (JUKES, 2002, p. 84). Para a conquista de Shanghai, o Japão necessitou mobilizar todo o seu serviço ativo e reservas. Necessitou redirecionar suas forças da Manchúria, Coreia e das operações do norte da China, além de seu quadro de reservistas. Três divisões, cerca de 60 mil soldados, com pouco treinamento e com uma média de idade de 30 anos foram enviados para a frente em Shanghai. Em apenas 3 dias uma dessas divisões de reservistas perdeu 3 mil homens em uma das ofensivas de Suzhou (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 173).

Uma guerra que se pretendia encerrar em semanas agora necessitava da mobilização total do Estado japonês. A doutrina do *sokkusen sokketsu* havia falhado do ponto de vista estratégico, a definição rápida não seria obtida (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 180). Os planos de modernização das forças armadas foram suspensos, bem como a preparação para a confrontação com a URSS, o seu objetivo principal. Os comandantes de campo japoneses ainda decidiriam por dar prosseguimento à campanha em direção a Nanjing em discordância com o QG de Tóquio (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 176–177). Empreendeu-se uma campanha mal planejada, com o efetivo marchando rapidamente para Nanjing sem os suprimentos adequados e com a ordem de garantir os víveres diretamente dos civis (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 179). Tudo para encontrar em Nanjing, a capital, guarnecida por 5 divisões enfraquecidas, uma defesa simbólica. A defesa de Nanjing não fazia parte da estratégia de guerra prolongada (VAN DE VEN, 2003). Com a queda de Nanjing em 13 de dezembro, sucedeu-se um dos maiores massacres contra civis da história, o Estupro de Nanjing. Como forma de vingança e demonstração da superioridade japonesa os comandantes de campo fizeram “vista grossa” e deram liberdade para que seus subordinados pilhassem a cidade e executassem civis e prisioneiros. Estima-se que entre 250 e 350 mil civis foram executados em cerca de dois meses⁸ (CHANG, I., 1997, p. 4). Assim terminava a primeira etapa da Segunda Guerra Sino-Japonesa.

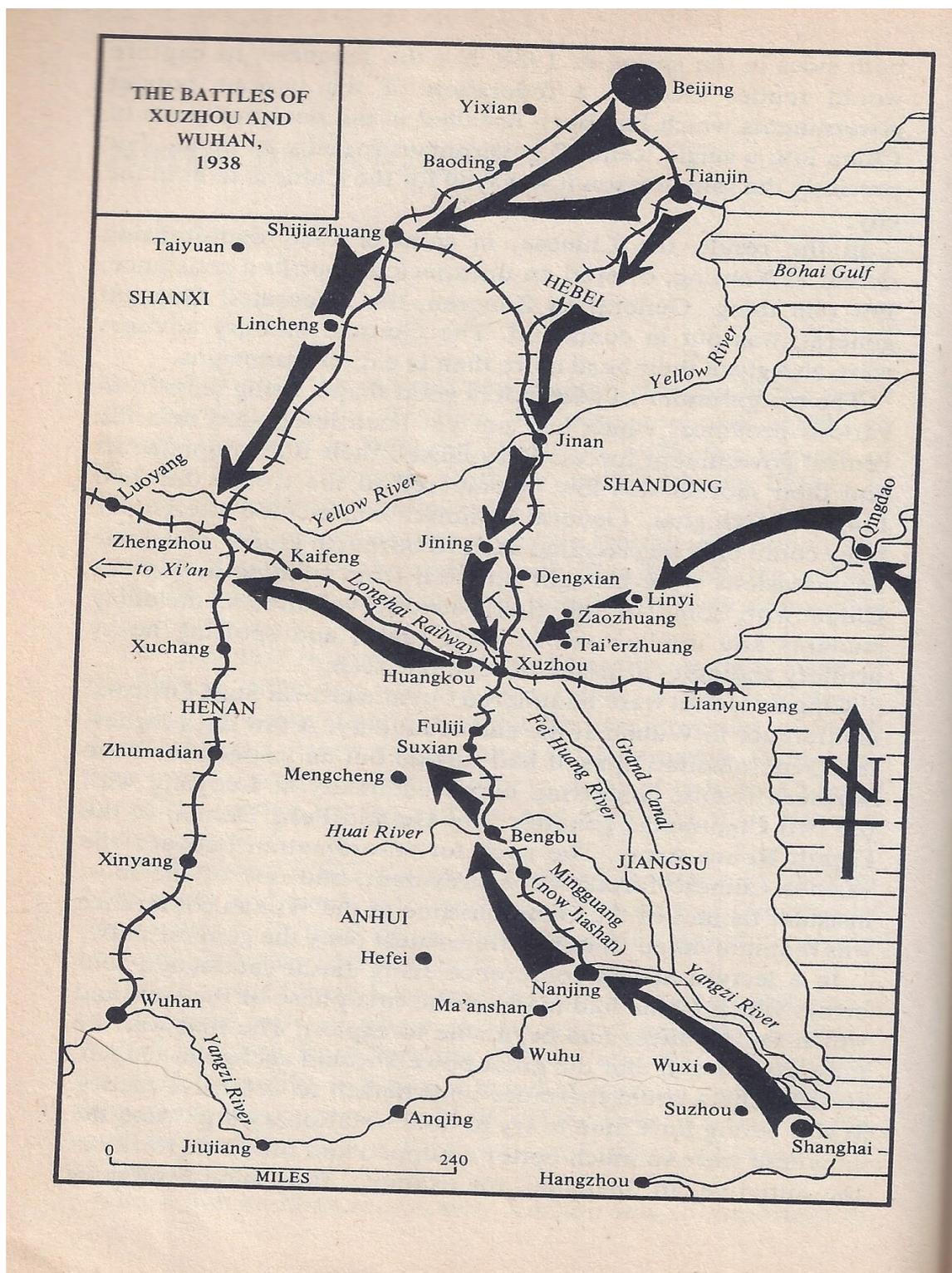
⁸ Para se ter uma ideia das dimensões deste evento, o número de mortes civis resultante do bombardeio atômico em Hiroshima e Nagasaki foi de 210 mil. Na França, durante toda a II Guerra Mundial, morreram 108 mil civis, e na Inglaterra 61 mil civis (CHANG, I., 1997, p. 5).

3.3 AS OPERAÇÕES NA CHINA CENTRAL: CAMPANHA DE WUHAN E O CONCEITO DA GUERRA PROLONGADA (*CHIJIUZHAN*)

O ano de 1938 inaugurou uma nova etapa da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Os chineses perseguiriam a continuidade de sua campanha de guerra prolongada defensiva, enquanto os japoneses realizariam mais uma tentativa de definir a guerra por meio da destruição das forças chinesas. O centro de gravidade da guerra se transferiria do Norte e litoral da China para o interior e região central. As principais campanhas deste período seriam centradas em Xuzhou e Wuhan.

Após a queda de Shanghai e da capital Nanjing o governo nacionalista não se submeteu como esperado. Inicialmente, o QG de Tóquio instituiu uma estratégia de não-expansão com o objetivo de reorganizar suas forças e replanejar suas operações. O Exército Imperial Japonês na China foi reorganizado em duas grandes forças: o Exército Regional do Norte da China e o Exército Expedicionário da China Central; o primeiro responsável pelas operações no norte da China e o segundo seria responsável pelo avanço ao longo do rio Yangtze em direção à Wuhan. Apesar da diretiva de Tóquio, de interromper as operações ofensivas até 1939, o exército do norte pressionou pela perseguição das forças chinesas ao longo das ferrovias em direção ao sul ainda em 1938 (TOBE, 2011, p. 208). O objetivo dessas operações seria uma progressão simultânea pelas ferrovias e pelo Yangtze, cercando as forças chinesas e travando a batalha decisiva em Wuhan.

Figura 6 - Batalha de Xuzhou



Fonte: Wilson (1983, p. 88)

Com a transferência da capital para Wuhan, os chineses também reavaliariam os seus próximos passos. A primeira iniciativa de Jiang Jieshi foi eliminar a oposição à continuidade

da guerra de resistência. Em janeiro de 1938 foi convocada uma corte marcial para a execução do general Han Fujū. Han era governador de Shandong e responsável pela defesa de Jinan e Qingdao. Em dezembro de 1937, concomitante ao engajamento de Nanjing, cedeu o controle das cidades sem oferecer resistência aos japoneses, mesmo com ordens expressas de Jiang Jieshi para resistir até o último homem se necessário. O resultado iria comprometer a campanha de Xuzhou, permitindo o acesso japonês a partir do norte e uma conexão marítima através do porto de Qingdao nos meses subsequentes, operação de central importância na estratégia chinesa (WILSON, 1983, p. 86). Han Fujū era um dos senhores da guerra do norte da China onde a lealdade ao GMD e ao comando de Jiang Jieshi era menor. O general não queria comprometer sua força de 80 mil homens por não acreditar na continuidade da guerra de resistência e para se manter bem posicionado na disputa pela liderança da China, que possivelmente se desenrolaria subsequentemente. A sua execução garantiu a união dos comandantes em torno de Jiang Jieshi e o comprometimento com a estratégia da guerra prolongada de resistência (MACKINNON, 2011, p. 181–182; VAN DE VEN, 2003, p. 218).

No final de março, Jiang Jieshi promoveu um Congresso Nacional Extraordinário do Guomindang, para garantir a coesão das lideranças militares e civis e o consenso em torno da guerra de resistência, além de definir os objetivos políticos da guerra. O resultado do congresso foi a aprovação da Lei Orgânica da Guerra de Resistência e da Reconstrução Nacional e Jiang Jieshi foi aclamado como líder supremo do partido. A lei era uma espécie de Constituição, ou seja, a lei máxima para o período de guerra. Ela reafirmou o compromisso com os Três Princípios do Povo de Sun Yat-Sen e a agenda de Revolução Nacional. A lei definiu como o objetivo da guerra o estabelecimento de uma nação moderna por meio da reconstrução nacional nas esferas material, social, política e militar (VAN DE VEN, 2003).

No campo militar, o início do ano de 1938 também foi utilizado para a reorganização das forças chinesas e para a avaliação do desempenho até então. Em janeiro, Jiang Jieshi inspecionou as tropas da frente norte da China e realizou conferências entre os comandantes do GMD e do PCCh (WILSON, 1983, p. 87). Jiang destacou a necessidade de não se fiar apenas em táticas defensivas. Avaliando o resultado da campanha de Shanghai destacou o erro de manter uma defesa em uma linha estacionária devido à superioridade material japonesa; os chineses deveriam ceder território para estender as linhas japonesas e torná-los vulneráveis. Mas não deveriam apenas se retirar do campo de batalha, o avanço japonês deveria ser feito da forma mais custosa possível, defendendo pontos designados ao longo da linha defensiva enquanto se concentram as forças nos flancos japoneses para um contra-ataque (WILSON, 1983, p. 89). Concomitantemente às grandes operações defensivas convencionais no interior da China

Central, uma estratégia de guerra de guerrilha deveria ser implementada nas regiões periféricas e na retaguarda japonesa (VAN DE VEN, 2003).

Desse modo, o atrito e o impasse seriam os meios para a obtenção da “vitória final” contra o inimigo. Jiang avaliou que o Japão havia planejado destruir a China militarmente em uma guerra rápida com 15 divisões de um total de 50 e então enfrentar a URSS, mas que o Japão já havia comprometido 26 divisões sem atingir uma vitória decisiva. Jiang concluiu: “não podem mais enviar tropas para a China [...] sua estratégia foi completamente derrotada por nós” (VAN DE VEN, 2003). O general Chen Cheng, segundo no comando do Exército Nacionalista, resumiu a estratégia chinesa em “trocar espaço por tempo”. Zhou Enlai resumiu a estratégia chinesa por uma perspectiva matemática: “A força japonesa no norte da China é de 10 divisões. Se eles guarnecerem cada cidade com apenas uma companhia de 100 homens, eles terão que usar todas as suas forças. Se os japoneses posicionarem um batalhão em cada cidade, eles precisarão de 30 divisões” (WILSON, 1983, p. 89).

Consequentemente, o foco das operações se transferiu para a defesa de Wuhan. O objetivo era aumentar o desgaste das forças japonesas estendendo suas linhas de comunicação e manter as forças agressoras do Norte e Centro da China separadas. Para cumprir este objetivo se executariam duas grandes operações: em Xuzhou, ao longo da ferrovia Tianjin-Pukou, na altura com o entroncamento com a ferrovia Longhai, conectando o litoral com o interior; e ao longo da ferrovia Beijing-Hankou (em direção à Wuhan). A segunda operação era a própria defesa de Wuhan, que se daria ao longo do rio Yangtze.

3.3.1 A Batalha de Xuzhou (março – maio de 1938)

A defesa de Xuzhou representava operação fundamental para a estratégia de defesa de Wuhan e de resistência na China central. A resistência em Xuzhou impediria a reunião de forças japonesas do norte da China e as forças de Shanghai e Nanjing, negando o estabelecimento de uma linha de comunicação terrestre no litoral chinês, ao longo da ferrovia Tianjin-Pukou. Além disso, Xuzhou impedia a conexão entre o litoral e a ferrovia Beijing-Hankou, principal conexão entre o norte da China e Wuhan. A permanência de Xuzhou nas mãos chinesas também ameaçava o flanco japonês, no caso das forças japonesas do norte da China prosseguissem o avanço sobre a ferrovia Beijing-Hankou. Assim, a defesa de Xuzhou impediria um movimento de pinças do Exército Regional do Norte da China, via ferrovia Beijing-Hankou, e do Exército Expedicionário da China central, pelo rio Yangtze, sobre Wuhan (MACKINNON, 2011; VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983).

O comando da defesa de Xuzhou coube ao general Li Zongren, que possuía a sua disposição 80 mil homens na cidade e mais 300 mil espalhados ao longo das ferrovias (MACKINNON, 2011, p. 191). A campanha abriu com vitórias chinesas em Linyi e em Taierzhuang. Essas vitórias cumpriram a função, para além do desgaste do adversário, de proteger os flancos norte e leste de Xuzhou.

Inicialmente, os japoneses não esperavam por uma forte resistência em Xuzhou, e enviaram apenas o 2º Exército do Exército Regional do Norte da China, progredindo no sentido norte-sul pela ferrovia Tianjin-Pukou com duas divisões. Em parte, esta percepção se deveu à retirada do general Han Fujun de Shandong, região imediatamente ao norte de Xuzhou, em dezembro. A 5ª Divisão, comandada pelo general Itagaki Seichiro, chegou em Linyi em 13 de março, encontrando as forças do 9º Exército do general Zhang Zhizhong. Os chineses queimaram a cidade e permitiram a entrada dos japoneses que foram cercados. O combate se deu com 20 mil homens para cada lado e após quatro dias de combate e 4 mil baixas japonesas, Itagaki se retirou e foi perseguido (WILSON, 1983, p. 93).

A segunda divisão da ofensiva, a 10ª, comandada pelo general Isogai Rensuke, marchou em direção à Taierzhuang, cidade a leste de Xuzhou em uma ramificação da ferrovia Tianjin-Pukou. A defesa da cidade foi liderada pelo general Tang Enbo, ligado diretamente a Jiang Jieshi, e executada pelo 20º Grupo de Exército. Em 23 de março Isogai chegou à Taierzhuang, após derrotar uma série de pequenas forças chinesas ao longo do avanço pela ferrovia Tianjin-Pukou desde Jinan. Travou-se uma batalha urbana, com os chineses procurando mais uma vez negar a superioridade do poder de fogo japonês por meio do uso de posições defensivas, ataques noturnos e o assédio de guerrilhas ao longo da linha de comunicação japonesa. As táticas chinesas somadas à falta de apoio da artilharia naval às forças japonesas, com a qual haviam contado em Shanghai, foram determinantes para a vitória chinesa (TOBE, 2011; VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983).

O saldo de Taierzhuang para os japoneses foram cerca de 8 (segundo os japoneses) a 20 mil baixas (segundo os chineses), a elevação da moral chinesa com a sua primeira vitória clara na guerra e o atraso de dois meses no avanço para Xuzhou (MACKINNON, 2011; VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983). A derrota, combinada com a sugestão de que o Japão deveria consolidar posições e eliminar as guerrilhas chinesas na retaguarda antes de realizar novas operações ofensivas causou a demissão do ministro da guerra, o general Sugiyama. Em seu lugar assumiu o general Itagaki Seishiro, o mesmo responsável pela 5ª divisão em Linyi, e sua intenção era vingar a derrota japonesa o mais breve possível (WILSON, 1983, p. 101). Em 7 de

abril, o Quartel General Imperial traçou um novo plano operacional com o objetivo de “destruir as forças inimigas ao redor de Xuzhou” (WILSON, 1983, p. 101).

Entretanto, para a execução deste novo plano operacional o Japão necessitaria de uma nova rodada de reforços para o front de Xuzhou. Estes reforços formaram um misto de forças experientes da Manchúria e reservistas vindos do Japão combinado com envio de novas unidades de tanque e artilharia pesada que desembarcaram em Qingdao, totalizando 400 mil homens à disposição para esta operação (VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983). O plano japonês consistia em uma operação coordenada, com uma ofensiva simultânea de forças progredindo do norte e do sul para cercar Xuzhou. A progressão do norte seria realizada por 4 divisões do 2º Exército do Norte da China, que tinham a função de progredir em direção à Xuzhou, e cortar a linha de comunicação chinesa com o interior, a ferrovia Longhai à oeste de Xuzhou. A segunda força seria composta por duas divisões do Exército Expedicionário da China Central, partindo de Nanjing e Shanghai, que deveriam avançar simultaneamente com as forças do norte, concluindo um amplo cerco a todas as forças chinesas na região (VAN DE VEN, 2003). O objetivo era a completa destruição das forças chinesas na região de Xuzhou e o controle das ferrovias Beijing-Hankou, Tianjin-Pukou e Longhai conectando-as, em preparação para um ataque em pinça para a ofensiva contra Wuhan, no sentido norte-sul pelas ferrovias e leste-oeste a partir do rio Yangtze (MACKINNON, 2011, p. 191).

Ao longo do mês de abril os chineses também receberam reforços; as forças do general Li Zongren chegaram a somar 600 mil homens (MACKINNON, 2011, p. 194). Em maio os japoneses deram início a sua ofensiva, em 9 de maio as forças do sul haviam capturado Mengcheng e, em 12 de abril, Yongcheng. Do norte, no mesmo período, os japoneses haviam capturado Jining e Tengxian. Do litoral, os japoneses realizaram um novo desembarque em Lianyungang (o porto no término da ferrovia Longhai) onde se juntaram às forças remanescentes da derrota de março e abril, retomando Taierzhuang. Por fim, as forças do norte e do sul, simultaneamente, cortaram a ferrovia Longhai imediatamente à oeste de Xuzhou (MACKINNON, 2011, p. 194; WILSON, 1983, p. 104).

Em 17 de maio, os japoneses haviam montado o cerco ao redor de Xuzhou. Os comandantes japoneses alardearam à imprensa que possuíam entre 300 e 400 mil chineses presos em um anel de metal em Xuzhou (MACKINNON, 2011; VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983). Entretanto, os chineses já haviam iniciado sua retirada estratégica no dia 15. As forças chinesas se dividiram em pequenos destacamentos e escaparam por entre as colunas japonesas que marchavam em direção à Xuzhou. Mais de 40 divisões se evadiram intactas dos japoneses em menos de uma semana. Auxiliou também uma grande tempestade de areia que

impediu a localização das tropas em retirada pelos japoneses. Em 19 de maio os japoneses entraram em Xuzhou praticamente deserta. No dia 21, Li Zongren informou a Jiang Jieshi que a retirada havia sido concluída de forma bem-sucedida (MACKINNON, 2011; VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983).

Diversos observadores e assessores estrangeiros avaliaram que na campanha de Xuzhou os chineses teriam sido pouco agressivos e teriam perdido a oportunidade de perseguir e destruir as forças japonesas após a vitória de Taierzhuang na primeira etapa da campanha (MACKINNON, 2011, p. 196). Essa narrativa persistiu ao longo da história e se tornou dominante na análise desta e demais campanhas da Segunda Guerra Sino-Japonesa (MACKINNON, 2011, p. 190–191). Entretanto, tal análise deveu-se à uma visão ocidental da guerra e relacionada àquele período histórico, visto que o *chijiuzhan*, ou uma guerra convencional de resistência prolongada de atrito era inédita até o momento. Estas análises não levavam em consideração que, apesar da superioridade numérica, os chineses possuíam inferioridade de poder de fogo, falta de cobertura aérea e artilharia e mobilidade reduzida e diminuem o papel da bem-sucedida retirada estratégica em Xuzhou (MACKINNON, 2011, p. 196).

Além disso, o objetivo da campanha era o desgaste das forças japonesas, a inviabilização das suas linhas de comunicação e manutenção da capacidade de combate das forças chinesas. Todos estes objetivos foram alcançados: apesar de 50% de baixas, 300 mil chineses se retiraram de forma organizada, mantiveram sua capacidade de combate e participariam de outras operações e do assédio das linhas de comunicação japonesa.

Também se avalia que os japoneses não comprometeram tropas o suficiente para realizar um cerco efetivo em Xuzhou (VAN DE VEN, 2003). Entretanto, os japoneses, de 1937 até a campanha de Xuzhou entre março e maio de 1938, já estavam com todas as suas forças da ativa empregadas no teatro chinês e já haviam mobilizado e enviado outras divisões de reservistas, totalizando 1,1 milhão de homens na China em mais de 31 divisões. Destes, um quarto já constava como baixas (WILSON, 1983, p. 102). Problemas logísticos e de suprimentos começavam a se agudizar, com redução de entrega de suprimentos e munições, e diretivas para economizar e reduzir os engajamentos (WILSON, 1983, p. 102). O Japão já havia entrado em um regime de guerra total e, apesar de utilizar ao máximo seus recursos econômicos e militares, percebeu, em Xuzhou, que a guerra não seria vencida rapidamente (WILSON, 1983, p. 101).

Por fim, Jiang Jieshi, ao fim da campanha de Xuzhou, ordenou a explosão dos diques do rio Amarelo, mudando o curso do rio e inundando vastas áreas entre Zhengzhou (entroncamento da ferrovia Longhai e Beijing-Hankou) e Wuhan. Onze cidades e cerca de 4

mil vilarejos foram inundados nesta ação, deixando 2 milhões de chineses desabrigados (WILSON, 1983, p. 121). Contudo, esta ação cumpriu o objetivo de inutilizar uma das principais linhas de abordagem para Wuhan e aquela que pretendia ser a principal linha de suprimentos e comunicação entre o norte da China e o interior da China central, a ferrovia Beijing-Hankou (MACKINNON, 2011; VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983).

Deste modo, os japoneses não atingiram nenhum objetivo estratégico em Xuzhou. As forças chinesas não foram destruídas, o acesso à Wuhan via ferrovias não foi garantido e a operação contra Wuhan teria 5 meses de atraso, havendo a necessidade de rever as linhas de abordagem que seriam utilizadas. O único objetivo atingido foi a conexão entre Shanghai e o norte da China via litoral. De qualquer forma, os chineses não nutriam ilusões de manter a luta de resistência no litoral por tempo indeterminado.

3.3.2 A Campanha de Wuhan (junho – dezembro de 1938)

Após a queda de Xuzhou os japoneses se voltariam para a ofensiva contra Wuhan. A operação possuía dois objetivos. O primeiro objetivo era a captura da cidade de Wuhan e de todos os pontos estratégicos ao longo do rio Yangtze, garantindo a principal linha de comunicação entre o litoral chinês e o seu interior. A partir deste objetivo os japoneses esperavam garantir o controle de todas as principais cidades chinesas e das conexões entre elas. O segundo objetivo era cercar e destruir as forças chinesas responsáveis pela defesa da região (TOBE, 2011, p. 210). Wuhan era a última grande cidade chinesa ao longo do Yangtzé que permanecia sobre o controle chinês. Esperava-se que sua captura, em conjunto com Guangzhou (Cantão), no litoral sul, eliminaria a capacidade dos Nacionalistas de governar e a sua vontade de lutar. Se isto não ocorresse imediatamente, ao menos permitiria a constituição de um governo concorrente nos territórios ocupados, o que minaria o apoio chinês a Jiang Jieshi (TOBE, 2011, p. 210).

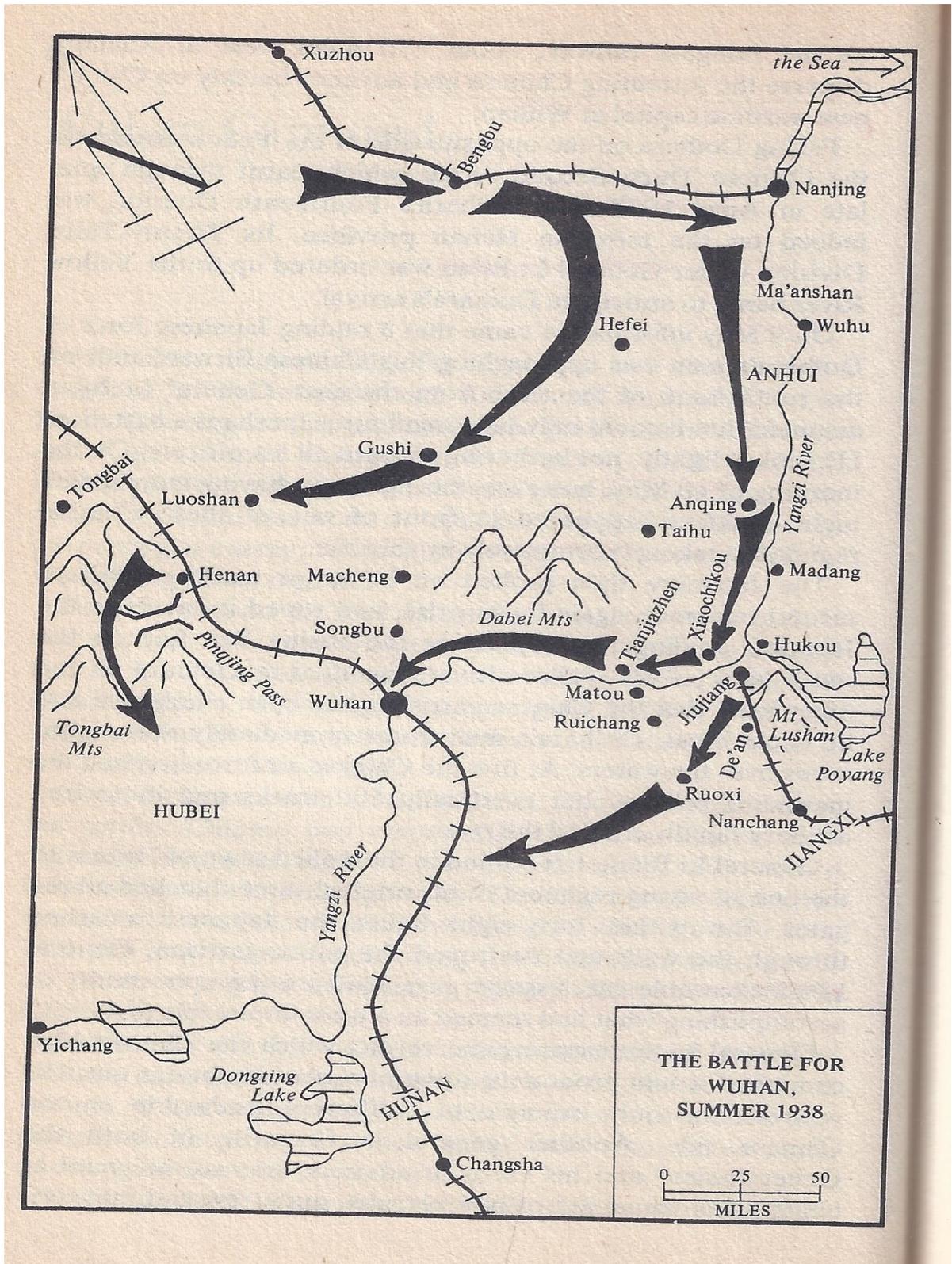
Para a ofensiva contra Wuhan os japoneses reuniram uma força de 400 mil homens no 11º Exército e no 2º Exército sob o comando do general Hata Shunroku, com o apoio da 3ª Frota, que disponibilizou 120 navios, incluindo o porta-aviões Soryu e mais 300 aeronaves, embarcadas e baseadas em terra (MACKINNON, 2011; TOBE, 2011; VAN DE VEN, 2003; WILSON, 1983). O plano era realizar um ataque em duas colunas e cercar Wuhan e suas defesas. Devido a enchente provocada pela destruição dos diques do rio Amarelo, o 2º Exército progrediria no sentido norte-sul atravessando as montanhas Dabie, enquanto o 11º Exército avançaria pelo rio Yangtze com o apoio da Marinha. A ação da Marinha foi fator chave para a

progressão do 11º Exército, atuando como uma força Panzer alemã, seguia a frente das divisões de infantaria quebrando as defesas ribeirinhas e realizando desembarque na retaguarda e flanco inimigos (VAN DE VEN, 2003).

Os chineses reuniram 800 mil homens para a defesa de Wuhan e do vale do Yangtze sob o comando do general Chen Cheng (MACKINNON, 2011, p. 196). O seu plano era o posicionamento das tropas nos pontos mais importantes ou defensáveis no caminho japonês. No norte, o objetivo era impedir o avanço japonês no difícil terreno ao norte e ao sul das montanhas Dabie e evitar a interdição da ferrovia Beijing-Hankou ao norte de Wuhan. No sul, as tropas foram posicionadas ao longo de posições defensivas e fortalezas ao longo do rio Yangtze com o objetivo de bloquear o avanço japonês após Jiujiang e empurrar o adversário em direção ao lago Poyang (MACKINNON, 2011, p. 197).

Na operação de defesa de Wuhan, os chineses puderam aplicar em toda a extensão o seu conceito operacional do *chijiuzhan*, as linhas inimigas encontravam-se largamente estendidas, havia a vantagem do terreno, houve tempo para preparar defesas e posicionar os elementos de artilharia e armas anti-tanque que os chineses ainda possuíam. Contudo, o verão úmido de 1938 trouxe para ambos os lados o obstáculo das doenças como disenteria, cólera e malária (MACKINNON, 2011, p. 197; WILSON, 1983, p. 123–124). Os chineses tinham consciência de que em algum momento cederiam em Wuhan, mas esperavam ser capazes de resistir até um ano, provocando o máximo de desgaste aos japoneses e, ao fim, preservando o núcleo de suas forças. Contudo, os chineses estavam prestes a enfrentar a maior operação ofensiva já executada pelos japoneses até aquele momento (WILSON, 1983, p. 125, 131).

Figura 7 - Batalha de Wuhan



Fonte: Wilson (1983, p. 116)

Inicialmente, os japoneses com o apoio da 3ª Frota impuseram um rápido avanço ao longo do Yangtze. O dia 15 de junho abriu o combate no primeiro posto defensivo chinês em Anqing e a cidade caiu em apenas um dia. Em 24 de junho os japoneses avançaram contra a fortificação de Madang. Madang ficava a meio caminho de Jiujiang e suas defesas estavam sendo preparadas há mais de um mês, por isso, os chineses esperavam travar uma grande resistência. Entretanto, falhas de comando e comunicação levaram à queda de Madang em um dia praticamente sem luta, deixando o caminho para Jiujiang praticamente livre. Os chineses posicionaram 200 mil homens na região de Jiujiang, sendo 80 mil na cidade. Comandados pelos generais de Guangzhou Zhang Fakui e Xue Yue, os chineses seguraram o avanço japonês por quase um mês. Entretanto, quando o combate chegou à Jiujiang em 23 de julho, a cidade resistiu apenas cinco dias, caindo no dia 28 de julho (MACKINNON, 2011, p. 197–198).

Apesar do rápido avanço, de fins de julho em diante, o avanço japonês pelo Yangtze perdeu fôlego e passou a ser muito mais custoso. A partir de Jiujiang, as forças japonesas se dividiriam, com uma força avançando ao sul em terreno montanhoso de Lushan em direção à Nanchang para cortar a conexão ferroviária de Wuhan com Guangzhou no litoral sul, o último grande porto sob o controle chinês (MACKINNON, 2011, p. 198; WILSON, 1983, p. 129). As linhas japonesas se tornaram sobreestendidas e a retaguarda passou a ser fustigada por guerrilhas. A partir deste ponto se tornou inviável o envio de reforços de Nanjing e Shanghai, forçando a uma maior dispersão das forças para o combate à guerrilha. O primeiro grande combate deste avanço ao sul foi na cidade de Ruichang e durou cerca de um mês (MACKINNON, 2011, p. 198; WILSON, 1983, p. 127).

Concomitantemente, os comandantes veteranos da campanha de Xuzhou, Sun Liazhong, Zhang Zhizhong e Tang Enbo lideravam as forças responsáveis por segurar o ataque japonês proveniente do norte nas montanhas Dabie. Neste front os chineses foram capazes de conter o avanço japonês de forma mais eficiente; apenas em Taihu, os japoneses foram contidos por 3 semanas, até 25 de julho, e ainda precisariam de mais um mês para alcançar Guangji, que só caiu após 9 de setembro (MACKINNON, 2011, p. 198–199).

A esta altura, no mês de setembro, os japoneses precisaram de três semanas para subir apenas 16 quilômetros no rio Yangtze. Os chineses eram bem-sucedidos em conter seu avanço, organizando ataques ao sul do rio, o que forçava os japoneses a enviarem reforços da coluna principal (MACKINNON, 2011, p. 199). É nesse contexto que ocorreria a última grande batalha no rio Yangtze, na fortaleza de Tianjiazhen. A fortaleza só cairia em 29 de setembro, após o uso de armas químicas por parte dos japoneses (MACKINNON, 2011, p. 199)

Enquanto isso, nas montanhas Dabie ao norte, os japoneses progrediam em direção à ferrovia Beijing-Hankou na altura de Xinyang para isolar Wuhan ao norte. Os chineses atrasaram o avanço japonês em Lu'an, Shangsheng e Huangchuan. Os japoneses atingiram Xinyang apenas em 30 de setembro, mas as forças responsáveis pela defesa da cidade acabaram por fugir sem lutar. A cidade de Wuhan estava cercada e acabaria capitulando em 25 de outubro (MACKINNON, 2011, p. 199–200). Guangzhou cairia após um desembarque japonês em 12 de outubro após nove dias de luta.

Entretanto, os procedimentos para a retirada, incluindo do governo, das universidades, dos museus, das bibliotecas, da população, dos arsenais e da indústria, que já vinham sendo mobilizados desde o início da guerra, já havia iniciado em Wuhan em agosto (EASTMAN *et al.*, 1991, p. 131). Quando os japoneses adentraram a cidade não encontraram nada de valor, e todas as instalações estratégicas haviam sido destruídas. A capital chinesa havia sido transferida para Chongqing, de onde a guerra de resistência continuaria a ser comandada até 1945 (MACKINNON, 2011, p. 200; WILSON, 1983, p. 131–132).

Apesar dos japoneses terem executado a maior operação ofensiva de sua história até então, mais uma vez, não conseguiram cumprir os seus objetivos estratégicos. Wuhan havia caído e após 10 meses uma linha de comunicação havia sido estabelecida com o litoral e o norte da China, mas as forças chinesas não foram destruídas e nem perderam a sua capacidade de combate, o governo de Jiang Jieshi não capitulou, e conseguiu se transferir para o interior do território, onde permaneceria até o fim da guerra.

As baixas para ambos os lados em Wuhan foram pesadíssimas. De acordo com estimativas chinesas, foram 257 mil baixas japonesas e 400 mil chinesas, totalizando 657 mil baixas na campanha (LIU, 2015). Para os japoneses, o resultado de Wuhan levou a uma revisão da estratégia e das operações da guerra. Suas forças estavam sobreestendidas, o território ocupado era imenso e o custo humano e econômico para conquistá-lo havia sido quase insuportável. Uma nova operação das mesmas dimensões só seria repetida em 1944, com a operação ICHI-GO. Como resultado, o Quartel General Imperial avaliou que nenhuma nova ofensiva ou captura de pontos estratégicos levariam a China a se render e que a melhor forma de atingir os seus objetivos estratégicos seria a constituição de um novo governo concorrente ao de Jiang Jieshi (TOBE, 2011, p. 215). Os japoneses deveriam consolidar e pacificar os territórios ocupados. Apenas a região entre Wuhan e Guangzhou continuaria sendo considerada uma zona operacional ativa e somente o 11º Exército, uma força composta por 200 mil homens distribuídos em 7 divisões, seria mantido como uma força operacional ativa. O seu objetivo seria garantir um cerco de longo prazo ao território nacionalista, prevenir ataques chineses e

destruir forças chinesas em caso de oportunidade, esta estratégia ficou conhecida como ‘Paz e Ordem Primeiro’ (TOBE, 2011, p. 215–216).

Além disso, os japoneses planejavam reduzir o efetivo estacionado na China de 750 mil para 400 mil homens, como forma de reduzir o custeio e dar prosseguimento aos seus projetos de modernização (TOBE, 2011; VAN DE VEN, 2003). Após a derrota japonesa no incidente de Nomonhan com a URSS e o início da guerra na Europa, Tóquio via a possibilidade de uma guerra contra a URSS dentro de uma mudança de conjuntura no cenário internacional. Devido a este fator e a percepção de que a guerra na China não poderia ser mais resolvida rapidamente, era necessária uma retirada parcial e a estabilização e consolidação de posições no território chinês (TOBE, 2011, p. 221)

Quanto à China, a estratégia de guerra prolongada havia surtido efeito. Jiang Jieshi havia negado ao Japão a obtenção de seus principais objetivos estratégicos: desabilitar a capacidade de combate chinesa e garantir a rendição chinesa ou a aceitação de suas demandas. O *chijiuzhan* havia neutralizado a doutrina japonesa do *sokkusen sokketsu*, forçando o Exército Imperial a utilizar toda a sua capacidade, estender suas linhas ao interior da China em uma campanha ininterrupta de 15 meses, sendo os últimos 6 apenas na campanha de Xuzhou/Wuhan, sem nenhum tipo de definição. Na conferência militar de Nanyue em fins de novembro de 1938, Jiang observou que a guerra até aquele momento havia se desenrolado conforme o planejado, ele afirmou que: “de acordo com a estratégia que determinamos antes da guerra, nós forçamos o inimigo em uma situação de crise que o levará à sua derrota e da qual ele não será capaz de se livrar sozinho” (VAN DE VEN, 2003).

Entretanto, apesar do sucesso estratégico, para os chineses os custos também haviam sido imensos. Parte da elite civil do GMD não aceitaria os custos da guerra de resistência e desertaria após a campanha de Wuhan, inclusive Wang Jingwei, que aceitaria as demandas japonesas e em 1940 se tornaria o líder do governo fantoche nos territórios ocupados da China, o Governo Nacional Reorganizado da República da China (MACKINNON, 2011, p. 205).

3.3.3 Demais operações até 1941: impasse estratégico

Após a campanha de Wuhan analistas estrangeiros passaram a reconsiderar a capacidade chinesa de travar a guerra, entretanto, a efetividade da força chinesa em comparação com a japonesa era bastante inferior. Segundo estimativas, um regimento japonês seria capaz de enfrentar uma divisão modernizada chinesa inteira, enquanto um batalhão era capaz de fazer frente a uma força provincial de um senhor da guerra (TOBE, 2011, p. 211). Desse modo, uma

doutrina chinesa baseada na definição seria insustentável e o *chijiuzhan* só era factível devido à ampla superioridade numérica chinesa. Em Wuhan, por exemplo, as forças chinesas foram numericamente superiores em todas as batalhas. Os exércitos chineses da quinta e nona zona de guerra lançaram mão de 120 divisões totalizando entre 500 a 1 milhão de tropas. Em várias batalhas, a superioridade numérica chinesa era pelo menos 10 vezes maior (TOBE, 2011, p. 214).

Por outro lado, a inferioridade qualitativa chinesa, levou analistas a sugerir que o principal objetivo japonês em Wuhan deveria ter sido a perseguição e a aniquilação das forças chinesas. Entretanto, a desvantagem numérica japonesa combinada com o desgaste já sofrido tornavam inviável esta abordagem. Os chineses se utilizaram do terreno para negar a vantagem japonesa da mobilidade e mecanização, com combates nas montanhas após a inundação das terras baixas pela destruição de diques (TOBE, 2011, p. 214). Além disso, a operação de Wuhan só era possível devido a linha de comunicação e suprimentos fornecida pelo rio Yangtze, que permitia inclusive o apoio da Marinha. Empreender uma perseguição no interior chinês sem o devido planejamento era infactível (TOBE, 2011, p. 214).

O período que se seguiu de Wuhan até o avanço japonês para o sudeste asiático em 1941 normalmente é considerado apenas de manutenção do impasse. Apesar de realmente um impasse estratégico estar configurado e dos japoneses terem adotado a política de Paz e Ordem Primeiro, este período ainda contou com uma série de grandes operações. Notadamente, Nanchang (1939), a 1ª Batalha de Changsha (1939) e Yichang (1940). Em todas estas operações, à exceção de Yichang, o objetivo japonês era desabilitar forças chinesas e inviabilizar possíveis contra-ataques. Em nenhuma destas operações o objetivo era ocupação e nem os japoneses tinham condições de fazê-lo (TOBE, 2011, p. 216, 218, 221, 226).

Entretanto, estas operações não foram capazes de neutralizar a capacidade de combate chinesa. Em dezembro de 1939 os chineses lançaram uma contraofensiva geral em todas as frentes do território chinês: Norte, Centro e Sul, utilizando 71 divisões, o que no momento representava 80 por cento de todo o efetivo do exército chinês. Enquanto naquele momento o 11º Exército japonês, única força japonesa operacionalmente ativa, possuía apenas 7 divisões e duas brigadas independentes (TOBE, 2011, p. 219). O 11º ocupava uma área muito vasta, dispersando suas unidades; não possuía forças de reserva; e havia sido treinado e preparado para operações ofensivas e não defensivas. O ataque simultâneo em diversas frentes impedia o Japão de usar sua vantagem na mobilidade e realocar forças onde necessitava mais. A Ofensiva de Inverno começou em 12 de dezembro, e se estendeu até 20 de janeiro. Os chineses tiveram 51 mil mortos e 987 prisioneiros; os japoneses 8267 baixas (334 oficiais), destes 2141 mortes,

o segundo maior número de baixas até aquele momento, atrás apenas de Wuhan (TOBE, 2011, p. 220).

A Ofensiva de Inverno demonstrou que os chineses ainda possuíam a moral alta e capacidade de articular e sustentar operações de grande magnitude e que a capacidade de comando de Jiang Jieshi continuava incontestada. Estava atestado o fracasso da política de Paz e Ordem Primeiro (TOBE, 2011, p. 220). Em uma última tentativa de desabilitar a capacidade das forças chinesas da região entre Wuhan e Guangzhou os japoneses lançariam uma segunda ofensiva contra Changsha, sua base, em 1941.

A proposta para a segunda campanha de Changsha sofreu forte resistência do comando japonês em Tóquio, devido à necessidade de reforçar a fronteira da Manchúria, em preparação a um possível ataque conjunto com a Alemanha contra a URSS, e devido à preparação para operações no sudeste asiático. Entretanto, o comandante do 11º Exército, general Anami Korechika, acreditava que esta operação era o único meio de neutralizar as forças chinesas e evitar novas contraofensivas.

A operação durou menos de duas semanas entre 18 de setembro e 1º de outubro, quando os japoneses se retiraram do campo de batalha. Pois, devido à mobilização do 11º Exército japonês em Changsha, os chineses atacaram Yichang em 10 de outubro. Os japoneses não conseguiam mais sustentar duas operações simultâneas (TOBE, 2011, p. 226). Com efeito, o resultado esperado não foi alcançado: apesar da forte ofensiva contra os chineses, não foi possível eliminar completamente suas forças e nem estavam autorizados para manter a ocupação da cidade. Em Changsha o 11º exército enfrentou uma força de 500 mil chineses, que sofreu 58 mil baixas. Os japoneses sofreram 1670 mortes (122 oficiais) e 5184 feridos (272 oficiais). Com a retirada japonesa os chineses voltaram a ocupar Changsha, contabilizando esta operação como uma vitória da resistência chinesa, com o bônus de quase ter recuperado Yichang. A partir deste momento o Exército Imperial Japonês voltou quase todos os seus esforços para as operações no pacífico e sudeste asiático, como a melhor forma de derrotar os chineses, apesar da forte objeção do Exército Expedicionário da China (TOBE, 2011, p. 227).

Nestas operações pós-Wuhan também se pode observar uma maior efetividade do *chijiuzhan*. Em Changsha, por exemplo, o plano operacional era não conceder o confronto decisivo, fustigar a linha de suprimentos japonesa na retaguarda e desgastar os japoneses até que a posição se tornasse insustentável por falta de reforços e suprimentos. Agora era possível que os chineses cercassem as forças japonesas, ao invés de se tornarem, eles mesmos, cercados (VAN DE VEN, 2003, p. 246). Com isto os chineses foram capazes de manter um impasse estratégico e negar completamente a superioridade tecnológica e a própria doutrina japonesa.

Changsha, por exemplo, só viria a ser ocupada após a operação ICHI-GO. Conforme avalia Hans Van de Ven:

O combate revelou uma séria debilidade no lado chinês. No entanto, os Nacionalistas sobreviveram, em parte pelas escolhas estratégicas e falhas políticas japonesas. Mas as estratégias defensivas Nacionalistas também eram importantes. Eles evitaram uma campanha decisiva, espalharam a guerra por grandes áreas, ofereceram uma multiplicidade de alvos e se retiraram para áreas em que era difícil para os japoneses operarem. Durante a segunda fase da guerra, a tática Nacionalista de se retirar antecipando uma penetração japonesa e contra-atacando nos flancos e retaguarda japonesa era frequentemente bem-sucedido (VAN DE VEN, 2003, p. 250).

Em fevereiro de 1940, na Conferência Militar de Liuzhou, Jiang Jieshi realizou uma avaliação sobre esta etapa da guerra. Segundo ele a principal fraqueza do Japão era não possuir forças e reservas o suficiente para manter operações por tempo prolongado (TOBE, 2011, p. 228). A partir desta avaliação, analistas tendem a relacionar a falha japonesa apenas à falta de recursos para atingir uma definição: a única força operacional no período, o 11º Exército, seria insuficiente, gerando uma desconexão entre os objetivos operacionais limitados japoneses e os objetivos político e estratégicos amplos (TOBE, 2011, p. 228). Apesar de correta em termos, esta avaliação é apenas o sintoma de um problema maior: os japoneses não possuíam mais recursos para serem alocados. O desgaste já era muito grande, as linhas de comunicação japonesas já estavam sobreestendidas, ainda não existia uma conexão entre o norte e a China Central pela ferrovia Beijing–Hukou, e a economia já tinha sido mobilizada para a guerra total. Além disso, mudanças na conjuntura internacional trouxeram ainda a perspectiva de embargos. As possibilidades japonesas eram limitadas: ou cessariam as hostilidades e se buscaria uma solução política, ou mudaria o centro da gravidade das operações para o entorno da China, simultaneamente buscando novos recursos e implementando um bloqueio ao governo Nacionalista. O Japão optaria pelo segundo.

3.4 A OPERAÇÃO ICHI-GO: VITÓRIA PÍRRICA JAPONESA

Ao fim de 1938, os japoneses haviam ocupado a região mais povoada e economicamente importante da China, onde haviam organizado governos colaboracionistas e mantinham mais de 600 mil homens no país (ROTTMAN, 2005, p. 8). Em 1938, 50% da população chinesa e 90% das indústrias estavam sob o controle dos japoneses (KOENIG, 1977, p. 13). A estratégia de retirada lenta para as montanhas do centro da China — ganhar tempo em troca de espaço (WILSON, 1983, p. 88–89) — fez Jiang Jieshi sacrificar os melhores soldados e quase todo o

equipamento de seu exército (KOENIG, 1977, p. 13), além de progressivamente desgastar a economia e lentamente perder o apoio popular para o seu regime e seu esforço de guerra.

Já ao final de 1938, os japoneses encontravam-se sobrecarregados com a conflagração. Cerca de 40% do total de suas tropas encontrava-se lutando em solo chinês e suportando pesadíssimas baixas (KERSHAW, 2008, p. 137). A violência das tropas de ocupação somente fortaleceu a resistência chinesa, especialmente da parte dos guerrilheiros e comunistas, como se percebe na Ofensiva dos Cem Regimentos, de 1940 (DAVID, 2009, p. 283). Os esforços foram intensificados e adotou-se uma estratégia de destruição maciça, baseada no uso irrestrito da violência contra a população civil. Isso só fez mobilizar ainda mais esforços japoneses, cujo governo passou a se referir a uma “guerra santa” ou a uma “mobilização espiritual da nação” (KERSHAW, 2008, p. 135–136). No início da guerra, em 1937, o chefe do Estado-Maior e o ministro do Exército japonês haviam prometido ao Imperador a subjugação da China em dois ou três meses. Contudo, já havia se passado quase 7 anos (até o início da Operação ICHI-GO) sem definição, embora já ocupassem as principais zonas estratégicas, negando o uso dos principais portos e linhas de comunicação aos chineses (KERSHAW, 2008, p. 137).

3.4.1 Contexto estratégico pós-1941

Para enfrentar o cerco imposto pelos japoneses, o Guomindang, até 1941, recebia empréstimos estadunidenses e ajuda da aviação da União Soviética, recebendo ainda suprimentos através de um corredor que ligava Chongqing à Birmânia, então território inglês. A Estrada da Birmânia foi finalizada ainda em 1938 como forma de garantir a chegada do auxílio externo para as forças chinesas (ROBERTS, 2011, p. 341).

Os japoneses, por sua vez, já não conseguiam se beneficiar da expansão do seu território: ao contrário, a guerra na China tornava-se um “atoleiro” (PAINE, 2012, p. 137–138). O Japão encontrava-se incapaz de vencer a China completamente e tampouco de se retirar de lá, deteriorando ainda mais as relações com os EUA e tornando a situação ainda mais crítica, já que careciam de matérias-primas importadas desse país (REIS; PEZZI; MAGNO, 2012, p. 122). A única chance de melhora nas relações com os EUA seria a capitulação na China. Como afirma Ian Kershaw:

A China continuava sendo, portanto, o pivô do caso. Enquanto a guerra com a China continuasse, os recursos naturais e as capacidades humanas do Japão continuariam sendo exigidas ao máximo. E a deterioração das relações com os Estados Unidos colocava uma séria ameaça ao fornecimento de petróleo e da sucata de metal, necessários para dar continuidade à guerra. Mas enquanto o Japão continuasse aferrado a suas conquistas e dominação territoriais, não poderia haver um fim para a

guerra, e, portanto, nenhuma melhoria nas relações com os Estados Unidos e nenhuma diminuição da ameaça contínua às suas matérias-primas (KERSHAW, 2008, p. 140).

Desse modo, o principal objetivo estratégico dos japoneses tornou-se cortar as linhas de suprimento e o apoio internacional ao regime de Jiang Jieshi. Em junho de 1940, o Japão demandou que os britânicos fechassem a Estrada da Birmânia, de modo a isolar a China. A demanda foi aceita por um período de três meses, até setembro de 1940, quando após obter autorização da França de Vichy, o exército japonês ocupou a porção norte da Indochina. O avanço japonês era facilitado pelas rápidas vitórias que a Alemanha obtinha na Europa, levando França e Reino Unido a priorizar o conflito na sua própria região (MAGNO, 2015, p. 77).

Em fins de setembro, os japoneses assinaram o Pacto Tripartite⁹ com Alemanha e Itália, que, apesar de implicitamente voltado contra os Estados Unidos, também privava a China de seus dois maiores parceiros militares no período¹⁰. Como resposta, em outubro de 1940, os estadunidenses proibiram a exportação de sucata e combustível para aviação aos japoneses e os britânicos reabriram a Estrada da Birmânia (BELL, 2011, p. 63).¹¹

O ataque alemão à União Soviética, em junho de 1941, lançou um dilema no pensamento estratégico japonês: denunciar o acordo de neutralidade estabelecido dois meses antes e forçar os soviéticos a uma luta de frente dupla contra alemães e japoneses¹² ou respeitá-lo e preparar o terreno para uma nova expansão rumo ao sul, especialmente às colônias neerlandesas do sudeste asiático, ricas em recursos como petróleo. Apesar de o arquiteto desses acordos, o Ministro de Relações Exteriores à época Matsuoka Yosuke, ser um grande defensor da ofensiva contra a URSS, optou-se pela ofensiva à zona de recursos sul. Essa decisão demonstrava não só a necessidade premente por recursos, mas também a prioridade em se cortar a linha de suprimentos chinesa e finalizar a guerra (MAGNO, 2015, p. 77).

Em julho de 1941, após refutar a possibilidade de atacar a União Soviética, a Conferência Imperial japonesa decidiu-se pela expansão ao sul. Após receberem autorização da

⁹ Este pacto previa auxílio mútuo caso algum dos membros fosse atacado por um país que ainda não tivesse tomado parte na guerra na Ásia ou na Europa — logicamente, tratava-se dos Estados Unidos.

¹⁰ Alemanha e Itália eram importantes aliados chineses até a assinatura do Pacto Tripartite. Enquanto a Alemanha fornecia assessores e equipamentos para o Exército, a Itália era responsável pela Força Aérea chinesa (WILSON, 1983, p. 112).

¹¹ Além disso, entre o final de 1940 e o começo de 1941, os Estados Unidos disponibilizaram US\$ 100 milhões de dólares ao governo de Jiang Jieshi e ofereceram caças de última geração; os britânicos contribuíram com 5 milhões de libras para um fundo de estabilização da moeda chinesa e 3 milhões de libras em créditos de exportação (GREAVES JR, 2010, p. 26).

¹² Em 1938, o Japão e a União Soviética travaram batalhas ao longo de sua fronteira no rio Khalkhyn Gol, na Manchúria próxima à Mongólia. A batalha decisiva do conflito é conhecida como o Incidente de Nomonhan que terminou com a derrota do 6º Exército Japonês. O resultado afetou a decisão de Tóquio de avançar para o sul e não continuar sua expansão para o interior da Eurásia contra os soviéticos (GOLDMAN, 2012).

França de Vichy, tropas japonesas ocuparam a metade restante da Indochina Francesa. Este território, em conjunto com Taiwan, serviu de base para as operações das ofensivas no sudeste asiático. Ainda em julho, os estadunidenses congelaram todos os ativos japoneses em seu país. Em setembro, foi decretado o embargo total sobre a venda de petróleo¹³. Os japoneses perceberam a gravidade da situação, uma vez que seu estoque de petróleo poderia durar menos de dois anos (KERSHAW, 2008, p. 400).

Em nenhum momento, entretanto, fica claro que a guerra entre Japão e Estados Unidos era inevitável. Os dois lados ainda buscaram negociar, no entanto, em dado momento as demandas tornaram-se irreconciliáveis¹⁴. Mesmo após os embargos impostos pelos EUA ao Japão, os japoneses poderiam garantir outras fontes de recursos sem entrar em guerra contra os estadunidenses. Sobre a suposta inevitabilidade, argumenta Record (2009, p. 57):

Não fossem os ataques a Pearl Harbor e às Filipinas, Roosevelt teria achado extremamente difícil, talvez impossível, de convencer o eleitorado americano a ir à guerra contra o Japão, e os japoneses teriam ido assegurar os recursos do resto do Sudeste Asiático sem atrair a ira armada dos Estados Unidos. Ao final do verão de 1941, entretanto, a maioria dos líderes japoneses vieram a considerar a guerra contra os Estados Unidos como inevitável (RECORD, 2009, p. 57 tradução nossa).

Assim, após o período do governo por assassinio e do golpe do incidente de fevereiro de 1936¹⁵, a política externa e o processo de tomada de decisões foram completamente militarizados e permeados pela disputa política das Forças Armadas Imperiais. A política

¹³ Os EUA deveriam continuar vendendo petróleo de menor qualidade para o Japão, mas descobriu-se posteriormente que, em virtude da não liberação de qualquer crédito para a venda de petróleo (mesmo os de qualidades inferiores), o Japão estivera sob um embargo total de petróleo desde esta data (KERSHAW, 2008, p. 399–400)

¹⁴ Em agosto de 1941, o Japão propôs parar sua expansão caso os Estados Unidos e o Reino Unido retirassem o embargo ao Japão e o apoio a Jiang Jieshi, auxiliassem o Japão a obter recursos naturais, atuassem como mediadores na China e aceitassem as posições japonesas conquistadas. Esta proposta, naturalmente, foi rejeitada. Logo depois disso, o primeiro-ministro Konoe propôs encontrar-se com Roosevelt no Havaí. Para os americanos, só poderia haver qualquer nova negociação se os japoneses deixassem de recorrer à força e o próprio Roosevelt, apesar das mensagens afáveis, parecia “embromar” os japoneses (KERSHAW, 2008, p. 404, 406). Os norte-americanos apegavam-se aos quatro princípios do secretário de Estado Cordell Hull: “1) respeito pela integridade territorial e soberania de todas as nações; 2) não interferência nos assuntos internos de outros países; 3) igualdade de oportunidades comerciais para todos os Estados; e 4) respeito pelo status quo territorial, a menos que alterado por meios pacíficos” (BELL, 2011, p. 66). O máximo que os japoneses estavam dispostos a aceitar era a retirada da Indochina, assim que se resolvesse o “Incidente da China” e se fizesse uma “paz justa” (KERSHAW, 2008, p. 433). Isso implicava em aceitar a Esfera de Coprosperidade do Grande Leste Asiático, o reconhecimento do Manchukuo e o estabelecimento de um governo favorável ao Japão na China, possivelmente pela composição entre Jiang Jieshi e Wang Jingwei (que liderava um governo colaboracionista em Nanjing). A 20 de novembro, os japoneses ofereceram sua última proposta: saíam do sul da Indochina, caso, entre outros pontos, fossem retirados o embargo de petróleo e o apoio a Jiang Jieshi. No dia 2, Hull respondeu com uma nota, na qual os Estados Unidos passaram a exigir que, além de se retirar da Indochina, os japoneses devolvessem todo o território chinês conquistado antes de 1900 ao governo de Jiang Jieshi (KERSHAW, 2008, p. 418).

¹⁵ Eventos analisados no primeiro capítulo.

nacional estava refém das demandas de objetivos militares, desassociando-se das finalidades políticas do Estado japonês. Dessa forma, alternativas que não recorressem ao uso da força foram preteridas e o uso da diplomacia tornou-se ineficaz. A única solução admissível para os comandantes militares japoneses era o cumprimento total dos objetivos militares japoneses (MAGNO, 2015, p. 78).

Deste modo, após o fracasso do exército japonês em tomar Changsha, o Quartel General Imperial optou por expandir a guerra e favorecer as operações que buscavam um bloqueio externo à China e a garantia dos recursos para a manutenção da guerra. O resultado desses eventos foi uma relativa estabilização dos fronts central e sul da China e um novo leque de alianças para o governo do Guomindang.

Dessa forma, em 1941, os japoneses declararam guerra contra os EUA, o Reino Unido e os Países Baixos. O objetivo principal era a conquista da chamada área de recursos sul (que compreendia o Sudeste Asiático) e criar um perímetro defensivo no Pacífico. Nesse momento, a aviação naval foi utilizada com extremo sucesso, com a utilização de bombardeiros Mitsubishi G4M na destruição da Frota Z do Reino Unido na costa da Malásia, a interdição das Filipinas a partir de Taiwan e na estreia da *kido butai*¹⁶ no ataque surpresa a Pearl Harbor. O sucesso avassalador das primeiras operações deu a Isoroku Yamamoto, comandante da Frota Combinada e maior entusiasta da ênfase na aviação naval, grande peso nas decisões estratégicas e operacionais da Marinha Imperial Japonesa no Quartel General Imperial (QGI) (MAGNO, 2015, p. 79). Assim, em dezembro de 1941, EUA, Reino Unido e China se tornariam aliados na mesma guerra.

Após a ocupação japonesa da Indochina e da Birmânia, a última conexão por terra da China com o exterior foi bloqueada. Desse modo, o apoio aliado, principalmente o estadunidense, via o programa de "*lend-lease*", ficou comprometido. A única linha de comunicação que a China manteve com o exterior até o fim da guerra era via a Ponte Aérea do Himalaia, ou a "corcunda", como era popularmente chamada pelos pilotos estadunidenses. O resultado foi uma grave deterioração das condições chinesas.

O bloqueio chinês resultou em uma grave crise financeira e produtiva. Um processo superinflacionário se estabeleceu e o contrabando e o mercado negro minaram a capacidade fiscal do Estado chinês (VAN DE VEN, 2003, p. 258). A falta de acesso à importação de insumos minou a capacidade produtiva, resultando em capacidade ociosa na indústria e

¹⁶ *Kido Butai* pode ser traduzido como força-tarefa, era o termo pelo qual era conhecido popularmente o conjunto da 1ª Frota Aérea e os sete porta aviões onde era embarcada. Esta foi a primeira força aérea independente a operar completamente embarcada em porta-aviões.

provocando desemprego generalizado. No outono de 1944 os arsenais chineses só estavam produzindo a 55 por cento de sua capacidade. Entre 80 e 90 por cento das plantas siderúrgicas de Chongqing haviam fechado, 50 das 320 fábricas de maquinário haviam fechado e 185 das 250 unidades de mineração de carvão haviam fechado (EASTMAN *et al.*, 1991, p. 167). O projeto de constituição de uma base industrial-militar autossuficiente havia sido destruído. Além disso, importantes regiões produtoras de grãos estavam sob ocupação japonesa, reduzindo grandemente produção de alimentos (WANG, 2011, p. 403). Todos estes fatores minaram a capacidade de governo de Jiang Jieshi e a capacidade de combate do Exército Nacionalista, cujos soldados agora viviam da terra, deteriorando ainda mais a sua capacidade de mobilização para operações ofensivas (VAN DE VEN, 2003, p. 252).

O contexto estratégico colocava China, Estados Unidos e Grã-Bretanha em aliança contra o Japão. Para coordenar o esforço de guerra na China e no Sudeste Asiático, os aliados constituíram o Teatro CBI (China, Birmânia e Índia), que era subdividido em dois comandos: o Chinês, tendo como supremo comandante aliado Jiang Jieshi, e o do Sudeste Asiático, que posteriormente seria comandado pelo Lorde Louis Mountbatten. Os EUA possuíam como comandante naquele cenário o general Joseph “Vinegar Joe” Stilwell. Stilwell, adido militar estadunidense na China desde 1935, foi nomeado chefe do Estado-Maior de Jiang Jieshi e comandante do Exército chinês na Birmânia, além de comandar as operações da Ponte Aérea do Himalaia e gerir os recursos do *lend-lease*.

Entretanto, não havia consenso em como dar consecução a essa política, tanto no campo de batalha, como fora dele. Na conferência de Casablanca, em janeiro de 1943, propôs-se a Operação ANAKIM, que consistia na reconquista da Birmânia e a reconstrução de uma linha de suprimentos para a China por terra, com o objetivo de estabelecer em território chinês as bases aéreas para as futuras missões de bombardeio contra as linhas de comunicação e as ilhas metropolitanas japonesas (TUCHMAN, 1972, p. 455). O general Stilwell propunha para a ANAKIM uma ofensiva chinesa por terra, com 45 mil chineses treinados na Índia a partir de Ramgarh e outras 27 divisões em Yunnan, na China (KOENIG, 1977, p. 85). Em um movimento de pinças essas duas forças reconquistariam o norte da Birmânia, reestabelecendo uma linha de comunicação terrestre para a China. Enquanto isso, Claire Chennault¹⁷ favorecia a ênfase no poder aéreo. Ele acreditava, após as missões bem-sucedidas com os seus “Tigres

¹⁷ Claire Lee Chennault era um aviador militar dos Estados Unidos, conhecido por comandar os “Tigres Voadores”, estes eram um grupo de pilotos estadunidenses voluntários oficialmente sob comando da Força Aérea Chinesa de 1941 a 1942. O grupo continha três esquadrões de caças com aproximadamente 30 aeronaves cada e treinou na Birmânia antes da entrada dos EUA na guerra (SHERMAN, 2000). Durante a guerra houve um grande embate de visões entre Chennault e Stilwell.

Voadores”, que apenas com operações aéreas era capaz de interromper as linhas de comunicação inimigas.

A segunda opção foi a favorecida por Jiang Jieshi, pois a proposta de Stilwell era mais custosa, envolvia a reestruturação das Forças Armadas Chinesas e uma maior utilização dos recursos de *lend-lease* para operações contra os japoneses, prejudicando os seus esforços para conter as tropas comunistas no norte da China. Já a proposta de Chennault envolvia menores custos, o envolvimento mínimo de forças chinesas e permitia que os recursos do *lend-lease* continuassem sendo revertidos para a sustentação de seu regime e a manutenção de suas tropas no norte da China.

O Reino Unido também se opunha à execução de grandes operações militares na Birmânia. De fato, Londres não comungava dos mesmos objetivos estadunidenses no Teatro CBI. Em primeiro lugar, os britânicos disputavam com a China recursos do *lend-lease* e a prioridade na estratégia estadunidense, em segundo lugar eles buscavam manter ao menos parte de sua influência na Ásia no pós-guerra. Churchill estava especialmente receoso com operações na Birmânia, pois as operações britânicas nesse teatro deveriam ser levadas a cabo por forças indianas, que a essa altura já se encontravam divididas entre o apoio ao esforço de guerra britânico e o apoio ao movimento nacionalista. Conseqüentemente, para a manutenção de seu Império na Índia, Churchill estava disposto a assistir ao colapso da China (KOENIG, 1977, p. 85; TUCHMAN, 1972, p. 488). Ainda, segundo Tuchman (1972):

O Reino Unido sabia [...] que em qualquer nível em que se juntasse aos EUA em ações designadas para ajudar a China, eles estariam agindo contra seus próprios interesses, enquanto os EUA sabiam que em qualquer nível em que se juntassem aos britânicos para ajudá-los a restaurar seu domínio colonial e a supremacia branca, estariam agindo contra a política americana, sentimentos e futuras relações com os países da Ásia” *Tradução do autor* (TUCHMAN, 1972, p. 490)

Dessa forma, Roosevelt acabou optando pela alternativa de Chennault, mesmo com a oposição dos chefes do Estado-Maior do Exército e da Marinha, o general Marshall e o Almirante King, que apoiavam os planos de Stilwell¹⁸ (KOENIG, 1977, p. 85–87). Entretanto, apesar da posição britânica, Roosevelt tomou essa decisão devido a sua política da China como grande potência, pois essa era a posição do chefe do executivo chinês, Jiang Jieshi (KOENIG, 1977, p. 91–92; TUCHMAN, 1972, p. 460).

¹⁸ Ainda em 1943, na Conferência de Quebec, buscar-se-ia uma solução de compromisso, foi reorganizado o comando do sudeste asiático, agora encabeçado pelo Lorde Mountbatten, dando maior espaço para a participação britânica na tomada de decisões do teatro. E, concomitantemente, foi aprovada a operação GALAHAD, 3000 comandos liderados por Frank Merrill, os *marauders* de Merrill, responsáveis por atacar as linhas de comunicação japonesas por terra (TUCHMAN, 1972, p. 491)

Entre 1943 e 1944, a guerra no teatro CBI era basicamente travada nos bastidores. Até então, a disputa resumia-se em definir a importância relativa no esforço de guerra e sua posição no Sistema Internacional após a derrota do Eixo. À parte das campanhas aliadas com resultados discutíveis na Birmânia, das ofensivas aéreas realizadas pelos Tigres Voadores de Chennault e de escaramuças entre nacionalistas e comunistas e japoneses e chineses, não houve grandes operações militares neste teatro.

3.4.2 A operação Ichi-Go: Ofensiva Kogo (abril – maio de 1944) e ofensiva Togo (maio – dezembro de 1944)

A Operação Ichi-Go colocou a China e o Teatro CBI de volta ao panorama estratégico da guerra. A ofensiva consistia na maior operação militar da história do Japão, mobilizou 500 mil homens, ou seja, 80 por cento dos 620 mil homens à disposição do Exército Expedicionário da China, 100 mil cavalos, 15 mil veículos e 1500 peças de artilharia. A área de atuação se estendia por uma linha de 1500 quilômetros do rio Amarelo até a fronteira com a Indochina (HARA, 2011, p. 392). A operação possuía dois objetivos: a) destruir as bases aéreas estadunidenses na China e b) abrir uma rota terrestre da China Central até a Indochina, conectando todo o território ocupado pelo Japão por terra (HARA, 2011, p. 392).

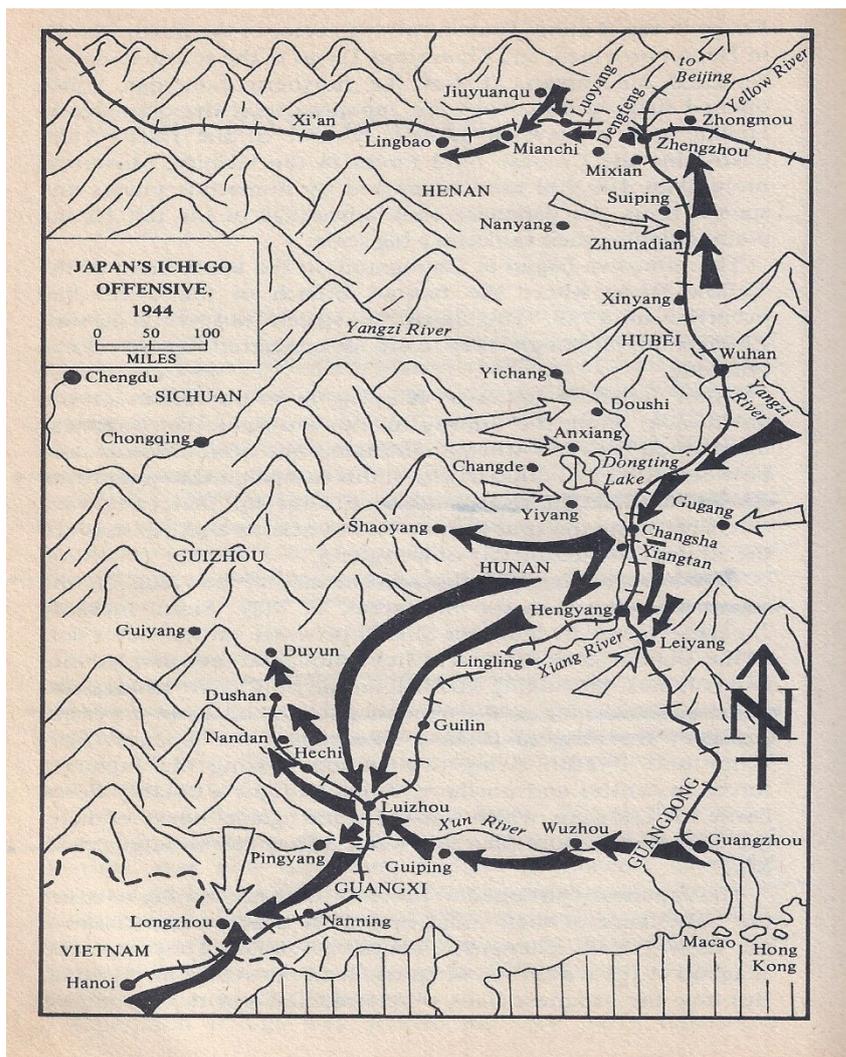
A partir de 1943, as linhas de comunicação marítimas do Japão progressivamente se tornavam insustentáveis. No início de 1944, as bases americanas no centro-sul da China já possuíam 340 aeronaves da 14ª Força Aérea dos EUA comandada por Chennault, que fustigavam as linhas de comunicação japonesas no interior da China e no sudeste asiático (HARA, 2011, p. 400–402; WILSON, 1983, p. 234). Além disso, a inteligência japonesa já tinha identificado a preparação destas bases para o uso de B-29 para o bombardeio estratégico contra as ilhas metropolitanas (TOHMATSU, 2011, p. 435). Enquanto a deterioração da situação japonesa na Guerra do Pacífico começava a inviabilizar as linhas marítimas de comunicação, até o final da guerra os submarinos americanos afundariam 80 por cento da frota mercante e de guerra japonesa (EVANS; PEATTIE, M. R., 1997, p. 495; TOHMATSU, 2011, p. 434).

A viabilização de um corredor terrestre na China permitiria a continuidade da guerra na China independentemente da guerra no Pacífico. Enquanto isso, a destruição das bases aérea no continente garantiriam a segurança das linhas de comunicação no território chinês e no Sudeste Asiático, visto que os japoneses tinham perdido o comando do ar para as aeronaves estadunidenses tecnologicamente superiores (HARA, 2011, p. 395–396). Apesar do comando

Imperial ter aprovado apenas o objetivo de destruir as bases aéreas, o Estado-Maior do Exército Expedicionário da China iria implementar a operação com todos os objetivos, ou seja, também buscar-se-ia a constituição de um corredor terrestre na China, conectando a Manchúria à Indochina (HARA, 2011, p. 398–399).

A ofensiva japonesa se dividiu em duas etapas, a operação Kogo e a operação Togo. A primeira ocorreu na província de Henan entre abril e maio de 1944 e tinha por objetivo consolidar as posições na ferrovia Beijing–Hankou que, desde a inundação provocada pela explosão dos diques do rio Amarelo, não foi completamente ocupada pelos japoneses. A segunda se deu principalmente na província de Hunan entre maio e dezembro de 1944, tendo por objetivo abrir uma rota terrestre para a Indochina e consolidar a ferrovia Wuhan–Guangzhou e, simultaneamente, destruir as bases aéreas estadunidenses à sua margem (HARA, 2011, p. 392–393; WILSON, 1983, p. 234–235).

Figura 8 - Ofensiva Ichi-Go



Fonte: Wilson (1983, p. 236)

Os chineses identificaram a preparação de uma nova ofensiva japonesa e seus objetivos de forma geral, mas subestimaram o seu escopo e a sua magnitude. Somente em maio de 1944 os chineses viriam a ter uma avaliação acurada das intenções japonesas, apesar de continuar a subestimar o número de tropas empregadas (WANG, 2011, p. 405–406). O resultado foi o envio de um número de forças inadequado para o front e a constante necessidade de envio de reforços (WANG, 2011, p. 409). Outra dificuldade chinesa foi a deterioração da moral das tropas e da capacidade de combate. Ao longo de várias batalhas, as forças chinesas se retiraram sem oferecer resistência, ou moradores locais atacaram as tropas chinesas ou comandantes que se recusaram a obedecer ordens (WANG, 2011, p. 417–418).

A operação Kogo se iniciou-se em meados de abril, com 100 mil japoneses apoiados pela aviação e 400 tanques avançando em duas frentes: uma do sul, avançando ao norte pela ferrovia a partir de Xinyang; outra do norte, partindo de Zhongmou, que seguiria pela ferrovia ao encontro com as forças ao sul e também protegeria o flanco seguindo a ferrovia Longhai em direção a Xi'an (WILSON, 1983, p. 235–237). As forças nacionalistas em Henan ofereceram pouca resistência, sendo completamente desabilitadas e deixando o território livre para ocupação por forças do PCCh. Em fins de maio, os japoneses haviam liberado a ferrovia Beijing-Wuhan completamente e, em outubro, pela primeira vez durante toda a guerra, um trem partindo de Beijing chegaria à Wuhan (WILSON, 1983, p. 237).

Em fins de maio, tem início a segunda parte da ofensiva, a operação Togo, ao sul do Yangtze, na província de Hunan. Para a operação, os japoneses reuniram 200 mil homens em Wuhan e mais 80 mil na região de Guangzhou, enquanto os chineses possuíam 380 mil. O objetivo era liberar a ferrovia Wuhan–Guangzhou, dividindo as forças chinesas entre a região de litoral e de Chongqing e criando uma linha de comunicação ininterrupta entre o norte e o sul da China. Ao longo da ferrovia, os japoneses destruiriam as bases aéreas estadunidenses e outros pontos estratégicos chineses. Por fim, após a liberação da ferrovia, se abriria caminho até a fronteira com a Indochina na província de Guangxi (WILSON, 1983, p. 238–240).

A campanha iniciou com a progressão japonesa de Wuhan para Changsha. Desse modo, teve início em 5 de junho de 1944 a 4ª Batalha de Changsha. Nesta tentativa de captura da cidade os japoneses lançaram uma força muito maior do que nas anteriores. Devido à falha de reconhecimento e inteligência, os chineses subestimaram as forças a serem empregadas pelos japoneses na operação Togo. Jiang Jieshi enviou apenas uma divisão para Changsha, os chineses estavam em desvantagem de 3 para 1. Reforços seriam enviados, mas duas semanas depois a cidade cairia, os japoneses finalmente haviam capturado Changsha, depois de 5 anos (WANG, 2011, p. 409; WILSON, 1983, p. 238–239).

Em 23 de junho, os japoneses chegaram em Hengyang, cidade estratégica situada em um entroncamento ferroviário da linha Wuhan–Guangzhou e Hunan–Guangxi, em direção à Indochina. Mais uma vez os chineses estavam em desvantagem. Apesar da tentativa de coordenar contra-ataques contra os japoneses, a cidade caiu após 47 dias, no dia 8 de agosto. Neste ponto, as linhas de comunicação japonesas já estavam operando no limite e os suprimentos se tornaram limitados (WILSON, 1983, p. 239–240). Com a queda de Hengyang a ferrovia Wuhan–Guangzhou estava liberada.

Em 26 de agosto, tem início o estágio final da ofensiva com o objetivo de liberar uma rota terrestre até a Indochina. Os japoneses tinham à sua disposição 350 mil homens, que progrediram em três colunas: duas a partir de Hengyang, uma pela ferrovia Hunan – Guangxi e uma segunda por terra imediatamente ao sul da primeira, a terceira coluna partiu de Guangzhou pelo rio Xi. O objetivo das três forças era a captura de Guilin e Liuzhou que cairiam em 10 de novembro. Em 10 de dezembro estas forças japonesas se encontrariam com unidades da Indochina em Longzhou, fechando o corredor de Beijing à Guangxi e encerrando a Operação Ichi-Go (WANG, 2011, p. 412; WILSON, 1983, p. 240–245).

A operação Ichi-Go foi a última grande campanha da Segunda Guerra Sino-Japonesa e a última ofensiva japonesa. As baixas foram altas em ambos os lados, próximas dos 100 mil do lado japonês, quanto aos chineses os números são variados, mas estima-se que as baixas foram entre 370 e 750 mil homens (HARA, 2011, p. 394; WANG, 2011, p. 414–415).

A derrota chinesa agravou os problemas no front interno, principalmente o relacionamento com os aliados, que passaram a duvidar da capacidade chinesa de travar a guerra. Nesse período, o general Stilwell, ferrenho crítico de Jiang Jieshi, pressionava para assumir o controle das tropas chinesas e reintegrar as forças comunistas sob o seu comando. Após a derrota em Henan e Hunan, Roosevelt afirmou em telegrama que as derrotas haviam afetado a credibilidade chinesa e sugeria a passagem do comando para Stilwell (WANG, 2011, p. 411). Estes eventos afetariam dramaticamente a situação política de Jiang Jieshi no pós-guerra e a interpretação da guerra *a posteriori*.

Entretanto, o desempenho na operação Ichi-Go estava mais relacionado ao severo desgaste imposto aos Nacionalistas ao longo de 7 anos. A efetividade de combate das tropas chinesas havia decaído muito. Este resultado devia-se à subnutrição e problemas de saúde resultantes do racionamento de comida e falta de suprimentos. Entre 80 e 90 por cento dos novos recrutas morriam doentes no transporte para as suas bases (WANG, 2011, p. 417). Soma-se a isto os problemas logísticos e falta de treinamento, metade dos soldados engajava em tarefas não militares, pois viviam da terra para garantir o próprio sustento. Por fim, devido à fome e o

grave problema econômico, as populações locais podiam se negar a dar apoio às tropas ou, muitas vezes, as tropas se engajavam em saques, contrabando e outras atividades criminosas (WANG, 2011, p. 417). Durante a Batalha de Henan, Jiang Jieshi lamentou:

A população local atacou nossas próprias forças e capturou suas armas, assim como aconteceu com o exército do czar durante a I GM. Tal exército não pode vencer! Nossos cavalos e caminhões carregam contrabando e não munição... Durante a retirada algumas tropas perderam a disciplina, saqueando e estuprando mulheres (WANG, 2011, p. 417).

Apesar de todos estes problemas, os japoneses também não se encontravam em uma situação cômoda. Desde 1941, já havia atingido o seu limite econômico e logístico na guerra da China e agora também travava uma guerra no Pacífico e no sudeste asiático, além disso aviões e submarinos estadunidenses comprometiam todas as suas linhas de comunicação.

Dado este contexto, os chineses não conseguiram prever a escala da ofensiva que havia sido planejada pelos japoneses e não conseguiram fazer o melhor uso na alocação de suas tropas (WANG, 2011, p. 406). Pela primeira vez, os Nacionalistas lutaram em desvantagem numérica em batalhas-chave, perdendo sua principal vantagem contra os japoneses e inviabilizando o uso efetivo do *chijiuzhan*.

Entretanto, os japoneses, mesmo com a vitória, não obtiveram ganhos significativos e a operação Ichi-Go representaria a derrota final na guerra. A grande mobilização de recursos logísticos e militares permitiu engajar em superioridade e destruir várias forças chinesas, superando os problemas de falta de alocação de recursos e tropas alegados por analistas em Wuhan. Apesar disso, a vitória não foi capaz de alterar a situação na guerra e nem permitir que o Japão prolongasse a sua capacidade de se manter lutando.

As bases estadunidenses próximas ao litoral foram destruídas, mas imediatamente após a ofensiva foram substituídas por outras no interior. Mesmo durante a operação Ichi-Go, os primeiros B-29 já estavam sendo comissionados na China e os primeiros bombardeios às ilhas metropolitanas já foram executados em junho de 1944, a partir de Chengdu (HARA, 2011, p. 401–402; WILSON, 1983, p. 238). Além disso, com a tomada das ilhas Marianas, os estadunidenses não necessitavam mais das bases na China para empreender a campanha de bombardeio estratégico contra o Japão, tornando completamente inócuo o esforço empreendido para a destruição destas bases (HARA, 2011, p. 402).

Quanto à rota terrestre conectando o norte da China à Indochina, ela também se provou um esforço inútil, pois com a permanência do comando do ar nas mãos de chineses e estadunidenses, estas rotas poderiam ser interditas a qualquer momento e só foram utilizadas

como rotas temporárias para tropas terrestres em marcha (HARA, 2011, p. 402). Desse modo, ambos os objetivos da operação Ichi-Go, apesar de alcançados e exigirem uma máxima mobilização do exército japonês, provaram-se inúteis.

Além disso, os japoneses não possuíam mais recursos para manter os territórios ocupados. No período de maio a junho de 1945, os chineses recuperaram as cidades de Hunan uma a uma e no final de junho as forças japonesas já haviam recuado completamente do sul da China (WILSON, 1983, p. 245). Ainda, com o prosseguimento das campanhas de bombardeio e interdição submarina, os japoneses perderam suas linhas de comunicação das ilhas metropolitanas e do sudeste asiático com a China, de modo que suas forças ficaram completamente isoladas e sem a capacidade de receber suprimentos e novos reforços ou realocar suas tropas. Como resultado, os japoneses perderam completamente a capacidade de dar continuidade a guerra na China.

3.4.3 O desfecho da guerra

Ao fim da guerra, o combate em terra na China ficaria sob responsabilidade das tropas soviéticas. A invasão se daria pela Manchúria, região chinesa que faz fronteira com a URSS. Os interesses russos nessa área remontavam aos tempos czaristas e a ocupação japonesa dotara a região de uma eficiente infraestrutura e indústrias. Convencido da necessidade de tal ofensiva, os Estados Unidos direcionaram recursos, suprimentos e armamentos para a URSS através do *lend-lease* do fim de 1944 até junho de 1945 (FRIEDRICH, 2011, p. 130–132).

Após meses de repasse desses recursos, a inteligência estadunidense obteve acesso a informações de que o governo japonês estava propenso a se render. As ofensivas dos EUA no Pacífico, custosas em termos materiais e humanos, somadas à desgastante campanha japonesa em solo chinês, haviam imposto ao Império nipônico o esgotamento econômico, social e militar. Dessa forma, a antes tão necessária ofensiva soviética mostrava-se despida de sentido estratégico. O que ocorreu a partir daí foi uma corrida para tomar posições, preparando o terreno para o cenário do pós-guerra. Nesse ponto, os EUA já possuíam a bomba atômica, e tornava-se imperativo lançá-la antes que os soviéticos invadissem a China. O que estava em jogo era o futuro da China e não a capitulação japonesa (FRIEDRICH, 2011, p. 133–137).

No dia 6 de agosto de 1945 a primeira bomba atômica foi lançada sobre a cidade de Hiroxima. Antes que a segunda caísse sobre Nagasaki, no dia 9, a URSS deu início à invasão, denominada “Ofensiva Estratégica da Manchúria”. O imperador japonês decidiu render-se no

dia 10 e no dia 15 foi anunciada a decisão. A invasão soviética lograra ocupar toda a Manchúria, além das ilhas Curilas e Sacalina.

Os termos do tratado assinado na Conferência de Ialta exigiam que a URSS se retirasse da região depois de derrotados os japoneses. É o que fizeram, com certo atraso, as tropas soviéticas. Ao se retirarem, entregaram para Mao e o Exército Vermelho a posse da Manchúria, que, por seus atributos estratégicos, era considerada a chave para a conquista do resto da China (FRIEDRICH, 2011, p. 148–154). Dessa forma, foi sedimentada a parceria entre o Exército Vermelho chinês e a URSS, e os EUA estavam a caminho de perder definitivamente seu principal aliado no extremo oriente.

Na realidade, desde a capitulação japonesa, Stálin buscou contemplar os interesses soviéticos na região por meio de um jogo duplo com os nacionalistas e comunistas chineses. De acordo com o testemunho de Andrei Ledovski, então diplomata russo, a ideia de Stalin era transformar o norte da China, ocupado por suas tropas, em um país autônomo. Assim, garantiria sua zona de influência, já que acreditava que os norte-americanos teriam o centro e o sul como as suas. Enquanto a União Soviética garantia aos Estados Unidos a entrada somente de tropas nacionalistas no território da Manchúria, negociava a entrada de guerrilheiros comunistas disfarçados na mesma região, desde que não ocupassem os grandes centros. A ideia era de que a secessão da Manchúria ocorreria no caso de um prosseguimento na guerra civil entre os partidos chineses (FRIEDRICH, 2011, p. 147–149).

Ao final da guerra, ainda havia tropas japonesas em grandes quantidades na China, que deveriam ser desarmados e levados de volta ao Japão. Os Estados Unidos, então, desembarcaram cerca de 15 mil fuzileiros navais, ocupando Tianjin e Pequim, além dos portos de Shandong e Hebei. Além disso, os fuzileiros ocuparam-se do transporte das unidades de Jiang Jieshi para o norte, onde estas ocuparam alguns portos e cidades. Enquanto isso, os soviéticos retiravam-se progressivamente, dizendo aos comunistas que ocupassem algumas cidades portuárias enquanto sinalizavam para que as tropas do Guomindang desembarcassem lá. Ao fazê-lo, foram recebidas a tiros (FRIEDRICH, 2011, p. 152–155). A guerra sino-japonesa havia acabado e o Japão derrotado, mas seria retomada a disputa pela liderança da Revolução Nacional chinesa.

3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo procurou expor o pensamento estratégico e o conceito operacional de China e Japão e sua aplicação durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa. A China construiu um

conceito operacional que se relacionava com a realidade econômica e política, além de possuir uma compreensão clara do inimigo e de seu objetivo estratégico. O objetivo estratégico da China era a defesa de seu processo de Revolução Nacional e o conceito utilizado foi o *chijiuzhan* ou a guerra defensiva prolongada. O *chijiuzhan* visava negar a superioridade econômica e tecnológica do inimigo por meio da extensão de suas linhas de comunicação e ampla superioridade numérica, provocando desgaste do inimigo e indefinição no campo de batalha. Buscava-se obter um impasse estratégico que forçaria a retirada do inimigo.

Enquanto isso, o Japão, que se recuperava de uma crise econômica e passava por uma grave crise institucional, possuía um objetivo estratégico vago e um conceito operacional desligado da realidade política. O objetivo estratégico japonês era a garantia de uma retaguarda estratégica para Manchukuo para uma futura guerra contra a URSS. O conceito operacional utilizado era o *sokkusen sokketsu*, que significava “guerra rápida, decisão rápida”. Esse conceito se baseava única e exclusivamente na guerra ofensiva e só via o seu objetivo estratégico alcançado com a destruição do inimigo, negando a possibilidade de ações políticas para a resolução da guerra. Soma-se a isto um processo decisório falho, com a sobreposição entre os comandantes de campo e o QG de Tóquio, planos operacionais vagos que não condiziam com a realidade enfrentada na guerra e dificuldades produtivas e logísticas. Além disso, o tipo de guerra que o Japão enfrentou era em grande medida inédito. Entretanto, a rigidez de seu processo decisório e o seu momento de crise política impediu que se adotasse um modelo de planejamento operacional mais flexível que condissesse com a realidade no campo de batalha.

Desse modo, ao longo das três principais etapas da guerra (Shanghai, Wuhan e Ichi-Go) observou-se a tentativa japonesa de definição a qualquer custo. Os chineses, por sua vez, atraíam as forças japonesas para o interior do território, desgastavam suas linhas de suprimentos e faziam uso de sua superioridade numérica até tornar-se insustentável para os japoneses a execução de grandes operações ofensivas.

Desse modo, um impasse estratégico foi estabelecido, pois os Nacionalistas não alimentavam a ilusão de uma vitória decisiva contra os japoneses em campo de batalha, mas acreditavam que se deveria impor ao seu avanço o maior custo possível, impedindo que o inimigo fosse capaz de se aproveitar dos ganhos de sua vitória tática momentânea. Apesar dos chineses perderem Beijing, Shanghai, Wuhan, Xuzhou e seu acesso ao litoral, os japoneses se tornariam incapazes de sustentar novas operações ofensivas significativas até 1944, mantendo um impasse e tornando um ônus a manutenção da ocupação de territórios. E, mesmo com a vitória japonesa na operação Ichi-Go, a maior ofensiva de toda a guerra, Tóquio não conseguiria extrair nenhum ganho efetivo da vitória, colapsando por completo sua máquina de guerra.

Apesar disso, o custo da vitória para os Nacionalistas foi extremamente alto, visto que os 8 anos de bloqueio e as pesadas baixas resultariam em uma extrema deterioração econômica, administrativa e produtiva do estado chinês. O resultado foi a deterioração de sua capacidade de combate, a perda de importantes territórios e uma extrema insatisfação popular. Estes fatores posicionariam os comunistas em vantagem na disputa pela liderança da Revolução Nacional chinesa que se seguiria ao fim da guerra.

4 CONSEQUÊNCIAS E LEGADOS DA SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA

Este capítulo tem como objetivo realizar um breve balanço dos resultados da Segunda Guerra Sino-japonesa, avaliando o impacto da conflagração para os principais contendores. Em um segundo momento se realiza uma discussão sobre as interpretações da Academia sobre os resultados e legados da guerra. Por fim, se faz uma análise introdutória sobre os legados da guerra para os demais países da região e a sua influência para a evolução do pensamento militar e para a construção do Estado na República Popular da China.

4.1 VENCEDORES E PERDEDORES

No ano de 1944 a posição japonesa na guerra já estava consideravelmente deteriorada. Mesmo o QG de Tóquio já considerava a vitória na guerra impossível e o esforço era em direção de prolongar a guerra e procurar uma posição de impasse que viabilizasse a negociação de paz (HARA, 2011, p. 395). De fato, desde 1943 havia planos para uma ofensiva final contra os chineses, a tomada de Sichuan e da capital de guerra Nacionalista, Chongqing, codinome operação Go-Go. Contudo, já naquele ano considerou-se a operação infactível por falta de homens e recursos (TOHMATSU, 2011, p. 428). Assim, a escala com que se apresentou a operação Ichi-Go não era esperada pelos comandantes Nacionalistas e Aliados, não permitindo a preparação adequada e a correta alocação de recursos (WANG, 2011, p. 405–407).

Desse modo, no ano de 1944 a verdadeira disputa que ocorria era entre os próprios Aliados pelos rumos do pós-guerra. Nesse sentido, a derrota Nacionalista na ofensiva Ichi-Go imporia um alto preço e os impediriam de colher os frutos da vitória. Esta disputa se dava em dois níveis, no primeiro entre EUA e URSS e no segundo entre Nacionalistas e Comunistas.

A política para a China de Roosevelt era composta por quatro princípios gerais:

- a) os chineses deveriam chegar a um acordo com a URSS para evitar sua interferência no pós-guerra;
- b) a China deveria recuperar todos os seus territórios ocupados, incluindo Hong Kong;
- c) o regime do Guomintang deveria ser apoiado como o único capaz de unificar a China¹;

¹ Segundo Tuchman (1972, p. 452), a concepção que os estadunidenses possuíam do Guomintang, oriunda de relatos de seus correspondentes e funcionários do governo em missão na China, era a de que o regime de Jiang era incompetente, corrupto, opressivo, não representativo, fragilizado e de improvável duração. Porém, as

d) a política externa americana para o extremo oriente deveria ser baseada em uma relação de trabalho próxima com a China (TUCHMAN, 1972, p. 451).

O objetivo dos EUA na Ásia era tornar a China em seu principal aliado no extremo oriente e um dos “quatro grandes” do pós-guerra, assim juntando-se a EUA, URSS e Reino Unido como um dos “policiais do mundo” e defendendo a nova ordem mundial a ser estabelecida a partir da Organização das Nações Unidas (ONU). Para cumprir este objetivo a China deveria manter-se na guerra e de forma alinhada aos EUA (TUCHMAN, 1972, p. 451).

Em novembro de 1943 ocorreu a Conferência do Cairo a primeira e única com a participação de Jiang Jieshi.² Os objetivos dessa conferência eram:

- a) reconhecer o status de grande potência da China e sua participação na nova arquitetura do Sistema Internacional de Roosevelt como um dos “quatro grandes”;
- b) definir o futuro das operações nos teatros do extremo oriente. Roosevelt estava preocupado com o desenrolar da guerra na China, os relatos da fragilidade de seu governo e sua relutância em engajar contra os japoneses fez com que os estadunidenses passassem a reconsiderar o papel da Rússia no extremo oriente. Agora, dependendo dos resultados da conferência, Washington já cogitava a utilização de bases na Sibéria e a participação dos russos em terra na Manchúria (TUCHMAN, 1972, p. 513).

Entretanto, a “relutância em engajar com os japoneses” dizia mais respeito à precária situação econômica em que a China se encontrava e a progressiva perda da capacidade de combate de suas forças. Além disso, apesar de efetivamente Jiang Jieshi a esta altura estar preocupado com a contenção da expansão de áreas sob o controle do PCCh, isto tinha pouco impacto no esforço de guerra contra os japoneses. Em 1944 os chineses possuíam 240 divisões, 140 seriam utilizadas para a defesa contra os japoneses, 40 para defender o Xinjiang dos soviéticos e apenas 20 para conter os comunistas, as divisões restantes foram utilizadas na campanha da Birmânia ou atuaram como reserva estratégica (WANG, 2011, p. 416). Estas 20 divisões ainda seriam reduzidas após a Operação Ichi-Go (HARA, 2011, p. 402)

Devido à derrota chinesa na Operação Ichi-Go, que acentuou a deterioração das forças Nacionalistas, planos para uma contraofensiva em território chinês foram gravemente prejudicados. Estes eventos levariam os EUA a realizar a abordagem ao Japão pelo Pacífico,

fraquezas chinesas foram deixadas de lado por Roosevelt para justificar o tratamento de grande potência dispensado à China, essencial para o cumprimento de seus objetivos no pós-guerra.

² Stálin não participou da conferência, pois ainda não era um dos beligerantes da guerra contra o Japão. Dessa forma, no mesmo mês, teve lugar a conferência de Teerã com Roosevelt, Churchill e Stálin, que tinha como um dos objetivos coordenar com a URSS as decisões tomadas no Cairo.

sem um desembarque em território chinês, e a ofensiva por terra ficaria sob responsabilidade soviética. Desse modo, os Nacionalistas ficariam impossibilitados de reocupar os territórios conquistados pelos japoneses. Além disso, a operação Ichi-Go teve um efeito deletério também sobre as forças japonesas. O grande número de tropas usadas na ofensiva acabou desguarnecendo os territórios ocupados pelos japoneses. Os comunistas se aproveitaram deste vácuo militar para gradualmente se expandir sobre as áreas liberadas garantindo um melhor posicionamento para a iminente confrontação contra os Nacionalistas (HARA, 2011, p. 402).

Os comunistas haviam iniciado a guerra como um parceiro menor do Exército Nacionalista, em 1937 possuíam apenas uma força estimada entre 20 e 30 mil homens (YANG, K., 2011, p. 308). No período inicial da guerra os comunistas não engajaram nas grandes campanhas em conjunto com as forças nacionalistas, nem organizaram ataques à retaguarda japonesa, apenas se limitavam à atividades de guerrilha e aproveitaram a retirada Nacionalista para o interior no centro da China para expandir e consolidar o número de bases na região norte. Em 1938 suas forças já atingiam o número de 200 mil homens (YANG, K., 2011, p. 310). Com o crescimento das forças do PCCh e de seu número de bases, os comunistas começaram a pressionar a região da China central. Em julho de 1941 os Nacionalistas requisitaram que os comunistas solicitassem por permissão para expansão do número de suas tropas e em outubro de 1941 ordenaram que os exércitos do PCCh se retirassem da China central e retornassem ao norte da China. Com a recusa do PCCh em aceitar a exigência o exército Nacionalista atacou e eliminou todo o Novo 4º Exército comunista, um de seus dois exércitos, o evento ficou conhecido como o Incidente do Novo 4º Exército e marcou o fim da 2ª Frente Unida, a partir desse ponto Nacionalistas e Comunistas agiriam de forma independente na guerra (YANG, K., 2011, p. 319).

Os comunistas realizariam apenas uma operação de guerra convencional ao longo de toda a guerra, a Batalha dos Cem Regimentos em 1940. Executada pelo 8º Exército de Marcha e comandada pelo general Peng Dehuai, a operação durou dois meses com 20 mil baixas sofridas e não foi capaz de causar danos significativos. Como resultado os japoneses revisaram a sua política de pacificação da região norte da China para a Política dos Três Tudos – queimar tudo, matar tudo e saquear tudo – na tentativa de eliminar as forças comunistas e suas bases (YANG, K., 2011, p. 320–321). A perseguição japonesa enfraqueceu a expansão das bases comunistas e de seu exército. Contudo, com a progressiva deterioração das forças japonesas este quadro se inverteria. Com o esvaziamento das forças japonesas em razão da operação Ichi-Go em fins de 1944 o exército regular do PCCh chegou à 900 mil homens e mais 2 a 3 milhões de milícias locais, ocupando grandes áreas do norte da China e da China central (YANG, K.,

2011, p. 325). Os comunistas estavam prontos para engajar novamente em guerra convencional, o que fariam na subsequente guerra civil.

Ainda, devido a deterioração das condições econômicas, produtivas e militares do território Nacionalista, Jiang Jieshi perdeu o apoio popular. Enquanto os soldados chineses batiam em retirada durante a operação Ichi-Go, fazendeiros os perseguiram e desarmaram mais de 50 mil soldados, desarmaram alguns e queimaram outros vivos (EASTMAN *et al.*, 1991, p. 174). Um editorial de um jornal baseado em Chengdu resumia o sentimento popular no período:

Oficiais do governo são corruptos e as leis são abusadas por eles, as condições de subsistência do povo a cada dia se tornam mais sombria e desesperada. Com a nação em dificuldade e o povo na pobreza, uma pequena parcela corrupta é crescente e está se tornando cada vez mais rica e vivendo de forma cada vez mais luxuriosa. Este fenômeno podre, em conjunto com muitos outros fatores políticos reacionários, diminuiu a moral do povo e dos soldados à quase inexistência. (EASTMAN *et al.*, 1991, p. 169 tradução nossa)

Desse modo, com a conclusão da Segunda Guerra Sino-Japonesa, se resumiria a disputa pela liderança da China e a condução da agenda de Revolução Nacional. Os comunistas, mais bem posicionados, sagraram-se vencedores com o apoio soviético, eles herdariam o conceito operacional do *chijiuzhan* e concluiriam a Revolução Nacional chinesa. Os Nacionalistas se exilariam em Taiwan e os EUA substituiria aquele que deveria ser o seu principal aliado no extremo oriente, pela principal força derrotada na guerra, o Japão. Pode-se dizer que o PCCh foi o maior vencedor da Segunda Guerra Sino-Japonesa e, paradoxalmente, os Nacionalistas apesar de vencido a guerra não conseguiram colher os seus frutos.

4.2 INTERPRETAÇÕES DO LEGADO DA GUERRA

Ao longo da maior parte do século XX a Segunda Guerra Sino-Japonesa foi um dos eventos menos abordados academicamente. Parte desta situação se deveu à disputa política da guerra fria. Devido a busca do reconhecimento político, comércio e investimentos, nem a República Popular da China ou a República da China demandaram reparações de guerra dos japoneses. Os EUA buscavam no Japão o aliado para enfrentar a URSS e o comunismo no leste asiático e a memória da Segunda Guerra Sino-Japonesa era inconveniente para este fim (CHANG, I., 1997, p. 11). Além disso, os comunistas e nacionalistas que ainda brigavam pelo reconhecimento internacional, não estavam prontos para rememorar o papel que cada um teve no combate à agressão japonesa.

Pois, como referenciado na Introdução deste trabalho, Robert Cox (1981, p. 128) aponta que se “toda teoria é feita para alguém com algum propósito e toda teoria possui uma perspectiva”, do mesmo modo as narrativas militares e políticas da guerra. Ao longo das décadas cada país buscou a sua própria narrativa da guerra, destacando a sua própria contribuição e seus interesses políticos e estratégicos. Para a Inglaterra, todo o destaque é dado para campanhas na Birmânia, Malásia, Hong Kong; para os soviéticos a definição da guerra foi dada por sua contribuição na ofensiva da Manchúria que desabilitou o exército Kwantung de 700 mil homens e para os EUA foi a campanha aeronaval e o bombardeio atômico a partir do Pacífico que levou o Japão à rendição. Entretanto, muitas destas campanhas não ocorreriam ou teriam um resultado potencialmente diferente se a China não combatesse a maior parte do exército japonês em seu território por oito anos (PAINE, 2012, p. 9).

Nesse sentido, é a narrativa estadunidense que iria pautar a memória e os estudos sobre a Segunda Guerra Sino-Japonesa e o papel da China na II Guerra Mundial. O planejamento estratégico estadunidense não considerava o teatro chinês prioritário, para Roosevelt e Marshall a prioridade era o teatro europeu. Segundo o historiador do Exército dos EUA Louis Morton:

O critério de derrotar a Alemanha em primeiro lugar constitui o mais importante conceito estratégico da guerra, embora haja sido formulado antes da entrada dos americanos na Segunda Guerra Mundial, e no contexto de um mundo ameaçado pela agressão do Eixo, na Europa e na Ásia (MORTON, 1977, p. 15).

Embora a guerra, para os estadunidenses, tenha se iniciado na Ásia, Roosevelt e Marshall haviam deixado claro desde a primeira conferência de guerra – ARCADIA 1941/1942 – que manteriam a decisão de derrotar a Alemanha primeiro. A prioridade do teatro europeu não foi questionada em nenhum momento durante a guerra (MORTON, 1977, p. 60). Esta prioridade pode ser verificada na proporção do auxílio via *lend-lease* conferido aos Aliados. Ao longo da guerra o Reino Unido recebeu 62% do total do auxílio, a URSS 25%, a França 5%, enquanto a China ficaria apenas com 4% do total do auxílio conferido (FORCES, 1945, p. 39). Este cenário resultaria, na Ásia, em uma estratégia defensiva na China e seu enquadramento como um teatro de apoio para, posteriormente, uma ofensiva a partir do Pacífico.

Este quadro frustraria o principal comandante estadunidense no teatro chinês, o general Joseph Stilwell, que advogava pela derrota japonesa em território chinês e que para atingir este objetivo a prioridade deveria ser dada a uma ofensiva na Birmânia para estabelecer uma rota de suprimentos para a China e posteriormente equipar o exército Nacionalista para uma contraofensiva decisiva sobre os japoneses (VAN DE VEN, 2003, p. 19). Contudo, como

abordado anteriormente, este também não era o objetivo de Jiang Jieshi, sua prioridade era uma guerra defensiva fundamentada no *chijiuzhan* e travada a partir da China central. Pesava para esta avaliação os objetivos estratégicos chineses, as condições materiais chinesas após o grande desgaste de uma guerra travada sozinho desde 1937 e o subsequente bloqueio imposto pelos japoneses. A frustração dos planos de Stilwell daria origem a um relato extremamente negativo de seu comando na China.

Em resumo, o relato de Stilwell descreve a China Nacionalista como um governo corrupto, inepto e militarista que foi incapaz de mobilizar de forma eficiente a população chinesa contra a agressão japonesa (VAN DE VEN, 2011, p. 448). Esta visão seria propagada pelos correspondentes na China no período como Theodore White, autor do *best-seller Thunder out of China*, Henry Luce da revista *Time* e Brooks Atkinson do jornal *New York Times*. Em comum às críticas aos Nacionalistas estavam os elogios aos Comunistas, como Stilwell registra em seu diário, também editado por Theodore White:

Eu tenho nos soldados chineses e no povo chinês: fundamentalmente grandiosos, democráticos e mal governados. Sem barreiras de castas ou religião. ... Honestos, frugais, industriais, otimistas, independentes, tolerantes amigáveis e corteses. Eu julgo o Kuomintang e o Kungchintang (Partido Comunista) pelo que vejo:
[KMT] Corrupção, negligência, caos, economia, impostos, palavras e dívidas. Entesouramento, mercado negro, comércio com o inimigo.
Programa comunista... redução de impostos, aluguéis, juros. Aumento da produção e padrão de vida. Participação no governo. Praticam o que pregam (STILWELL; WHITE, 1991, p. 316 tradução nossa).

Por detrás dos elogios às forças do PCCh estava a intenção de Stilwell de reunificar as forças chinesas sob o seu comando e empreender um esforço de reequipamento e treinamento em preparação para uma contraofensiva aos japoneses (VAN DE VEN, 2003, p. 19). Essa visão possuía uma contrapartida do lado comunista. Mao Zedong, Zhou Enlai e Peng Dehuai defendiam uma aliança com os estadunidenses para derrotar os japoneses³. Como afirma Friedrich:

Por que os norte-americanos haveriam de escolher como aliado uma ditadura militarmente incapaz, em vez de forças apoiadas pelo povo? “Precisamos trabalhar em conjunto”, disse Mao, “e receber ajuda norte-americana”. Com boas armas, seus homens seriam muito mais eficazes no combate aos japoneses. Peng Dehuai, chefe do Estado-Maior do Exército Vermelho, ofereceu aos norte-americanos, no caso de um desembarque anfíbio entre Shanghai e a península de Shandong, um reforço em terra

³ A fim de recolher inteligência sobre a possibilidade de utilização das forças comunistas e sobre uma possível reconciliação com o governo central, organizou-se a Missão Dixie. Composta por militares e jornalistas estadunidenses, a Missão Dixie foi despachada para Yennan, base do governo do PCCh, no início de 1944 e seria responsável pelo contato entre estadunidenses e o PCCh até 1947 (CARTER, 1997).

de um milhão de soldados, mais outro tanto de milicianos populares (FRIEDRICH, 2011, p. 129).

As primeiras avaliações acadêmicas realizadas por historiadores militares estadunidenses corroboraram a visão de Stilwell. Os historiadores oficiais do exército estadunidense Charles Romanus e Riley Suderland, que publicaram um relato da guerra em três volumes entre 1953 e 1959, comentaram que os diários de Stilwell eram fundamentais para uma compreensão dos eventos ocorridos na China entre 1942 e 1944 (VAN DE VEN, 2003, p. 6). Posteriormente Frank Dorn, que foi ajudante de campo e chefe do estado-maior de Stilwell, publicaria em 1974 *The History of the Sino-Japanese War, 1937–1941: From Marco Polo Bridge to Pearl Harbor*, realizando uma dura crítica da estratégia de Jiang Jisehi e do desempenho das forças Nacionalistas (VAN DE VEN, 2003, p. 6).

Contudo, a avaliação realizada por estes historiadores ainda estava contaminada pelo culto da ofensiva e pela própria conduta da guerra ocidental. Estas visões relacionavam a guerra ofensiva à modernidade, progresso e industrialização, enquanto a guerra defensiva se relacionava ao atraso, passividade, tradicionalismo e falta de disciplina. Segundo esta visão, ainda calcada em uma percepção idealizada da conduta da guerra ofensiva do século XIX, a guerra devia ser conduzida por um exército profissional e separada da sociedade, industrial e organizada por uma burocracia proficiente em técnicas gerenciais (VAN DE VEN, 2003, p. 10). A partir desta percepção estes historiadores estenderam esta análise para a avaliação do Guomindang, do Estado e cultura chinesa e do governo de Jinag Jieshi na década de 1930 (a chamada década de Nanjing) (VAN DE VEN, 2003, p. 6–7). A aderência à ideologia do culto da ofensiva pode ser demonstrado no trabalho de Dorn já no frontispício de sua obra: “Na guerra a única defesa certa é a ofensiva; e a eficiência da ofensiva depende das almas guerreiras que a conduzem” (VAN DE VEN, 2003, p. 9). Dorn ainda elogiou os japoneses por sua “força ofensiva” e por estarem “imbuídos com um senso patriótico pelo seu Imperador e por sua causa”, enquanto para os nacionalistas “faltava vontade de ação ofensiva” e que “se recusavam em acreditar no axioma de que nenhuma guerra foi vencida a partir de posições preparadas previamente” (VAN DE VEN, 2003, p. 9).

Estas avaliações apresentavam um profundo desconhecimento da situação política chinesa e da compreensão da guerra como um fenômeno político. Como se procurou demonstrar, a conduta da guerra adotada pela China dizia respeito às suas condições específicas e o seu objetivo estratégico de defesa do processo de Revolução Nacional. A solução encontrada pelos chineses foi justamente a formulação de um novo conceito operacional, baseada na guerra

defensiva prolongada, que permitisse travar a guerra convencional e moderna sem possuir as condições de uma potência industrial.

Entretanto, estas visões ainda seriam reforçadas pelo próprio governo dos EUA. Em um primeiro momento nas eleições presidenciais de 1944, acusariam o governo de Jiang Jieshi de incompetência, como forma de se afastar da derrota na ofensiva Ichi-Go (VAN DE VEN, 2011, p. 449). Posteriormente, com o anúncio da constituição da República Popular da China por Mao Zedong em 1949, o Departamento de Estado publicaria o Livro Branco da China na tentativa de justificar a perda de seu principal aliado na Ásia para o comunismo. Nele se reafirmava a percepção de corrupção e incompetência do governo Nacionalista (VAN DE VEN, 2003, p. 4). Já no período do Macarthismo a visão de Stilwell e do Livro Branco da China é utilizada para contrapor o argumento do senador Joseph McCarthy de que Roosevelt e Truman teriam entregue propositalmente a China para o PCCh em uma conspiração com os soviéticos (VAN DE VEN, 2003, p. 4–5).

É neste contexto que, em 1971, Barbara Tuchman lançaria a sua obra vencedora do Pulitzer *Stilwell and the American Experience in China*. Nela Tuchman consolidaria a análise e as conclusões acima descritas e encerraria o debate no que o historiador militar Hans Van De Vem (2003, p. 7, 294) denominou o paradigma Stilwell-White. Esta seria a narrativa dominante da Segunda Guerra Sino-Japonesa: um governo corrupto e incompetente militarmente, que nega a orientação do general Stilwell, um verdadeiro conhecedor da guerra moderna, e seus apelos para a união entre Comunistas e Nacionalistas, mas que ao fim é salvo pela ofensiva estadunidense no Pacífico e as bombas atômicas.

Somente a partir da década de 1980 o papel de Jiang Jieshi e do GMD na liderança da China na Segunda Guerra Sino-Japonesa começaria a ser reavaliada. Inicialmente com estudos sobre o governo Nacionalista durante a Década de Nanjing, que observaram um significativo progresso econômico, tanto na área industrial quanto na agricultura (ROBERTS, 2011, p. 255–261; VAN DE VEN, 2003, p. 7). Também na década de 1980, na República Popular da China, tem início uma série de pesquisas que reavaliariam o papel de Guomindang na guerra e o seu desempenho militar. Segundo estes estudos, o Guomindang teve um papel de liderança fundamental na guerra perseguindo os seus próprios objetivos patrióticos. Jiang Jieshi não teria sido compelido a resistir aos japoneses apenas porque o PCCh e o clamor popular teriam o forçado como resultado do incidente de Xian. Militarmente os Nacionalistas teriam se destacado principalmente pela condução da guerra até a campanha de Wuhan, enquanto os Comunistas seriam proficientes na guerrilha e gradualmente assumiriam o protagonismo na

conflagração conforme aproximava o seu fim (CHANG, J., 2001, p. 150; VAN DE VEN, 2003, p. 209–210).

Por fim, estes estudos abriram o caminho para a reavaliação da Segunda Guerra Sino-Japonesa no ocidente. Destaca-se a reavaliação do governo Nacionalista realizada por Lloyd Eastman *et al* (1991) em *The Nationalist Era in China, 1927-1949*, a análise operacional da guerra realizada pelo historiador militar Hans Van de Ven (2003) em *War and nationalism in China: 1925-1945*, a reavaliação da campanha de Wuhan feita por Stephen Mackinnon (2008) em *Wuhan, 1938 War, Refugees, and the Making of Modern China*. Essa nova leva de autores e obras sobre o governo Nacionalista na China continental e a Segunda Guerra Sino-Japonesa deu origem a uma série de conferências, organizada pela Universidade de Stanford, reunindo pesquisadores chineses, estadunidenses e japoneses com o objetivo de reavaliar este período e analisar os mais recentes documentos desclassificados relacionados a estes eventos. Dentre os principais resultados deste esforço destaca-se a compilação destas conclusões em *The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945*.

Hoje, o governo da China Popular tem apoiado e divulgado o resgate da história da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Em 2015, em ocasião do 70º aniversário da guerra, a China realizou a primeira parada militar de sua história fora do Dia Nacional (Proclamação da República Popular). Nela, o Presidente Xi Jinping afirmou que o território chinês foi o principal teatro da 2ª Guerra Mundial na Ásia e da luta mundial contra o fascismo (ORIENTAL, 2016, p. 3). Em comemoração ao evento a CCTV, a maior rede de televisão da República Popular da China, realizou uma série documental intitulada *O Principal Campo de Batalha do Oriente* (2016) em que destaca o papel da China como o principal teatro da 2ª Guerra Mundial na Ásia, resgata o papel de diversos heróis de guerra Nacionalistas e realiza entrevistas com diversos acadêmicos responsáveis por este movimento de reavaliação da Segunda Guerra Sino-Japonesa e do governo do Guomindang.

4.3 TRANSBORDAMENTO DO LEGADO DA GUERRA E AS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA NA ÁSIA

A Guerra Prolongada levada a cabo pelos chineses não foi uma experiência limitada em seu próprio tempo e espaço. Ela teve um importante legado, não apenas para o desenvolvimento das forças armadas chinesas, mas também em outros países. Esse fenômeno pode ser visualizado já durante a Guerra do Pacífico, quando diante do progressivo esgotamento das forças japonesas, o Japão lançou mão de operações com esse perfil. Esse fenômeno ficou

bastante nítido na batalha de Iwo Jima. Depois da guerra, o legado da Guerra Prolongada inspirou o pensamento de movimentos de libertação nacional na Ásia, como afirma MacKinnon:

A defesa de Wuhan é uma história com um *twist* de finais de século XX, antecipando os resultados irônicos das guerras anticoloniais da metade e do final do século XX. Na China Central em 1938 e 1939, os chineses perderam quase todas as batalhas, mas no fim venceram a guerra [...] Os custos para o inimigo eram grandes o suficiente para produzir um impasse e prolongar a guerra até que eventos externos finalmente a concluísse. (MACKINNON, 2011, p. 184 tradução nossa).

Entre esses casos, podemos mencionar o Vietnã, a Indonésia e a Malásia.

4.3.1 Japão

O Japão, como analisado na seção acerca da operação Ichi-Go, esperava unir o território chinês de norte ao sul, até a zona de recursos no sudeste asiático, via um corredor terrestre. A esta altura o QG de Tóquio já estava consciente da impossibilidade de vitória na guerra e os comandantes de campo na China esperavam, por meio da conexão terrestre de seus territórios ocupados, iniciar os preparativos para travar uma guerra prolongada em território chinês (HARA, 2011, p. 402). Como afirmado anteriormente, este plano foi inviabilizado devido a interdição à esta rota pela 14ª Força aérea dos EUA e devido a incapacidade japonesa de sustentar novas operações em terra.

Entretanto, nas batalhas finais da Guerra do Pacífico tentou-se empreender operações de guerra prolongada. O objetivo era tornar o mais custoso possível o avanço dos EUA, inimigo superior economicamente e detentor do comando do Ar e do Mar, enquanto se buscava uma mediação para a paz via os bons ofícios da URSS. Um exemplo significativo destas campanhas foi a Batalha de Iwo Jima.

As operações de Iwo Jima foram planejadas e executadas pelo general Kuribayashi, Tadamichi Chefe do Estado-Maior do 26º Corpo de Exército Japonês de 1941–1943 na China (BURRELL, 2006, p. 40–41). Nesta função foi encarregado de elaborar os planos para a tomada de Chongqing, operação Gogo (KURIBAYASHI; YOSHIDA, 2007, p. 229) o que acabou não acontecendo. Mas Kuribayashi aplicou os procedimentos usados pelos chineses contra o Japão, só que desta feita na luta contra os americanos, o que se deu quando se tornou comandante em Iwo Jima.

Em 1945, Kuribayashi Tadamichi foi o único comandante japonês que infringiu mais baixas aos americanos do que estes foram capazes de lhe causar. Em Iwo Jima, o contingente total japonês era de 20.933 dos quais 19.900 foram mortos. Da parte estadunidense, contando-

se apenas o efetivo dos Fuzileiros Navais (USMC) — Marinha e Exército também tiveram baixas — as baixas ficaram em torno de 50 por cento. O total de baixas do USMC assomou a cifra de 28.686, dos quais 21.865 feridos e 6.821 mortos (HOSOKI, 2007, p. 213).

O segredo da resistência japonesa frente a artilharia naval de mais de 300 navios, dezenas de bombardeiros estratégicos, centenas de aviões de ataque e milhares de toneladas de munição, foram as obras de engenharia. Elas prolongaram a luta por 35 dias após a invasão.

Importa notar que o monte Suribachi foi capturado em apenas três dias⁴. Acredita-se que se trata de um comportamento que lembra os procedimentos chineses. Tratava-se de um engodo, de atrair os estadunidenses para o coração da ilha, neutralizando ao máximo, o potencial de seus canhões navais. Outro aspecto, diz respeito às fortificações, que lembra aquelas construídas pelos chineses nas encostas e morros ao longo do Yangtze.

4.3.2 Vietnã

O caso do movimento de libertação nacional do Vietnã é bastante emblemático no que tange ao transbordamento do legado chinês. Isso se deve não apenas à inspiração dos chineses na utilização da Guerra Prolongada, mas às semelhanças de relação de dependência com grandes potências no período pré-revolucionário e à agenda de construção do estado baseado na Revolução Nacional.

O Vietnã, como toda a Indochina, tornou-se uma colônia francesa ainda no século XIX. Os franceses construíram um núcleo capitalista, com agricultura de exportação e implantação de seringais, utilizando-se da mão de obra local e construindo infraestrutura voltada a essas atividades econômicas (VISENTINI, 2013). Esse núcleo, entretanto, redirecionava recursos do território vietnamita para o desenvolvimento francês, enquanto coexistia no Vietnã uma economia pré-capitalista, em torno da qual vivia uma população cada vez mais pobre.

Os primeiros movimentos nacionalistas buscariam expulsar os franceses, mas restaurar a monarquia nativa. O movimento nacionalista surgiria de fato apenas após a Primeira Guerra Mundial. Em 1927, surgiu o Partido Nacionalista do Vietnã, baseado no modelo do Guomindang e de Sun Yat-Sen: buscar primeiramente a conquista militar do território, seguida de tutela política e, por fim, a constituição de um governo constitucional (TARLING, 2004, p. 105).

⁴ A conquista do monte Suribachi rendeu uma das fotografias mais icônicas da guerra: *Rising the Flag on Iwo Jima*, vencedora do prêmio Pulitzer de 1945. Entretanto, da conquista do monte e do hasteamento da bandeira estadunidense em seu topo, que rendeu a célebre fotografia, ainda decorreriam mais 32 dias de batalha.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a posição francesa na Indochina ficou enfraquecida, abrindo espaço para um breve período de domínio japonês. Quando o Japão capitulou, abriu espaço para o crescimento do nacionalismo vietnamita, sob o comando do Viet Minh, que entrou em confronto com os franceses, que voltaram ao Vietnã para retomar o controle sobre o território.

Os nacionalistas vietnamitas estavam cientes da inferioridade qualitativa de suas forças perante os franceses. Para o General Vo Nguyen Giap, Comandante das Forças Armadas da República Democrática do Vietnã (RDV), “qualquer conflito desse tipo seria longo; na verdade, uma única guerra prolongada possibilitaria as condições necessárias para uma vitória vietminh. Nenhum dos contendores seria capaz de terminar a luta com um golpe preventivo.” (CURREY, 2002, p. 222). De fato, a guerra estendeu por oito anos, até o ano de 1954. Giap sabia também que a vitória na guerra era, acima de tudo, política. Seria necessário, portanto, mais que vencer, negar a vitória aos inimigos franceses (CURREY, 2002).

Num primeiro momento, entre os anos de 1946 a 1949, os franceses buscaram a ofensiva, com o propósito de obter uma vitória rápida. O Viet Minh, por sua vez, ciente da superioridade francesa, fez o que pôde para evitar o confronto direto e provocar o impasse. Para isso, recuou dando terreno aos franceses e construiu bases na retaguarda, expandindo a linha de comunicações e suprimentos dos franceses. Aproveitando uma trégua, entre 1948 e 1950, os norte-vietnamitas dedicaram-se ao recrutamento e ao treinamento, criando uma força regular de soldados, contando com o apoio dos comunistas chineses. Além disso, aprofundaram o trabalho de mobilização nacional, da população e dos recursos, criando uma estrutura estatal (CURREY, 2002).

De 1950 em diante, o Viet Minh, conforme se modernizava, passava a mudar a abordagem, adotando a guerra móvel, na qual intercalava ofensivas e movimentos diversionários. A guerra foi decidida na Batalha de Dien Bien Phu, em 1954. Nessa batalha, os franceses quiseram criar uma armadilha para atrair os norte-vietnamitas para uma batalha decisiva, em uma região junto à fronteira com o Laos. Os franceses acreditavam que tinham vantagem de recursos humanos e materiais, mas foram, no entanto, surpreendidos pelo Viet Minh. A batalha demonstrou o desenvolvimento das forças regulares norte-vietnamitas durante a guerra. Durante a batalha, executaram a logística com perfeição, através dos carregadores; mobilizaram tropas e recursos; utilizaram o terreno e lançaram mão da artilharia para impedir que os franceses usassem seu aeródromo (CURREY, 2002; WINDROW, 1998).

Com a vantagem militar obtida pelos norte-vietnamitas, o acordo resultante estabeleceu que os franceses saíam do Vietnã. Não obstante, o acordo resultou na divisão temporária do

país entre norte e sul. Com a saída dos franceses, os estadunidenses passaram a se envolver cada vez mais no país, apoiando o governo do sul. A divisão prevista no acordo viria a se tornar “permanente” quando o Sul se recusou a participar das eleições que reunificariam o país e, depois de alguns anos, a divisão escalou para a guerra civil.

Os estadunidenses envolveram-se ao lado dos sul-vietnamitas, enquanto o Vietnã do Norte apoiara a criação da Frente Nacional para a Libertação do Vietnã (FLN), os vietcongues, para atuar no Sul. O envolvimento estadunidense colocava mais uma vez os norte-vietnamitas diante de um adversário superior do ponto de vista tecnológico e econômico. Como resposta, as forças norte-vietnamitas e os vietcongues esforçavam-se para manter a iniciativa e lutavam apenas nas situações em que poderiam sustentar o atrito. Quando suas perdas eram maiores do que poderiam suportar, retiravam-se do campo de batalha para reorganizar as forças, e se deslocavam para santuários, inclusive no Laos e no Camboja. As forças do Vietnã do Norte compensaram a desvantagem inicial atraindo as forças inimigas para combates próximos, tornando-as vulneráveis. Além disso, como forma de manter a coordenação com os vietcongues no sul, o norte mantinha comunicação e rota de suprimentos pela Trilha Ho Chi Minh, que cruzava o Laos e o Camboja (CURREY, 2002; WIEST, 2005).

A Ofensiva do Tet, no início de 1968, foi o divisor de águas do conflito. Forças norte-vietnamitas e vietcongues atacaram alvos estratégicos nos principais centros urbanos do Sul, acreditando que o sucesso da ofensiva ressaltaria a fragilidade do governo sul vietnamita e levaria à insurreição popular em favor dos comunistas. A ofensiva foi um fracasso tático: das 80.000 tropas, os comunistas perderam 58.000, praticamente dizimando os vietcongues; não ocuparam nenhum território relevante e ainda perderam territórios; e tiveram de retirar-se para os santuários para se reagrupar (WIEST, 2005).

Estrategicamente, porém, o resultado foi inverso: ao atacar as principais posições dos sul-vietnamitas e estadunidenses, provocou a desconfiança da população estadunidense em seu governo e sobre as chances de vitória no Vietnã. Esse foi o ponto de virada da guerra: a partir de então, os Estados Unidos dedicaram-se a sair do conflito. Isso reforçava a proeminência do fator político na guerra.

Com a saída dos Estados Unidos, os sul-vietnamitas tomaram a ofensiva para capitalizar as vitórias operacionais dos EUA em 1972. Apesar de sucessos iniciais, sua economia não era mais capaz de sustentar o esforço de guerra, especialmente após a redução do apoio financeiro estadunidense (TAYLOR; BOTEVA, 2008). A partir do final de 1974, os norte-vietnamitas tomaram a iniciativa, ganhando território e levando à queda do governo sul-vietnamita. Os comunistas selaram a vitória tomando Saigon.

Para um estado pobre e recém-constituído como o Vietnã, a luta pela libertação nacional pedia a mobilização de toda a sociedade e de seus recursos. Para tanto, devia fomentar a unidade nacional, para obter o apoio e a lealdade da população. Isso era necessário para angariar e concentrar os recursos necessários para a nascente economia nacional, ampliar o contingente de forças militares e civis envolvidos no esforço de guerra e obter força política para demandar que sua população suportasse os maiores sacrifícios (CURREY, 2002; TAYLOR; BOTEVA, 2008).

A mobilização foi a melhor, senão a única forma de cumprir o objetivo de angariar e concentrar recursos para equipar e alimentar o nascente exército nacional e garantir a subsistência da população civil (CURREY, 2002; TAYLOR; BOTEVA, 2008). Posteriormente, gradativamente, os norte-vietnamitas conseguiram criar uma base industrial, ligada inicialmente à produção de armas leves e de munições (CURREY, 2002). A mobilização nacional também era necessária para garantir o recrutamento de forças para o exército nacional, para a guerrilha e para o cumprimento de funções de logística, vigilância e inteligência. Mesmo de posse de caminhões soviéticos e tendo construído algumas estradas, o papel dos *coolies*, que carregavam os suprimentos a pé, foi determinante para o abastecimento das forças norte-vietnamitas (CURREY, 2002; WIEST, 2005). Igualmente, os militares exerciam funções civis, como a colheita do arroz (CURREY, 2002). O nascimento de uma economia nacional vietnamita esteve, portanto, fortemente ligada à questão da construção do estado e da luta conquistada da independência.

A luta durou aproximadamente trinta anos e consistiu de dois confrontos principais, contra França e Estados Unidos - os últimos lutando em defesa do Vietnã do Sul. O padrão da guerra de Independência contra os franceses *grosso modo* se repetiu na guerra contra os estadunidenses. Foi um modo de lutar baseado na total mobilização nacional dos recursos e dos cidadãos, da utilização das condições geográficas - como a existência de cavernas e da floresta tropical - e da engenharia e da combinação das forças armadas regulares com as guerrilhas, com o objetivo de provocar o impasse, o esgotamento e quebrar a vontade de lutar do oponente, levando-o à mesa de negociações. Era a forma pela qual o Vietnã, inferior aos oponentes em termos de tecnologia e do volume de recursos à disposição, poderia vencer franceses e estadunidenses. A vitória no campo de batalha parecia improvável, mas se constatou que não era necessário vencer para alcançar o objetivo político: bastava impedir o adversário de vencer (CURREY, 2002, p. 235).

Apesar do grande apoio de chineses e soviéticos, os comunistas lograram, portanto, conduzir uma enorme parte do seu esforço de guerra por conta própria. Mesmo os vietcongs

conseguiram amearhar 80% de seus recursos por conta própria. Para efeitos de comparação, o governo do Vietnã do Sul recebeu muito mais recursos, mas perdeu a guerra. (TAYLOR; BOTEVA, 2008). Isso possibilitou ao Vietnã do Norte fazer frente a inimigos poderosos como França e Estados Unidos. Ciente da sua inferioridade em termos de recursos, tecnologia e formação de recursos humanos, o Vietnã lutou com base no que tinha à disposição e submeteu os esforços militares e de construção do estado aos objetivos políticos. A luta do Vietnã pela libertação nacional, apesar do apoio externo e de se inspirar nas lutas de independência na Ásia, especialmente da China, construiu uma trajetória própria, baseada em sua própria experiência. Nesse contexto, logrou construir e consolidar um estado e uma economia nacionais e inserir-se internacionalmente de forma autônoma (MAGNO; MOREIRA DA SILVA; PITT, 2018)

4.3.3 Indonésia e Malásia

Na Indonésia, a luta pela descolonização e pelo reconhecimento de sua soberania por parte da Holanda testou a resiliência da recém-criada República. A percepção na Holanda era de que a declaração de independência era fruto principalmente da propaganda japonesa durante os anos da ocupação. A partir disso, a metrópole buscou reprimir o movimento e, assim, restabelecer o *status quo ante*. No período de quatro anos que se seguiram, a República teve de enfrentar duas grandes ações militares dos holandeses (em julho de 1947 e em dezembro de 1948), dois levantes comunistas (em 1946, pelo movimento trotskista de TanMalaka; e, em 1948, pelo próprio Partido Comunista), e um levante islamista (em 1948 pelo DarulIslam) (PITT, 2014, p. 34). Qualquer tipo de centralização política na Indonésia passaria necessariamente pela retomada da autoridade sobre a totalidade do arquipélago, fator crítico que dificultaria a coesão política (MAGNO; MOREIRA DA SILVA; PITT, 2018).

O grande líder militar do período pelo lado indonésio é o General Nasution, cuja teoria de guerra foi exposta na sua obra “Princípios Fundamentais da Guerrilha” (NASUTION, 1965). Sua visão era de que a guerra apropriada para a Indonésia se aproximava do conceito de guerra popular, fazendo alusões à Mao e outras experiências de guerrilha na Ásia (CRIBB, 2001). Conquanto a obra tenha claras alusões ao pensamento militar de Mao Zedong, o líder demarca sua posição política ao insistir que o nacionalismo é a força fundamental na luta, já que só o nacionalismo seria capaz de fundir uma nação inteira em uma força única para derrotar o inimigo.

Um dos principais elementos que caracterizaram a doutrina das forças armadas na Indonésia, cuja influência perdura até os dias de hoje, foi o comando territorial do exército. Em

1947, Nasution procurou implementar sua estratégia de dividir as forças terrestres em dois comandos: um móvel, para buscar e enfrentar as forças holandesas em suas ofensivas, e outra territorial, em que a hierarquia militar teria equivalência às subdivisões políticas regionais, de distritos até vilarejos. Este comando territorial permitiria maior sinergia entre o exército e a população, e distanciaria grandes parcelas da força de um conflito direto contra uma força melhor equipada em termos materiais. Na medida em que as forças armadas da Indonésia lograssem em equiparar sua condição material contra o inimigo, o exército se transformaria em um exército moderno, e a importância da guerrilha diminuiria (NASUTION, 1965, p. 70). Dessa forma Nasution também se aproximava de Mao e mesmo de Giap no Vietnã, em que a fase final da Revolução Nacional passaria por um exército convencional forte. Entretanto, este objetivo não foi alcançado até o colapso do governo de Sukarno em 1965 (MAGNO; MOREIRA DA SILVA; PITT, 2018).

Economicamente, a Indonésia buscava um projeto de nacionalismo econômico, entendido como “a aspiração nacional para adquirir e controlar a propriedade de estrangeiros e conseguir realizar as funções econômicas até então feitas por estrangeiros” (JOHNSTON, 1972, p. 26). Para a Indonésia, isto significava encerrar o contínuo domínio dos interesses comerciais dos holandeses e do setor de ascendência chinesa, que participou ativamente do governo colonial (WIE, 2010). Entretanto, o governo não logrou em centralizar a gestão da economia. As medidas para maior autonomia da economia da Indonésia resultaram em um quadro de hiperinflação. Por outro lado, o sistema territorial do exército permitia que oficiais locais participassem diretamente das atividades econômicas na sua região. Ao trocar alvarás, proteção securitária etc. por recursos econômicos diretamente com empresas locais, diminuía a capacidade do governo central de utilizar os excedentes econômicos do país (MAGNO; MOREIRA DA SILVA; PITT, 2018).

A luta pela centralização política unia a esfera doméstica à esfera internacional. Um fator de ligação crítico foi o apoio que o ocidente - Estados Unidos e Commonwealth - deram aos movimentos separatistas (KENNEDY, D. B., 1996; SIMONS, 2000). Esta participação acentuou a visão de isolamento na política externa indonésia, colocando as bases para a ampliação da política anticolonial rumo ao enfrentamento com as antigas colônias britânicas na Malaia pela ilha de Bornéu (MAGNO; MOREIRA DA SILVA; PITT, 2018). Com o fracasso diplomático em relação à Malásia, o governo buscou uma alternativa extrema ao se desvincular da ONU e buscar aproximação com a República Popular do Vietnã e da China comunista. Tal aproximação tensionou sua relação com as forças armadas, que se opunham a uma maior participação do Partido Comunista da Indonésia. Isso fez com que, embora oficialmente o

exército apoiasse e participasse das operações da *konfrontasi* (a guerra encoberta com a Malásia pelo controle da ilha de Bornéu), secretamente buscassem uma solução negociada com o inimigo (MIETZNER, 2009).

O movimento político que melhor representava, em um primeiro momento, a agenda de nacionalização econômica na península malaia era o Partido Comunista Malaio. O movimento possuía laços e era inspirado tanto pela China comunista como pelo Partido Comunista Indonésio. Assim, o auge de sua estratégia de luta política armada se deu em meados da década de 1960, se opondo à formação da Federação Malaia, em apoio à Indonésia (CHEAH, 2009). O interesse tanto dos Estados Unidos como da Grã-Bretanha na região era a manutenção da presença econômica, que poderia ser assegurada mesmo com a independência - mas não com a participação política dos comunistas. Especialmente importante era a exportação de borracha e latão (CHEAH, 2009, p. 133).

Em suma, no período aqui analisado, houve forças políticas tanto na Malásia quanto na Indonésia que buscaram um projeto de Revolução Nacional, nos seus pilares político, econômico e militar. Nesta região, tal projeto significava ganhar capacidade de gestão econômica após um longo período de colonização imperialista e centralizar a autoridade política. A constituição de uma força convencional forte estava no horizonte das Forças Armadas da Indonésia, entretanto a sua realidade limitada impôs a utilização de uma doutrina que se aproximava da experiência chinesa - cristalizada na guerra civil chinesa, mas com origens na guerra sino-japonesa (MAGNO; MOREIRA DA SILVA; PITT, 2018).

A Indonésia representa um caso em que houve o debate da Revolução Nacional especialmente, o conceito da Guerra Prolongada fez parte do debate sobre o perfil de força nacional no período pós-independência e de construção e consolidação do estado. Embora o debate sobre nacionalismo econômico – em certa medida, de centro de decisão – tenha ocorrido na Malásia através do Partido Comunista Malaio, esse país representava, pela forte influência britânica, mesmo após a independência, uma antítese ao projeto nacionalista indonésio (MAGNO; MOREIRA DA SILVA; PITT, 2018).

4.3.4 Considerações parciais

O transbordamento do legado da guerra na China pode inicialmente ser compreendido como um fenômeno limitado, isto é, que o exemplo chinês limita-se à utilização do conceito de Guerra Prolongada (*chijiuzhan*) por outros países que estejam em uma situação de inferioridade tecnológica e militar, como uma forma de negar a vitória ao oponente e levar o conflito ao

impasse, buscando minar progressivamente as capacidades de combate do inimigo. No caso japonês, isso ocorreu em certa medida na Operação Ichi-Go, mas especialmente no final da Guerra do Pacífico contra os Estados Unidos, em Iwo Jima.

Percebe-se, entretanto, ao analisar o contexto estratégico chinês e dos demais movimentos de libertação nacional do Leste Asiático, que a Guerra Prolongada é mais do que um conceito operacional, mas a alternativa dos países da periferia e da semiperiferia do sistema internacional. Nesse contexto, essa é a saída militar para os países não desenvolvidos para conquistar e defender sua soberania perante oponentes mais fortes militar e tecnologicamente, especialmente das grandes potências, enquanto buscam romper os laços de dependência estrangeira e criar um centro de decisão econômico.

Assim, da mesma forma que uma colônia apresenta as contradições do subdesenvolvimento, entre uma economia moderna vinculada à metrópole e uma economia tradicional cada vez mais empobrecida e explorada pelas relações de dependência, a Guerra Prolongada é a representação dessa contradição no campo militar. Nesse sentido, ela é a defesa da luta pela centralização política, pela modernização das forças armadas e pela conquista do centro de decisão econômica, mas em um contexto no qual o país moderniza-se concomitantemente à guerra e deve lidar com essas contradições.

Essa situação é mais claramente demonstrada pela situação do Vietnã, que, de forma gradual, logrou obter graus de centralização política, modernização de suas forças armadas e do centro de decisão econômico durante as guerras contra França e Estados Unidos. Esses processos apresentaram contradições, como a coexistência de forças regulares, mais bem equipadas e treinadas e as guerrilhas, formadas por cidadãos comuns, que utilizavam quaisquer instrumentos e armas brancas às quais tivessem acesso.

4.4 A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E A ATUALIDADE DA SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA

Conforme analisado anteriormente, o conceito da guerra defensiva prolongada, ou *chijiuzhan*, foi uma concepção gestada em princípios do século XX e, na China, teve em Jiang Baili o seu principal ideólogo. Jiang Baili influenciou tanto o Guomindang e a conduta de Jiang Jieshi ao longo da Segunda Guerra Sino-Japonesa, quanto o Partido Comunista da China e a sua concepção de guerra. Em dezembro de 1936, às vésperas do incidente de Xian, Mao Zedong realizou um balanço sobre a experiência da Segunda Guerra Civil Revolucionária (1927-36) contra o Guomindang, em *Problemas estratégicos da guerra revolucionária da China* (MAO,

1961). Neste relatório Mao descreve a divergência no partido sobre a concepção militar estratégica e operacional no PCCh e o seu entendimento que emergiu vitorioso.

4.4.1 Pensamento militar do Partido Comunista Chinês e a experiência da Segunda Guerra Sino-Japonesa

Para Mao Zedong o sucesso da guerra no plano estratégico não se daria mediante ao acúmulo de sucessos táticos. As operações deveriam ser conduzidas a partir de uma estratégia que afete uma situação militar global (MAO, 1961, p. 173). Ou seja, a vitória na guerra não é dada exclusivamente pelo combate ou a destruição do inimigo, a vitória diz respeito a uma situação militar global, uma conjunção de batalhas, campanhas, território, sociedade e política.

No caso chinês, uma concepção estratégica e operacional deveria levar em consideração as características do país. Para Mao a primeira característica da guerra revolucionária na China seria o subdesenvolvimento, ou seja, a contradição de um desenvolvimento desigual, tanto política, quanto economicamente, a coexistência de uma economia capitalista e uma semifeudal, cidades industriais e áreas rurais estagnadas, operários e camponeses, estradas-de-ferro e trilhas de carrinho-de-mão. Seria esta característica que determinaria, não só as estratégias e táticas políticas, mas também as estratégias e táticas militares do PCCh (MAO, 1961, p. 186–187). Se pode concluir que para Mao e o PCCh a questão do subdesenvolvimento e da Revolução Nacional importam para a construção de um conceito operacional vitorioso na China.

Justamente, devido às condições específicas do subdesenvolvimento e às condições específicas da China, que Mao sugere que o PCCh não deveria se ater somente a análises militares de países desenvolvidos imperialistas ou à experiência da Revolução Russa. A primeira afirmação diz respeito ao foco na ofensiva estratégica e as desvantagens da defensiva. Uma guerra defensiva levaria a desmoralização da povo, entretanto, segundo Mao, essa afirmação é falsa pois na China a realidade é de uma guerra de agressão, o que possibilitaria a mobilização do povo em torno da guerra defensiva (MAO, 1961, p. 198). A segunda diz respeito a não emular mecanicamente as experiências da guerra civil na União Soviética, apesar de servirem como uma bússola para a orientação da guerra, os chineses devem adaptar as suas concepções estratégicas e operacionais a suas próprias realidades (MAO, 1961, p. 184).

Nesse sentido, Mao Zedong enfrentou dentro do partido e no decorrer das campanhas contra a guerra de cerco e aniquilamento empreendida pelo Guomindang oposição de elementos à esquerda e à direita que defendiam operações ofensivas, defensivas ou retiradas, desconsiderando as condições particulares da guerra, da China e do inimigo. Os primeiros

foram responsáveis por campanhas fracassadas de caráter ofensivo de operações preemptivas e de “contra cerco” durante a 4ª e 5ª Campanha de Cerco e Aniquilamento empreendida pelo Guomindang. Os segundos, após as seguidas derrotas, foram responsáveis pela fracassada defesa de Jiangxi que resultaria na Longa Marcha em outubro de 1934 e na vitória da concepção militar e liderança de Mao Zedong (MAO, 1961, p. 168, 193–194, 197).

A concepção de Mao sobre a guerra, vitoriosa no partido após 1935, é baseada na característica específica da situação chinesa de subdesenvolvimento, ou em suas palavras, de desenvolvimento desigual político e econômico (MAO, 1961, p. 186–187) e na defensiva estratégica diante de um inimigo mais poderoso (MAO, 1961, p. 195, 203). A defensiva estratégica se daria por meio de uma defesa ativa, ou seja, que permita o contra-ataque ou avanço (MAO, 1961, p. 197). Em face de um combate contra um inimigo mais poderoso a defesa ativa deve permitir uma retirada estratégica, ou seja, atrair o inimigo para que penetre profundamente no território e, simultaneamente, conservar as forças para um contra-ataque decisivo (MAO, 1961, p. 197, 206). Por fim, para a existência de uma contraofensiva, ou uma definição por meio da defesa estratégica é necessário a mobilização popular e o apoio ao exército (MAO, 1961, p. 207). Mao Zedong resume o conceito:

Se o inimigo atacante é muito superior a nós, tanto quanto ao efetivo como quanto à capacidade de luta, só podemos atingir o objetivo de provocar uma modificação na relação de forças quando as tropas inimigas tiverem penetrado profundamente na região sob a nossa direção e estiver esgotado pelas dificuldades de sua permanência nessa região (MAO, 1961, p. 208).

Para derrotar o ataque de um inimigo que goza de superioridade absoluta, é preciso que a nova situação criada durante a retirada estratégica tenha sofrido modificações em comparação com o início da ofensiva do inimigo. [...] Não obstante, a presença de condições e de uma situação favorável a nós e desfavorável ao inimigo não significa ainda a derrota deste (MAO, 1961, p. 216).

Essa concepção estratégica e operacional da guerra seria confirmada por Mao Zedong em 1938, concomitante à Batalha de Xuzhou, em uma série de palestras *Sobre a Guerra Prolongada* (MAO, 1975a), ou *chijiuzhan*. Neste ciclo Mao iria reafirmar o seu conceito estratégico operacional para a guerra revolucionária no enfrentamento de um inimigo mais poderoso e basicamente iria concordar com o planejamento estratégico operacional que o Guomindang desenvolveu ao longo da guerra. Para Mao a única forma de vencer o Japão era a guerra prolongada (MAO, 1975a). O Japão possuiria apenas uma vantagem, a da superioridade tecnológica e de poder de fogo, a vastidão do território e da população da China o impediria de manter a ocupação, pois se desgastaria travando batalhas defensivas na retaguarda ao longo de

toda a guerra. Além disso, o caráter de subdesenvolvimento, ou de desenvolvimento desigual da China, permitiria a continuidade da guerra mesmo com o Japão ocupando suas principais cidades industriais, comerciais e parte de sua infraestrutura (MAO, 1975a). Com o exército japonês cercado em território hostil, necessitaria constantemente transportar recursos e tropas da Manchúria e do Japão, tornando o esforço de guerra economicamente insustentável (MAO, 1975a).

Para Mao Zedong a guerra prolongada contra o Japão se daria em três etapas: ofensiva estratégica do inimigo e a defensiva estratégica chinesa; consolidação estratégica e, por fim, a contraofensiva estratégica e retirada estratégica inimiga (MAO, 1975a). Na primeira fase, o inimigo avançaria sobre os principais portos chineses e as duas principais ferrovias no interior da China (MAO, 1975a). Na segunda fase, com o desgaste inimigo da ocupação de vastas áreas e vendo a sua retaguarda e linhas de comunicação fustigadas, os japoneses se veriam forçados a uma política de consolidar território e cessar suas operações ofensivas. Poderiam cumprir este fim fomentando a divisão entre os chineses, constituindo novos governos fantoches e realizando operações no sudeste asiático para fechar o cerco contra China e buscar novos recursos. Por este motivo seria vital a manutenção da mobilização popular em torno da guerra, para manter o governo unificado, resistir as dificuldades do cerco e preparar-se para a terceira etapa (MAO, 1975a). Na terceira fase, da contraofensiva estratégica chinesa, o objetivo seria forçar o inimigo, através da retomada de operações, para fora do território chinês, “para além do rio Yalu” (MAO, 1975a).

Na primeira e segunda etapa da guerra prolongada as operações deveriam ser de defesa prolongada no interior das linhas, ou seja no front principal da ofensiva, e de guerra rápida e móvel nas linhas exteriores, ou seja nas linhas de comunicação e retaguarda inimiga (MAO, 1975a). Nos dois casos negando a batalha decisiva ao inimigo e buscando preservar as forças. Na terceira fase, a da contraofensiva estratégica, apesar do desgaste japonês e da iniciativa pertencer aos chineses, a vitória não poderia ser alcançada de forma isolada e nem através da batalha decisiva e destruição da força inimiga. Seria fundamental o apoio internacional, para manter o esforço chinês e deteriorar ainda mais as condições econômicas japonesas, a mobilização popular para a reunião de forças para a contraofensiva e evitar desestruturação do Estado chinês. As campanhas ainda seriam do tipo de defesa prolongada, forçando aos poucos a retirada do inimigo do território chinês, “para além do rio Yalu” (MAO, 1975a).

Desse modo, Mao Zedong também via a Segunda Guerra Sino-Japonesa tendo como objetivo um impasse estratégico, mesmo na fase da contraofensiva não seria possível destruir as forças japonesas do modo tradicional. A vitória se daria a partir de uma conjunção da

mobilização chinesa, apoio internacional e da guerra defensiva. A sua visão se aproximava muito do plano estratégico e operacional lançado pelo Guomindang ao longo da guerra. Apesar das profundas divergências entre comunistas e nacionalistas sobre a condução da política de Revolução Nacional o PCCh ainda se espelhava na organização militar do GMD. Como pode se observar na avaliação de Mao Zedong da Segunda Guerra Sino-Japonesa *Problemas da Guerra e da Estratégia* (MAO, 1975b) ainda de 1938. Nela Mao avalia as divergências sobre a construção do poder militar no PCCh e as divergências de concepções estratégicas e operacionais, que só seriam sanadas com sua liderança a partir de 1935 e utiliza o exemplo do GMD:

Desde o início, enquanto organizava um pequeno grupo revolucionário, Sun Yat-sen dirigiu várias insurreições armadas contra a dinastia Tsim. O período do Tonmenghui foi particularmente rico em insurreições armadas, que continuaram até que os Tsim foram finalmente derrubados, pelas armas, pela Revolução de 1911. No período do Partido Revolucionário da China, houve uma campanha militar contra Iuan Chi-cai. Acontecimentos ulteriores, como o movimento da frota para o Sul, a expedição para o norte, a partir de Cueilin, e a fundação da Academia Militar de Huampu, fazem igualmente parte das empresas militares de Sun Yat-sen.

Após Sun Yat-sen veio Tchiang Kai-chek, que levou ao apogeu o poder militar do Kuomintang. Para ele, o exército é a própria vida. Ele viveu a experiência de três guerras — a Expedição do Norte, a Guerra Civil e a Guerra de Resistência contra o Japão. Nestes últimos dez anos, Tchiang Kai-chek tem sido um contra-revolucionário. Ele criou um enorme “Exército Central” com fins contra-revolucionários. Ele aferrou-se ao ponto vital de que quem tem um exército tem poder e de que a guerra decide de tudo. Sobre esse ponto, devemos aprender com ele. Sobre esse ponto, Sun Yat-sen e Tchiang Kai-chek são ambos nossos mestres (MAO, 1975b).

Como pode se observar o GMD e o PCCh possuíam uma matriz comum de pensamento militar. Além disso, possuíam uma forte percepção da finalidade política da guerra, Mao trata a Guerra do Ópio, a Revolução Taiping, a Reforma dos Cem Dias, a Revolução Xinhai de 1911, a Expedição ao Norte e a Segunda Guerra Sino-Japonesa como tentativas de superar o subdesenvolvimento (MAO, 1975a). Agora caberia ao Partido Comunista, após a proclamação da República Popular da China em 1949, dar continuidade a Revolução Nacional e para isto utilizaria muito da experiência da Segunda Guerra Sino-Japonesa e do conceito da guerra prolongada, *chijiuzhan*.

4.4.2 A China e a Guerra da Coreia

A Guerra da Coreia se deu no período imediatamente posterior ao estabelecimento da República Popular da China pelo PCCh no continente – para além do risco da presença das forças lideradas pelos Estados Unidos na sua fronteira, uma preocupação estratégica da China se relacionava com a sua guerra inconclusa com o Guomindang, cujas forças se concentravam

na ilha de Taiwan. O interesse manifesto de Jiang Jieshi em enviar tropas nacionalistas para o conflito na Península Coreana levantava a possibilidade de que a China comunista se visse em um conflito de duas frentes (DONALDSON, 2013, p. 203; FEDDERSEN *et al.*, 2016, p. 62; MAGNO, 2015, p. 101).

A conflagração da Coreia também viu a aplicação da guerra defensiva prolongada através de operações convencionais, agora lideradas pelo Partido Comunista Chinês. Apesar da ofensiva chinesa em abril de 1951, ordenada por Mao Zedong, o politburo chinês possuía como objetivo estratégico estabelecer um impasse no paralelo 38. Em nenhum momento o politburo decidiu pelo aniquilamento das forças inimigas como estratégia (HUNT, 1992, p. 463)⁵.

Da perspectiva operacional, a experiência da 2ª Guerra Sino-Japonesa foi utilizada e ampliada. O relevo de montanhas e vales semelhante ao interior da China permitiu o emprego maciço de engenharia de combate, especialmente fortificações de campanha e vastas redes de túneis que ocultavam as forças chinesas (especialmente artilharia de campanha), negando a vantagem do poder aéreo e naval das forças da ONU (MARSHALL, 2000, p. 10). Esta conduta se justificava perante as operações lideradas pelos EUA centradas no despejo de munições, explosivos e napalm sobre as forças chinesas (como nas Operações Killer e Ripper, 1951) (GARTNER; MYERS, 1995, p. 383). Negar a vantagem tecnológica do adversário e buscar o impasse estratégico se consolidaram como as principais características da Guerra da Coreia. Entretanto, como também visualizado anteriormente na 2ª Guerra Sino-Japonesa, o sucesso desta conduta operacional depende da maior capacidade do defensor de suportar baixas frente o agressor tecnologicamente superior (PITT *et al.*, 2016, p. 672). O sucesso de tais elementos é melhor visualizado na resistência chinesa no “Triângulo de Ferro”, que atualmente perpassa a Zona Desmilitarizada, evitando uma definição militar favorável às forças da ONU ao longo de 1953 (PITT *et al.*, 2016, p. 672).

A contrapartida tática para a logística na esfera das operações possuiu dois elementos centrais: a preferência por movimentos de tropas e ações ofensivas durante a noite, de forma a impedir a utilização do poderio aéreo e de artilharia das forças ocidentais, e a infiltração através de posições inimigas para bloquear as linhas de suprimento, de forma a induzir um recuo para o reestabelecimento de contato com a retaguarda. A infiltração de colunas também objetivava fracionar as forças do inimigo, que poderiam então ser destruídas por um grupo chinês numericamente superior. A principal defesa das forças da ONU perante tais táticas era manter a posição até o nascer do sol, quando aviões de apoio cerrado poderiam reestabelecer o controle

⁵ O autor conclui tal posição a partir de comunicados e cartas desclassificados.

(ALEXANDER, 1995, p. 150–152). Por fim, a indefinição foi fator fundamental para o armistício em 1954 (FOOT, 1990).

4.4.3 A Terceira Linha de Defesa

Durante a década de 1950, o Estreito de Taiwan foi o palco de tensões entre a ilha e o continente. Os enfrentamentos, ocorridos respectivamente em 1954-55 e 1957-58 vieram a ser chamados de Primeira e Segunda Crises do Estreito. Para o conceito estratégico e operacional da guerra defensiva prolongada, as duas primeiras crises do estreito importaram, pois, os Estados Unidos se utilizaram da chantagem nuclear. As percepções chinesas daí resultantes levaram a medidas como o Grande Salto Adiante e a Terceira Linha de Defesa (PITT *et al.*, 2016, p. 673). Enquanto na primeira crise a chantagem nuclear não possuía clara substância, na segunda a ameaça era factível, pois em 1957 fora instalado o sistema de mísseis MGM-1 “Matador” na Ilha de Taiwan, que poderia levar ogivas nucleares para o continente (KISSINGER, 2011; MARTINS; VISENTINI, 2013, p. 108).

A chantagem nuclear punha em xeque o progresso da agenda de Revolução Nacional, que já havia sido bem-sucedida com a centralização do poder e com a conquista de um centro de decisão energético da Manchúria, mas ainda não havia obtido êxito com a industrialização e a modernização militar. A perspectiva de uma agressão nuclear impedia que com as capacidades daquele momento a China fosse capaz de aplicar de forma bem-sucedida a mesma EOD das conflagrações anteriores (PITT *et al.*, 2016, p. 673).

A incapacidade chinesa em resistir à chantagem nuclear dos Estados Unidos produziu duas respostas: a) criação de um programa nuclear próprio, que demandaria um foco maior na indústria pesada em detrimento das demais áreas da economia e b) depender do guarda-chuva nuclear soviético para ter um desenvolvimento econômico equilibrado e gradual, consonante à construção de capacidades convencionais (GODWIN, 2003; MARTINS; VISENTINI, 2013; MOREIRA DA SILVA, 2015). A recusa soviética em transmitir tecnologia para o desenvolvimento do programa nuclear militar chinês e a falta de apoio à China na Segunda Crise do Estreito de Taiwan provocaram a deterioração das relações sino-soviéticas, que levou à ruptura em 1961. Disso resultou a escolha pelo programa nuclear próprio, associado às políticas de autossuficiência domésticas (o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural) (PITT *et al.*, 2016, p. 673).

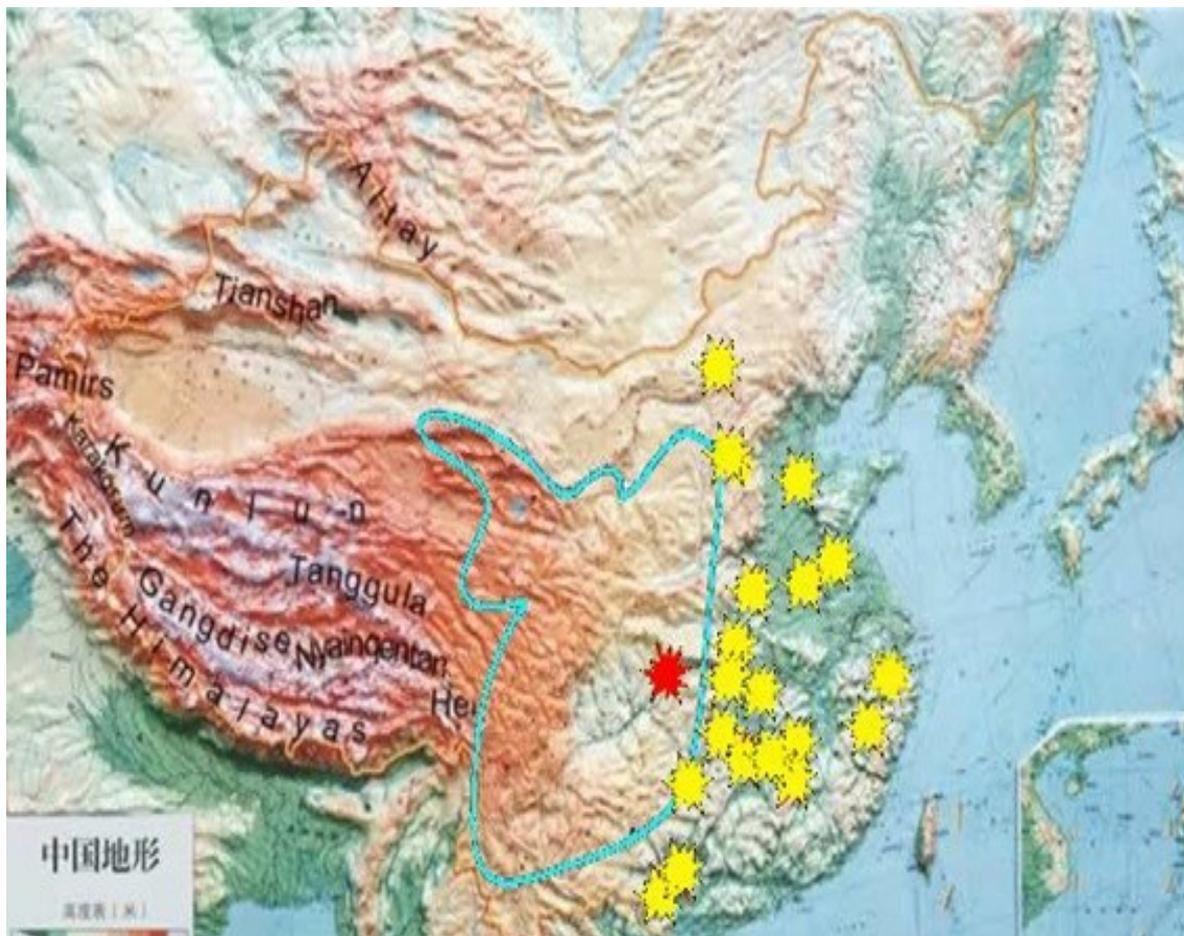
O “Grande Salto Adiante” tinha como elemento central a mobilização de grandes contingentes de mão de obra do setor agrícola para o setor industrial. Este plano tinha o objetivo

de aumentar rapidamente a produção nacional de ferro e aço (LI; YANG, 2005). Entretanto, o plano não teve êxito em avançar a revolução nacional: o foco na indústria pesada, como executado, prejudicou a planificação de outros setores da economia, especialmente a produção de alimentos. A escassez de alimentos causou vários anos de fome, resultando de 16 a 27 milhões de mortes (ROBERTS, 2011, p. 296).

Para proteger a agenda de revolução nacional, desenvolveu-se o conceito de “Terceira Linha de Defesa” em 1962 após o fracasso do Grande Salto Adiante (LUTHI, 2008, p. 31) como uma tentativa de atualizar a guerra prolongada ou *chijiuzhan* para a era nuclear. O objetivo era transferir a indústria para o interior, de modo a protegê-la de uma guerra nuclear e garantir a base para a resistência a uma possível invasão de uma potência estrangeira (PITT *et al.*, 2016, p. 674). Dessa forma, emulava-se a experiência nacionalista na guerra contra o Japão, em que a indústria fora transportada para o interior e a capital para Chongqing, repetindo mais uma vez a retirada estratégica de Wuhan de 1938.

Incorporada à infraestrutura da Terceira Linha de Defesa, estava a “Grande Muralha Subterrânea”, que consistia em uma atualização do sistema de túneis, utilizado principalmente para abrigar silos de lançamento de mísseis nucleares. Desse modo, resgatou-se a experiência da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Esses túneis eram capazes de abrigar desde caminhões e fábricas, até a própria capacidade de retaliação nuclear chinesa. Como o mapa a seguir demonstra, a chave de país continuou sendo o seu interior, pois a região da Terceira Linha de Defesa coincide com a mesma região que sustentou o impasse na Segunda Guerra Sino-Japonesa. Pode-se observar que a maior parte das batalhas ocorreram à margem da Terceira Linha de Defesa (linha azul). Enquanto o uso da engenharia, conforme ilustrado na foto, foi atualizado com um sistema de túneis capazes, não apenas para permitir a movimentação de tropas e ocultar a artilharia, mas também de sustentar cadeias logísticas inteiras (HOLMES, 2011; HSIAO, 2009; JACOBS, 2011; KARBER, 2011; MAGNO, 2015; ZHANG, 2012).

Figura 9 - Sobreposição entre a Terceira Linha de Defesa e as Principais Batalhas da Segunda Guerra Sino-Japonesa



Fonte: Magno (2015)

Figura 10 - Túnel sob o rio Yangtze



Fonte: Karber (2011)

O ambiente interno foi drasticamente alterado a partir de 1966 pela Revolução Cultural. Mao e seus apoiadores retomaram a disputa política dos anos 1950, transferindo-a diretamente para o campo ideológico. A Revolução Cultural representou um hiato no que concerne a agenda da Revolução Nacional. O caos político também paralisou, temporariamente, os projetos da Terceira Linha de Defesa. Estes só seriam retomados com a escalada das tensões entre chineses e soviéticos, em 1968. Do mesmo modo, a pauta da modernização militar e econômica só seria retomada com a reorientação estratégica entre China e EUA e com as Quatro Grandes Modernizações (PITT *et al.*, 2016, p. 676).

4.4.4 As Quatro Grandes Modernizações e a Guerra Local

Com a reorientação estratégica da década de 1970, os chineses passaram a se preparar para uma guerra com a URSS. Nesse período retomou-se a pauta da Revolução Nacional com o advento das Quatro Modernizações: agricultura, indústria, defesa e ciência/tecnologia.

Considera-se, com isso, que se concretizou a agenda da Revolução Nacional chinesa, antes interrompida pela Revolução Cultural (PITT *et al.*, 2016, p. 680).

Levando-se em consideração que os objetivos Revolução Nacional foram atingidos, o processo de modernização militar ganhou novas dimensões, pois a China contava agora com um parque industrial consolidado. Assim, tornou-se possível a produção em larga escala de aviões e navios. Nesse contexto, visto que a guerra defensiva prolongada, ou *chijiuzhan*, diz respeito a um conceito estratégico e operacional eminentemente terrestre, faltaria explicar se ele ainda estaria inserido no processo de modernização das Forças Armadas chinesas. A modernização das Forças Armadas chinesas passou pela reformulação de sua doutrina e pelo estabelecimento de um Complexo Militar-Industrial. A reformulação da doutrina se traduziu na preparação para uma Guerra Popular em condições Modernas. O esforço ainda seria baseado na mobilização das massas e da economia para a guerra, mas adotaram-se elementos de defesa avançada e armas combinadas, e aprimorou-se o treinamento militar (HUANG, 2008). Isso porque a urbanização decorrente do crescimento econômico passou a demandar o aumento da efetividade das operações militares. Na produção de material de defesa, mesmo mantendo cifras constantes do orçamento, houve reorganização da base industrial, integrando-se os setores civil e militar (MULVENON, 2001).

Com o declínio soviético e o fortalecimento chinês, nos anos 1980, os estrategistas chineses avaliaram que uma Guerra Total devido a uma invasão territorial massiva havia se tornado menos provável frente a uma Guerra Local e Limitada, envolvendo uma disputa territorial ou marítima. Ganha espaço a preparação para guerras mais curtas e com adversários mais fracos (FRAVEL, 2002). Entretanto, o elemento de massa e a defesa em profundidade não são abandonados: não são desmobilizados grandes contingentes do exército ou arrefecido o fortalecimento da Terceira Linha de Defesa (GODWIN, 2003). Na verdade, são inseridos elementos de guerra moderna ao *chijiuzhan*.

4.4.5 O A2/AD e a Defesa Ativa

O fim da bipolaridade no Sistema Internacional afetou profundamente a interação estratégica na Ásia. Nesse momento, mesmo após ter vencido a Guerra Fria, os estadunidenses intervieram na questão da segurança Inter estreito, mesmo após as garantias feitas na década de 1970, e foi um dos principais fatores que, segundo a maioria dos analistas, levou a RPC a atualizar sua estratégia e perfil de forças (PITT *et al.*, 2016, p. 681). O evento que impulsionou este processo foi a Terceira Crise do Estreito, visto que ele evidenciou ao mundo as fraquezas das Forças

Armadas Chinesas. O resultado da crise traz uma nova consciência de situação à RPC no que tange suas capacidades militares: com a chegada dos porta-aviões, a RPC percebeu suas limitações reais, no caso da necessidade de intervir na Ilha de Taiwan, frente à capacidade de projeção de forças estadunidense. Não lhe seria possível alcançar uma simetria de capacidades com os Estados Unidos necessária para invasão da Ilha (ROSS, 2000). A RPC já havia assistido recentemente a uma outra demonstração de força estadunidense, isto é, a Guerra do Golfo de 1991. A China não podia mais confiar apenas nos números de suas Forças Armadas, necessitando empreender um processo de reformulação doutrinária e de modernização. O ponto de partida da modernização naval chinesa foi o advento da doutrina de “Defesa dos mares próximos”. Desenvolvida pelo almirante da Marinha do ELP, Liu Huaqing, buscava criar um potencial dissuasório crível para lidar com as contingências relativas às questões de Taiwan, dos territórios marítimos em disputa e das Linhas Marítimas de Comunicação (LMCs), o que culminou no desenvolvimento do que ficou conhecido como técnicas Anti-Acesso e Negação de Área (A2/AD) (O’ROURKE, 2013).

O desenvolvimento de técnicas assimétricas A2/AD é uma das facetas mais relevantes da modernização militar chinesa. Isso porque tais técnicas visam impossibilitar a plena realização da projeção de forças estadunidenses próximo à costa chinesa, uma das principais contingências frente à necessidade da reunificação nacional pela força (BLASKO, 2011). O conceito do A2/AD formalmente foi elaborado por analistas estadunidenses a partir de observações do programa de modernização militar chinês. O desenvolvimento das capacidades militares da China foi pautado por uma estratégia assimétrica, que busca compensar a fraqueza de um país frente a outro através de uma estratégia defensiva de desabilitação da rede informacional do inimigo enquanto se sustenta a sua própria. O objetivo enfatizado é o de garantir a soberania e integridade territorial do país, adotando uma defesa estratégica de modo a operar em guerras locais em ambientes de alta tecnologia e informatização (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003).

Dessa forma, utiliza-se em massa sistemas relativamente baratos para saturar as defesas do invasor, com o fim de desabilitar seus meios mais valiosos como o porta-aviões. O objetivo principal não é destruir o adversário com superioridade tecnológica, mas levar ao impasse ao negar liberdade de atuação no teatro de batalha (PITT *et al.*, 2016, p. 682). Demonstra-se, assim, a continuidade da concepção estratégica e operacional da guerra defensiva prolongada, ou *chijiuzhan*, dessa vez na guerra aérea e naval.

4.4.6 O Cenário Estratégico Atual: a Batalha AeroNaval e a Defesa Ativa

Ao longo de sua história, as atitudes estratégicas chinesas tiveram, recorrentemente, caráter reativo, e o desenvolvimento do A2/AD não foi exceção. Mesmo dotada de caráter defensivo, entretanto, a percepção acerca da modernização militar chinesa fez surgir nos Estados Unidos argumentos em apoio a uma revisão doutrinária e operacional em prol da capacidade de projeção de forças do país. Os defensores dessa reorientação apoiam-se na noção de que a proeminência americana está calcada no comando dos “Comuns Globais”(KAZIANIS, 2014) (ar, mar e espaço). Buscando a manutenção da hegemonia estadunidense nessas bases, o debate conceitual contemporâneo no nível operacional busca formas de contrarrestar o desenvolvimento militar das potências emergentes e adversárias, principalmente da China (MACHADO; SIMIONATO, 2015). Uma das primeiras proposições que ganhou apoio amplo e foi incorporada ao planejamento estratégico estadunidense foi o conceito da Batalha AeroNaval, em 2010 (KAZIANIS, 2014). Esse conceito propõe uma resposta preemptiva ao A2/AD: um golpe em profundidade que desabilite o sistema de Comando e Controle (C2) operacional chinês, impedindo a realização da defesa litorânea⁶ (MACHADO; SIMIONATO, 2015). Ao mesmo tempo, o Japão sob Abe Shinzo, no poder desde dezembro de 2012, buscou perseguir iniciativas militares e de defesa mais assertivas, ao permitir-se a Auto-Defesa Coletiva, isto é, a condução de operações militares externas em conjunto com aliados, mesmo que o Japão não esteja sendo ameaçado de forma direta (FEDDERSEN *et al.*, 2016).

Frente a esse desenvolvimento paralelo, a China deu sinais de se reorientar mais uma vez, também em direção à preempção. Publicada em maio de 2015, a nova Estratégia Nacional de Defesa dá ênfase ao princípio da Defesa Ativa: a iniciativa ofensiva nos níveis operacional e tático para manutenção da defesa no nível estratégico (CHINA, 2015), frente à possibilidade de perder completamente a capacidade de travar a guerra. Embora o nome da Defesa Ativa já estivesse presente nos escritos de Mao Zedong, especialmente em *Problemas estratégicos da guerra revolucionária da China* (1936) aqui analisado, o novo conceito é completamente diferente da ideia original. Do ponto de vista material, o foco no desenvolvimento de tecnologias furtivas tende a indicar um posicionamento mais preemptivo. O ano de 2016 presenciou o lançamento do J-20, o primeiro caça de quinta-geração com capacidade furtiva da

⁶ Materialmente, a Batalha AeroNaval emprega dispendiosas tecnologias de domínio-cruzado (Forças Navais e Aéreas), furtivas (*Stealth*) e hipersônicas, conjuntamente com armas termobáricas e de energia direta, como lasers e *High Power Microwaves* (MACHADO; SIMIONATO, 2015).

China, e a continuidade do projeto do H-20, bombardeiro furtivo de longo-alcance (“THIS is China’s ‘Riskiest and Most Complex’ Active Defense Program”, 2017). A partir desses elementos, poderia se supor que a China está abandonando o conceito de guerra prolongada, pois a ideia passa a ser vencer rapidamente o adversário, buscando a decisão no campo de batalha, não mais o impasse.

Apesar de o A2/AD ser considerado a inflexão doutrinária chinesa mais importante do século XXI, com seus reflexos no equilíbrio estratégico ainda não completamente equacionados, podem-se perceber novas tendências na estratégia chinesa. A continuidade da lógica estadunidense de supremacia pelo “Comando dos Comuns” lança essa superpotência no caminho da preempção, a fim de evitar que o A2/AD chinês possa cumprir sua missão de impedir a invasão do seu território. Resta saber se o legado da Revolução Nacional chinesa e da Segunda Guerra Sino-Japonesa ainda terão parte na construção estratégica operacional e doutrinária da China no século XXI.

4.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo procurou expor os resultados da Segunda Guerra Sino-Japonesa e a influência que teria sobre o pensamento estratégico e operacional na China e na região ao longo do século XX. Estes elementos geralmente são obscurecidos devido a historiografia estadunidense da Segunda Guerra Sino-Japonesa, que não debate o papel da Revolução Nacional na China e a sua relação com a guerra e reduz a relevância do pensamento militar e das concepções estratégica e operacional do Guomindang na conflagração.

A agenda de Revolução Nacional originada ainda no século XIX continuaria presente na China e transbordaria para o restante da região durante o processo de descolonização no Leste Asiático. Estes países se inspirariam no resultado da Segunda Guerra Sino-Japonesa para o seu processo de Construção do Estado e para a construção de seu próprio pensamento militar e conceito estratégico-operacional para a defesa de seus interesses perante as grandes potências do Sistema Internacional.

Na China, o Partido Comunista da China assumiria o processo de Revolução Nacional, agenda iniciada ainda na Revolução Taiping de 1850, e seria responsável por o concluir. O legado do acúmulo do pensamento militar chinês e da Segunda Guerra Sino-Japonesa continuaria a fazer parte do planejamento estratégico operacional chinês. Inclusive, serviria de inspiração na formulação do A2/AD, doutrina para a contenção de um inimigo superior, agora em um teatro aeronaval. Resta saber qual será o peso deste legado no século XXI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou demonstrar a relação entre o processo de Revolução Nacional e a guerra. O ponto de partida foi a construção de um conceito de Revolução Nacional baseado em uma operacionalização da Teoria do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento de Celso Furtado. Para Furtado, o subdesenvolvimento estaria relacionado a sobreposição e contradições de estruturas capitalistas e pré-capitalistas dentro de uma sociedade. Uma agenda de Revolução Nacional estaria relacionada a conquista de um centro de decisão capaz de alterar as estruturas do Estado e superar o subdesenvolvimento. Esta conquista permitiria uma inserção autônoma no Sistema Internacional. Desse modo, procurou-se adicionar a este arcabouço o papel das Forças Armadas e da preparação militar. A esfera militar diz respeito a dois processos dentro da agenda de Revolução Nacional, a retroalimentação com o processo de industrialização, devido ao programa de modernização das forças, e a capacidade de defender a Revolução Nacional da agressão estrangeira e cortar laços de dependência. Assim, neste trabalho a agenda de Revolução Nacional foi compreendida pelo trinômio: centralização política, industrialização e modernização das Forças Armadas.

Esta agenda de Revolução Nacional foi introduzida na Ásia a partir da resposta à Guerra do Ópio e a falência do Sistema Tributário Sinocêntrico. Com a inserção da região no sistema de produção capitalista de forma subordinada e dependente, os países da Ásia buscaram soluções autóctones para a sua inserção autônoma no Sistema Internacional. Japão e China iriam liderar a busca pela consecução desta agenda de Revolução Nacional baseada na centralização política, industrialização da economia e modernização das Forças Armadas.

O Japão seria o primeiro a ser bem-sucedido nesta empreitada. Entretanto, quebrar os laços de dependência para se inserir internacionalmente de forma autônoma requer ser capaz de defender os seus interesses e sua agenda de Revolução Nacional da agressão externa. O evento símbolo deste fenômeno foi a vitória japonesa sobre o Império da Rússia na Guerra Russo-Japonesa de 1905.

Daí a relevância de se adicionar o papel da modernização das Forças Armadas no pensamento de Celso Furtado para a superação do subdesenvolvimento. Do mesmo modo, estas forças armadas necessitam desenvolver um conceito estratégico e operacional válido para o combate que comporte as contradições típicas presentes em uma sociedade subdesenvolvida e, concomitantemente, fazer frente a um agressor mais poderoso economicamente e tecnologicamente.

É sob esta perspectiva que se analisou estratégica e operacionalmente a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Realizou-se a seguinte pergunta de pesquisa:

(P1) Porque a concepção estratégica-operacional da China ao longo da Segunda Guerra Sino-Japonesa se diferenciou das experiências de guerras modernas travadas até então? Pois, a China colocou o impasse como seu principal objetivo estratégico e planejou suas operações de modo a prolongar a conflagração ao mesmo tempo em que evitava batalhas decisivas.

Para fazer frente a este questionamento adotou-se a seguinte hipótese:

(H1) A concepção estratégica-operacional chinesa se diferenciou de experiências progressas de conflagrações devido à necessidade de se defender de um inimigo tecnologicamente e economicamente superior e simultaneamente disputar uma agenda de construção do Estado baseada em:

- a) centralização política;
- b) industrialização da economia;
- c) modernização das Forças Armadas.

Espera-se ter convalidado esta hipótese por meio da análise da relação entre a agenda de Revolução Nacional chinesa, presente desde a Revolução Taiping (1850), e a formulação de um conceito estratégico e operacional próprio para fazer frente a um inimigo superior, fundamentado na guerra prolongada, ou *chijiuzhan*.

Na conflagração com a China, os japoneses esperavam uma vitória rápida e decisiva através de uma infantaria e artilharia mecanizada com grande superioridade de poder de fogo e mobilidade, além de cobertura aérea e naval. Esta era a doutrina do *sokkusen sokketsu*, guerra rápida e decisão rápida. Em nenhum momento houve uma preparação adequada para o tipo de guerra que enfrentariam no território chinês.

Assim, como responder o porquê a China conseguiu resistir a um agressor amplamente superior em termos econômicos e tecnológicos? Jiang Jieshi e os Nacionalistas do Guomindang lidaram, com problemas logísticos, problemas de comando, problemas de treinamento e com equipamento vastamente inferior ao japonês. A resposta foi a criação de um conceito operacional que otimizassem as vantagens chinesas, massa e terreno para gerar um impasse custoso. Permitir o inimigo avançar profundamente em seu território, impor pesadas baixas em batalhas defensivas e, simultaneamente fustigar suas linhas de comunicação estendidas. Evitar ao máximo a batalha decisiva e manter a força defensora operacional através de retiradas estratégicas.

A ideia era negar as vantagens da guerra ofensiva industrial e perseguir o colapso econômico e logístico do inimigo, enquanto simultaneamente se busca por soluções e alianças

políticas no plano internacional. Apesar de ser uma estratégia e um conceito operacional altamente custoso era a estratégia possível, feita de forma consciente e com objetivo claro: a Revolução Nacional e eliminar as relações de dependência com o Japão.

Esta dissertação também buscou resgatar a história operacional da Segunda Guerra Sino-Japonesa e sua relevância para a China, para a região e para o Sistema Internacional. Espera-se ter demonstrado que o esforço empreendido nas campanhas-chave, aqui analisadas (Shanghai, Xuzhou/Wuhan e Ichi-Go), foi vital para o sucesso da vitória aliada contra o Japão. A China era o principal objetivo estratégico japonês na guerra, a garantia de sua “linha vital”. De 1937 a 1941 os chineses lutaram sozinhos contra os seus agressores e, de forma bem-sucedida apesar do pesado custo, foi por meio deste esforço que a cadeia logística e a economia japonesa colapsaram.

Entretanto, a historiografia estadunidense, da maior parte do século XX, obscureceu este cenário. O resgate da guerra pretende demonstrar não apenas a importância estratégica da China, como principal teatro de operações durante parte considerável da conflagração e decisiva para a derrota japonesa, mas também a permanência da agenda de Revolução Nacional ao longo da história da China. Agenda que o Partido Comunista iria assumir após a guerra. Não se pretendeu diminuir o papel dos demais atores na guerra, mas sim resgatar a importância Nacionalista como principal força operacional na guerra. Do mesmo modo que não podemos dizer que o Guomindang não poderia vencer a guerra sem o apoio dos comunistas e estadunidenses, o oposto é verdadeiro, os comunistas e estadunidenses não venceriam os japoneses sem as operações nacionalistas.

O Partido Comunista da China iria assumir e concluir a Revolução Nacional na China. E, para isto, se utilizaria do pensamento militar e conceitos estratégicos e operacionais do período progressivo, além da experiência da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Este legado iria influenciar os seus principais planos econômicos e o planejamento defensivo na Terceira Linha de Defesa. Esta influência chegaria até os dias de hoje na concepção do A2/AD, em que se criou um conceito operacional para negar a capacidade de decisão de um inimigo superior em um teatro aeronaval.

Além disso, percebeu-se que o legado estratégico e operacional da Segunda Guerra Sino-Japonesa transbordaria para o restante da região no contexto do processo de descolonização da Ásia. Vietnã e Indonésia enfrentaram dilemas semelhantes ao da China, em como promover um processo de Revolução Nacional e, concomitantemente, se defender de inimigos superiores tecnologicamente e economicamente. Ambos atingiram resultados

diferentes, mas é possível traçar uma relação entre as experiências progressas na China e no Japão e estes países do sudeste asiático.

Por fim, elenca-se como uma possível agenda de pesquisa futura: pontos que apenas puderam ser analisados de maneira introdutória no último capítulo. O primeiro ponto seria aprofundar a pesquisa sobre a relação entre Revolução Nacional, pensamento militar e concepções estratégicas e operacionais na Indonésia e Vietnã, bem como avaliar a validade desta análise para outros países na região. Em segundo lugar; verificar qual o peso do legado da experiência da Segunda Guerra Sino-Japonesa e do conceito da guerra prolongada *chijiuzhan*, no pensamento e concepções militares da China contemporânea. Espera-se também, em futuras pesquisas, aperfeiçoar-se ferramentas de análise que permitam realizar pesquisas na área de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos sob uma perspectiva brasileira ou semiperiférica.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, B. **The Future of Warfare**. New York: W.W. Norton, 1995.
- BARNOUIN, B.; YU, C. **Zhou Enlai** : a political life. Hong Kong: Chinese University Press, 2006.
- BELL, P. M. H. **Twelve turning points of the Second World War**. New Haven: Yale University Press, 2011.
- BLASKO, D. Technology Determines Tactics': The Relationship between Technology and Doctrine in Chinese Military Thinking. **Journal of Strategic Studies**, London, v. 34, 2011.
- BODIN, L. E. **The Boxer Rebellion**. London: Osprey, 1979.
- BOOT, M. La nueva forma estadounidense de hacer la guerra. **Foreign Affairs En Español**, México. v. 3, n. 3, p. 29–45, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 93, p. 33–60, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000300003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 14 fev. 2019.
- BUCHANAN, P. J. **Churchill, Hitler e a “Guerra Desnecessária”**. Rio de Janeiro: PocketOuro, 2010.
- BURRELL, R. S. **The Ghosts of Iwo Jima**. Austin: A&M University, 2006.
- CARTER, C. J. **Mission to Yenán** : American liaison with the Chinese communists, 1944-1947. Lexington: University Press of Kentucky, 1997.
- CH'EN, J. Defining Chinese Warlords and Their Factions. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, London, v. 31, n. 3, p. 563–600, 1968 Disponível em: <https://scihub.tw/https://www.jstor.org/stable/614306>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- CHANG, I. **The Rape of Nanking**. New York: Penguin Books, 1997.
- CHANG, J. The Politics of Commemoration: A Comparative Analysis of the Fiftieth-Anniversary Commemoration in Mainland China and Taiwan of the Victory in the Anti-Japanese War. *In*: LARY, D.; MACKINNON, S. (ed.). **Scars of War: The Impact of Warfare on Modern China**. Vancouver: UBC Press, 2001. p. 136–160.
- CHANG, J. The Nationalist Army on the Eve of the War. *In*: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 83–104.
- CHEAH, B. K. the Communist Insurgency in Malaysia, 1948-90: Contesting the Nation-State and Social Change. **New Zealand Journal of Asian Studies**, Wellington, v. 11, n. 1, p. 132–152, 2009.
- CHINA, P. R. Of. **China's Military Strategy**. Beijing: [s.n.], 2015.

- CLAUSEWITZ, C. Von. **On War**. Toronto: Aegitas, 2016.
- COOX, A. D. **Tojo**. Rio de Janeiro: Rennes, 1976.
- CORBETT, J. S. **Some Principles of Maritime Strategy**. London: Project Gutenberg, 2005.
- COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, London, v. 10, n. 2, p. 126–155, 23 jun. 1981. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298810100020501>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- CRIBB, R. Military Strategy in the Indonesian Revolution: Nasution's Concept of 'Total People's War' in Theory and Practice. **War & Society**, London, v. 19, n. 2, p. 143–154, 2001. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1179/war.2001.19.2.143>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- CURREY, C. B. **Vitória a Qualquer Custo**: A biografia do General Vo Nguyen Giap. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- DAVID, S. **War**: From Ancient Egypt to Iraq. London: Dorling Kindersley, 2009.
- DAVIES, N. **Europa na Guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- DONALDSON, G. A. MacArthur, Douglas (1880-1964). In: SANDLER, S. (ed.). **The Korean War**: An Encyclopedia. London: RoutledgeCurzon, 2013. p. 470.
- DREA, E. J. The Japanese Army on the Eve of the War. In: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China**: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 105–137.
- DUARTE, É. E. Clausewitz, Corbett e o desafio das guerras limitadas. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 115–144, 8 ago. 2016. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/169/131>. Acesso em: 5 ago. 2018.
- EASTMAN, L. E. *et al.* **The Nationalist Era in China, 1927-1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- ECHEVARRIA II, A. J. **Clausewitz & Contemporary War**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- ENGLISH, J. A.; GUDMUNSSON, B. I. **On Infantry**. Westport: Praeger, 1994.
- EVANS, D. C.; PEATTIE, M. R. **Kaigun**: Strategy, Tactics, and Technology in the Imperial Japanese Navy 1887-1941. Annapolis: Naval Institute Press, 1997.
- FEDDERSEN, G. H. *et al.* A Interação Estratégica China-Estados Unidos Envolvendo Taiwan: Elementos Para Uma Análise Atual. BR: **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 7, n. 33–34, p. 61, 15 fev. 2016. Disponível em: <http://seer.ufg.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/59537>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FOOT, R. **A Substitute for Victory: The Politics of Peacemaking at the Korean Armistice Talks**. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

FORCES, U. A. S. **Statistical Review World War II: A Summary of ASF Activities**. Washington: [s.n.], 1945. Disponível em: <http://usahec.contentdm.oclc.org/cdm/ref/collection/p16635coll14/id/29915> Acesso em: 20 fev. 2019.

FRAVEL, M. The Evolution Of China's Military Strategy: Comparing The 1987 And 1999 Editions Of Zhanlüexue. *In*: MULVENON, J.; FINKELSTEIN, D. (Org.). **Doctrinal Affairs: Emerging Trends in the Operational Art of the Chinese People's Liberation Army**. Arlington: Center for Naval Analyses, 2002.

FRIEDRICH, J. **Yalu à beira de Terceira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FURTADO, C. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FURTADO, C. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2013.

GARTNER, S. S.; MYERS, M. E. Body Counts and "Success" in the Vietnam and Korean Wars. **Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, v. 25, n. 3, p. 377, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/205692?origin=crossref>. Acesso em: 20 fev. 2019.

GILPIN, R. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GODWIN, P. Change and Continuity in Chinese Military Doctrine. *In*: RYAN, M.; D., F.; MCDEVVIT, M. (ed.). **Chinese Warfighting: The PLA Experience since 1949**. Armonk: M.E. Sharpe, 2003.

GOLDMAN, S. D. **Nomonhan, 1939: the Red Army's victory that shaped World War II**. Annapolis: Naval Institute Press, 2012.

GREAVES JR, P. L. **Pearl Harbor, The seeds and fruits of infamy**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2010.

HALL, J. W. **El imperio japonés**. 7. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1985.

HARA, T. The Ichigo Offensive. **The Battle for China**: *In*: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.;

VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China**: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945. Stanford: Stanford University Press, 2011., p. 392–402.

HARMSSEN, P. **Shanghai 1937: Stalingrad on the Yangtze**. Havertown: Casemate, 2013.

HOLMES, J. R. China's Underground Great Wall. **The Diplomat**, [S.l.], 2011. Disponível em: <http://thediplomat.com/2011/08/chinas-underground-great-wall/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

HOSOKI, S. A Batalha de Iwo Jima. *In*: KURIBAYASHI, T.; YOSHIDA, T. (org.). **Cartas de Iwo Jima**. São Paulo: JBC, 2007. p. 210–213.

HOTTA, E. **Pan-Asianism and Japan's War 1931-1945**. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

HSIAO, L. C. R. China's "Underground Great Wall" And Nuclear Deterrence. **China's brief. The Jamestown Foundation**, [S.l.], 2009. Disponível em: http://www.jamestown.org/uploads/media/cb_009_73.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

HUANG, A. Transformation and Refinement of Chinese Military Doctrine: Reflection and Critique on the PLA's View. **RAND Corporation**, [S.l.], 2008. Disponível em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/conf_proceedings/CF160/CF160.ch6.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

HUNT, M. H. Beijing and the Korean Crisis, June 1950-June 1951. **Political Science Quarterly**, New York, v. 107, n. 3, p. 453–478, 1992.

JACOBS, E. China's Underground "Great Wall": A Success for Nuclear Primacy. **Center for Strategic & International Studies (CSIS)**, [S.l.], 2011. Disponível em: <http://csis.org/blog/chinas-underground-great-wall-success-nuclear-primacy>. Acesso em: 20 fev. 2019.

JOHNSTON, H. The ideology of economic policy in new states. *In*: WALL, D. (ed.). **Chicago essays in economic development**. Chicago: Chicago University Press, 1972, p. 23–40.

JUKES, G. **The Russo Japanese War 1904-1905**. Oxford: Osprey, 2002.

KANG, D. C. **East Asia Before the West**: Five centuries of trade and tribute. New York: Columbia University Press, 2010.

KARBER, P. Strategic Implications of Chinas Underground Great Wall. **Asian Arms Control Project**, [S.l.], 2011.

KAZIANIS, H. The Evolution of Air-Sea Battle. **cimsec**, [S.l.], 2014. Disponível em: <http://cimsec.org/evolution-Air-Sea-battle/9936>. Acesso em: 20 fev. 2019.

KENNEDY, D. B. **Operation HAIK**: The Eisenhower Administration and the CIA in Indonesia. [S.l.]: University of Georgia, 1996.

KENNEDY, P. **Engenheiros da Vitória**: Os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KEOHANE, R. O. **After hegemony**: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KERSHAW, I. **Dez decisões que mudaram o mundo**: 1940-1941. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KILLIGREW, J. W. A Critique of the Military Thought of Chiang Pai-li. **Military Affairs**, Manhattan, v. 36, n. 1, p. 6, Feb. 1972. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1983838?origin=crossref>. Acesso em: 20 fev. 2019.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOENIG, W. J. **Ponte Aérea para a China**. Rio de Janeiro: Rennes, 1977.

KREPINEVICH, A.; WATTS, B.; WORK, R. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington: [s.n.], 2003. Disponível em: <http://www.csbaonline.org/wp-content/uploads/2011/03/2003.05.20-Anti-Access-Area-Denial-A2-AD.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

KURIBAYASHI, T.; YOSHIDA, T. **Cartas de Iwo Jima**. São Paulo: Editora JBC, 2007.

LI, W.; YANG, D. T. The Great Leap Forward: Anatomy of a Central Planning Disaster. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 113, n. 4, p. 840–877, Aug. 2005. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/430804>. Acesso em: 20 fev. 2019

LIMA FIGUEIREDO, T. C. J. De. **Um ano de Observação no Extremo Oriente**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

LIU, Q. The defining battles that shape anti-Japanese war history- China.org.cn. **China.org.cn**, [S.l.], 2015. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/parade/2015-05/29/content_36324419_4.htm. Acesso em: 3 nov. 2018.

LUTHI, L. The Vietnam War and China's Third-Line Defence Planning Before The Cultural Revolution. **Journal of Cold War Studies**, Cambridge, v. 10, n. 1, p. 26–51, 2008.

MACHADO, L. R.; SIMIONATO, G. H. Da Importância de uma Grande Estratégia: O Caso Estadunidense e a Ascensão Chinesa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Corrigido-Da-Importancia-de-uma-Grande-Estrategia-Artigo-para-entregar.-1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019

MACKINNON, S. The Defense of the Central Yangtze. In: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China**: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 181–206.

MACKINNON, S. R.; CAPA, R. **Wuhan, 1938** : war, refugees, and the making of modern China. [S.l.]: University of California Press, 2008.

MAGNO, B. **Segunda guerra sino-japonesa** : gênese de um modo asiático de fazer a guerra ? 2015. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/140739>. Acesso em: 20 fev. 2019

MAGNO, B.; MOREIRA DA SILVA, A. M.; PITT, R. B. **Revolução Nacional e Estratégia de Inserção Internacional no Sudeste Asiático**: Os casos de Vietnã, Indonésia e Malásia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 10., 2018, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ENABED, 2018. Disponível em: [https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535683714_ARQUIVO_MAGNOSI_LVAPITT\(2018\)RevolucaoNacionalIndonesiaMalasiaeVietnaENABED.pdf](https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535683714_ARQUIVO_MAGNOSI_LVAPITT(2018)RevolucaoNacionalIndonesiaMalasiaeVietnaENABED.pdf). Acesso em: 20 fev. 2019.

MAO, T. Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária da China. **Mao Tse-Tung Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. p. 168–244. v. 1.

MAO, T. Sobre a Guerra Prolongada. **Obras Escolhidas de Mao Tsetung**. Pequim, 1975a. Tomo 2. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/prolongada.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019

MAO, T. Problemas da Guerra e da Estratégia. **Obras Escolhidas de Mao Tsetung**. Pequim, 1975b. Tomo 2. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/11/06.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019

MARSHALL, S. L. A. **Pork Chop Hill**. New York: Berkley, 2000.

MARTIN, R. M. **China; political, commercial, and social; an official report**. London: James Madden, 1847.

MARTINS, J. M. Q. **Digitalização e Guerra Local**: Como Fatores do Equilíbrio Internacional. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/14405>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MARTINS, J. M. Q. **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2**: estudos de caso em política externa e de segurança. Porto Alegre: ISAPE, 2013.

MARTINS, J. M. Q.; VISENTINI, P. G. F. A Longa Marcha da Revolução Chinesa. *In*: VISENTINI, P. G. F. *et al.* (org.). **Revoluções e Regimes Marxistas**: Rupturas, experiências e impacto internacional. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. p. 92–133.

MARX, K. Deslocamentos do Centro de Gravidade Mundial. **Marxist Internet Archive**, [S.l.], 1850. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/02/deslocamento.htm>. Acesso em: 21 abr. 2018.

MCNEILL, W. H. The Industrialization of War. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 8, n. 3, p. 203–213, 1982. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20096953>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton, 2001.

MIETZNER, M. **Military politics, Islam, and the state in Indonesia**: from turbulent transition to democratic consolidation. Singapura: Institute of Southeast Asian Studies, 2009.

MIYAZAKI, S. Y. M. **As Origens do Investimento Japonês na Ásia**. São Paulo:

Annablume, 2009.

MOREIRA DA SILVA, A. M. *et al.* O processo de integração do Leste Asiático sob a perspectiva japonesa. **Revista Perspectiva**, Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 109–124, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/issue/viewIssue/2604/152>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MOREIRA DA SILVA, A. M. **A ascensão da China e os seus impactos para o leste asiático**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/132973>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MORTON, L. Primeiro a Alemanha: O conceito básico da estratégia Aliada na Segunda Guerra Mundial. *In*: EUA, D. de H. M. do E. dos (org.). **As grandes decisões estratégicas (II Guerra Mundial)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977, p. 15–60.

MOUNSEY, A. H. **The Satsuma Rebellion, An episode of Modern Japanese History**. London: John Murray, 1879.

MULVENON, J. **Soldiers of Fortune: The Rise and Fall of the Chinese Military-Business Complex, 1978-1998**. New York: RoutledgeCurzon, 2001.

NAKAMURA, K. **The Formation of Modern Japan, as viewed from Legal History**. Tokyo: The Centre for East Asian Cultural Studies, 1962.

O'BRIEN, P. P. Britain and the end of the Anglo-Japanese Alliance. *In*: O'BRIEN, P. P. (ed.). **The Anglo-Japanese Alliance, 1902-1922**. London: RoutledgeCurzon, 2004. p. 267–284.

O'ROURKE, R. **China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities**. Washington: [s.n.], 2013.

OKA, Y. **Konoe Fumimaro, A political Biography**. Lanham: Madison Books, 1992.

OLIVEIRA, L. K. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia e o Papel do Centro de Decisão Energética**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/76222>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ORIENTAL, E. De C. De B. P. **Campo de Batalla Principal Oriental**. Pequim: New World Press, 2016.

PAINE, S. C. M. **The Wars for Asia , 1911 – 1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

PEATTIE, M.; DREA, E.; VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle For China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011.

PEATTIE, M. R. The Dragon's Seed: Origins of the War. *In*: PEATTIE, M.; DREA, E.; VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 48–78.

PITT, R. B. **Indonésia: o desafio da liderança regional**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/103903>. Acesso em: 20 fev. 2019.

PITT, R. B. *et al.* O Modo Asiático de Fazer a Guerra: uma proposta de abordagem para a análise da construção do Estado e das conflagrações no Leste Asiático. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS*, 4., 2016 Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre, 2016. p. 661–691. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/eventos-estudosestrategicos/anais-do-evento>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RECORD, J. **Japan's Decision for War in 1941: Some Enduring Lessons**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2009.

REIS, J. A. Da S. **A industrialização da guerra** : perfil de força, gestão do estado e mudança no regime de acumulação de capital (1850–1950). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/140473>. Acesso em: 20 fev. 2019.

REIS, J. A. Da S.; PEZZI, J.; MAGNO, B. A “Perda” da China: Os Erros Estratégicos Estadunidenses. *In: Encontro Estudantil Regional de Relações Interacionais*, 2012, Sant’Ana do Livramento. **Anais**. Sant’Ana do Livramento, 2012. p. 111–136. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/fac9d4_755686086441dc7ec3ad4fb2eece03b4.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Texto & Grafia, 2011.

ROSS, R. S. The 1995-96 Taiwan Strait Confrontation: coercion, credibility and the use of force. **International Security**, Cambridge, v. 25, n. 2, p. 87–123, 2000.

ROTTMAN, G. L. **Japanese Army in World War II, Conquest of the Pacific 1941-42**. Oxford: Osprey Publishing Ltd, 2005.

SARAIVA, R. **O conceito de Centros de Decisão Econômica nas obras de Celso Furtado**: um esforço de formalização teórica e de aplicação prática na análise das relações internacionais. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 2015, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre, 2015. p. 17.

SATOSHI, H.; DREA, E. J. Japanese Operations from July to December 1937. *In: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H (ed.). The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945*. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 159–180.

SCHULZINGER, R. D. **U.S. Diplomacy Since 1900**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SECOND Sino-Japanese War. *In: WIKIMEDIA FOUNDATION*. Wikipedia: the free encyclopedia. San Francisco, 20 fev. 2019. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Second_Sino-Japanese_War. Acesso em: 20 fev. 2019

SETZEKORN, E. Jiang Baili: Frustrated Military Intellectual in Republican China. **Journal of Chinese Military History**, Leiden, v. 4, n. 2, p. 142–161, 2015 Disponível em:

<http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/22127453-12341285>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SHERMAN, S. *The Flying Tigers, Claire Chennault and the American Volunteer Group. **Ace Pilots***, [S.l.], 2000. Disponível em: http://acepilots.com/misc_tigers.html. Acesso em: 28 abr. 2018.

SHIGEMITSU, M. **Japan and Her Destiny, My struggle for peace**. New York: E.P. Dutton, 1958.

SIMONS, G. **Indonesia: The Long Oppression**. New York: Palgrave MacMillan, 2000.

SONDHAUS, L. **A Primeira Guerra Mundial: História completa**. São Paulo: Contexto, 2013.

SPENCE, J. D. **The Search for Modern China**. New York: Norton, 1991.

STILWELL, J. W.; WHITE, T. H. **The Stilwell papers**. Boston: Da Capo Press, 1991.

TARLING, N. **Nationalism in Southeast Asia**. New York: RoutledgeCurzon, 2004.

TAYLOR, B. D.; BOTEVA, R. Tilly Tally: War-Making and State-Making in the Contemporary Third World. **International Studies Review**, Oxford, v. 10, n. 1, p. 27–56. mar. 2008. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2486.2008.00746.x/abstract>. Acesso em: 20 fev. 2019.

THIS is China's "Riskiest and Most Complex" Active Defense Program. **Sputnik**, [S.l.], 2017. Disponível em: <http://sptnkne.ws/dhfh>. Acesso em: 20 fev. 2019.

THOMPSON, D. The Economic History of the Last 2000 Years : Part II. **The Atlantic**, [S.l.], 2012. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/business/archive/2012/06/the-economic-history-of-the-last-2-000-years-in-1-little-graph/258676/>. Acesso em: 21 abr. 2018.

TOBE, R. The Japanese Eleventh Army in Central China, 1938-1941. *In*: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H. (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 207–236.

TOGO, K. **Japan's Foreign Policy, 1945-2003: The quest for a proactive policy**. Leiden: Brill, 2005.

TOGO, S. **The Cause of Japan**. New York: Simon and Schuster, 1956.

TOHMATSU, H. The Strategic Correlation between the Sino-Japanese and Pacific Wars. *In*: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H. (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 423–445.

TUCHMAN, B. W. **Stilwell and the American experience in China, 1911-45**. New York: Bantam Books, 1972.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of the Army. **ADP 1-0 1: Doctrine Primer**.

Army's Publishing Directorate. Washington, 2014. Disponível em: <https://armypubs.us.army.mil/doctrine/index.html>. Acesso em: 14 set. 2018.

VAN DE VEN, H. **War and nationalism in China: 1925-1945**. Abingdon, UK: Taylor & Francis, 2003.

VAN DE VEN, H. The Sino-Japanese War in History. *In*: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 446–466.

VISENTINI, P. G. F. *et al.* **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, P. G. F. A Revolução Vietnamita e os movimentos de libertação nacional na Indochina. *In*: VISENTINI, P. G. F. *et al.* (org.). **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. p. 205–244.

WANG, Q. The Battle of Hunan and the Chinese Military Response to Operation Ichigo. *In*: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 403–418.

WEIGLEY, R. **American Way of War**. Indianapolis: Indiana University Press, 1973.

WIE, T. K. Understanding Indonesia: the Role of Economic Nationalism. **Journal of Indonesian Social Sciences and Humanities**, Jakarta, v. 3, p. 55–79, 2010.

WIEST, A. **Essential Histories: The Vietnam War 1956-1975**. Oxford: Osprey Publishing Ltd, 2005.

WILSON, D. **When Tigers Fight**. New York: Penguin Books, 1983.

WINDROW, M. **Men-At-Arms: The French Indochina War 1946-54**. Oxford: Osprey, 1998.

YANG, K. Nationalist and Communist Guerrilla Warfare. **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 308–327.

YANG, T. Chiang Kai-shek and the Battles of Shanghai and Nanjing. *In*: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 143–158.

YONGJIN, Z.; BUZAN, B. The tributary system as international society in theory and practice. **Chinese Journal of International Politics**, Oxford, v. 5, n. 1, p. 3–36, 2012.

ZHANG, H. The defensive nature of China's "underground great wall". **Bulletin of the Atomic Scientists**, [S.l.], 2012. Disponível em: <http://thebulletin.org/defensive-nature-chinas-underground-great-wall>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ZHAOJIE, L.; JAMES, L. Traditional Chinese World Order. **Chinese Journal of International Law**, Oxford, v. 1, n. 1, p. 20–58, 1 Jan. 2002. Disponível em:

<https://academic.oup.com/chinesejil/article-lookup/doi/10.1093/oxfordjournals.cjilaw.a000418>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ZHU, X. Understanding China's Growth: Past, Present, and Future. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 26, n. 4, p. 103–124, Nov. 2012. Disponível em: <http://pubs.aeaweb.org/doi/10.1257/jep.26.4.103>. Acesso em: 20 fev. 2019.